



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1199

Segunda-feira - 18 de Março de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Arroio Trinta	2
Bela Vista do Toldo	5
Biguaçu	6
Braço do Trombudo	12
Caçador	14
Camboriú	22
Campo Alegre	25
Campos Novos	26
Canoinhas	26
Capinzal	27
Catanduvas	29
Chapadão do Lageado	29
Concórdia	30
Consórcios	240
Cordilheira Alta	39
Coronel Martins	42
Corupá	42
Curitibanos	47
Ermo	48
Forquilha	48
Fraiburgo	49
Garopaba	51
Garuva	68
Gaspar	69
Governador Celso Ramos	72
Herval d'Oeste	72
Imbituba	72
Ipumirim	79
Irineópolis	92
Itapoá	92
Joaçaba	92
José Boiteux	100
Lages	100
Lauro Muller	119
Lebon Regis	120
Leoberto Leal	120
Lindóia do Sul	124
Luzerna	127
Macieira	128
Maracajá	138
Massaranduba	138
Meleiro	139
Morro da Fumaça	141
Navegantes	141
Nova Trento	155
Palhoça	157
Paulo Lopes	166
Peritiba	177

Porto União	177
Rio do Sul	181
Salto Veloso	185
São Bento do Sul	186
São Domingos	191
São Lourenço do Oeste	192
São Pedro de Alcântara	195
Schroeder	195
Timbó	199
Três Barras	201
Tunápolis	203
Vargeão	203
Vidal Ramos	206
Videira	206
Xavantina	224
ARIS	240
CIM-AMAVI	242
CINCO	247
CIS/AMARP	247
CIS/AMUREL	247
CISAMA	251

Antônio Carlos

PREFEITURA

Extrato de Contrato N° 015/2013

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 015/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 006/2013 - pregão Presencial nº. 004/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: MMNUTRI NUTRIÇÃO E FARMACÊUTICA LTDA; Objeto: aquisição parcelada de leite em pó e alimentos especiais para crianças carentes, idosos e pessoas com deficiência em caso grave de saúde do Município de Antônio Carlos/SC. Valor Total: R\$ 11.837,00 (onze mil oitocentos e trinta e sete reais).

Antônio Carlos, 15 de fevereiro de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Extrato de Contrato Nº 030/2013

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 030/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 021/2013 - Carta Convite nº. 003/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: OTÁVIO FRANCISCO DE SOUZA; Objeto: contratação de pessoa física ou jurídica, especializada na prestação de serviços eventuais relacionados com a manutenção de toda rede física de uso da Prefeitura Municipal e de todas as Secretarias Municipais do Município de Antônio Carlos/SC.

Antônio Carlos, 07 de março de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 024/2013

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 024/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 015/2013 - Pregão Presencial nº. 009/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: BR Indústria e Comércio Pre Moldados e Materias de Construção; Objeto: aquisição parcelada de material para manutenção e conservação das estradas vicinais do município de Antônio Carlos (item 04, 06, 08, 09 e 10); Valor: R\$ 26.080,00 (vinte e seis mil e oitenta reais); Prazo: 27/03/2013 - 28/02/2014.

Antônio Carlos, 27 de Fevereiro de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 1627, de 15/03/2013.

LEI COMPLEMENTAR Nº 1627, DE 15/03/2013.

Altera a LEI COMPLEMENTAR Nº 1077, DE 08/12/2004 - Institui o Sistema Tributário Municipal e as Normas Gerais de Direito Tributário Aplicáveis ao Município de Arroio Trinta □ SC.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas Atribuições Legais, faço saber que a Câmara Municipal de Arroio Trinta, aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados, na Lei 1.077 de 08 de dezembro de 2004 (Código Tributário Municipal), os valores das taxas constantes na Tabela XI, licença para o exercício de comércio eventual e/ou ambulante, que passa a vigorar com os seguintes valores:

TABELA XI

TAXA DE LICENÇA PARA O exercício de
COMÉRCIO EVENTUAL E/OU AMBULANTE

TAXA ANUAL AMBULANTE - VALOR EM (VRF)			
MEIO DE COMÉRCIO	PERÍODO DE ATIVIDADES		
	Dia	MÊS	ANO
Todos os ramos de comércio /COM ENDEREÇO NO MUNICÍPIO	0,62	3,09	7,74

Todos os ramos de comércio / COM ENDEREÇO EM OUTROS MUNICÍPIOS	1,54	10,84	20,13
--	------	-------	-------

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 15 de março de 2013.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 15 de março de 2013.

NELSON CAMPAGNIN
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 1626, de 15/03/2013.

LEI Nº 1626, DE 15/03/2013.

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR SMDC - INSTITUI A COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON, O CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - CONDECON, E INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - FMPDC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito do Município de Arroio Trinta faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Art. 1º. A presente Lei estabelece a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC, nos termos do art. 5º, incisos 32 e 170, inciso V, da Constituição Federal, art. 106, da Lei nº 8.078/90 e seu Decreto regulamentar.

Art. 2º. São órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC:

I - A Superintendência Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON;

II - O Conselho Municipal Permanente de Proteção e Defesa do Consumidor - CONDECON;

III - O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor.

Parágrafo único. Integram o Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC, os órgãos Federais, Estaduais e Municipais e as entidades privadas que se dedicam à Proteção e Defesa do Consumidor, sediadas no Município de Arroio Trinta - SC.

Art. 3º. O Poder Executivo Municipal poderá firmar convênios ou consórcios com outros municípios, visando estabelecer mecanismos de cooperação e atuação em conjunto para implementação do sistema Municipal de Defesa do Consumidor.

CAPÍTULO II

DA SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON/FSA

Art. 4º. Fica instituída a Superintendência Municipal de Proteção e



Defesa do Consumidor - PROCON - destinada a promover e implementar as ações direcionadas: à formulação da política do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor; à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos locais, através da educação sobre as relações de consumo, e proteção dos direitos constantes no Código de Proteção e Defesa do Consumidor e legislação correlata.

Art. 5º. A Superintendência Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON é um órgão vinculado ao Gabinete do Prefeito.

Art. 6º. São atribuições permanentes da Superintendência Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON:

- I - Assessorar o Prefeito Municipal na formulação da política do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC;
- II - Planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC;
- III - Receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, denúncias, sugestões apresentadas por consumidores, entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público e privado;
- IV - Prestar orientações aos consumidores sobre suas obrigações, direitos e garantias, conscientizando-os, informando-os, capacitando-os e motivando-os através de programas educacionais específicos, por intermédio dos diferentes meios de comunicação;
- V - Selecionar e fiscalizar as denúncias efetuadas que não sejam de competência deste órgão, encaminhando-as a entidades de direito;
- VI - Promover debates, seminários, palestras, campanhas, feiras e outras atividades correlatas;
- VII - Apoiar os órgãos e associações comunitárias de defesa do consumidor já existentes;
- VIII - Atuar junto ao sistema público municipal de educação, de forma a possibilitar a formação de nova mentalidade nas relações de consumo;
- IX - Colocar a disposição dos consumidores, mecanismos de informação dos menores preços dos produtos básicos;
- X - Organizar e manter cadastro de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços e registrando as soluções, tornando-o público até o último dia útil do ano;
- XI - Expedir notificações aos fornecedores para prestarem informações sobre reclamações apresentadas pelos consumidores, bem como lavrar Auto de Infração em conformidade com a Legislação em vigor;
- XII - Fiscalizar e aplicar as sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor;
- XIII - Processar e julgar o procedimento administrativo de acordo com o disposto em regimento interno, a ser instituído, mediante Decreto, pelo Prefeito Municipal, bem como pelo Decreto Federal nº 2.181/97;
- XIV - Solicitar o concurso do órgão estadual de Defesa do Consumidor - PROCON/SC, e dos demais órgãos da administração federal e estadual ligados à defesa do consumidor, e entidades de notórias especialidades para colaborar no aperfeiçoamento dos recursos institucionais e legais de proteção ao consumidor;
- XV - Incentivar e apoiar a criação de órgãos e associações comunitárias de defesa do consumidor.

Art. 7º. A estrutura organizacional da Superintendência Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON será a seguinte:

- I - Superintendência
 - a) Superintendente da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - DAS;
 - b) Secretário Executivo;
- II - Departamento de Atendimento e Orientação ao Consumidor
 - a) Diretor do Departamento e Atendimento e Orientação ao Consumidor;
 - b) Chefe da Área Econômica;

III - Departamento de Fiscalização

a) Diretor do Departamento de Fiscalização

b) 04 (quatro) chefes de fiscalização

IV - Departamento de Desenvolvimento de Ações e Apoio Administrativo

a) Diretor do Departamento de Desenvolvimento de Ações e Apoio Administrativo

V - Departamento Jurídico

a) Diretor do Departamento Jurídico

b) Assessoria Jurídica

Parágrafo único. Os cargos serão criados, se necessário.

Art. 8º. A estrutura básica, competência, atribuições de seus dirigentes e limites de atuação do órgão de que trata este capítulo serão fixados no Regimento Interno a ser aprovado por Decreto do Prefeito Municipal.

CAPÍTULO III

DA COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR (CMPPDC)

Art. 9º. Fica instituída a Comissão Municipal Permanente de Proteção e Defesa do Consumidor - CMPPDC, como órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal, com a finalidade de sugerir a revisão e atualização das normas referidas no §1º do artigo 55 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) e prestar assistência e consultoria à Superintendência Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON.

Art. 10. São obrigações da Comissão Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - CMPPDC:

- I - Atender e observar o disposto nas Constituições Federal e do Estado da Bahia, no Código de Proteção e Defesa do Consumidor e Legislação Correlata e na Lei Orgânica do Município;
- II - Colaborar na definição da Política Nacional, Estadual e Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor;
- III - Propor, apreciar, indicar e incentivar a elaboração de normas, planos, programas e projetos que visem ao desenvolvimento técnico, científico e normativo na proteção, amparo e defesa do consumidor nas relações de consumo no âmbito do Município;
- IV - Definir medidas e metas para prevenir e coibir abusos cometidos contra o consumidor;
- V - Estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração dos projetos do plano de defesa do consumidor;
- VI - Elaborar, revisar e atualizar as normas referidas no § 1º do artigo 55 da Lei 8.078/90;
- VII - Fazer, editar, inclusive em colaboração com órgãos oficiais, material informativo sobre a proteção e defesa do consumidor;
- VIII - Promover atividades e eventos que contribuam para orientação e proteção do consumidor;
- IX - Promover, por meio de órgãos da Administração Pública e de entidades civis interessadas, eventos educativos ou científicos, relacionados à proteção e defesa do consumidor;
- X - Elaborar seu Regimento Interno.

Art. 11. Serão membros, com direito a voz e voto, da Comissão Municipal Permanente de Proteção e Defesa do Consumidor, CMPPDC:

- I - Superintendente do PROCON;
- II - Advogado do Município;
- III - Secretários Municipais:
 - a) Secretário Municipal de Indústria Comércio;
 - b) Secretário Municipal de Administração e Finanças;
 - c) Secretário Municipal de Assistência Social.
- IV - Um representante das entidades comerciais e industriais do

Município;

V - Um representante de entidade civil de proteção e defesa do consumidor do Município.

§1º. Para cada titular, será indicado o respectivo suplente.

Art. 12. A Comissão Municipal Permanente de Proteção e Defesa do Consumidor reunir-se-á trimestralmente em sessão ordinária convocada pelo seu Presidente, de ofício, ou a requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros.

§1º. As reuniões extraordinárias deverão ser convocadas por escrito, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, ou no decorrer da reunião ordinária.

§2º. As reuniões serão abertas ao público, cabendo aos membros da CMPPDC deliberarem sobre a possibilidade de conceder voz a qualquer dos presentes que assim tenham requerido.

Art. 13. A Presidência da Comissão Municipal Permanente de Proteção e Defesa do Consumidor será exercida pelo Superintendente do PROCON e, no caso de sua ausência, a função deverá ser exercida na forma disciplinada no Regimento Interno a ser aprovado pelo Prefeito Municipal, que também disciplinará o ordenamento das reuniões.

Art. 14. Os membros da Comissão serão nomeados pelo Prefeito do Município.

Art. 15. A participação dos membros da Comissão não será remunerada, mas considerar-se-á serviço público relevante.

Art. 16. O Poder Executivo Municipal remanejará recursos para servir à Comissão.

CAPÍTULO IV

DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Art. 17. Fica instituído o Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FMDC e seu Conselho Gestor, conforme disposto no Artigo 57 da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 e seu Decreto regulamentar, Artigo 13 da Lei n.º 7.347/95, com objetivo de criar condições financeiras de gerenciamento dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de Proteção e Defesa dos Direitos dos Consumidores.

Art. 18. O Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FMDC - destina-se ao funcionamento das ações de desenvolvimento da Política Municipal de Defesa do Consumidor, compreendendo especificamente:

I - no financiamento de projetos relacionados com os objetivos da Política Municipal das Relações de Consumo, com a defesa dos direitos básicos do consumidor e com a modernização administrativa da Superintendência Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON, após aprovação pelo Conselho Municipal Gestor do Fundo de Defesa do Consumidor;

II - na promoção de eventos educativos, científicos e na edição de material informativo de defesa do consumidor;

III - no custeio de exames periciais, estudos e trabalhos técnicos para a instrução de inquérito civil ou procedimento investigatório preliminar, instaurados para a apuração de fato ofensivo a interesse público ou coletivo e para atendimento de serviço especializado necessário a realização de trabalhos para o PROCON;

IV - na aquisição de equipamentos e acessórios para a consecução dos objetivos do Órgão de Defesa do Consumidor;

V - na capacitação dos integrantes do PROCON, abrangendo a participação em eventos, reuniões, cursos e seminários relacionados com a proteção e defesa do consumidor, no Estado e fora deste.

§1º. Na hipótese do inciso III deste artigo, deverá o Conselho

considerar a existência de fontes alternativas para o custeio da perícia, a sua relevância, a sua urgência e as evidências de sua necessidade.

§2º. O custeio para a participação de integrantes do PROCON/FSA nos eventos mencionados no inciso V deste artigo dependerá de aprovação pela maioria dos membros do Conselho.

Art. 19. O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FMDC - será constituído pelos seguintes membros:

I - Superintendente do PROCON;

II - Um representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

III - Um representante da Procuradoria Municipal;

IV - Um representante de entidade da sociedade civil, se houver, vinculada, especificamente, à defesa dos direitos do consumidor, existente há mais de 01 (um) ano, escolhido em foro próprio, sob fiscalização do Ministério Público Estadual.

§ 1º. A direção do Fundo será exercida pelo Superintendente do PROCON.

§ 2º. Os membros do Conselho Gestor do Fundo serão indicados pelos órgãos e entidades representados e serão investidos nas funções de Conselheiros através de ato do Prefeito Municipal.

§ 3º. As indicações para nomeação ou substituição de Conselheiro serão feitas pelas entidades ou órgãos na forma de seus estatutos.

§ 4º. Para cada membro efetivo será indicado um suplente que assumirá, com direito de voto, nas ausências ou impedimentos do titular.

§ 5º. Será dispensado do Conselho o conselheiro que sem motivo justificado, deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou 6 (seis) alternadas, no período de 1 (um) ano.

§ 6º. Os órgãos e entidades relacionadas neste artigo poderão, a qualquer tempo, propor a substituição de seus respectivos representantes, obedecendo ao disposto no § 2º deste artigo.

§7º. As funções de membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FMDC - não serão remuneradas, sendo as atividades consideradas serviços públicos relevantes.

Art. 20. As reuniões ordinárias do Conselho serão públicas e trimestrais.

§ 1º. O Superintendente do PROCON poderá convocar os conselheiros para reuniões extraordinárias.

§ 2º. As sessões plenárias instalar-se-ão com a maioria de seus membros, que deliberarão pela maioria de votos dos presentes.

§ 3º. Ocorrendo falta de quorum mínimo para instalação de plenário, automaticamente, será convocada nova reunião, que acontecerá após 48 (quarenta e oito) horas com qualquer número de participantes.

Art. 21. Ao Conselho Gestor do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor compete administrar e gerir financeiramente e economicamente os valores e recursos depositados no Fundo, cabendo-lhe ainda:

I - firmar convênios e contratos com o objetivo de elaborar, acompanhar e executar projetos pertinentes às finalidades do Fundo estabelecidas no artigo 17 desta Lei, diretamente ou mediante repasse de valor a órgão ou entidade pública responsável na providência.

II - elaborar convênios com os Conselhos de outros Municípios, Estados e com o Conselho Federal, com o objetivo de orientação e intercâmbio recíprocos;

III - elaborar o regimento interno no prazo de 90 (noventa) dias.

IV - prestar contas aos órgãos competentes.

Art. 22. Constituem receitas do Fundo:

- I - os rendimentos decorrentes de depósitos bancários e aplicações financeiras, observadas as disposições legais pertinentes;
- II - as contribuições e doações de pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras;
- III - as transferências orçamentárias provenientes de outras entidades públicas;
- IV - as multas administrativas aplicadas mediante processo administrativo, inclusive as previstas no parágrafo primeiro do art. 4º desta Lei;
- V - outras receitas que vierem a ser destinadas ao Fundo.

Art. 23. Os recursos do Fundo serão depositados em conta especial de instituições financeiras, à disposição do Conselho Gestor de que trata o Art. 19.

§ 1º. As instituições financeiras, no prazo de 10 (dez) dias, comunicarão ao Conselho Municipal os depósitos realizados a crédito do Fundo, com especificação da origem, sob pena de multa mensal de 10% sobre o valor do depósito.

§ 2º. Fica autorizada a aplicação financeira das disponibilidades do Fundo em operações ativas, de modo a preservá-las contra eventual perda do poder aquisitivo da moeda.

§ 3º. O saldo credor do Fundo, apurado em balanço no término de cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte, a seu crédito.

§ 4º. O Presidente do Conselho Gestor do Fundo é obrigado a proceder à publicação trimestral dos demonstrativos da receita e das despesas gravadas nos recursos do Fundo.

§ 5º. O Conselho Gestor do Fundo poderá rever e criar novas contas sempre respeitando os objetivos descritos no art. 18 desta LEI.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. As despesas resultantes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes, ficando o Executivo responsável a proceder as alterações orçamentárias decorrentes da aplicação desta LEI.

Art. 25. As atribuições dos setores e competência dos dirigentes de que trata esta Lei serão exercidas na conformidade do Regimento Interno a ser aprovado por Decreto do Prefeito Municipal.

Art. 26. A tramitação dos processos administrativos da Superintendência Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON será feita nos moldes do Decreto Federal nº 2.181/97 e Regimento Interno a ser aprovado por Decreto do Prefeito Municipal.

Art. 27. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 15 de março de 2013.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 15 de março de 2013.

NELSON CAMPAGNIN
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2013- TP

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2013 - FMS

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO/SC, GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, ora denominado FMS, inscrito sob o CNPJ 10.324.957/0001-47, com sede na Rua Ovide dos Santos Pacheco, 240, Centro, nesta cidade, torna público a Licitação na modalidade tomada de preço do tipo "menor preço", para a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL ÓLEO DIESEL S/10 OU COMPATÍVEL para o abastecimento da frota do Fundo Municipal de Saúde - FMS. Edital disponível em: www.pmbvt.sc.gov.br

Bela vista do Toldo, 12 de março de 2013.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Data: 25/03/2013

Horário Recebimento: até as 09:00h

Horário de Abertura: 09:00h

Local: Sala de licitações, nesta Prefeitura na Rua Estanislau Schumann, 839 - Bela Vista Do Toldo - SC.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2013 - PR

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2013 - FMS

O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, ora denominado FMS, inscrito sob o CNPJ 10.324.957/0001-47, com sede na Rua Ovide dos Santos Pacheco, 240, Centro, nesta cidade, torna público para conhecimento dos interessados que será realizado pregão presencial, do tipo "menor preço por item", para a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL COMUM DIRETO NA BOMBA DE COMBUSTÍVEL DA PROPONENTE PARA ATENDER A FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS conforme condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos. Edital disponível em: www.pmbvt.sc.gov.br

Bela vista do Toldo, 15 de março de 2013.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Data: 26/03/2013

Horário de credenciamento e Recebimento das propostas: até as 09:00h

Horário de Abertura: 09:00h

Local: Sala de licitações, nesta Prefeitura na Rua Estanislau Schumann, 839 - centro, Bela Vista Do Toldo - SC.



PEGASO
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Biguaçu

PREFEITURA

Portaria Nº 802 de 14 de Março de 2013

PORTARIA nº 802 de 14 de março de 2013

Nomeia representante da Prefeitura Municipal de Biguaçu para receber materiais junto a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo art. 98, inciso VII da Lei Orgânica do Município de Biguaçu.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. Salete Orlandina Cardoso, servidora efetiva da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, no cargo de Atendente da Criança e do Adolescente, Secretária Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer de Biguaçu, portadora do CPF nº 543.441.909-04 para representar a Prefeitura Municipal de Biguaçu junto a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para receber o conjunto de equipamentos para uso do Conselho Tutelar Municipal, contendo: 1 (um) automóvel, 5 (cinco) computadores desktop, 1 (uma) impressora multifuncional, 1 (um) refrigerador e 1 (um) bebedouro.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 14 de março de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 802 de 14 de Março de 2013

PORTARIA nº 802 de 14 de março de 2013

Nomeia representante da Prefeitura Municipal de Biguaçu para receber materiais junto a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo art. 98, inciso VII da Lei Orgânica do Município de Biguaçu.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. Salete Orlandina Cardoso, servidora efetiva da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, no cargo de Atendente da Criança e do Adolescente, Secretária Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer de Biguaçu, portadora do CPF nº 543.441.909-04 para representar a Prefeitura Municipal de Biguaçu junto a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para receber o conjunto de equipamentos para uso do Conselho Tutelar Municipal, contendo: 1 (um) automóvel, 5 (cinco) computadores desktop, 1 (uma) impressora multifuncional, 1 (um) refrigerador e 1 (um) bebedouro.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 14 de março de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Anulação de Licitação - Pregão Presencial Nº. 11/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO Nº. 11/2013 - PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
SOB O Nº 11/2013

Leandro Adriano de Barros, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Decreto nº. 149/2012 e art. 49 da Lei nº. 8.666/1993,

CONSIDERANDO que a sessão de licitação foi realizada na antiga Secretaria Municipal de Saúde, no dia 14.03.2013, às 14h00min, tendo como participantes as seguintes empresas: MM Comércio e Representações Ltda, Agro Líder Ltda e Borsato Gomes e Cia, sendo que esta última encaminhou documentação via correio;

CONSIDERANDO que na mesma data em que foi realizada a sessão de licitação ocorreram procedimentos de mudança e inauguração da nova Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO que o setor que recebe as correspondências (Recepção) mudou-se em data distinta (anterior a sessão de licitação) e que, ao coletar seus pertences encaminharam para a nova Secretaria os documentos de uma quarta empresa interessada em participar do certame;

CONSIDERANDO que tal situação somente foi informada após a realização da sessão de licitação, o que impediu que todos os interessados pudessem participar de forma igualitária;

CONSIDERANDO que a empresa que não teve o envelope ref. os documentos de proposta e habilitação abertos na sessão não contou com iguais condições aos demais interessados;

CONSIDERANDO que existe a possibilidade desta empresa ter feito menor valor de proposta;

CONSIDERANDO os princípios dispostos no art. 3º da Lei 8.666/1993, em especial a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração;

CONSIDERANDO violação ao ordenamento jurídico, em especial aos preceitos impostos na Lei 8.666/1993 e 10.520/2002, eis que o princípio da igualdade deixaria de ser observado, caso fosse mantida a presente licitação e ignorado o envelope não entregue por departamento interno desta Secretaria;

Esta Administração Pública Municipal entende por bem ANULAR o Pregão Presencial nº. 11/2013, cujo objeto era a aquisição de inseticida biológico para o Setor de Vigilância Ambiental, bem como Raticida para a Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Biguaçu.

Importante destacar que novo Pregão Presencial será realizado nas dependências da nova Secretaria de Saúde (Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, nº. 114, Praia João Rosa, Biguaçu - SC - CEP: 88160-000). Por fim, para fins de esclarecimento, informa-se que a Recepção desta Secretaria já foi devidamente comunicada frente a importância da entrega imediata dos documentos direcionados a esta Comissão Permanente de Licitação.

Biguaçu, 28 de fevereiro de 2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Saúde de Biguaçu

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº. 01/2013
AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2013 - FMS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, nº 114, Praia João Rosa, Biguaçu, informa que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial, com a finalidade de selecionar propostas objetivando AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA O ALMOXARIFADO DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 19/03/2013, às 13h59minh do dia 29/03/2013;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00minh do dia 29/03/2013, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, nº 114, Praia João Rosa, Biguaçu - Setor de Compras, Licitações e Contratos.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 19/03/2013.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas da seguinte maneira: através do telefone: (48) 3039- 8500, no horário compreendido das 13h00min às 19h00min ou pelo e-mail: comprasaudebigua@gmail.com, Endereço: Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, nº. 114, Praia João Rosa, Biguaçu - CEP: 88160-000.

Biguaçu, SC, 15 de março de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Por delegação - Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº. 06/2013**AVISO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2013 - FMS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, nº 114, Praia João Rosa, Biguaçu, informa que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial, com a finalidade de selecionar propostas objetivando AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE DE ENFERMAGEM PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 18/03/2013, às 13h59minh do dia 28/03/2013;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00minh do dia 28/03/2013, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, nº 114, Praia João Rosa, Biguaçu, Setor de Compras, Licitações e Contratos.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 18/03/2013.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas da seguinte maneira: através do telefone: (48) 3039- 8500, no horário compreendido das 13h00min às 19h00min ou pelo e-mail: comprasaudebigua@gmail.com, Endereço: Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, nº. 114, Praia João Rosa, Biguaçu - CEP: 88160-000.

Biguaçu, SC, 15 de março de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Por delegação - Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

Errata Nº. 01 - Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº. 35/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

ERRATA Nº. 01 AO AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 35/2013 - PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SOB O Nº 35/2013

Visa a presente Errata fazer mera correção, de erro de digitação, quanto a data a ser realizada a sessão de licitação. Destaca-se que a data ao qual será realizada sessão de licitação é o dia: 27.03.2013, às 14:00.

Nesse sentido, considera-se:

Onde se lê no Aviso de Licitação (Pregão Presencial nº. 35/2013 - FMS)

()

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 15/03/2013, às 13h59minh do dia 21/03/2013;

()

LEIA-SE no Aviso de Licitação (Pregão Presencial nº. 35/2013 - FMS)

()

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 15/03/2013, às 13h59minh do dia 27/03/2013;

()

As demais informações constantes no aviso mencionado permanecem inalteradas.

Biguaçu, 14 de março de 2013.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Saúde

Contrato Número 10.020/2013 - DI 19/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.020/2013/FMS
PROCESSO: DL 19/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO DE MAQUINÁRIO DE LAVANDERIA DE UNIDADE DE SAÚDE. CUMPRE DESTACAR QUE ESTA DISPENSA SE DÁ NA FORMA DO ART. 24, II, DA LEI 8.666/93.

Contratado: MCA COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA HOSPITALAR LTDA EPP

Valor: R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).
Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10.244/2012 - PP 168/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.244/2012/FMS
PROCESSO: PP 168/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA.

Valor: 20.078,00 (Vinte mil e setenta e oito reais).
Prazo de vigência: de 20/11/2012 a 31/12/2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10.247/2012 - PP 168/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.247/2012/FMS
PROCESSO: PP 168/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A

Valor: R\$ 27.810,00 (Vinte e sete mil oitocentos e dez reais).

Prazo de vigência: de 20/11/2012 a 31/12/2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Aditivo de Renovação do Contrato Nº 10.155/2012 - DI Nº 128/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU. CONTEM DESTACAR QUE ESTA CONTRATAÇÃO SE DÁ NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XIII DA LEI 8.666/93.

Aditivo de Renovação do Contrato nº 10.155/2012 - DL Nº 128/2012 - FMS
Fornecedor: FEPESE - FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SÓCIO-ECONÔMICOS
Vigência: de 03/03/2013 a 03/11/2013.
Valor: R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais).

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Termo Aditivo ao Contrato Número 10.240/2012 - PP 168/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO NÚMERO 10.240/2012/FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

Vigência: 01/01/2013 a 31/03/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Termo Aditivo ao Contrato Número 10.241/2012 - PP 168/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO AO CONTRATO NÚMERO 10.241/2012/FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Vigência: 01/01/2013 a 31/03/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Termo Aditivo ao Contrato Número 10.242/2012 - PP 168/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO AO CONTRATO NÚMERO 10.242/2012/FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.

Vigência: 01/01/2013 a 31/03/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Termo Aditivo ao Contrato Número 10.243/2012 - PP 168/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO AO CONTRATO NÚMERO 10.243/2012/FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: CIRURGICA JAW COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Vigência: 01/01/2013 a 31/03/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Termo Aditivo ao Contrato Número 10.244/2012 - PP 168/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO AO CONTRATO NÚMERO 10.244/2012/FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA.

Vigência: 01/01/2013 a 31/03/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Termo Aditivo ao Contrato Número 10.245/2012 PP 168/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO AO CONTRATO NÚMERO 10.245/2012/FMS
PROCESSO: PP 168/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITA-
LARES LTDA.

Vigência: 01/01/2013 a 31/03/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde

Termo Aditivo ao Contrato Número 10.246/2012 - PP 168/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO AO CONTRATO NÚMERO 10.246/2012/FMS
PROCESSO: PP 168/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: VICTÓRIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Vigência: 01/01/2013 a 31/03/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Termo Aditivo ao Contrato Número 10.247/2012 - PP 168/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO AO CONTRATO NÚMERO 10.247/2012/FMS
PROCESSO: PP 168/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A

Vigência: 01/01/2013 a 31/03/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Termo Aditivo ao Contrato Número 10.248/2012 - PP 168/2012- FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO AO CONTRATO NÚMERO 10.248/2012/FMS
PROCESSO: PP 168/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

Vigência: 01/01/2013 a 31/03/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Termo Aditivo ao Contrato Número 10.249/2012 - PP 168/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO AO CONTRATO NÚMERO 10.249/2012/FMS
PROCESSO: PP 168/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP.

Vigência: 01/01/2013 a 31/03/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Termo Aditivo ao Contrato Número 10.250/2012 - PP 168/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO AO CONTRATO NÚMERO 10.250/2012/FMS
PROCESSO: PP 168/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

Vigência: 01/01/2013 a 31/03/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Termo Aditivo ao Contrato Número 10.251/2012 - PP 168/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO AO CONTRATO NÚMERO 10.251/2012/FMS
PROCESSO: PP 168/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: DIMACI/MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA.

Vigência: 01/01/2013 a 31/03/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Termo Aditivo ao Contrato Número 10.252/2012 - PP 168/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

TERMO ADITIVO AO CONTRATO NÚMERO 10.252/2012/FMS
PROCESSO: PP 168/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

Vigência: 01/01/2013 a 31/03/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Termo Aditivo ao Contrato Número 10.253/2012 - PP 168/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO AO CONTRATO NÚMERO 10.253/2012/FMS
PROCESSO: PP 168/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Vigência: 01/01/2013 a 31/03/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Termo de Dispensa de Licitação Nº 29/2013-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29/2013-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PELÍCULAS DE PROTEÇÃO SOLAR PARA USO DA SECRETARIA DE SAÚDE, BEM COMO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU. CONVÉM DESTACAR QUE ESTA DISPENSA SE DÁ EM FORMA DO ART 24, INCISO II, DA LEI Nº 8666/93.

EMPRESA CONTRATADA: DA ILHA, DISTRIBUIÇÃO, COMÉRCIO E INSTALAÇÃO DE FILME E PELÍCULA DE POLIESTER LTDA.

VALOR: R\$ 7.000,00 (sete mil reais), até 31/12/2013.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93. É dispensável a licitação:

() II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

JUSTIFICATIVA: Conforme Parecer emitido pela Procuradoria Geral do Município.

Biguaçu, 28 de fevereiro de 2013.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário de Saúde

Editais de Publicação de Acórdãos Nº 001/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 001/2013

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e treze, na Secretaria Geral, para publicação, foi apresentado o seguinte acórdão:

Recurso Ordinário nº 001/2013
Protocolos nos: 5293/2012
Recorrente: Colégio Educar Ltda EPP
Recorrido: Prefeitura Municipal de Biguaçu
Relator: Conselheiro Thiago Vinícius Nahas

DECISÃO: Em que pese os argumentos apresentados pelo Sr. Relator que defende manter a Decisão da COMAT. Os demais membros admitiram o Recurso apresentado pelo contribuinte, para no mérito reconhecer a prática reiterada prevista no art. 171, III do CTM, excluindo assim a multa, juros e correção monetária do débito objeto do presente recurso. Votaram contra o relator os seguintes conselheiros: Isolete Schlemper Walter, Carlos Alberto Arceno e Juliano Coral Dutra.

EMENTA: COBRANÇA DE ISS SOBRE O SERVIÇO NA EDUCAÇÃO - COLÉGIO EDUCAR LTDA EPP - EMPRESA PRIVADA - PRÁTICA REITERADA - ISENÇÃO DE ISS - ART. 171, INCISO III, DO CTM.



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Ata de Registro de Preço 29/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2012

Número do Registro de Preços: 29/2012 Data do Registro: 31/12/2012 Válido até: 31/12/2013
Objeto da Compra: Aquisição de combustível (gasolina comum, gasolina e etanol), para abastecer frota de diversas secretarias municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	OLEO DIESEL (16)	L	RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT (7722)	IPIRANGA	0	2,2200	1
			AUTO POSTO BRAÇO DO TROMBUDO (7999)	WD COM	0	2,3100	2
2	GASOLINA COMUM (1323)	L	RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT (7722)	IPIRANGA	0	2,7900	1
			AUTO POSTO BRAÇO DO TROMBUDO (7999)	WD COM	0	2,9300	2
3	Etanol (7738)	L	AUTO POSTO BRAÇO DO TROMBUDO (7999)	WD COM	0	2,3600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2012

Número do Registro de Preços: 29/2012 **Data do Registro:** 31/12/2012 **Válido até:** 31/12/2013
Objeto da Compra: Aquisição de combustível (gasolina comum, gasolina e etanol), para abastecer frota de diversas secretarias municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT (7722)	IPIRANGA	0	2,4100	2

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2012****PROCESSO Nº 55/2012**

(7722) - RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT

(7999) - AUTO POSTO BRAÇO DO TROMBUDO

Braço do Trombudo, 31 de Dezembro de 2012.

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 5.490

DECRETO nº 5.490, de 13 de março de 2013.

Declara de interesse social obra da Creche Santa Terezinha.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de Interesse Social a obra da Creche Santa Terezinha, com área de 2.800,00m² (dois mil e oitocentos metros quadrados), localizada na Rua Canário, Bairro Martello.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de março de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Aviso Licitação PR 11-2013 Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Solicitar este Edital pelo e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br

EDITAL: Pregão Presencial nº 11/2013 - FMS

TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BILHETES DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS, DESTINADAS AO TRANSPORTE INTERMUNICIPAL E INTERMUNICIPAL DE PACIENTES QUE NECESSITAM DE TRATAMENTO MÉDICO HOSPITALAR FORA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR
ENTREGA DOS ENVELOPES: 16:00 Horas do Dia 01/04/2013.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 16:05 Horas do Dia 01/04/2013.
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Site Rua Brasília, 1.111, e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 14 de março de 2013.

REJANE SERAFINI

Secretária Municipal de Saúde

Aviso Licitação PR 25-2013 Prefeitura

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº 25/2013

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES QUE POSSUA AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAR SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL COM FORNECIMENTO DE 80 APARELHOS CELULARES

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:00 Horas do Dia 04/04/2013.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:30 Horas do Dia 04/04/2013.

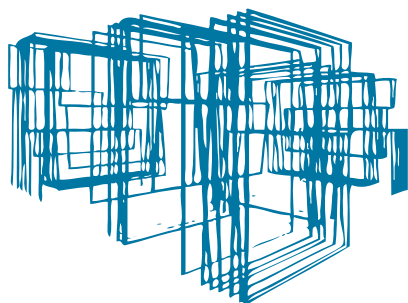
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Site Rua Brasília, 1.111, e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 14 de março de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito Municipal

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Editais de Notificação de Trânsito Nºs 1569 a 1572

Editais de Notificação de Trânsito nºs 1569 a 1572

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1569/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADI6405	55693313D	6920/0	31/01/2013	233
ALN0876	55693278D	6920/0	11/01/2013	233
BWB7170	55693316D	6920/0	31/01/2013	233
CIZ2568	54147390D	6599/2	03/02/2013	230 * V
IIO1975	55692415D	6599/2	06/01/2013	230 * V
IIO1975	55692416D	5169/1	06/01/2013	165
LYE0346	55693121D	5010/0	03/02/2013	162 * I
LYJ0806	55693122D	5010/0	03/02/2013	162 * I
LYV3130	55692475D	5169/1	12/01/2013	165
LYV3130	55692476D	5045/0	12/01/2013	162 * V
LYV3130	55693377D	6599/2	12/01/2013	230 * V
LZB1905	55693280D	6920/0	14/01/2013	233
MAA1502	55477439C	5010/0	10/01/2013	162 * I
MAB3815	55693123D	6726/1	03/02/2013	230 * XVIII
MBT5682	55693299D	6920/0	23/01/2013	233
MCO7418	55693292D	6920/0	22/01/2013	233
MDT3112	55694245D	5010/0	01/02/2013	162 * I
MDT3112	55694246D	5118/0	01/02/2013	164 c/c 162 * I
MDY7561	55693932D	6912/0	15/01/2013	232
MEM4211	55692147D	5010/0	03/02/2013	162 * I
MEZ1599	55692139D	6599/2	02/02/2013	230 * V
MFW2259	55477443C	6599/2	01/02/2013	230 * V
MGA1169	54148690D	5010/0	10/02/2013	162 * I
MHG7097	55692142D	5010/0	31/01/2013	162 * I
MHG7097	55692143D	6912/0	31/01/2013	232
MJP1376	55693019D	5169/1	11/01/2013	165

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJY0643	55693931D	6912/0	15/01/2013	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 13 DE MARÇO DE 2013

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1570/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADJ9957	55692175D	5541/6	05/02/2013	181 * XVII
AJP8607	55692137D	7366/2	02/02/2013	252 * VI
LXV9118	54148489D	5568/0	16/01/2013	181 * XIX
MGA1169	54148689D	6050/1	10/02/2013	208
MHC9090	55694160D	5193/0	13/01/2013	168
MHZ5414	55692946D	6050/1	11/02/2013	208
MKB7375	54148772D	5185/1	05/02/2013	167
MKT0446	54149041D	5541/6	06/02/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 13 DE MARÇO DE 2013

ALLEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1571/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABN9309	55693919D	5169/1	02/12/2012	R\$ 957,69	165
ABN9309	55693920D	5169/1	02/12/2012	R\$ 957,69	165
ABN9309	55693921D	5010/0	02/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
ANK1960	55694296D	6920/0	29/11/2012	R\$ 127,69	233
ASE8484	55476886C	6610/2	22/11/2012	R\$ 127,69	230 * VII
ASE8484	55692461D	6610/2	09/12/2012	R\$ 127,69	230 * VII
BPA9887	55694009D	5169/1	24/11/2012	R\$ 957,69	165
HPR0134	55694313D	6920/0	05/12/2012	R\$ 127,69	233
JFF7638	55476881C	5274/2	11/11/2012	R\$ 191,53	175
JFF7638	55480191C	6670/0	11/11/2012	R\$ 127,69	230 * XIII
JFF7638	55692097D	6769/3	01/12/2012	R\$ 85,12	230 * XXII
JFF7638	55692098D	5169/1	01/12/2012	R\$ 957,69	165
JUQ5549	55692207D	7340/0	15/12/2012	R\$ 85,12	252 * IV
JUQ5549	55692208D	6912/0	15/12/2012	R\$ 53,20	232
KJB7086	55692155D	5118/0	18/10/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LAA9198	55692251D	6610/2	08/12/2012	R\$ 127,69	230 * VII
LWZ7559	55692849D	6920/0	29/10/2012	R\$ 127,69	233
LXH6047	55693915D	5010/0	02/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
LXH6047	55693916D	5118/0	02/12/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LYE2958	55694289D	6920/0	28/11/2012	R\$ 127,69	233
LYG2177	55480883C	6599/2	02/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZB7170	55693257D	6920/0	28/12/2012	R\$ 127,69	233
MAT9574	54147840D	6599/2	21/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBZ2899	55694310D	6920/0	05/12/2012	R\$ 127,69	233
MCQ6113	55694220D	6599/2	07/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCQ6113	55694221D	5010/0	07/12/2012	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCR2739	55480469C	6599/2	23/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEB3477	55694304D	6920/0	04/12/2012	R\$ 127,69	233
MJY5109	55480199C	5010/0	01/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MJY5109	55480200C	6599/2	01/12/2012	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 13 DE MARÇO DE 2013

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1572/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFF7090	54147378D	5541/2	11/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
AHA9467	54148233D	5541/2	30/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
AWC7272	55480196C	6050/2	10/11/2012	R\$ 191,53	208
LWT7691	54148848D	5460/0	28/11/2012	R\$ 85,12	181 * IX
LXS5426	54148387D	5568/0	26/11/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MAT5200	54148733D	5541/2	20/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MCX0299	55480190C	5207/0	11/11/2012	R\$ 53,20	169
MCZ3146	54147376D	5541/2	11/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDN6105	55692454D	7048/1	18/11/2012	R\$ 191,53	244 * II
MER0121	54148808D	5541/2	08/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFC6529	55692900D	5185/1	12/11/2012	R\$ 127,69	167
MFL1326	54148860D	5207/0	05/12/2012	R\$ 53,20	169
MFN3469	54148237D	5541/6	30/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGI2414	54147381D	5541/2	13/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHJ5348	54147375D	5541/6	11/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIE7324	54148705D	5541/2	29/10/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJG3498	55482099C	5525/0	13/11/2012	R\$ 85,12	181 * XV
MKL4101	54148904D	6068/1	06/12/2012	R\$ 127,69	209
MLA5779	55694384D	6050/1	22/11/2012	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 13 DE MARÇO DE 2013

ALEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO

Camboriú

PREFEITURA

Chamamento Público 01/13 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 001/2013 - FMS

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE LABORATÓRIOS prestadores de serviços de saúde para o Grupo 02 - Procedimentos com Finalidade Diagnóstica; Sub Grupo 02 - Exames de Patologia Clínica, discriminados na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM)", disponível através do SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos do Sistema Único de Saúde - SUS", conforme Termo de Referência .

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei nº. 8.666/1993 e respectivas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 15:00 horas do dia 09 (Nove) de Março de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 14 de Março de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PR 3/13 - FUMPOM

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2013-FUMPOM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL GIROFLEX SINALIZADOR DE EMERGÊNCIA PARA VTR DA ÁREA DA 1ª CIA PM DE CAMBORIÚ.
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 15:00 horas do dia 27 (Vinte e Sete) de Março de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 14 de Março de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

TP 1/13 - FME

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2013 - FME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE DUAS COBERTURAS DE QUADRAS ESCOLARES, SENDO UMA

DA ESCOLA CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA - CAIC (OBRA 16498), E OUTRA NA ESCOLA ANITA BERNARDES GANANCINI (OBRA 16499), AMBAS NESTE MUNICÍPIO, COM ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA DE 627,00M2 CADA, CONFORME PROJETO BÁSICO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO - PAC 2 PRÓ-INFÂNCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 14:00 horas do dia 04 (Quatro) de Abril de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

CUSTO DO EDITAL: R\$ 50,00 (CINQUENTA REAIS)

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 14 de Março de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

TP 1/13 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2013 - PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO DA RUA SANTO AMARO, NO BAIRRO SÃO FRANCISCO DE ASSIS, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO BÁSICO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 14:00 horas do dia 08 (Oito) de Abril de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

CUSTO DO EDITAL: R\$ 20,00 (VINTE REAIS)

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 14 de Março de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Edital N.º 014/2013

EDITAL 014/2013

Abre inscrições e define normas para o Processo Seletivo Simplificado destinado a selecionar candidatos para o provimento de vagas em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de profissionais da área de educação, em caráter temporário, para substituir os profissionais efetivos que, por quaisquer dos motivos de afastamento previstos na Lei Complementar n.º 19/2008 e Lei Complementar n.º 39/2012, não possam exercer suas atividades;

CONSIDERANDO que o Processo Seletivo n.º 010/2012/SME, destinado ao preenchimento de funções na área da educação, convocou todos os candidatos aprovados sem que as vagas fossem totalmente preenchidas em determinadas funções, a exemplo de professor;

CONSIDERANDO que algumas salas de aula da rede pública de

ensino ainda não possuem professor e monitor, ocasionando prejuízos às atividades escolares;

CONSIDERANDO que os profissionais de apoio à educação, quais sejam: supervisores, orientadores e administradores, estão sendo obrigados a deixar de lado suas atribuições para suprirem a falta de professores nas salas de aula;

A Prefeita Municipal, Sr^a. Luzia Lourdes Coppi Mathias, e a Secretária Municipal de Educação, Sr^a. Fátima Nair Bambinetti Gervásio, comunicam a abertura de inscrições do Processo Seletivo Simplificado destinado à contratação temporária para o exercício de função pública, que será regido pelo art. 37, IX, da Constituição Federal, Lei Ordinária Municipal n.º 1.252/1997 e pelo presente edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Simplificado será realizado sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Goiânia, n.º 104 – Centro – Camboriú/SC;

1.2 O presente Processo Seletivo Simplificado terá validade até o dia 31/12/2013, a contar da data da classificação final do certame, sendo improrrogável;

1.3 O presente Processo Seletivo será de caráter classificatório e eliminatório, consistindo unicamente em prova de títulos para preenchimento das funções de professor, monitor e zelador;

1.4 Os documentos e requerimentos exigidos pelas normas do presente edital deverão ser entregues, pessoalmente, pelo candidato ou por procurador devidamente habilitado na Secretaria Municipal de Educação;

1.4.1 Os documentos entregues não poderão ser complementados após o término das inscrições;

1.5 São condições para participação do presente Processo Seletivo Simplificado:

Ter nacionalidade brasileira;

Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares;

Estar no gozo de seus direitos políticos;

Gozar de boa saúde, condição que será comprovada no processo de admissão;

Possuir escolaridade exigida na forma deste edital e estar legalmente habilitado para o exercício do cargo;

Não ter sofrido, no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado no ato de admissão, por meio de assinatura de regular termo de declaração;

Não ter antecedentes criminais;

1.6 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e aceitação das regras e condições do Processo Seletivo Simplificado estabelecidas neste Edital, acerca do que não poderá alegar desconhecimento.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições deverão ser realizadas, gratuitamente, na sede da Secretaria Municipal de Educação, na Rua Goiânia, n.º 104 - Centro – Camboriú/SC, no período compreendido entre os dias 18 e 19 de março de 2013, no horário das 9h30 às 11h30, bem como das 14h às 17h30.

3. DA DOCUMENTAÇÃO

3.1 Ao efetuar sua inscrição, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos com seus respectivos originais:

Fotocópia da carteira de identidade;

Fotocópia do Diploma.

4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1 As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão deferidas e homologadas pela autoridade competente, no ato da inscrição.

5. DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE TÍTULOS

5.1 O candidato apresentará os títulos comprobatórios de sua formação no ato da inscrição.

6. DOS RECURSOS

6.1 Caberão recursos do indeferimento da inscrição e da classificação provisória do Processo Seletivo;

6.2 Os recursos só poderão ser interpostos por meio de requerimento encaminhado à Secretaria Municipal de Educação, conforme Anexo I, devidamente instruído e protocolado;

6.3 Os candidatos terão o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para interposição de recurso, contados do indeferimento da inscrição, que ocorrerá no ato desta, bem como da classificação provisória, a ser disponibilizada no site oficial da Secretaria Municipal de Educação, no endereço eletrônico: www.educacaocidadedecamboriu.sc.gov.br, bem como será afixado em local visível na citada;

6.4 O resultado do recurso será disponibilizado no site oficial da Secretaria Municipal de Educação, no endereço eletrônico: www.educacaocidadedecamboriu.sc.gov.br, bem como será afixado em local visível na referida Secretaria, na Rua Goiânia, n.º 104 - Centro – Camboriú/SC, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados do prazo final para interposição;

6.5 Será de inteira responsabilidade do candidato comparecer, dentro do prazo previsto no item anterior, na sede da Secretaria Municipal de Educação, na Rua Goiânia, n.º 104 - Centro – Camboriú/SC, para tomar conhecimento das razões que fundamentaram a decisão, uma vez que estas não serão publicadas;

6.6 A decisão exarada no recurso é irrecorrível na esfera administrativa;

6.7 Não serão recebidos os recursos interpostos por qualquer outro meio, que não o previsto no presente edital.

7. DAS FUNÇÕES, HABILITAÇÃO, REMUNERAÇÃO E CARGA HORÁRIA

FUNÇÃO	HABILITAÇÃO	CH
Zelador	Alfabetizado	40h
Monitor	Magistério	20/40h
Monitor de Inclusão	Magistério	20/40h
Professor de Educação Infantil	Curso de Licenciatura em Pedagogia com habilitação em educação infantil	20/40h
Professor do Ensino Fundamental – Anos Iniciais	Curso de Licenciatura em Pedagogia com habilitação na área específica e/ou curso normal superior (habilitação em anos iniciais)	20/40h
Professor de Língua Portuguesa	Curso de Licenciatura Plena na área específica	10/20/30/40h
Professor de Matemática		
Professor de Artes		
Professor de Inglês		
Professor de Geografia		
Professor de Ciências	Plena na área específica	10/20/30/40h
Professor de Educação Especial (deficiência visual)	Licenciatura em Pedagogia com certificado de curso de formação continuada em Braille, Sorobã, baixa visão e orientação e mobilidade, todos com carga horária mínima de 120h ou formação em magistério	20h

Professor de Educação Especial (deficiência auditiva)	Licenciatura em Pedagogia e/ou Licenciatura em Letras- Libras, com comprovante de proficiência em interpretação em Libras ou certificado de curso de formação continuada em Libras, com carga horária mínima de 120h ou formação em magistério	20/40h
---	--	--------

* CH – Carga horária semanal.

7.1 A remuneração das funções previstas no presente edital será aquela prevista no Plano de Carreira do Magistério - Lei Complementar n.º 19/2008, observadas as atualizações ocorridas, bem como as alterações decorrentes do Piso Salarial dos Profissionais do Magistério Público da Educação Básica.

8. DA AVALIAÇÃO

8.1 A avaliação dar-se-á mediante somatório dos títulos do candidato, conforme descrito no item seguinte, no momento da inscrição, por intermédio do preenchimento da ficha constante no anexo deste edital.

9. DA PROVA DE TÍTULOS

9.1 O Processo Seletivo Simplificado de que trata este edital será baseado, exclusivamente, em prova de títulos, conforme o quadro a seguir:

	NÍVEL	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
FORMAÇÃO ACADÊMICA	Doutorado	6	6
	Mestrado	5	5
	Especialização	4	4
	Graduação	3	3
	Magistério	1	2
			20

9.2 Somente serão aceitos títulos reconhecido por órgão oficial – MEC.

10. DA CLASSIFICAÇÃO

10.1 Os candidatos serão classificados na respectiva área/disciplina de inscrição, em ordem decrescente da nota obtida, utilizando-se o somatório simples da pontuação obtida na prova de títulos;

10.2 Em caso de empate terá preferência o candidato com maior idade;

10.3 Por fim, será feito sorteio entre os, eventualmente, empatados.

11. DA ESCOLHA DE VAGAS

11.1 A escolha de vagas ocorrerá no momento em que o candidato comparecer à Secretaria Municipal de Educação para saber da classificação final do presente Processo Seletivo Simplificado, no dia 22 de março de 2013, às 14h;

11.2 As vagas serão preenchidas observando-se a ordem de classificação por área/disciplina;

11.3 O candidato que não se apresentar no local, data e horário determinados para a escolha de vaga, bem como aquele que presente não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar o término da lista de candidatos para uma nova chamada;

11.4 Fica a cargo da Secretaria Municipal de Educação proceder à chamada e contratação dos candidatos, quanto as eventuais vagas que surgirem durante o período de validade do certame.

12. DOS PRAZOS

a) Inscrição: dias 18 e 19 de março de 2013, no horário das 9h30

às 11h30, bem como das 14h às 17h30;

b) Recurso do indeferimento da inscrição: 24h, contados do ato de indeferimento da inscrição;

c) Resultado da classificação provisória: até as 18h do dia 20 de março;

d) Recurso da classificação: das 18h do dia 20 às 18h do dia 21 de março;

e) Divulgação do resultado final e escolha de vagas: 14h do dia 22 de março.

13. DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

13.1 Na data do resultado da classificação final, que será publicada no dia 22 de março, no site oficial da Secretaria Municipal de Educação, no endereço eletrônico: www.educacaocidadedecamboriu.sc.gov.br, bem como será afixado em local visível na citada Secretaria, o candidato deverá comparecer a Secretaria Municipal de Educação munido de documentos para efetuar sua contratação temporária;

14. DA ACEITAÇÃO DAS NORMAS DO EDITAL

14.1 O requerimento de inscrição implica no conhecimento e aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa e/ou que não satisfizer às condições exigidas poderá ter sua inscrição cancelada a qualquer momento, por decisão da Secretária Municipal de Educação. Cancelada a inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes.

14.2 A habilitação e classificação neste Processo Seletivo Simplificado não asseguram ao candidato o direito de ingresso nos cargos especificados neste Edital. A contratação será realizada na medida que surgir a necessidade durante o período de validade do certame, de acordo com a oportunidade e conveniência da Secretaria Municipal de Educação, observando a ordem de classificação dos candidatos.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Todos os candidatos inscritos no presente Processo Seletivo Simplificado ficam, desde já, INTIMADOS para comparecerem no dia 22 de março de 2013, às 14h, na Secretaria Municipal de Educação, na Rua Goiânia, n.º 104 - Centro – Camboriú/SC, para saber o resultado da classificação final do certame e, caso estejam classificados dentro das vagas disponíveis, efetuar a escolha de vaga, bem como efetivar sua contratação;

15.2 A classificação provisória será publicada no site oficial da Secretaria Municipal de Educação, no endereço eletrônico: www.educacaocidadedecamboriu.sc.gov.br, bem como será afixado em local visível na citada Secretaria, até as 18h do dia 20 de março de 2013.

15.3 Quanto às eventuais vagas que surgirem durante o período de validade do certame, após o dia 22 de março de 2013, os candidatos serão convocados por telefone e/ou por email, e, caso não sejam encontrados, serão chamados por correspondência com aviso de recebimento – AR;

15.4 Será excluído do Processo Seletivo Simplificado o candidato que:

a) fizer, em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexistente;

b) tornar-se culpado por agressões ou descortesias para qualquer membro da equipe responsável pela realização da prova de títulos;

c) faltar ou chegar com atraso a quaisquer dos eventos previstos no presente edital.

Camboriú, 13 de março de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

FÁTIMA NAIR BAMBINETTI GERVÁSIO

Secretária Municipal de Educação

Anexo I - Formulário de Recurso

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

NOME DO CANDIDATO: _____
CARGO: _____
ENDEREÇO: _____

TIPO DE RECURSO - (Assinale o tipo de Recurso)

- () indeferimento de inscrição
() resultado final do processo seletivo para cada cargo;

JUSTIFICATIVA

Data: ____/____/2013

Assinatura do candidato

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 7.676 de 13 de Março de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.676 DE 13 DE MARÇO DE 2013

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE DIRETOR DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 71, Inciso V da Lei Orgânica do Município, em especial ao Artigo 108 da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Decreta:

Art.1º) Nomear a Servidora SIRLEI MARIA KUJASKY MALCHOVSKI, Matrícula Funcional nº 000159, Registro no Sistema sob nº 299040, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para ocupar o cargo de Diretor do Centro Municipal de Educação Infantil "Maria da Glória Pereira Kroll", com carga horária de 40 horas semanais, percebendo gratificação FG-4A, no valor de R\$ 538,95 (quinhentos e trinta e oito reais, noventa e cinco centavos) mensais, enquanto permanecer na função, a partir de 01 de março de 2013.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de março de 2013.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC,
13 de março de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS CHAVES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416 em: 13/03/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.677 de 13 de Março de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.677 DE 13 DE MARÇO DE 2013

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300 e Inciso VII; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar a Srª. ADRIANA ROSELI MEY, para exercer o cargo de Agente Operacional I, Registro no Sistema sob o nº 955230; Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotada na Secretaria Municipal de Administração, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível 1, Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 670,66 (seiscentos e setenta reais, sessenta e seis centavos) mensais, pelo período de 13 de março de 2013 a 13 de setembro de 2013.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 013/2012, em 5º lugar.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
13 de março de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS CHAVES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416 em: 13/03/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.678 de 14 de Março de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.678 DE 14 DE MARÇO DE 2013

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VIII e Artigo 314 em seus Parágrafos 1º e 2º; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar o Sr. LUAN CESAR ENGELKE MOURA COSTA SABINO, Registro no Sistema sob nº 955231, para exercer o cargo de Instrutor de Música (Bateria), Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, vencimentos Nível 4, Sub-Nível 41, Referência A, no valor de R\$ 5,11 (cinco reais, onze centavos) a hora aula, pelo período de 14 de março de 2013 à 13 de setembro de 2013.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude do contratado ter sido aprovado no Processo Seletivo nº 002/2013, em 1º lugar.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
14 de março de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS CHAVES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416 em: 14/03/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

Aviso de Dispensa de Licitação Nº 10/2013

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório 55/2013 Dispensa 10/2013.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MINISTRAR AULAS DE KARATE PARA TREINAMENTOS DE ALUNOS.DE ACORDO COM O ARTIGO 24, INCISO II DA LEI 8.666/93.

Valor R\$ 7.900,00,00 (sete mil novecentos reais)
Valor mensal R\$790,00 (Setecentos e noventa reais).

Campos Novos, 15 de Março de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito

Aviso de Dispensa de Licitação Nº 11/2013

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório 56/2013 Dispensa 11/2013

Objeto; DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DO ESPAÇO DO CLUBE AGUA CAMPONOVENSE PARA FUNCIONAMENTO DA ESCOLINHA DE TENIS DE MESA, PARA AS CRIANÇAS DO MUNICIPIO, DE ACORDO COM O ARTIGO 24, INCISO X DA LEI 8.666/93.

Valor R\$ 7900,00,00 (sete mil novecentos reais)
Valor mensal R\$790,00 (Setecentos e noventa reais).

Campos Novos, 15 de Março de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito

Canoinhas

PREFEITURA

Publicação do Edital de Concorrência Pública Nº 04/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 38/2013
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 04/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 18 de abril de 2013, às 14h15min, a abertura das propostas para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DA ÁREA FÍSICA INTERNA (SALAS, COZINHA, BANHEIROS, ESCADARIA, CORREDORES E AFINS) E EXTERNA (CALÇADAS, ESCADARIAS E AFINS) DO PAÇO MUNICIPAL, TERMINAL RODOVIÁRIO, E.B.M. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, E.B.M. DR. AROLDO CARNEIRO DE CARVALHO E E.B.M. SEVERO DE ANDRADE, BENEDITO T. DE CARVALHO, EVALDO DRANKA, MARIA ISABEL DE LIMA CUBAS E PORTAL TURÍSTICO, TOTALIZANDO 13.383,00 M². Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Edital de Pregão Presencial Nº PMC 19/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 28/2013
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 19/2013

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 03/04/2013, às 10h05min, abertura de propostas para REGISTRO DE PREÇOS HORAS DE SERVIÇO TRABALHADAS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE: SUBSTITUIÇÃO DE TELHADOS, SUBSTITUIÇÃO DE COBERTURA/TELHADO COM REVISÃO DO MADEIRAMENTO, SUBSTITUIÇÃO DE CALHAS E RUFOS, EXECUÇÃO DE CALÇADA EM CONCRETO, ASSENTAMENTO DE PEDRA PORTUGUESA PARALELEPIPEDO, LAJOTA, MEIO FIO E PAVER E CONSTRUÇÃO DE CAIXAS COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS. Recebimento de propostas até às 10h00min do dia 03/04/2013. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito



Programa de Gestão Tributária



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Edital Nº. 011/2013

EDITAL Nº. 011/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2012.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 85 de 18 de maio 2012;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br;
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Número de inscrição no PIS/PASEP;
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 08 de março de 2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 011/2013

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: TECNICO EM ENFERMAGEM

LEONILTO ANTONIO TEIXEIRA DA SILVA

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 019/2013

DECRETO Nº 019, DE 12 DE MARÇO DE 2013

Institui a Equipe Local e Comitê Local do Plano de Ações Articuladas - PAR da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Capinzal, na forma que especifica.

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal em consonância com o Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, Resolução/CD/FNDE nº 29 de 20 de junho de 2007, alterada pela Resolução CD/FNDE nº 47 de 20 de setembro de 2007 e Resolução CD/FNDE nº 46 de 31 de outubro de 2008 e;

CONSIDERANDO os interesses econômicos e corporativos que não podem sobrepor as diretrizes da política educacional defendidas pela sociedade;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Equipe Local do Plano de Ações Articuladas - PAR da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de

Capinzal:

I - Seila Eliane Ribeiro - Dirigente Municipal;

II - Ana Paula Franceschi Savariz - Representante dos Técnicos da Secretaria Municipal de Educação;

III - Sonia Lamb - Representante dos Diretores das Escolas;

IV - Simone Grêzele - Representante dos Professores das Escolas Urbanas;

V - Carla Menegás - Representante dos Professores das Escolas Rurais;

VI - Delci Macagnan da Costa - Representante dos Coordenadores e Supervisores Escolares;

VII - Ticiane Paula da Gama - Representante do Quadro Técnico-Administrativo das Escolas;

VIII - Cintia Zócoli - Representante do Conselho Municipal de Educação.

Art. 2º Fica instituído o Comitê Local do Plano de Ações Articuladas - PAR da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Capinzal:

I - Seila Eliane Ribeiro - Dirigente Municipal;

II - Valquíria Moresco - Técnicos da Secretaria Municipal de Educação;

III - Helena Dupont - Representante dos Diretores das Escolas Urbanas e Rurais;

IV - Marcia Melotto - Representante dos Professores das Escolas Rurais;

V - Josi Mery Coas - Representante dos Dirigentes do Sistema Educacional Público;

VI - Cimara Moreira Baú - Representante Da Câmara De Vereadores

VII - Maria Aparecida Sena Soares - Representante Da Sociedade Civil

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, em 12 de março de 2013.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMMAN
Secretário da Administração e Finanças

Decreto 020/2013

DECRETO Nº 020, DE 12 DE MARÇO DE 2013

Institui o Comitê de análise e aprovação do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE Interativo do Município de Capinzal, na forma que especifica.

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal em consonância com o Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, Resolução/CD/FNDE nº 29 de

20 de junho de 2007, alterada pela Resolução CD/FNDE nº 47 de 20 de setembro de 2007 e Resolução CD/FNDE nº 46 de 31 de outubro de 2008 e;

CONSIDERANDO o propósito de ampliar e fortalecer a parceria entre família, escola e sociedade e fomentar a mobilização social desencadeada pelo MEC, desde a criação do plano de Metas do PDE, com fins de favorecer a frequência escolar, a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes da nossa cidade;

CONSIDERANDO o anseio por uma sociedade mobilizada e consciente do valor da educação, que deve contribuir e monitorar o direito e a qualidade da educação no município;

CONSIDERANDO os princípios norteadores tais como: participação democrática; respeito à pluralidade; compromisso; inclusão; solidariedade; educação como direito e valor; direito à informação; valorização da diversidade; ética e cidadania;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores abaixo para compor o Comitê de Análise e Aprovação do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE Interativo da rede pública de ensino municipal do Município de Capinzal:

I - Seila Eliane Ribeiro;

II - Valquíria Moresco.

Art 2º A atividade de membro do Comitê é considerado de interesse público relevante, sem ônus para o Município.

Art 3º Este Decreto entrar em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, em 12 de março de 2013.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMMAN
Secretário da Administração e Finanças

Cialar Contrato 0002/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0002/2013

Pregão Presencial Nº 001/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: ELETRIZAL SERVICOS DE INSTALACOES ELETRI

OBJETO: Contratação de mão de obra especializada na área Elétrica e Hidráulica, para execução de diversos serviços, conforme solicitação do Cialar, recursos próprios.

VALOR R\$: 490,00

VIGÊNCIA: 11/03/2013 ate 31/12/2013

Cialar Contrato 0003/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0003/2013

Pregão Presencial Nº 001/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: ELETROPNEUS OURO LTDA EPP

OBJETO: Contratação de mão de obra especializada na área Elétrica e Hidráulica, para execução de diversos serviços, conforme

solicitação do Cialar, recursos próprios.
VALOR R\$: 3.900,00
VIGÊNCIA: 11/03/2013 ate 31/12/2013

PMC Contrato 0084/2013

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 0084/2013
Pregão Eletrônico Nº 12/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal
CONTRATADA: MM COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.

OBJETO: Aquisição de Larvicida Biológico para manutenção das atividades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.
VALOR R\$: 37.583,00
VIGÊNCIA: 12/03/2013 ate 31/12/2013

Extrato de Edital Cialar

Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar
CAPINZAL - SC
EXTRATO DO EDITAL Nº 001/2013 DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Prefeito Municipal de Capinzal, juntamente com o Gestor do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar - CIALAR, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de Direito Público Interno, no uso de suas atribuições, torna pública a abertura das inscrições presenciais no período de 18/03/2013 a 05/04/2013 destinadas à realização do Processo Seletivo, para admissão de pessoal em caráter temporário (enquanto durar o consórcio) de excepcional interesse público (ACT) no quadro de pessoal do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar, para os seguintes cargos: Servente (Alfabetizado), Monitor Social (Ensino Médio), Assistente Social e Psicólogo (Ensino Superior). As provas estão previstas para o dia 14/04/2013. Demais Informações constam do inteiro teor deste edital que encontra-se divulgado no mural oficial da Prefeitura Municipal de Capinzal e nos sites: www.capinzal.sc.gov.br e www.iobv.com.br.

Capinzal (SC), 15 de março de 2013.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Extrato Edital Secretaria da Saúde

MUNICÍPIO DE CAPINZAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DO EDITAL Nº 012/2013 DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Prefeito municipal, juntamente com a Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de Direito Público Interno, no uso de suas atribuições, torna pública a abertura das inscrições presenciais no período de 18/03/2013 a 05/04/2013 destinadas à realização do Processo Seletivo, para admissão de pessoal em caráter temporário de excepcional interesse público (ACT) no quadro de pessoal do Município de Capinzal, para os seguintes cargos de nível superior de Médico (20 e 40 horas) e Odontólogo (20 horas). Demais Informações constam do inteiro teor deste edital que encontra-se divulgado no mural oficial da Prefeitura Municipal de Capinzal e nos sites: www.capinzal.sc.gov.br e www.iobv.com.br.

Capinzal (SC), 15 de março de 2013.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Catanduvas

PREFEITURA

Extrato Primeiro Termo Aditivo ao Contrato PMC Nº 011/2012

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0111/2012
Tomada de Preço nº 0004/2012 (Processo Licitatório nº 0069/2012).

Objeto: EXECUÇÃO DE PROJETO E CONSTRUÇÃO DE ARQUIBAN-CADA.

Contratante: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS.

Contratado (a): PRÉ-FABRICADOS SGANZERLA LTDA ME.

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO o previsto na Cláusula IV do Contrato original;
CONSIDERANDO o disposto no inciso II do art. 57 da Lei n.º 8.666/93;

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade a presente contratação e à prestação dos serviços descritos no Contrato firmado entre as partes e;

CONSIDERANDO a necessidade de estender o prazo para cumprimento do contrato e do convênio supramencionado por interesse da Administração Municipal,

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2013, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO - O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, II, "d" da Lei n.º 8.666 de 21 de julho de 1993.

E, por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que de tudo conhecimento tiveram.

Catanduvas - SC, 02 de janeiro de 2013.
Contrato Originário: 27 de junho de 2012.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Decreto Nº 14/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
DECRETO Nº 14/2013

"ANULA O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2013, DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 5/2013, DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO".

JOSÉ BRAULIO INÁCIO, Prefeito Municipal de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,

- CONSIDERANDO, a possibilidade da Administração Pública anular seus próprios atos, quando ilegais, conforme disposto na Súmula 473, do Supremo Tribunal Federal e nos artigos 38, IX e 49, ambos da Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993; e

- CONSIDERANDO, a imprescindível observância dos princípios basilares que devem nortear qualquer ato oriundo da Administração Pública (art. 37, da Constituição Federal/88);

- CONSIDERANDO, os fatos e fundamentos arrolados no Parecer Jurídico, anexo ao presente;

- CONSIDERANDO, o que dispõe o doutrinador Justen Filho (2011): "Em matéria de licitação, a nulidade muitas vezes somente é revelada e pronunciada em momento muito posterior à sua ocorrência. É comum o vício estar presente no ato convocatório e a licitação ter continuidade até a finalização do procedimento, quando vem à tona. Por vezes, o vício apenas é descoberto pela autoridade superior, no instante da homologação. Em outros casos, o vício poderá ser apurado após efetivada a contratação. O decurso do tempo é irrelevante e não transforma o ato de inválido em válido. Permanecerá o dever de declarar o vício e desfazer todos os atos subsequentes. Deve verificar-se se, suprimido determinado ato, os demais (quer anteriores, quer posteriores) podem manter-se por si próprios. Todos aqueles que se revelarem afetados pela pronúncia da nulidade deverão ser também invalidados."

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Processo Licitatório nº 29/2013, Dispensa de Licitação n. 5/2013, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PUBLICADORA DE JORNAL DE CIRCULAÇÃO MUNICIPAL E REGIONAL PARA DIVULGAÇÃO DOS ATOS E AÇÕES INSTITUCIONAIS REALIZADOS PELO/NO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
14 de março de 2013.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Decreto Nº 261/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 261/2013, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013.

Exonera, a pedido, a servidora MARCIA MARIA ZIMMERMANN MAGRO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora MARCIA MARIA ZIMMERMANN MAGRO, do cargo de provimento em comissão de Chefe do Departamento da Policlínica Concórdia, a partir de 26 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de fevereiro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 262/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 262/2013, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora SALETE DE MARCO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de março a junho de 2013, à servidora SALETE DE MARCO, ocupante do cargo de Psicólogo, o gozo de 4 (quatro) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, na forma abaixo:

I - 1 (um) mês relativo ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de fevereiro de 1999 a 31 de janeiro de 2004;

II - 3 (três) meses relativos ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2004 a 31 de janeiro de 2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de fevereiro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 263/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 263/2013, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor ALDO ADRIANO SCHNEIDER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, a partir de 4 de março de 2013, ao servidor ALDO ADRIANO SCHNEIDER, ocupante do cargo de Médico, matrícula 59218-05, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 10 de janeiro de 2006 a 9 de janeiro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 28 de fevereiro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 264/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 264/2013, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora CLEUSA TEREZINHA FAVERO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2013, à servidora CLEUSA TEREZINHA FAVERO, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de março de 2002 a 28 de fevereiro de 2007.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 28 de fevereiro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 265/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 265/2013, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora IVONE MARXREITER BEDIN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2013, à servidora IVONE MARXREITER BEDIN, ocupante dos cargos de Professor, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, na forma abaixo:

I - 1 (um) mês, relativo ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2005 a 31 de janeiro de 2010, matrícula 91650-00, código 10.10;

II - 1 (um) mês, relativo ao quinquênio - período aquisitivo de 3 de julho de 2005 a 2 de julho de 2010, código 10.12, matrícula 91650-01, código 10.12.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 28 de fevereiro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 266/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 266/2013, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora JANETE NIOTTI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2013, à servidora JANETE NIOTTI, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativo ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2000 a 31 de janeiro de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 28 de fevereiro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 267/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 267/2013, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor JOÃO BARBOSA COSTA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica

do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2013, ao servidor JOÃO BARBOSA COSTA, ocupante dos cargos de Médico, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, na forma abaixo:

I - 1 (um) mês, relativo ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de agosto de 1991 a 31 de julho de 1996, matrícula 6505-00;

II - 1 (um) mês, relativo ao quinquênio - período aquisitivo de 16 de janeiro de 2008 a 15 de janeiro de 2013, matrícula 6505-08.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de fevereiro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 268/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 268/2013, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora IVANETE GOSSE-NHEIMER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2013, à servidora IVANETE GOSSENHEIMER, ocupante do cargo de Atendente de Consultório Odontológico, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 11 de julho de 2000 a 10 de julho de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de fevereiro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 269/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 269/2013, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013.

Nomeia JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO no cargo de Encarregado da Seção Legislativa.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o servidor JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para exercer o cargo de Encarregado da Seção Legislativa - Secretaria Municipal de Administração, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 4 de março de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de fevereiro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 270/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 270/2013, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora LUCIANE COSTA GARCIA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2013, à servidora LUCIANE COSTA GARCIA, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, na forma abaixo:

I - 1 (um) mês, relativo ao quinquênio - período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2007 a 17 de fevereiro de 2012, matrícula 98973-00;

II - 1 (um) mês, relativo ao quinquênio - período aquisitivo de 3 de outubro de 2005 a 2 de outubro de 2010, matrícula 98973-04.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 28 de fevereiro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 271/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 271/2013, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora EDI MARIA RAVANELLI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2013, à servidora EDI MARIA RAVANELLI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 90271-00, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de fevereiro de 1995 a 31 de janeiro de 2000.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 28 de fevereiro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 272/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 272/2013, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013.

Nomeia DERLI HERTAL no cargo de Encarregado da Seção de Assuntos Comunitários.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor DERLI HERTAL, para exercer o cargo de Encarregado da Seção de Assuntos Comunitários - Gabinete do Prefeito, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 4 de março de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 28 de fevereiro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 273/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 273/2013, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013.

Nomeia FABIELA APARECIDA STEDILLE no cargo de Responsável do Setor de Orçamento Participativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora FABIELA APARECIDA STEDILLE, para exercer o cargo de Responsável do Setor de Orçamento Participativo - Assessoria de Planejamento, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 5, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 4 de março de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 28 de fevereiro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 274/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 274/2013, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013.

Nomeia GABRIEL ALEX SZLACHTA MOREIRA no cargo de Controlador da Divisão de Notificação e Autuação.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor GABRIEL ALEX SZLACHTA MOREIRA, para exercer o cargo de Controlador da Divisão de Notificação e Autuação - Secretaria Municipal de Finanças, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 6, acrescidos da gratificação de 20% (vinte por cento), a partir de 4 de março de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 28 de fevereiro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 275/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 275/2013, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013.

Nomeia JEAN CARLO LAZARIN no cargo de Responsável do Setor de Programas Habitacionais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor JEAN CARLO LAZARIN, para exercer o cargo de Responsável do Setor de Programas Habitacionais - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 5, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 4 de março de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

CRISTIANE FERNANDA WERLANG
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 28 de fevereiro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 276/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 276/2013, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013.

Nomeia JOVILDE TERESINHA BUSATTO no cargo de Controladora da Divisão de Logística Administrativa.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações e 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora JOVILDE TERESINHA BUSATTO, para exercer o cargo de Controladora da Divisão de Logística Administrativa - Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 6, acrescidos da gratificação de 20% (vinte por cento), a partir de 4 de março de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 28 de fevereiro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 277/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 277/2013, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013.

Nomeia VANDERLEI KLODA no cargo de Responsável do Setor de Topografia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor VANDERLEI KLODA, para exercer o cargo de Responsável do Setor de Topografia - Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 5, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 4 de março de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 28 de fevereiro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 278/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 278/2013, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013.

Nomeia WILLIAN SARMENTO no cargo de Encarregado da Seção de Educação Social.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor WILLIAN SARMENTO, para exercer

o cargo de Encarregado da Seção de Educação Social - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provisão em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 4 de março de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de fevereiro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 279/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 279/2013, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ELENIR GRANELLA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, a partir de 5 de março de 2013, à servidora ELENIR GRANELLA, ocupante do cargo de Secretário Escolar, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 3 de fevereiro de 2008 a 2 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de fevereiro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 280/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 280/2013, DE 1º DE MARÇO DE 2013.

Nomeia CARINE INES TURMENA no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei

Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, CARINE INES TURMENA, no cargo de Professor - Educação Física, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 4 de março de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 281/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 281/2013, DE 1º DE MARÇO DE 2013.

Nomeia ELAINE REDIN no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ELAINE REDIN, no cargo de Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 4 de março de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 282/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 282/2013, DE 1º DE MARÇO DE 2013.

Nomeia ZENILDA GUAREZI SALINI no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do

Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ZENILDA GUAREZI SALINI, no cargo de Professor - Educação Infantil, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 4 de março de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 283/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 283/2013, DE 4 DE MARÇO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MARLENE APARECIDA GOMES SONNTAG.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2013, à servidora MARLENE APARECIDA GOMES SONNTAG, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de fevereiro de 2008 a 1º de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 284/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 284/2013, DE 4 DE MARÇO DE 2013.

Exonera, a pedido, a servidora ELCI VENDRUSCOLO FELIX.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora ELCI VENDRUSCOLO FELIX, do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, a partir de 1º de março de 2013.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 285/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 285/2013, DE 4 DE MARÇO DE 2013.

Exonera, a pedido, a servidora LIZIANE DE SOUZA VIEGAS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora LIZIANE DE SOUZA VIEGAS, do cargo de provimento efetivo de Professor, código 10.12, matrícula 80365-03, a partir de 4 de março de 2013.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 286/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 286/2013, DE 4 DE MARÇO DE 2013.

Dispõe sobre o desligamento da servidora LANIR SCHWANKE BEVILAQUA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 318 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no art. 20,

§ 2º da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Suplementar de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 1º de março de 2013, a servidora LANIR SCHWANKE BEVILAQUA, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 92983-00, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

Art. 2º Fica declarada extinta a vaga do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 287/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 287/2013, DE 4 DE MARÇO DE 2013.

Dispõe sobre o desligamento da servidora MARISTELA DE LOURDES GUEDES.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 1º de março de 2013, a servidora MARISTELA DE LOURDES GUEDES, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 99902-00, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de março de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Resolução Nº 010 - Aprova Recursos de Alta Complexidade

RESOLUÇÃO Nº 010 de 14 de março de 2013

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social especial de Alta Complexidade, entre o Fundo estadual de Assistência Social/FEAS e o Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia/FMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia, em reunião ordinária realizada no dia 14 de março de 2013, no uso de suas atribuições e conforme, Art. 18 da Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - LOAS e Norma Operacional Básica - NOB/2005, Resolução CIB/SC nº 05, de 27 de fevereiro de 2013 e legislação que rege o Convênio/Proteção Social Especial - Serviço de Alta Complexidade.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, provenientes do Fundo Estadual de Assistência Social/FEAS, no valor de R\$ 72.600,00 (setenta dois mil e seiscentos reais), sendo que deste, 40% destina-se a investimento e 60% a custeio.

Art. 2º - Os recursos serão destinados a execução de Serviços de Acolhimento Institucional provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, no Abrigo Municipal Anjo Gabriel.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 14 de março de 2013.

TÂNIA APARECIDA PEREIRA DA CUNHA

Presidente CMAS

Resolução Nº 011 - Aprova Recursos do CREAS 2013

RESOLUÇÃO Nº 011 de 14 de março de 2013

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e o Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia - FMASC.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia, em reunião ordinária realizada no dia 14 de março de 2013, no uso de suas atribuições e conforme, Art. 18 da Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - LOAS e Norma Operacional Básica - NOB/2005, Resolução CIB/SC nº 04, de 27 de fevereiro de 2013 e legislação que rege o Convênio/Proteção Social Especial - Serviço de Média Complexidade.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade, provenientes do Fundo Estadual de Assistência Social/FEAS, no valor de R\$ 95.040,00 (noventa e cinco mil e quarenta reais), sendo que deste, 40% destina-se a investimento e 60% a custeio.

Art. 2º - Os recursos serão destinados aos seguintes Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade executados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS: Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI; Serviço Especializado em Abordagem Social e Pessoas em Situação de Rua; Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, referente ao não cumprimento das condicionalidades e Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 14 de março de 2013.

TÂNIA APARECIDA PEREIRA DA CUNHA
Presidente CMAS

Resolução Nº 012 - Comissão Visita

RESOLUÇÃO Nº 012 de 14 de março de 2013

Dispõe sobre a formação de comissão para proceder à visita a entidade da rede socioassistencial não governamental junto ao Conselho Municipal de Assistência Social.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA/SC - CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 14 de março de 2013, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social LOAS, o disposto na Lei Municipal nº 4.384, 15 de dezembro de 2001, a Resolução nº 16, de 5 de maio de 2010, do Conselho Nacional de Assistência Social, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social e a Resolução nº 023, de 6 de outubro de 2011, do Conselho Municipal de Assistência Social,

RESOLVE:

Art. 1o. Criar Comissão para realização da visita in loco a entidade Associação Comunitária Renovação para Integração da Família/ACRIF, nos serviços de Albergue/Casa de Apoio, CASEP e Semiliberdade que ficou constituída pelos seguintes conselheiros:

I. Luiz Carlos Segalla, Fanuel Refosco da Silva, Nelsi Dias, Marcel Alan Haefliger, Alberto Ferreira da Fontoura e Soeli Fátima Oliveira.

Art. 2o. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Concórdia, 14 de março de 2013.

Tânia Aparecida Pereira da Cunha
Presidente do CMAS

Extrato do Convênio 5/2013- FMEC

EXTRATO DO CONVÊNIO 5/2013- FMEC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor VILMAR ANTÔNIO BENTZ e a ASSOCIAÇÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA ÁGUIAS DE CONCÓRDIA SC, neste município, inscrita no CNPJ sob nº 08.404.586/0001-61 representada pela sua Presidente, senhora AVANIR MARIA CHIAPETTI.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjunção de esforços, para incentivo e difusão do esporte e representação do Município em competições de Basquete - Cadeirantes, como PARA-JASC, Paraolimpíada, competições regionais, estaduais, nacionais e amistosos.

VALOR: R\$ 30.000,00

PRAZO: De 12.03.2013 a 31.12.2013.

DATA DA ASSINATURA: 12 de março de 2013.

Extrato do Convênio 6/2013- FMEC

EXTRATO DO CONVÊNIO 6/2013- FMEC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor VILMAR ANTÔNIO BENTZ e a ASSOCIAÇÃO CONCORDIENSE DE FUTSAL, neste município, inscrita no CNPJ sob nº 07.830.972/0001-52 representada pelo seu Presidente, senhor GABRIEL JUNIOR TESTA.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjunção de esforços, para incentivo e difusão do esporte e representação do Município nas competições de futsal, desenvolvidas por Ligas, Federações e Confederações e nos Jogos Abertos de Santa Catarina

- JASC.

VALOR: R\$ 50.000,00

PRAZO: De 13.12.2013 a 31.12.2013.

DATA DA ASSINATURA: 13 de março de 2013.

Extrato do Convênio Nº 2/2013- FMEC

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 2/2013- FMEC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor VILMAR ANTÔNIO BENTZ e o CLUBE CONCORDIENSE DE TIRO AO ALVO, CAÇA E PESCA, neste município, inscrito no CNPJ sob nº 82.811.522/0001-38, representada pelo seu Presidente, senhor FÁBIO FLORINDO SABI.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjunção de esforços, para incentivo e difusão do esporte e representação do Município em competições como Jogos Abertos de Santa Catarina, Campeonatos Regionais, Estaduais e nacionais de Trapp.

VALOR: R\$ 30.000,00

PRAZO: De 12.03.2013 a 31.12.2013.

DATA DA ASSINATURA: 12 de março de 2013.

Extrato do Convênio Nº 3/2013- FMEC

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 3/2013- FMEC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor VILMAR ANTÔNIO BENTZ e o ESPORTE CLUBE CANARINHO, neste município, inscrito no CNPJ sob nº 80.641.137/0001-64, representado pelo seu Presidente, senhor ROBERTO GUILHERME DETONI.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjunção de esforços, para incentivo e difusão do esporte e representação do Município nas competições do Futebol, como Juguinhos Abertos de Santa Catarina, Campeonato Catarinense da Divisão Especial, e Campeonato Catarinense de Futebol de Base e outros eventos regionais, estaduais e nacionais das categorias pré-mirim, mirim, infantil e juvenil.

VALOR: R\$ 36.750,00

PRAZO: De 12.03.2013 a 31.12.2013.

DATA DA ASSINATURA: 12 de março de 2013.

Extrato do Convênio Nº 4/2013- FMEC

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 4/2013- FMEC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor VILMAR ANTÔNIO BENTZ e a ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DA NATAÇÃO - APAN, neste município, inscrita no CNPJ sob nº 04.974.383/0001-50, representada pelo seu Presidente, senhor MÁRIO LEONEL CALINOWSKI.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjunção de esforços, para incentivo e difusão do esporte e representação do Município nas competições de natação, como os Juguinhos e Jogos Abertos de Santa Catarina - JASC, Olimpíada Estudantil, competições estaduais e nacionais.

VALOR: R\$ 25.000,00

PRAZO: De 12.03.2013 a 31.12.2013.

DATA DA ASSINATURA: 12 de março de 2013.

Extrato do Convênio Nº 7/2013- FMEC

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 7/2013- FMEC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor VILMAR ANTÔNIO BENTZ e a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO - FUNC, neste município, inscrita no CNPJ sob nº 83.395.921/0003-90, representada pelo seu Presidente, senhor ARI ADAMY.

OBJETO: O Convênio tem como objeto a utilização da Estrutura do Estádio Municipal Domingos Machado de Lima e Sala de Tatames das Escolinhas de Iniciação Esportiva da FMEC, junto a SER SADIA e o fornecimento de Bolsas de Estudo à FMEC pela FUNC.

PRAZO: De 01.02.2013 a 31.12.2013.

DATA DA ASSINATURA: 13 de março de 2013.

CÂMARA MUNICIPAL**Contrato: Nº 09/2013 - CVC**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 09/2013 - CVC

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA

CONTRATADA: AUTÔMATOS LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA

OBJETO: Locação de duas máquinas para preparar bebidas quentes (café), modelo Coffeemax III Special com gabinete de base com rodas.

VALOR TOTAL: R\$ 6.908,16 (seis mil, novecentos e oito reais e dezesseis centavos)

CÓDIGO DO RECURSO E FONTE: 01.0101.01.031.0001.2001.33 903912

DATA DA ASSINATURA: 14.01.2013

DATA DE VENCIMENTO: 31.12.2013

FORO: Comarca de Concórdia SC

Cordilheira Alta**PREFEITURA****Decreto N. 231/2013**

DECRETO Nº231/2013, DE 13 DE MARÇO DE 2013

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal, Sr. Madian Gleicon Romanini, ocupante do cargo de Técnico em Apoio Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 45 (quarenta e cinco) dias de férias, sendo 15 (quinze) dias referente ao período aquisitivo de 01/03/2010 à 28/02/2011, e 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 01/03/2011 à 29/02/2012, que serão gozadas no período de 01/04/2013 à 15/05/2013.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de março do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 13 de Março de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretario Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

MADIAN GLEICON ROMANINI

Ciente em: _____/_____/2013

Decreto N. 232/2013

DECRETO Nº 232/2013, DE 13 DE MARÇO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, em especial o Art. 70 e 71 da Lei Complementar Nº 018/2001,

DECRETA

Art. 1º Conceder 03 (três) dias de licença para acompanhamento de tratamento de saúde do companheiro, à Servidora Municipal, Sra. Adriana Inês Lanzarin, Diretora do Centro Educativo Municipal Mediação, com carga horária de 40 h semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 13 de Março de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretario Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Decreto N. 233/2013

DECRETO Nº 233 /2013, DE 14 DE MARÇO DE 2013

"EXONERA SECRETÁRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado, a partir desta data, o Sr. GUSTAVO ANDRÉ FOPPA, ocupante do cargo de Secretário Municipal da Cultura e Esporte.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 14 de março de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretario Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Decreto N. 234/2013

DECRETO Nº234/2013, DE 14 DE MARÇO DE 2013

"EXONERA E DECLARA VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO DE SERVIDOR MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais ,atendendo o disposto no inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 14 de março de 2013, a Sra. MARTA KOLHS, e declara vacância do cargo de Enfermeira, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração direta do Município de Cordilheira Alta.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignados no orçamento municipal.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 14 de março de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretario Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Decreto N. 235/2013

DECRETO Nº235 /2013, DE 14 DE MARÇO DE 2013

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO GESTOR DE CARÁTER DELIBERATIVO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que o cargo lhe confere, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, em especial, ao disposto na Lei Municipal Nº823/2008,

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados para comporem o Conselho Gestor de Caráter deliberativo do Fundo Municipal de Habitação do Município de Cordilheira Alta, os seguintes membros:

I - Representantes do Poder Executivo Municipal:

a) Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

- Titular: Edimar dos Passos

- Suplente: Sidonia Salete Cecon Merísio

b) Representante da Secretaria Municipal da Educação

- Titular: Cleusa Aparecida Tozzo

- Suplente: Kátia Ana Di Domêncico

c) Representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura

- Titular: Almir Valandro

- Suplente: Idalir Sérgio Biolchi

II - Representantes da Sociedade Civil:

a) Representante da Associação Comercial, Industrial, de Prestadores de Serviços e Agricultura

- Titular: Helena Marconi

- Suplente: Juraci Colpani

b) Representantes dos Sindicatos

- Titular: Jocelito Stievens de Arruda

- Suplente: Luiz Rossoni

c) Representante do Clube de Idosos

- Titular: Arlete Tecchio

- Suplente: Nadir Cortez Garcia

Art. 2º O mandato dos conselheiros será de 2 (dois) anos, permitindo uma recondução por igual período.

Art. 3º Os membros do Conselho, prestarão serviço de caráter relevante, sendo que não lhes serão atribuídos qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto

Nº057/2010 de 28 de julho de 2010 e 061/2011 de 03 de agosto de 2011.

Cordilheira Alta, SC, 14 de março de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretario Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Decreto N. 236/2013

DECRETO Nº236 /2013, DE 14 DE MARÇO DE 2013

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDORA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais ,atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica demitida, a pedido, a partir desta data, a Sra. SIDIANA VARGAS MENEGUINI, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanal, lotada na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 14 de março de 2013

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretario Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Decreto N. 237/2013

DECRETO Nº.237/2013 DE 15 DE MARÇO DE 2013

"HOMOLOGA CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS E PRODUTORES RURAIS CLASSIFICADOS PARA O MOVIMENTO ECONÔMICO DE 2013, ANO BASE 2011, POR ORDEM DE COLOCAÇÃO E DE PRODUÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente ao disposto no inciso IV do art. 70 da Lei Orgânica Municipal nº 451/2000 e leis complementares:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a classificação das empresas e dos produtores agropecuários para o evento do Movimento Econômico 2013, ano base 2011, conforme descrição abaixo, por Categoria, Colocação e Respetivo valor:

EMPRESAS NORMAIS

1-VOTORANTIM CIMENTOS S/A	R\$ 23.705.638,13
2-NILO TOZZO & CIA LTDA	R\$ 16.935.471,67
3-BATISTELA ADM.E PARTICIPAÇÃO S/A	R\$ 14.724.440,32
4-LUDOVICO J. TOZZO LTDA	R\$ 14.505.862,83
5-SC FOODS S/A	R\$ 6.212.200,22
6-MADERCAL IND. E COM. DE MAD.LTDA	R\$ 3.361.064,72
7-DISTRIBUIDORA TOZZO LTDA	R\$ 1.491.458,39
8-TOZZO & CIA LTDA	R\$ 1.406.796,39
9-MAXUL ALIMENTOS LTDA	R\$ 1.312.957,10
10-METALURGICA SUL BRASIL	R\$ 874.514,36
11-BRITTER RODOVIAS LTDA	R\$ 524.194,48
12-NILO TOZZO & CIA LTDA -Posto Combustível	R\$ 514.591,47

PRESTADORES DE SERVIÇOS

1-BATTISTELA VEICULOS PESADOS LTDA	R\$ 58.020,88
2-TREVO OESTE COM. DE PEÇAS E SERV. LTDA	R\$ 21.428,41
3-CARTÓRIO DAL SANTO	R\$ 10.776,78
4-CARGA TERRAPLENAGENS E TRANSP. LTDA	R\$ 3.163,90
5-CM PERÍCIAS E AVALIAÇÕES LTDA	R\$ 2.695,81

TRANSPORTADORES

1-NILO TOZZO TRANSPORTES LTDA	R\$ 9.860.221,97
2-TRANS. LUDOVICO TOZZO LTDA	R\$ 9.023.096,61
3-CARGA TERRAPLENAGENS E TRANSP. LTDA	R\$ 146.327,20
4-TRANSPORTES IRMAOS GIACOMIN LTDA	R\$ 122.400,00
5-RUMA TRANSPORTES LTDA	R\$ 63.767,32
6-GUOLLO E GUOLLO TRANSPORTES LTDA-ME	R\$ 57.301,30
7-TRANSPORTES TURBINADO LTDA - ME	R\$ 54.071,89
8-IDALIR SÉRGIO BIOLCHI TRANS. -ME	R\$ 52.234,62
9-TRANSPORTES CORDIAGRO LTDA	R\$ 48.772,60
10-TRANSDECESARO TRANSP. LTDA ME	R\$ 43.327,34
11-MADERCAL TRANSPORTES LTDA-ME	R\$ 39.979,01
12-DOBEM COM. ETRANSPORTE LTDA	R\$ 34.371,99

MICRO-EMPRESAS

1-MADEREIRA CORDILHEIRA LTDA - ME	R\$ 601.724,12
2-SUPERMERCADO SACHET LTDA	R\$ 488.116,50

3-TREVO OESTE COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA	R\$ 426.361,71
4-282 COM. DE PEÇAS E SERV.MECÂNICOS LTDA	R\$ 290.126,66
5-GRANJA PEDAL LTDA ME	R\$ 283.835,54
6-AÇOMETAL ESTRUTURAS METALICAS LTDA-EPP	R\$ 274.826,96
7-FERRACORDI FERRAGEM CORD.ALTA LTDA	R\$ 213.775,93
8-CELLA PRODUTOS DE INOX	R\$ 204.480,61
9-FEDPLAS BRASIL INJEÇÃO. PLÁSTICA LTDA-ME	R\$ 167.070,88
10-BRITAGEM BILHAR LTDA	R\$ 156.386,43
11-SUPERMERCADO MATTANA LTDA-EPP	R\$ 154.114,90
12-IND. E COM. DE VELAS CORDILHEIRA LTDA	R\$ 130.912,75
13- DROGARIA CORDILHEIRA LTDA	- ME
R\$ 117.241,60	
14-CLAITON ANDRÉ TRESSOLDI EPP	R\$ 103.956,26
15-SUPERMERCADO COSER E GIACOMIN LTDA - ME	R\$ 98.886,60

PRODUTORES DE AVES

1-DOMINGOS GRACIANI-CAMPINA DO GREGORIO	R\$2.220.117,02
2-PEDRO GHISLENI-CAMPINA DO GREGORIO	R\$ 652.528,74
3-VANDERLEI PEDRO ORSO-L. DIANISTA	R\$ 609.681,36
4-VALDAIR ZANARDI-LINHA BENTO GONÇALVES	R\$ 541.277,80
5- ARDUINO BREMBILA-CAMPINA DO GREGORIO	R\$ 520.499,77
6-IVANOR LUIZ SACHET-L.. GENERAL OSORIO	R\$ 502.493,71
7-CELDO DAL SANTO-LINHA PILÃO DE PEDRA	R\$ 477.284,41
8-EDENILSON BORSOI-FERNANDO MACHADO	R\$ 417.098,36
9-BRUNO BORSOI-L. GENERAL OSÓRIO	R\$ 415.699,68
10-SILVESTRE ANTONIO CELLA- F. MACHADO	R\$ 405.833,69
11-JAIR VILLANI-L. BENTO GONÇALVES	R\$ 404.847,63
12-DANILO PIRAN-L. RODEIO BONITO	R\$ 404.078,19
13-CLAUDIANO LUZA-L. DIANISTA	R\$ 389.576,35
14-CERJO ANTONIO GIORDAN	-COLÔNIA BACIA
R\$ 381.860,24	
15-OSMAR CHARGA-L. DIANISTA	R\$ 368.829,96

PRODUTORES DE SUÍNOS

1-ALCIDES TRESSOLDI-L. BENTO GONÇALVES	R\$1.052.158,44
2-CLAUDIANO LUSA-LINHA DIANISTA	R\$ 905.790,77
3-IVALBERTO TECCHIO-FERNANDO MACHADO	R\$ 819.573,30
4-VALDEMAR TRESSOLDI-L. BENTO GONÇALVES	R\$ 623.309,26
5-JOÃO ANTONIO GABRIEL-L. CAROLA MAIA	R\$ 499.530,80
6-INÁCIO OSWALD- LINHA BENTO GONÇALVES	R\$ 457.324,94
7-ELIBERTO CARLOS SACHET- L. GENERAL OSÓRIO	R\$ 434.553,14
8-MARISA TECCHIO PEDERSSETTI-F.MACHADO	R\$ 433.042,41
9-GILBERTO GIACOMIN-L.GIACOMIN	R\$ 431.038,39
10-JACIR FAVERO- L. COMERCIAL	R\$ 430.958,69
11-AIRTON ATUATTI-L. BENTO GONÇALVES	R\$ 407.080,43
12-DARCI BOFF-FERNANDO MACHADO	R\$ 379.654,13
13-MAICON ADÃO DEFILTRO-L. BENTO GONÇALVES	R\$ 355.477,91
14-ABRÃO DE SOUZA PORTELLA-L. DIANISTA	R\$ 342.425,83
15-IVAIR PEDERSSETTI-L. DIANISTA	R\$ 331.466,74

PRODUTORES DE LEITE

1-IVAIR PEDERSSETTI-L. DIANISTA	R\$ 242.765,51
2-DANIEL TOZZO-L. GIACOMIN	R\$ 222.250,60
3-ALEXANDRE A. VALANDRO-L M. DEODORO	R\$ 135.457,25
4-JOÃO ANTONIO GABRIEL-LINHA CAROLA MAIA	R\$ 125.609,61
5- NEUDI AULER-L. RODEIO BONITO	R\$ 122.696,00
6-IVAR JOSE FANTE-L. DIANISTA	R\$ 73.079,00
7-AQUILES GABRIEL-L. IPIRANGA	R\$ 65.704,65
8-VILMAR MENEGASSO-L. TRÊSW IRMÃOS	R\$ 59.422,80
9-CLAUDIO JOÃO POSSA-LINHA CARAVAGIO	R\$ 55.387,27
10- PAULO CESAR GIORDAN-L. COLONIA BACIA	R\$ 55.067,00



11- AIR ANTONIO COLPANI-L. RODEIO BONITO	R\$ 54.111,51
12-LEANDRO GABRIEL-L. BENTO GONÇALVES	R\$ 52.620,28
13-CERJO ANTONIO GIORDAN-L. COLONIA BACIA	R\$ 51.488,66
14-NILTON LUIZ BERTÉ-L. IPIRANGA	R\$ 49.206,60
15-MARCIANO CARNIEL-L. IPIRANGA	R\$ 47.228,90

PRODUTORES DE OUTRAS ATIVIDADES

1-FABIO A. CARNIEL BORTESE-L. BENTO GONÇ.	R\$ 648.821,02
2-ANTÔNIO DOMINGOS DAL SANTO-L. DAL SANTO	R\$ 290.000,70
3-GILMAR VITÓRIO VALANDRO-L. CARAVÁGIO	R\$ 258.889,57
4-NILO TOZZO-L. CARAVAGIO	R\$ 224.705,02
5-DANIEL TOZZO-L. GIACOMIN	R\$ 190.764,00
6-CLEBER BREANCINI-L. CAMPINA DO GREGORIO	R\$ 111.735,25
7-CLAUDECIR BIESSEK-FERNANDO MACHADO	R\$ 88.165,11
8-MAURO ARLINDO MORESCO-L.IPIRANGA	R\$ 78.083,60
9-DARCI DE CESARO-LINHA CAROLA MAIA	R\$ 70.126,90
10-VALDINEI PEDERSSETTI-LINHA DIANISTA	R\$ 69.141,35
11-ALCIDES MATTANA-L.CAMPINA GREGÓRIO	R\$ 67.400,00
12-MARILISE VILANI MATTANA-L.CAMP.GREGÓRIO	R\$ 67.295,00
13-LEANDRA MARIA CANABARRO-L.COMERCIAL	R\$ 62.887,81
14-NEUDI AULER-L.RODEIO BONITO	R\$ 61.022,35
15- LAURO WELTER-L.BENTO GONÇALVES	R\$ 59.848,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 15 de março de 2013.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Coronel Martins

PREFEITURA

Estado de Santa Catarina

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL MARTINS
PROCESSO LICITATORIO Nº. 005/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº.003/2013
AVISO DE LICITAÇÃO

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL MARTINS, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital de Pregão Presencial FUNSAU n. 003/2013, até às 8:15 horas do dia 28 de Março de 2013 e fará abertura das mesmas às 08:45 hs do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação é prestar serviços na área da Medicina, que disponibilize Médico Clínico Geral, atendimento 40 horas semanais, plantão e ginecologista e de uma fisioterapeuta para trabalharem na unidade de saúde do município, tipo menor preço por item, de acordo com as regras do Edital, conforme dispõe as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, e no que couber a legislação aplicável. A íntegra o Edital e de mais documentos poderão ser obtidos junto à sede do Município de Coronel Martins - SC com a Comissão de Licitação, sito à Rua Porto Alegre n. 47, Telefone (49) 3459-0011.

Coronel Martins - SC, 18 de Março de 2013.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Estado de Santa Catarina

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL MARTINS
PROCESSO LICITATORIO Nº. 006/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº.004/2013
AVISO DE LICITAÇÃO

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL MARTINS, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital de Pregão Presencial FUNSAU n. 004/2013, até às 8:15 horas do dia 29 de Março de 2013 e fará abertura das mesmas às 08:45 hs do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação a aquisição materiais, produtos e instrumentos ambulatoriais para o exercício de 2013, conforme consta da relação anexa ao Edital de Pregão Presencial n. 004/2013, para o exercício de 2013, tipo menor preço por item, de acordo com as regras do Edital, conforme dispõe as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, e no que couber a legislação aplicável. A íntegra o Edital e de mais documentos poderão ser obtidos junto à sede do Município de Coronel Martins - SC com a Comissão de Licitação, sito à Rua Porto Alegre n. 47, Telefone (49) 3459-0011.

Coronel Martins - SC, 18 de Março de 2013.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

Lei Nº 2.097/13

LEI Nº 2.097/13

INSTITUI A CONTROLADORIA GERAL NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ - CGC, E DISCIPLINA O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os munícipes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I DA ABRANGÊNCIA

Art. 1º - Fica instituído no âmbito do Município, o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo pela Controladoria Geral do Município de Corupá - CGC, que atuará de forma integrada com o Poder Legislativo e com abrangência em todos os órgãos e agentes públicos da administração direta, indireta e entidades ou pessoas beneficiadas com recursos públicos.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 2º - O Sistema de Controle Interno tem como objetivos básicos assegurar a boa gestão dos recursos públicos e apoiar o controle externo na sua missão institucional de fiscalizar os atos da administração, relacionados à execução contábil, financeira, operacional e patrimonial, quanto a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas. Parágrafo único - O Controle dos atos da administração serão exercidos de forma prévia, concomitante e subsequente.

Art. 3º - O Sistema de Controle Interno tem como objetivos



específicos:

- I - acompanhar e avaliar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- II - avaliar a execução dos programas e dos orçamentos quanto ao cumprimento das metas físicas e financeiras;
- III - comprovar a legalidade dos atos de gestão de governo e avaliar os resultados quanto à eficácia, eficiência e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, assim como a boa e regular aplicação dos recursos públicos por pessoas e entidades de direito público e privado;
- IV - avaliar os custos das obras e serviços realizados pela administração e apurados em controles regulamentados na Lei de Diretrizes Orçamentária;
- V - controlar as operações de crédito, avais, garantias, direitos, haveres e inscrição de despesas em restos a pagar
- VI - verificar a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos;
- VII - fiscalizar o cumprimento das medidas adotadas para retorno das despesas de pessoal e montante da dívida aos limites estabelecidos no regramento jurídico
- VIII - acompanhar o cumprimento da destinação vinculada de recursos da alienação de ativos;
- IX - acompanhar o cumprimento dos limites de gastos do Poder Legislativo Municipal;
- X - acompanhar o cumprimento dos gastos mínimos em ensino e saúde;
- XI - acompanhar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos;
- XII - avaliar a execução dos programas de governo, inclusive os constantes do Plano Diretor e dos orçamentos do Município;
- XIII - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO

Art. 4º - O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal compreende as atividades de avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual, da execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município e de avaliação da gestão dos administradores públicos municipais, utilizando como instrumentos a auditoria e a fiscalização.

Art. 5º - O Sistema de Controle Interno atuará com a seguinte organização funcional:

- I - Controladoria Geral;
- II - Unidades Operacionais;
- III - Auditoria Interna;
- IV - Tomada de Contas Especial;
- V - Processo Administrativo.

CAPÍTULO IV DA CONTROLADORIA GERAL

Art. 6º - A Controladoria Geral, qualificada como Unidade Administrativa, integrará a estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal, a ser definido em lei específica.

Art. 7º - A Controladoria Geral, subordinada diretamente ao Poder Executivo Municipal, terá como finalidade de:

- I - exercer o controle contábil, orçamentário, operacional e patrimonial das entidades da administração municipal direta, indireta, autarquia e fundacional, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e regularidade da execução da receita e da despesa;
- II - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, da execução de programas de governo e dos orçamentos do Município;
- III - apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório das atividades desenvolvidas;

- IV - emitir certificado de auditoria sobre as contas dos gestores públicos;
- V - considerar e avaliar a contratação de auditorias externas e independentes da administração municipal, com o objetivo de criar condições indispensáveis para assegurar a eficácia ao controle externo;
- VI - realizar outras atribuições direta e indiretamente relacionadas ao harmônico desenvolvimento das atividades inerentes ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo;

Art. 8º - À Controladoria Geral compete:

- I - elaborar as normas de Controle Interno para os atos da Administração a serem aprovadas por decreto ou decreto legislativo no âmbito de cada Poder;
- II - propor aos Chefes dos Poderes, quando necessário, atualização e adequação das normas de Controle Interno para os atos da administração;
- III - programar e organizar auditorias nas Unidades Operacionais, com periodicidade no mínimo anual;
- IV - programar e organizar auditorias nas entidades ou pessoas beneficiadas com recursos públicos;
- V - manifestar-se, expressamente, sobre as contas anuais do Prefeito, com atestado do Chefe do Poder Executivo Municipal que tomou conhecimento das conclusões nela contida;
- VI - encaminhar ao Tribunal de Contas Relatório de Auditoria e manifestação sobre as contas anuais do Prefeito, com indicação das providências adotadas e a adotar para corrigir eventuais ilegalidades ou irregularidades, ressarcir danos causados ao erário, ou evitar a ocorrência de falhas semelhantes;
- VII - sugerir aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo instauração de Tomada de Contas Especial nos casos de identificação de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário;
- VIII - sugerir aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo, que solicitem ao Tribunal de Contas a realização de auditorias especiais;
- IX - sugerir aos Chefes dos Poderes, no âmbito de suas competências, a instauração de Processo Administrativo nos casos de descumprimento de norma de controle interno caracterizado como grave infração a norma constitucional ou legal;
- X - dar conhecimento ao Tribunal de Contas sobre irregularidades ou ilegalidades apuradas em Tomada de Contas Especial realizadas, com indicação das providências adotadas ou a adotar para ressarcimento de eventuais danos causados ao erário e para corrigir e evitar novas falhas;
- XI - programar e sugerir aos Chefes dos Poderes a participação dos servidores em cursos de capacitação voltados para melhoria do controle interno;
- XII - assinar, por seu titular, o Relatório de Gestão Fiscal de que tratam os artigos 54 e 55 da LC nº 101/2000;
- XIII - informar ao Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara a verificação de irregularidade ou ilegalidade e, se confirmada, será informada ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 9º - O titular da Controladoria Geral do Município, denominado Controlador Geral, será nomeado pelo chefe do Poder Executivo e deverá satisfazer os seguintes requisitos:

- I - notórios conhecimentos jurídicos, contábeis e financeiros ou de administração pública;
- II - idoneidade moral e reputação ilibada;
- III - notórios conhecimentos na área de controle interno e de administração municipal.

Art. 10 - Integram a estrutura básica da Controladoria Geral do Município:

- I - Assessoria.

Art. 11 - Ficam criados na estrutura organizacional da Controladoria

Geral do Município os seguintes cargos em comissão de livre nomeação e exoneração:

I - 1(um) cargo de Controlador-Geral, com vencimentos e prerrogativas de Secretário Municipal;

II - 1 (um) cargo de Assessor de Controle Interno.

Parágrafo Único: Para os cargos em comissão, os vencimentos são os que constam no Anexo Único, parte integrante desta LEI.

SEÇÃO ÚNICA

Do Assessor de Controle Interno

Art. 12 - À Assessor de Controle Interno compete:

I - o acompanhamento da execução do Orçamento Municipal, Plano Plurianual e Lei das Diretrizes Orçamentárias e dos Contratos e Atos Jurídicos análogos;

II - a verificação da regularidade e contabilização dos atos que resultem da arrecadação de receitas e realização de despesas;

III - a verificação da regularidade da contabilização dos atos que resultem no nascimento ou extinção de direitos e obrigações;

IV - a verificação e registro da fidelidade funcional dos agentes da administração e responsáveis por bens e valores públicos;

CAPÍTULO V

DAS UNIDADES OPERACIONAIS

Art. 13 - Às Unidades Operacionais de Controle Interno representado pelo Poder Legislativo e pelas Unidades Administrativas constantes da estrutura organizacional do Poder Executivo, por seus servidores, compete:

I - desempenhar suas funções em estrito cumprimento das normas de Controle Interno editadas, sob pena de responsabilidade, sujeitando-os a imputação de débito, multa e/ou punição administrativa na forma estabelecida nesta lei, estatuto dos servidores ou regulamento próprio;

II - propor a Controladoria Geral, a atualização ou a adequação das normas de Controle Interno;

III - informar a Controladoria Geral, para as providências necessárias, a ocorrência de atos ilegais, ilegítimos, irregulares ou antieconômico de que resultem ou não em dano ao erário;

IV - apoiar os trabalhos de auditoria interna, facilitando o acesso a documentos e informações.

CAPÍTULO VI

DA AUDITORIA INTERNA

Art. 14 - O trabalho de Auditoria Interna deverá ser desenvolvido com obediência as seguintes normas básicas:

I - as auditorias serão realizadas mediante programação e organização pela Controladoria Geral, aprovadas pelo Chefe de Poder;

II - verificação do cumprimento das normas de Controle Interno pelos servidores municipais no exercício de suas funções nas diversas Unidades Operacionais, ou por aqueles beneficiados com recursos públicos;

III - registro do trabalho de auditoria em relatório, com indicação clara de eventuais falhas, erros, deficiências, ilegalidades ou irregularidades constatadas;

IV - o relatório de auditoria será encaminhado a Controladoria Geral para emissão de parecer, conhecimento dos Chefes dos Poderes, observado o âmbito de competência, e encaminhamento ao Tribunal de Contas com indicação das medidas adotadas ou a adotar para correção das falhas apontadas.

§ 1º - O trabalho de Auditoria Interna será exercido, preferencialmente, por servidores efetivos com formação nas áreas de economia, ciências contábeis, administração, direito ou afim.

§ 2º - As auditorias contábeis deverão ser realizadas necessariamente por profissional com formação em ciências contábeis.

§ 3º - Para atender ao princípio da segregação de função, sem prejuízo do princípio da economicidade, as auditorias poderão ser contratadas pela Administração Municipal.

CAPÍTULO VII

DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Art. 15 - O trabalho de Tomada de Contas Especial será exercido por comissão ou por tomador de contas designado pelos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo no âmbito de cada Poder, com obediência às seguintes normas básicas:

I - apurar fatos, identificar os responsáveis, quantificar o dano causado ao erário quando não forem prestadas contas, ou quando ocorrer desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos, ou ainda, se caracterizada a prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte prejuízo ao erário;

II - elaborar relatório da Tomada de Contas Especial com registro claro e objetivo dos fatos apurados;

III - encaminhar o Relatório da Tomada de Contas Especial a Controladoria Geral para emissão de parecer, indicação das medidas adotadas e a adotar para correção e reparo de eventual dano causado ao erário, conhecimento ao Chefe de Poder correspondente e encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento.

§ 1º - A Tomada de Contas Especial será sugerida pelo Controlador Geral e/ou determinada pelo Prefeito Municipal ou Presidente da Câmara no âmbito de cada Poder.

§ 2º - Estão sujeitos à Tomada de Contas Especial, os agentes públicos, servidores e demais responsáveis por dinheiros, bens ou valores da administração direta e indireta do Município e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário.

§ 3º - Apurado e quantificado o dano causado ao erário, antes do encaminhamento do processo ao Tribunal de Contas para julgamento, o responsável, identificado em processo de Tomada de Contas Especial, será notificado para querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da citação, recolher aos cofres do Município o valor do débito devidamente corrigido.

§ 4º - Não havendo imputação de débito em processo de Tomada de Contas Especial, mas comprovada a prática de grave infração à norma constitucional ou legal, o responsável estará sujeito à multa e/ou às penalidades administrativas previstas no estatuto dos servidores ou em regulamento próprio editado pela autoridade administrativa, no âmbito de cada Poder.

CAPÍTULO VIII

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 16 - A instauração de Processo Administrativo será determinada pelo Chefe de Poder no âmbito de sua competência quando comprovada a prática de grave infração às normas de Controle Interno.

Art. 17 - O Processo Administrativo será desenvolvido por Comissão designada pelo Chefe de Poder no âmbito de sua competência para apuração dos fatos e identificação dos responsáveis.

Art. 18 - O Processo Administrativo adotar, no que couberem as normas básicas estabelecidas para a Tomada de Contas Especial e para o Processo Administrativo Disciplinar previsto no Regime Jurídico Único, Plano de Cargos e Salários do Município de Corupá.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 19 - Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonogado aos servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal, no exercício das atribuições inerentes às atividades de registros contábeis, de auditoria, fiscalização e avaliação de gestão.

§ 1º - O agente público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação do Sistema de Controle Interno, no desempenho de suas funções institucionais,

ficará sujeito à pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.

§ 2º - Quando a documentação ou informação prevista neste artigo envolver assuntos de caráter sigiloso, deverá ser dispensado tratamento especial de acordo com o estabelecido em regulamento próprio.

§ 3º - O servidor deverá guardar sigilo sobre dados e informações pertinentes aos assuntos a que tiver acesso em decorrência do exercício de suas funções, utilizando-os, exclusivamente, para a elaboração de pareceres e relatórios destinados à autoridade competente, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.

Art. 20 - O Poder Executivo estabelecerá, em regulamento, a forma pela qual qualquer cidadão poderá ser informado sobre os dados oficiais do Governo Municipal relativos à execução dos orçamentos do Município.

Art. 21 - Aos dirigentes dos órgãos e das unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal, no exercício de suas atribuições, é facultado impugnar, mediante representação ao responsável, quaisquer atos de gestão realizados sem a devida fundamentação legal.

Art. 22 - É vedada a nomeação para o exercício de cargo, inclusive em comissão, no âmbito do Sistema de que trata esta Lei, de pessoas que tenham sido, nos últimos cinco anos:

I - responsáveis por atos julgados irregulares por decisão definitiva do Tribunal de Contas da União ou do Tribunal de Contas do Estado;

II - punidas, em decisão da qual não caiba recurso administrativo, em processo disciplinar por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo;

§ 1º - As vedações estabelecidas neste artigo aplicam-se, também, às nomeações para cargos em comissão que impliquem gestão de dotações orçamentárias, de recursos financeiros ou de patrimônio, na Administração direta e indireta dos Poderes do Município, bem como para as nomeações como membros de comissões de licitações.

§ 2º - Serão exonerados os servidores ocupantes de cargos em comissão que forem alcançados pelas hipóteses previstas nos incisos I e II deste artigo.

Art. 23 - Os órgãos e as entidades do Município que receberem recursos financeiros de outras esferas de governo, para execução de obras, para a prestação de serviços ou a realização de quaisquer projetos, usarão dos meios adequados para informar à sociedade e aos usuários em geral a origem dos recursos utilizados.

Art. 24 - A documentação comprobatória da execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades da Administração Municipal direta permanecerá na respectiva unidade, à disposição dos órgãos e das unidades de controle interno e externo, nas condições e nos prazos estabelecidos pelo órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.

Art. 25 - Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a expedição de decreto, para regulamentar, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da sua publicação, questões necessárias e pertinentes a presente legislação.

Art. 26 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 27 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
13 de março de 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos treze dias do mês de março de 2013.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Lei Nº 2097 - Controladoria Geral do Município - Anexo Único

ANEXO ÚNICO

TABELA DE CARGOS COMISSIONADOS

Cargo	Fator	Vencimento	Vagas
Controlador Geral do Município	43	Subsidio fixado em Lei para Secretário Municipal	01
Assessor de Controle Interno	40	4.140,15	01

Extrato do Contrato Nº 021/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 021/2013

Processo de licitação nº 017/13

Dispensa de Licitação 009/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: FAMMEL ARTEFATOS DE NYLON LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.936.725/0001-35 e Inscrição Estadual nº 255.191.146, estabelecida na Rua Camilo Andreatta, 180, Barra Rio Cerro, Cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.260-185.

Objeto: Aquisição de mochila e penal em nylon 600 para distribuição gratuita aos alunos do ensino fundamental do Município de Corupá-SC.

Valor do Contrato: R\$ 5.610,00 (Cinco Mil e Seiscentos e Dez Reais).

Data da Assinatura: 21/01/2013

Data da Vigência: 31/12/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 022/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/2013

Processo de licitação nº 016/13

Dispensa de Licitação 008/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: AUTO MECÂNICA NICOLUZZI LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03.041.430/0001-40, situada a Rua Carlos Hardt, 688 - Água Verde, CEP 89.254-580, Município de Jaraguá do Sul - Estado de Santa Catarina.

Objeto: Contratação de oficina mecânica especializada em comércio de peças e acessórios com serviços de manutenção e reparação de veículos da frota municipal de Corupá-SC.

Valor do Contrato: R\$ 7.365,83 (Sete Mil Trezentos e Sessenta e Cinco Reais e Oitenta e Três Centavos).

Data da Assinatura: 21/02/2013
Data da Vigência: 31/12/2013
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 023/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 023/2013

Processo de licitação nº 018/13
Inexigibilidade de Licitação 001/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: SHARK - MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.224.121/0003-65 e Inscrição Estadual nº 254873057, estabelecida na Rod. Br 101 Km200 Nº 5.018, Bairro Serraria, Cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP: 88115-100.

Objeto: Contratação de concessionária autorizada da marca NEW HOLLAND CONSTRUCTION, para comercialização de peças, para os veículos VOLVOS da Frota Municipal.

Valor do Contrato: R\$ 5.767,08 (Cinco Mil Setecentos e Sessenta e Sete Reais e Oito Centavos).

Data da Assinatura: 25/01/2013
Data da Vigência: 31/12/2013
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 024/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2013

Processo de licitação nº 019/13
Dispensa De Licitação Nº 010/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: NORMA DENK LANGE, brasileira, viúva, portadora da CI nº 19/R-242.848 e inscrita no CPF sob o nº 319.165.979-04, residente e domiciliada na Rua Arthur Lange, em Corupá, SC.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade o locação de parte do imóvel (650,00 metros de comprimento e 27,00m de largura) descrito na cláusula 2ª para utilizá-lo como aeroporto rural, com o escopo de propiciar aos agricultores a implementação de melhorias no cultivo de banana (tratar bananeiras com óleo mineral através de aeronaves em geral).

Valor do Contrato: O valor anual de 02 (dois) Salários Mínimos vigente.

Data da Assinatura: 02/01/2013
Data da Vigência: 31/12/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 025/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 025/2013

Processo de licitação nº 020/13
Dispensa De Licitação Nº 011/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: PARÓQUIA CATÓLICA SÃO JOSÉ, situada a Rua Pe. Vicente, inscrita no CNPJ sob o nº 84.708.478/0001-60, neste ato representado pelo Pároco Pe. JOÃO SEBASTIÃO BOEING portador do CPF nº 520.809.359-68, residente e domiciliado em Corupá/SC.

Objeto: A locação de uma área comercial, com edificação em alvenaria, com a área total de 900,00m2, situada a Rua Pe. Vicente, para a realização de encontros de professores, diretores e secretário da Secretaria Municipal de Educação.

Valor do Contrato: R\$ 4.210,00 (Quatro mil duzentos e dez Reais).

Data da Assinatura: 28/02/2013
Data da Vigência: 26/04/2013

LORIANO ROGÉRIO COSTA
Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO

Extrato do Contrato Nº 026/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 026/2013

Processo de licitação nº 014/13
Pregão Presencial nº 006/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: INOVA ENGENHARIA SS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.552.792/0001-23, estabelecida na Rua Emmerich Ruysam, 185-Apto.402 - Vila Nova CEP 89.259-530, Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para elaboração de projeto básico de terraplenagem, pavimentação Asfáltica, drenagem pluvial e obras complementares, incluindo levantamento topográfico de diversas Ruas do Município, com extensão aproximada de 19.461,20 metros, e, fiscalização das obras em andamento e elaboração de novos projetos na área de Infra Estrutura no Município de Corupá, disponibilizando 01 (um) engenheiro civil, no período de 20 horas semanais, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 233.124,00 (Duzentos e Trinta e Três Mil e Cento e Vinte e Quatro Reais).

Data da Assinatura: 11/03/2013
Data da Vigência: 11/03/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 027/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 027/2013

Processo de licitação nº 021/13
Inexigibilidade de Licitação 002/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº

83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: LINCK S.A EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS E INDÚSTRIAS, inscrita no CNPJ sob o nº 92.747.492/0003-63 e Inscrição Estadual nº 250238586, estabelecida na Rod. Br 101 Km 43, UNIDADE A7, Bairro Nova Brasília, Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 88085-125.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE CONCESSIONARIA AUTORIZADA DA MARCA VOLVO DO BRASIL, PARA COMERCIALIZAÇÃO DE PEÇAS, PARA OS VEÍCULOS VOLVOS DA FROTA MUNICIPAL.

Valor do Contrato: R\$ 6.353,16 (Seis Mil Trezentos e Cinquenta e Três Reais e Dezesesseis Centavos).

Data da Assinatura: 27/02/2013

Data da Vigência: 31/12/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº 16/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2013

O Fundo Municipal de Educação de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para prestação de serviços de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA MONITORADA PARA OS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 16:30 horas do dia 01/04/2013. A partir das 17:00 horas do dia 01/04/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 13 de Março de 2013.

KLEBERSON LUCIANO LIMA

DIEGO SEBEM WORDELL

Presidente do Fundo

Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº 36/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para contratação de Revista de Edição Mensal,

para divulgação e orientação aos munícipes das atividades da Administração Pública Municipal, Eleição da Rainha e Cobertura da EXPOCENTRO 2013, conforme anexo I deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 16:30 horas do dia 03/04/2013, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 17:00 horas do dia 03/04/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 04 de Março de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

DIEGO SEBEM WORDELL

Prefeito

Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº 50/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie; com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para AQUISIÇÃO DE PNEUS E CAMARAS PARA MANUTENÇÃO DA MAQUINA MOTONIVELADORA KOMATSU GD 555 DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 03/04/2013, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 03/04/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 14 de Março de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

DIEGO SEBEM WORDELL

Prefeito

Pregoeiro

Serviço Público de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS/SC

SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS

INTENÇÃO DE LICITAR - ATO JUSTIFICATIVO

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC, de conformidade com o art. 5º da Lei Federal nº 8.987/95, torna público para conhecimento dos interessados que, em breve, estará realizando procedimento licitatório para outorgar a concessão dos Serviços Públicos de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de Curitibanos, nos termos da Constituição Federal, Lei de Concessões e Permissões (Lei Federal nº 8.987/95), Lei de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587 de 03 de janeiro de 2012), Lei Orgânica do Município de Curitibanos, especialmente no que disciplinou a emenda à

LOM nº 05/2008 e subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal de Licitações e Contratos (Lei Federal nº 8.666/93).

Justifica-se a realização de procedimento licitatório pelo que prevê o inciso V do artigo 30 da Carta Magna brasileira, o qual determina ser competência do Município "organizar e prestar, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o transporte coletivo, que tem caráter essencial"; especialmente pela obrigatoriedade de realização de licitação para contratação de serviços públicos por meio de procedimento que garanta a participação em igualdade de condições entre as concorrentes, conforme exegese do inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal; Nos termos em que determina o artigo 2º, II da Lei 8.987/95 a respeito do instituto da Concessão de serviço público, concedido mediante concorrência e por prazo determinado e pelo que dispõe o art. 8º, XVII da Lei Orgânica Municipal, com redação dada pela emenda à LOM nº 05/2008; pela necessidade de se efetivar nova concessão para o Transporte Coletivo Urbano do Município de Curitiba; por esta Prefeitura não dispor de estrutura operacional, pessoal especializado e a tecnologia necessária para prestar, diretamente, o serviço público de transporte coletivo de passageiros; com a qualidade a que assiste aos usuários do serviço de transporte coletivo; e por fim, pela tendência nacional de terceirização dos serviços de transporte coletivo urbano para empresas especializadas, como forma de economia e melhoria contínua da qualidade e, finalmente, face à determinação exarada pelo conteúdo expresso na Lei de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587 de 03 de janeiro de 2012), a qual institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, em decorrência da qual é dever do Município privilegiar a utilização do transporte coletivo sobre o transporte individual de passageiros, assim como atribui aos Municípios a obrigação de "planejar, executar e avaliar a política de mobilidade urbana, bem como promover a regulamentação dos serviços de transporte urbano" (Art. 18, I da Lei nº 12.587/2012).

A área desta concessão será o Município de Curitiba - SC.

O prazo da concessão dar-se-á na forma autorizada por lei municipal a ser aprovada pela Câmara de Vereadores do Município de Curitiba, assim como consequente atualização da legislação municipal vigente no que concerne às normas para concessão do serviço público de transporte coletivo urbano do Município de Curitiba.

Curitiba, 13 de Março de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

Ermo

PREFEITURA

Decreto N.º 010, de 18 de Março de 2013.

DECRETO N.º 010, de 18 de março de 2013.

Nomeia Membros da Comissão Municipal para Regulamentação do Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal no Município de Ermo e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 11º da Lei Municipal 306, de 19 de novembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Membros da Comissão Municipal para regulamentação do Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal no Município de Ermo, formada por membros representantes dos seguintes órgãos:

a) Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

- Renaldo Inácio.

b) Representante da Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI:

- Laerti dos Santos Machado.

c) Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social/ Vigilância Sanitária:

- Flávia Mônica Machado de Oliveira.

d) Representante da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC:

- Gilberto José Bottelho.

e) Representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural- CMDR:

- Murialdo Murilo Inácio.

Art. 2º As funções dos membros da Comissão, serão consideradas de relevante interesse público e exercidas sem ônus para o município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 18 de março de 2013.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAUDIONOR DE SOUZA

Secretário de Administração e Finanças

Forquilha

PREFEITURA

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE:

Edital de Pregão Presencial Nº 43/PMF/2013

Edital de Pregão Presencial Nº 04/FMA/2013

OBJETIVO: O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC E O FUNDO DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, tornam público, para o conhecimento dos interessados, que farão realizar licitação para aquisição de diversos pneus, câmaras e afins para atendimento a Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Forquilha/SC, durante o exercício corrente.

DATA DE ABERTURA: Dia 02 de abril de 2013 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou pelos telefones (48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha, 15 de março de 2013.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

Extrato de Contrato Nº. 44/PMF/2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 44/PMF/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - RAFAEL DA SILVA BORGES

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços no transporte de alunos, por meio de veículos tipo vans, em rotas específicas, durante o ano letivo de 2013, por meio da Secretaria de Educação do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais)

VIGÊNCIA - 31/12/2013

DOTAÇÃO - 0501.2014.3390 (47).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite Nº 26/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 04 de março de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 46/PMF/2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 46/PMF/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - COSTA PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA.

OBJETO - O presente contrato tem por objetivo a contratação de agência de publicidade para assessorar e intermediar a divulgação de atos e campanhas publicitárias em geral do município de Forquilha/SC, durante o exercício de 2013.

VALOR - R\$ 77.515,00 (setenta e sete mil quinhentos e quinze reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2013

DOTAÇÃO - 0401.2008.3390 (23).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite Nº 31/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 07 de março de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 06/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 06/2013

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 155/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

DO OBJETO - Execução da Recuperação e Revitalização de Estradas Vicinais das comunidades de São Pedro, Taquara, Linha São José, com pavimento tipo primário de seixo rolado, no Município de Forquilha/SC, conforme convênio nº. 4399/2012-0, firmado junto à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Criciúma, compreendendo ainda o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias, obedecendo integralmente às especificações, determinações previstas no projeto básico e projeto executivo e de acordo com a proposta da contratada, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento contratual, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento;

DO PRAZO: O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato 155/PMF/2012 para mais 90 (noventa dias), sendo que o prazo estipulado anteriormente em 13/02/2013 passará para 14/05/2013 prorrogando automaticamente a vigência do contrato para 11/10/2013.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 05/02/2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 10/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 10/2013

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 186/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CONSTRUFASE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

DO VALOR - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato 186/PMF/2011 para mais 30 (trinta dias), sendo que o prazo estipulado para execução anteriormente em 24/02/2013 passará para 26/03/2013 prorrogando automaticamente a vigência do contrato para 24/07/2013.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 14 de fevereiro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº. 09/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº. 09/2013

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 100/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

DO OBJETO - O presente termo tem por objeto a redução de R\$ 61.176,96 (sessenta e um mil cento e setenta e seis reais e noventa e seis centavos) do Contrato PMF nº 100/2012, haja vista que, devido a serviços não executados por modificação do projeto e necessidade de obra ou adaptação, se faz necessário a supressão de alguns serviços bem como a revisão de alguns valores conforme laudo do Engenheiro Civil Ademir João Back, que é parte integrante do presente termo, independentemente de transcrição.

DATA DA ASSINATURA - 14/02/2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo**PREFEITURA****Portaria Nº 1131/2013**

PORTARIA N.º 1.131, DE 15 DE MARÇO DE 2013.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de NILSEIA APARECIDA LEMOS DE GOES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 904.880.759-04, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 15 de março de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de março de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1132/2013

PORTARIA N.º 1.132 DE 15 DE MARÇO DE 2013.
Designa Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora MOSARA TAINÉ DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 005.088.049-73, nomeada no cargo de provimento efetivo de ANALISTA EXECUTIVO, para prestar serviços junto ao Fórum da Comarca de Fraiburgo, por 40 horas semanais, a partir de 18 de março de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de março de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1133/2013

PORTARIA N.º 1.133, DE 15 DE MARÇO DE 2013.
Nomeia Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear EDMILSON CAMARGO ROQUE, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 646.849.389-72, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Fundação Municipal de Esporte e Lazer - FME, e com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de abril de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de março de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 0007/2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0050/2013
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0007/2013 - PMF

Objeto: Contratação direta de shows com os artistas musicais: DANILO DYBA E GRUPO KANOA e GRUPO TALAGAÇO, a ser realizado nos dias 12 e 13 de abril de 2013, no Parque da Maçã, nesta cidade, onde estará sendo realizada a EXPOFRAI 2013. Contratada: EVERTON STACH ME, empresa de representação exclusiva dos artistas (Cartas de Exclusividade apresentadas) inscrita no CNPJ sob nº 06.879.144/0001-46. Valor e pagamento: R\$ 39.000,00 (trinta

e nove mil reais) a ser pago na data de 12/04/2013; Fundamento Legal: Art. 25, inc. III, da Lei nº 8.666/93.

Fraiburgo(SC), 15 de março de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial Nº 0036/2013-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0036/2013 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de serviços gráficos para impressão de expedientes. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 09:15 horas do dia 28.03.2013. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 15 de março de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

Extrato do Edital de Seleção Act Nº 0019/2013

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0019, DE 15 DE MARÇO DE 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação de Professores em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público na área da educação do Município de Fraiburgo, na função pública de PROFESSOR nas seguintes áreas de atuação e disciplina: História, Geografia, Artes, Ciências e Programas de Saúde, Educação Física, Língua Inglesa, Filosofia ou Teologia, Língua Portuguesa, Matemática, Atendimento Educacional Especializado e Libras, do quadro geral e quadros especiais de inscrições. O preenchimento de vagas será para o ano de 2013, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 19 de março de 2013 até 15 de abril de 2013, das 08:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas, exclusivamente via internet, no site www.fraiburgo.sc.gov.br/editaisact. A documentação relativo a inscrição deverá ser entregue dentro no prazo estabelecido, em dia de expediente (excetuados sábados, domingos e feriados), na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, localizada na Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., junto ao Paço Municipal. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3057.

Fraiburgo, 15 de março de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA

Decreto 028, de 14 de Março de 2013

DECRETO N.º 28, DE 14 DE MARÇO DE 2013.

MIGRA PROJETOS/ ATIVIDADES/ FUNDO MUNICIPAL, NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei 1.707 de 14/03/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º. Fica migrado no orçamento municipal, projetos e atividades (ações), da Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente (10.01)(10.02) para a Secretaria de Infra-Estrutura (13.01) (13.02) como segue:

Origem:

Órgão 10: Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente
Unidade 01: Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente

1.034 - Construção e Remodelação de Praças, Passeios e Passarelas
1.035- Construção, Ref., Ampliação do Cemitério Municipal
1.036 - Construção de Casas Populares
1.037 - Ampliação da Rede de Saneamento Básico
1.038 - Construção de Banheiros Públicos
1.039 - Construção do Centro Administrativo Municipal
1.040- Pavimentação, Drenagem, Remod. de Ruas e Obras de Art. Especial
1.041 - Recuperação do Lixão Sanitário
2.043 - Manutenção e Ampliação dos Serviços de Iluminação Pública

Órgão 10: Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente
Unidade 02: Fundo Municipal de Saneamento Básico

1.044 - Construção, Ampliação do Sistema Saneamento Básico
2.045 - Funcionamento e Manutenção do FMSB
2.079- Serviços de Destinação de Resíduos Sólidos
2.080 - Recuperação de Malha Viária

Destino:

Órgão 13: Secretaria de Infra-Estrutura e Serviços Urbanos
Unidade 01: Secretaria de Infra-Estrutura e Serviços Urbanos

1.034 - Construção e Remodelação de Praças, Passeios e Passarelas
1.035- Construção, Ref., Ampliação do Cemitério Municipal
1.036 - Construção de Casas Populares
1.037 - Ampliação da Rede de Saneamento Básico
1.038 - Construção de Banheiros Públicos
1.039 - Construção do Centro Administrativo Municipal
1.040- Paviment., Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obras de Art. Especial
1.041 - Recuperação do Lixão Sanitário
2.043 - Manutenção e Ampliação dos Serviços de Iluminação Pública

Órgão 13: Secretaria de Infra-Estrutura e Serviços Urbanos
Unidade 02: Fundo Municipal de Saneamento Básico

1.044 - Construção, Ampliação do Sistema Saneamento Básico
2.045 - Funcionamento e Manutenção do FMSB
2.079- Serviços de Destinação de Resíduos Sólidos
2.080 - Recuperação de Malha Viária

Art. 2º. Fica migrado no orçamento municipal, projetos e atividades (ações), da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento (09.01) para a Secretaria de Educação (07.01) como segue:

Origem:

Órgão 09: Secretaria de Turismo e Desenvolvimento
Unidade 01: Secretaria de Turismo e Desenvolvimento

1.086 - Restauração da Igreja Matriz-Centro Histórico
2.033 - Apoio a Cultura

Destino:

Órgão 07: Secretaria de Educação
Unidade 01: Secretaria de Educação

1.086 - Restauração da Igreja Matriz-Centro Histórico
2.033 - Apoio a Cultura

Art. 3º. Fica migrado no orçamento municipal, projetos e atividades (ações), da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento (09.01) para o Gabinete do Vice-Prefeito (03.01) como segue:

Origem:

Órgão 09: Secretaria de Turismo e Desenvolvimento
Unidade 01: Secretaria de Turismo e Desenvolvimento
1.028 - Construção, Reforma e Apar. de Equipamentos Esportivos
2.031 - Fun. E Manutenção do Setor de Esporte
2.032 - Incentivo ao Esporte Amador

Destino:

Órgão 03: Gabinete do Vice-Prefeito
Unidade 01: Gabinete do Vice-Prefeito

1.028 - Construção, Reforma e Apar. De Equipamentos Esportivos
2.031 - Fun. E Manutenção do Setor de Esporte
2.032 - Incentivo ao Esporte Amador

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão por conta do orçamento fiscal vigente.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de março de 2013.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 18/03/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO
Secretária de Administração

Decreto N.º 029, de 14 de Março de 2013

DECRETO N.º 029, DE 14 DE MARÇO DE 2013.

ALTERA NOMINALMENTE ORGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA, NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei 1.708 de 14/03/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o nome do Órgão e Unidade Orçamentária, no orçamento vigente como segue:

“O Órgão e Unidade Orçamentária 09.01 - Secretaria de Turismo e Esporte, passa a ser denominado 09.01 - Secretaria de Turismo e Desenvolvimento”.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta do orçamento fiscal vigente.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário

Garopaba, 14 de Março de 2013.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 18/03/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO

Secretária de Administração

Extrato 7º Termo Aditivo Contrato Nº 57/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

7º Termo Aditivo; Contrato nº. 57/2011; Processo nº. 211/2011; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Construtora Deus & Souza Ltda. -ME; CNPJ: 10.934.983/0001-97; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 57/2011 por 90 (Noventa) dias, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde; Data da Assinatura: 27/02/2013.

Extrato Contrato Nº 21/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 21/2013 Processo nº 17/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Coligada Construções Civil EIRELI - ME; CNPJ: 10.593.733/0001-30; Objeto: Contratação de empresa especializada para executar a construção do Espaço Educacional - Escola Municipal Agostinho Botelho no bairro Capão, com o fornecimento de materiais e mão de obra; Valor: R\$ 623.001,49 (Seiscentos e Vinte e Três Mil e Um Reais e Quarenta e Nove Centavos);

Data da Assinatura: 12/03/2013.

Extrato Contrato Nº 22/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 22/2013; Processo nº 35/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Luiz Fabiano Silveira - ME; CNPJ: 10.593.733/0001-30; Objeto: Contratação de empresa para execução de drenagem e pavimentação da Rua Marcos Inácio de Abreu, no bairro Centro, com o fornecimento de materiais e mão de obra; Valor: R\$ 61.002,19 (Sessenta e Um Mil e Dois Reais e Dezenove Centavos); Data da Assinatura: 12/03/2013.

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 17/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 17/2013

PMG

Ata nº. 17/2013; Processo nº. 42/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: AQUAGAS COMERCIO DE GÁS LTDA ME. Objeto: Aquisição de água e gás para atender as Secretarias deste Município. Valor: R\$ 44.550,00; Data da Assinatura: 18/03/2013.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 17/2013
FMS

Ata nº. 17/2013; Processo nº. 42/2013; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratada: AQUAGAS COMERCIO DE GÁS LTDA ME. Objeto: Aquisição de água e gás para atender as Secretarias deste Município. Valor: R\$ 16.900,00; Data da Assinatura: 18/03/2013.

1ª OFICINA ESTADUAL DE GESTORES MUNICIPAIS

Florianópolis
25 e 26 de março de 2013



CentroSul



Editais de Multas 689 a 700/12

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO DE MULTA 689 A 700/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000250/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCR1964	54327765D	26/05/2011	66020	230 * VI
MCR1964	54327764D	26/05/2011	50100	162 * I
MCR1964	54327764D	26/05/2011	58350	195
MCR1964	54327764D	26/05/2011	66531	230 * XI
MCR1964	54327765D	26/05/2011	66371	230 * IX
MDY2389	54327763D	23/05/2011	50100	162 * I
MDY2389	54327763D	23/05/2011	65992	230 * V
MDY2389	54327763D	23/05/2011	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 15 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000689/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IPY5600 54050183D 16/11/2011 73662 252 * VI
MAN6947 54050182D 16/11/2011 50100 162 * I
MAN6947 54050181D 16/11/2011 65992 230 * V
MBI3554 54050672D 14/11/2011 55411 181 * XVII
MGR2709 54050725D 08/12/2011 51851 167
MHP9230 54050719D 27/11/2011 73662 252 * VI
MHY2449 54050195D 10/12/2011 51851 167
MIA3764 54050198D 13/12/2011 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 15 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000690/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDS5147	54050100D	02/10/2011	66102	230 * VII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 15 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000691/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CFW1127	54050697D	30/11/2011	69200	233
COS5554	54050694D	23/11/2011	69200	233
HEI5537	54050409D	30/12/2011	55411	181 * XVII
IJV5003	54050191D	04/12/2011	57380	186 * II
JNK2667	54050338D	29/11/2011	54521	181 * VIII
KKC2555	54050696D	28/11/2011	69200	233
LWX5008	54050340D	03/12/2011	65992	230 * V
LXB6056	54050819D	29/12/2011	69120	232
LXF7909	54050693D	23/11/2011	69200	233
LZS2671	54049849D	27/11/2011	52741	175
MCC9960	54050720D	27/11/2011	66102	230 * VII
MCJ3946	54050722D	27/11/2011	66102	230 * VII
MDG6767	54050692D	23/11/2011	69200	233
MDT8609	54050255D	28/11/2011	51851	167
MFB2057	54050808D	23/12/2011	69120	232
MFT0896	54050721D	27/11/2011	66102	230 * VII
MGW3673	54049850D	27/11/2011	66102	230 * VII
MHR7754	54050107D	03/12/2011	69120	232
MIE1406	54050256D	28/11/2011	51851	167
MIJ9664	54050718D	26/11/2011	57380	186 * II
MIL1295	54050826D	25/12/2011	54521	181 * VIII
MIY1677	54050257D	28/11/2011	51851	167
MJE4810	54050254D	28/11/2011	51851	167
MJH4170	54050688D	22/11/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 15 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000692/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DYU6832	54050161D	19/10/2011	59162	202 * II	127.69
MIO8385	54050158D	19/10/2011	54440	181 * VII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 15 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000693/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AIC2439	54050241D	13/12/2011	57380	186 * II
AJS7157	54050301D	17/12/2011	69120	232
HNA2836	54050299D	23/12/2011	54521	181 * VIII
LYW3302	54050294D	06/12/2011	66020	230 * VI
LYW3302	54050294D	06/12/2011	66371	230 * IX
LYW3302	54050293D	06/12/2011	57380	186 * II
LYW3302	54050293D	06/12/2011	70561	244 * III
LYW3302	54050292D	06/12/2011	58350	195
LYW3302	54050292D	06/12/2011	52741	175
LYY0178	54050689D	23/11/2011	69200	233
MDO7108	54050352D	08/12/2011	53800	181 * I
MEG3551	54050960D	08/01/2012	51851	167
MEK5115	54050377D	29/12/2011	55250	181 * XV
MFQ5045	54050251D	28/11/2011	51851	167
MFS8446	54050184D	25/11/2011	70481	244 * II
MFS8446	54050186D	25/11/2011	58350	195
MGF6486	54050760D	28/12/2011	69120	232
MGF6486	54050761D	28/12/2011	51851	167
MGF6486	54050762D	28/12/2011	51930	168
MGR1128	54050270D	22/12/2011	55411	181 * XVII
MHG3338	54050442D	03/01/2012	60760	210
MHG3338	54050443D	03/01/2012	60502	208
MHG4375	54050199D	13/12/2011	51851	167
MHK0235	54050296D	22/12/2011	50100	162 * I
MHY4422	54050418D	02/01/2012	55411	181 * XVII
MIZ0417	54050367D	20/12/2011	54100	181 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 15 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000694/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

MHW5869	54050234D	15/11/2011	51852	167	127.69
MHW5869	54050233D	15/11/2011	51851	167	127.69
MIA5087	54050213D	13/11/2011	54521	181 * VIII	127.69
MIG8789	54050289D	13/11/2011	55411	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 15 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000695/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

NLG0020 54050197D 10/12/2011 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 15 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000696/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

INK1288	54050809D	28/12/2011	69120	232
LOA1246	54050801D	23/12/2011	65561	230 * I
MAD0861	54050820D	29/12/2011	51851	167
MAL2432	54050700D	13/12/2011	69200	233
MBQ7951	54050347D	01/01/2012	58350	195
MBQ7951	54050348D	01/01/2012	51851	167
MBQ7951	54050349D	01/01/2012	52741	175
MFM5105	54050817D	29/12/2011	69120	232
MGC5492	54050810D	28/12/2011	69120	232
MGO6371	54050807D	23/12/2011	50100	162 * I
MHL9609	54050827D	26/12/2011	65992	230 * V
MHX9874	54049366D	15/01/2012	70302	244 * I
MIK8197	54050793D	15/01/2012	55411	181 * XVII
MIK8197	54050771D	15/01/2012	55411	181 * XVII
MJE9217	54050113D	28/12/2011	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 15 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000697/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

CSN2845	54050679D	29/10/2011	69200	233	127.69
MHC2562	54050709D	27/10/2011	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 15 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000698/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AKX4465	54050267D	22/12/2011	55411	181 * XVII
ARB0810	54050888D	03/01/2012	69200	233
CTZ0343	54050963D	22/01/2012	51851	167
CWG5656	54051004D	15/01/2012	51851	167
IAQ9330	54051076D	20/01/2012	50100	162 * I
IAQ9330	54051077D	20/01/2012	65992	230 * V
ICC3888	54050298D	23/12/2011	54521	181 * VIII
IMZ6327	54050880D	22/12/2011	69200	233
JEB2401	54050266D	22/12/2011	55411	181 * XVII
LWV0950	54050877D	22/12/2011	69200	233
LXB8007	54050886D	28/12/2011	69200	233
LXJ7501	54050275D	22/12/2011	51851	167
LXV3105	54050878D	22/12/2011	69200	233
LYP2825	54050365D	20/12/2011	69120	232
MAG0935	54050816D	29/12/2011	66372	230 * IX
MAG1093	54050818D	29/12/2011	66371	230 * IX
MAP6303	54050433D	26/12/2011	51851	167
MAT5195	54050778D	03/01/2012	68580	231 * VII
MBD9034	54050798D	16/01/2012	69120	232
MBG7272	54050902D	03/01/2012	50100	162 * I
MBG7272	54050902D	03/01/2012	65992	230 * V
MBG7272	54050903D	03/01/2012	69120	232
MBG7272	54050903D	03/01/2012	50610	163 c/c 162 * I
MBG7272	54050904D	03/01/2012	58350	195
MBK5864	54050265D	22/12/2011	55250	181 * XV
MBP5612	54050446D	03/01/2012	51851	167
MBQ7951	54050350D	01/01/2012	57200	186 * I
MBW4673	54050922D	19/01/2012	65992	230 * V
MCD9075	54050420D	05/01/2012	66102	230 * VII
MCF2341	54051176D	19/01/2012	69200	233
MCZ6345	54050885D	28/12/2011	69200	233
MFD9852	54050806D	25/12/2011	50450	162 * V
MGE5708	54050303D	02/01/2012	54870	181 * XI

MGN5022 54050273D 22/12/2011 51851 167
MHE4774 54050343D 31/12/2011 55411 181 * XVII
MHI5312 54050881D 22/12/2011 69200 233
MHI7109 54049353D 18/01/2012 51851 167
MHY3256 54051079D 20/01/2012 65992 230 * V
MIJ9850 54051056D 20/01/2012 54870 181 * XI
MIO1366 54050802D 23/12/2011 50450 162 * V
MJI3902 54050956D 04/01/2012 59670 203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 15 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000699/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
COS5554	54050050D	12/11/2011	50100	162 * I	574.61
COS5554	54050050D	12/11/2011	69120	232	53.20
LZT5434	54050210D	12/11/2011	65561	230 * I	191.53
LZT5434	54050209D	12/11/2011	66371	230 * IX	127.69
MBN5139	54050169D	03/11/2011	65800	230 * IV	191.53
MFH5637	54049838D	13/11/2011	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 15 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000700/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBS2791 54050117D 04/01/2012 69120 232
MBS2791 54050118D 04/01/2012 65564 230 * I
MBS2791 54050118D 04/01/2012 66371 230 * IX
MFX2398 54051106D 20/01/2012 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 15 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria Nº 11 de 14 de Março de 2013.**

PORTARIA Nº 11 DE 14 DE MARÇO DE 2013.

DESIGNA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR PARLAMENTAR DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Rogério Linhares, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, considerando os termos da Lei Municipal Nº 1.677/2012, de 21 de dezembro de 2012, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º DESIGNAR, o Senhor LUCAS DE SOUZA FURTADO, brasileiro, solteiro, CPF 077.674.139-00, RG 5.843.079 SSP/SC, para exercer o cargo comissionado de ASSESSOR PARLAMENTAR, conforme Lei Municipal Nº 1.030 de 10 de abril 2006, Quadro II - Comissionados da Câmara Municipal de Garopaba, e posteriores alterações, cumprindo-lhe as funções inerentes ao cargo, com efeitos a partir de 14/03/2013.

Art. 2º Fica o Cargo em comissão de Assessor Parlamentar, a perceber os vencimentos correspondentes a Lei Municipal Nº 1.677 de 21 de dezembro de 2012, Quadro II - Comissionados.

Parágrafo Único - O servidor deverá desempenhar suas funções em conformidade com as determinadas na Lei Municipal nº 1.030 de 10 de abril 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 14 de março de 2013.

ROGÉRIO LINHARES

Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Portaria, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos quatorze dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em ____/____/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

IVALDO DA SILVA LOBO FILHO

Diretor Administrativo

Câmara Municipal de Garopaba



www.ciga.sc.gov.br

Garuva**PREFEITURA****Decreto Nº 90/2013**

DECRETO Nº. 090 de 05 de março de 2013

"Dispõe sobre a nomeação da senhora Veronica de Paula Cordeiro Lennertz, para o cargo comissionado de Diretora de Licitações e Compras."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica nomeada a servidora VERONICA DE PAULA CORDEIRO LENNERTZ, inscrita no CPF sob o nº. 048.674.279-26, para cargo comissionado de Diretora de Licitações e Compras - CC3, subordinado a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2013.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Decreto Nº 91/2013

DECRETO Nº. 091 de 06 de março de 2013

"Dispõe sobre a nomeação da servidora Ana Caroline Martins Rodrigues Raitz, para a função de Coordenadora do Programa Bolsa Família."

CONSIDERANDO o Termo de Adesão ao Programa Bolsa Família a ao Cadastro Único de Programas Sociais firmado entre o Município de Garuva e o Governo Federal, por intermédio do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome;

CONSIDERANDO a necessidade do Município em indicar pessoa para coordenar Programa Bolsa Família;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009 E 046/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica nomeada a servidora ANA CAROLINE MARTINS RODRIGUES RAITZ, portadora de CPF nº 053.511.169-01, para a função de Coordenadora do Programa Bolsa Família, subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

Parágrafo Único - Conceda-se a servidora gratificação de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento base, na forma do art. 24, da LC 044/09.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Portaria Nº 214/2013

PORTARIA Nº. 214, de 12 de março de 2013.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

RESOLVE:

Art. 1o. - Demitir a pedido, a servidora ANGELA MERLIN ORZENN, portadora do RG 2.079.283-3 e CPF 393.067.049-68, do cargo de Professora Nível II, admitida através da Portaria nº. 133/2013, de 08 de fevereiro de 2013.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Portaria Nº 218/2013

PORTARIA Nº.218, de 14 de março de 2013

"DETERMINA A ABERTURA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DOAÇÃO DE TERRENO PARA O PODER JUDICIÁRIO, DESIGNA COMISSÃO EXAMINADORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

ART. 10. - Determinar a abertura do Processo Administrativo de Doação de Terreno para o Poder Judiciário.

ART. 20. - Designar IOLANDO DE ASSIS, DANIEL WAGNER HEING, DIONE ROMANZINI, NELSON FERREIRA DE FREITAS FILHO, SHEYLA CRISTINA CHAVES, OTAVIO MOREIRA DA SILVA NETO e EVERTON LISBOA GODOY, para comporem a COMISSÃO.

Parágrafo único - A comissão será presidida pelo Dr. Nelson Ferreira de Freitas Filho.

ART. 30. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

www.ciga.sc.gov.br**Gaspar****PREFEITURA****Decreto Nº 5.409, de 13 de Março de 2013.**

DECRETO Nº 5.409, DE 13 DE MARÇO DE 2013.

ALTERA CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA NÁDIA APARECIDA ANDERSON CALOMENO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Gaspar, em seu artigo 72 e com fundamento na Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada, a partir de 25 de março de 2013, a carga horária da servidora NÁDIA APARECIDA ANDERSON CALOMENO, Professora de Educação Infantil, lotada com 40 horas semanais no CDI Maria da Silva, para 20 horas semanais no mesmo local.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de março de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 5.410, de 13 de Março de 2013.

DECRETO Nº 5.410, DE 13 DE MARÇO DE 2013.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e especialmente as contidas no art. 72, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e, no art. 219, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação do candidato, do Edital nº 001/2012, conforme quadro abaixo, em virtude de não ter assumido a vaga dentro do prazo legal:

Nome	Cargo	Decreto de nomeação
Aginaldo da Silva	Zelador	5.294/2012

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de março de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 3.046, de 12 de Março de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA Nº 3.046, DE 12 DE MARÇO DE 2013.

HOMOLOGA CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar, a conclusão de estágio probatório dos servidores abaixo relacionados:

Nome	Cadastro	Cargo	Data da Posse	Término Estágio Probatório
Alberto Chagas	8018	Agente Serviços Gerais	04/02/2010	23/12/2012
Anderson Evangelista dos Santos	8304	Fonoaudiólogo	15/03/2010	03/03/2013
Angelita Terezinha Inacio	7885	Merendeira/Servente	02/02/2010	31/01/2013
Antonio Russi	8150	Zelador	22/02/2010	23/02/2013
Carmen Lucia da Silva	8251	Berçarista	24/02/2010	25/02/2013
Cleide F. D. Douza	7980	Professora	02/02/2010	27/01/2013
Clemilda Gonçalves da Silva	8314	Berçarista	08/03/2010	01/03/2013
Cristiane Luciano Correa	7891	Supervisora Escolar	02/02/2010	23/01/2013
Cristina Jardim da Silva	7863	Merendeira/Servente	01/02/2010	23/02/2012
Daiana Berti	7997	Berçarista	01/02/2010	30/01/2013
Deise Gutz	7976	Professora	01/02/2010	28/01/2013
Denilson da Rocha	7952	Professor	01/02/2010	28/01/2013
Denivia Kruger Fanka	7858	Berçarista	01/02/2010	04/02/2013
Doraci Lami Deschamps	8353	Professora	05/04/2010	30/03/2013
Edila Rosane Silva Teixeira	7949	Merendeira/Servente	09/02/2010	05/02/2013
Edileia Lais Franciozi	7860	Berçarista	01/02/2010	22/01/2013
Elizabeth Muller	7872	Merendeira/servente	01/02/2010	23/02/2013
Evanildo de Oliveira Roas	8298	Professor	22/03/2010	25/03/2013
Fabiane Kronenke Reinert	7862	Berçarista	01/02/2010	06/02/2013
Gilles Misael de Mattos	7998	Educador Social	01/02/2010	11/02/2013
Giovana Aparecida de Camargo Varela	7895	Professora	01/02/2010	12/02/2013

Gisele J. Hostim Russi	7894	Professora	01/02/2010	15/02/2013
Graciele de Souza Colling	8024	Professora	01/02/2010	01/02/2013
Grasiana Dalsochio	7924	Professora	01/02/2010	09/03/2013
Juliana Pitz Zuchi	7541	Professora	17/04/2009	09/02/2013
Katilene Willms	8021	Professora	04/02/2010	25/01/2013
Lurdes Marcia Pereira	7875	Merendeira/Servente	01/02/2010	23/01/2013
Marcia Aparecida Machado	7856	Berçarista	01/02/2010	31/01/2013
Marcos Vinicio Vansuita	8020	Zelador	01/02/2010	02/02/2013
Maria Aparecida da Costa	7922	Berçarista	01/02/2010	15/01/2013
Maria Dolores de Souza	8151	Merendeira/servente	09/02/2010	11/02/2013
Maria Esmeralda de Goes	7887	Merendeira/Servente	03/02/2010	02/02/2013
Maria de Lourdes M. Franzosi	7874	Merendeira/Servente	01/02/2010	23/01/2013
Marilei Pereira C. Blasius	7992	Agente Serviços Gerais	01/02/2010	25/01/2013
Marlise Nicoletti Scottini	7999	Agente Serviços Gerais	01/02/2010	01/03/2013
Marlize Adriano Adão	8000	Agente Serviços Gerais	08/02/2010	23/02/2013
Munique Daniela M da Costa	7861	Berçarista	01/02/2010	15/03/2013
Nilma F. F. S. Winterstein	7870	Merendeira/Servente	01/02/2010	29/01/2013
Osvaldo C. dos Santos Neto	7946	Professor	01/02/2010	31/01/2013
Raquel Bernardes Correa	7892	Professora	02/02/2010	23/01/2013
Regiane C. G. Sulzbache	7979	Professora	01/02/2010	06/02/2013
Rosalina Toebe Simon	7882	Merendeira/servente	01/02/2010	13/03/2013
Roseani Peixer	8310	Orientadora Educacional	08/03/2010	08/03/2013

Rosiane Priscila Sangali	7995	Berçarista	01/02/2010	25/02/2013
Sirlei T. Souza Pereira	7925	Merendeira/Servente	04/02/2010	27/01/2013
Solange Eink	8309	Berçarista	01/03/2010	05/03/2013
Tamilly Roedel	7893	Professora	01/02/2010	18/02/2013
Tania Machado	7921	Berçarista	02/02/2010	30/01/2013
Valeria R. C. Rohr	7890	Supervisor Escolar	01/02/2010	13/02/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

Art. 2º Os servidores que obtiveram aprovação ficam por este ato declarados ESTÁVEIS NO SERVIÇO PÚBLICO, nos termos do artigo 41, § 4º, da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de março de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 3.044, de 13 de Março de 2013.

PORTARIA Nº. 3.044, DE 13 DE MARÇO DE 2013.
DETERMINA A ABERTURA DE SINDICÂNCIA PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES ACERCA DE ENVIO DE E-MAIL CONTENDO PESQUISA ELEITORAL FRAUDELENTA A PARTIR DE ENDEREÇO ELETRÔNICO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 72, XXVI, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO as Recomendações constantes o Relatório Conclusivo constante do Inquérito Policial nº 0479/2010-4-DPF/IJI/SC, instaurado em 16/11/2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instaurada Sindicância para apurar possíveis irregularidades apontadas no Relatório Final dos do Inquérito Policial nº 0479/2010-4-DPF/IJI/SC, instaurado em 16/11/2010, pela Delegacia de Polícia Federal em Itajaí.

Art. 2º. A Sindicância deve ser conduzida por Comissão composta pelos servidores Michel Marcelo Longo, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, Elke Cristine Schramm Moser, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora - IV-8 e Dulcinéia dos Santos, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, sob a presidência do primeiro.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º Os servidores designados para participar da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como para composição do relatório final.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de março de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial Nº 41/2013

PREFEITURA DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 41/2013

OBJETO: Registro de Preços de gêneros alimentícios destinados ao CAPS. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços deverá ocorrer até às 9h do dia 08/04/2013, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 08/04/2013 às 9h30min no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 14/03/2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

SAMAE

Aviso do Pregão Presencial Nº 7/2013 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº.7/2013

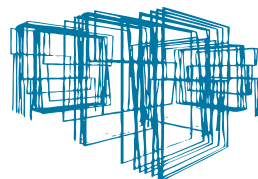
OBJETO: Registro de Preços, visando a contratação de empresas especializadas na prestação, de forma contínua, de serviços de manutenção preventiva e corretiva das motocicletas, veículos, caminhões e máquinas da Autarquia.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 04/04/2013.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 04/04/2013 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 13 de março de 2013.
LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI
Diretor Presidente



Programa de
Gestão de Obras



www.ciga.sc.gov.br

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Extrato de Contrato N° 006/2013

Extrato de Contrato N° 006/2013
PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.
EXTRATO DE CONTRATO N° 006/2013

OBJETO: Prestação de serviços de Consultoria nas áreas de Planejamento orçamentário, contabilidade pública, Atendimento a lei (Federal) nº4320/64, Atendimento a lei complementar (Federal) nº101/2000, Sistema de controle interno e capacitação de pessoal Nessas áreas. Empresa vencedora: Gestão Pública Consultores Ltda
Valor do contrato 60.000,00
Prazo de execução dos serviços: 12 meses.

Governador Celso Ramos, 14 de Março de 2013.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Portaria N° 270/2013

PORTARIA N° 270/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 14 de Março de 2013, da servidora IVONE ESQUINA (Matr. 659), ocupante do Cargo de Provimento em Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 8, Referência "G", 40 horas semanais, anexo V da LC N° 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar N° 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Março de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria N° 271/2013

PORTARIA N° 271/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 16 (dezesesseis) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria N°. 952/2012, à Servidora QUENIA BRINCKMANN (Matr. 2897), ocupante do Cargo em Provimento em Comissão de Secretário de Assistência Social, Nível- Agente Político, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 08 de janeiro de 2011 e 07 de janeiro de 2012, para serem gozadas a contar de 14 de março de 2013 a 29 de março de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Março de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Resolução 001.2013 Pgm

RESOLUÇÃO N° 001, de 11 de março de 2013.

Disciplina a utilização do protesto extrajudicial por falta de pagamento de Certidões de Dívida Ativa e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL no uso de suas atribuições constitucionais e legais conferidas, bem como de acordo com o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 9.492/97, acrescentado pela Lei nº 12.767/2012;

Considerando que atualmente a Dívida Ativa Consolidada do Município importa em aproximadamente R\$ 154.000.000,00 (cento e cinquenta e quatro milhões de reais), valor esses que pode e deve ser cobrado e revertido em prol do bem estar da comunidade imbitubense;

Considerando que o Município de Imbituba cobra parte dessa dívida ativa em mais de 20.000 (vinte mil) ações de execução fiscal, que estão em andamento no Fórum desta Comarca;

Considerando esse enorme quantitativo de ações abarrotando o Judiciário local, fato que causa uma excessiva lentidão na tramitação dos processos de interesse do Município de Imbituba;

Considerando que o protesto de Certidão de Dívida Ativa não acarretará nenhuma despesa com emolumentos, taxas, diligências ou condução para o Município, em razão da isenção legal contida no artigo 33 da Lei Complementar Estadual nº 156, de 15 de maio de 1997;

Considerando que do ponto de vista legal, em razão da alteração legislativa perpetrada pela Lei Federal nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012, incluiu-se entre os títulos sujeitos a protesto as Certidões de Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas, conforme a norma esculpida no parágrafo único do artigo 1.º da Lei 9.492, de 10/09/1997 (Lei do Protesto);

Considerando que a presente medida não implica na instituição, extinção, majoração, redução, definição de fato gerador, fixação de alíquota, base de cálculo, cominação de penalidades, exclusão, suspensão ou na extinção de crédito tributário, não estando, portanto, sujeita aos princípios da legalidade e da anterioridade (artigos 96 e 104 do Código Tributário Nacional), o que dispensa lei em sentido formal;

Considerando, por fim, que o protesto de certidão da dívida ativa implicará, certamente, em uma melhoria na gestão pública, capaz de diminuir a inadimplência e aumentar significativamente a arrecadação municipal, permitindo o desenvolvimento de novas

e melhores ações nas áreas de educação e saúde, bem como o investimentos em obras públicas, inclusive a (re)pavimentação de logradouros públicos, tudo em plena consonância com o princípio da eficiência plasmado no artigo 37 da Constituição da República, ao qual a Administração Tributária deve obediência,
RESOLVE:

Art. 1º A Procuradoria Geral do Município, por intermédio de sua Gerência específica, deverá providenciar o protesto extrajudicial das Certidões de Dívida Ativa do Município, representativas de créditos tributários ou não, desde que os contribuintes ou devedores estejam devidamente identificados.

Parágrafo único. Além do nome completo e dos demais elementos exigidos nas leis e regulamentos em vigor relativos ao protesto de títulos, os documentos da dívida deverão conter a indicação precisa do número de inscrição no CPF ou no CNPJ do contribuinte ou devedor.

Art. 2º As parcelas inadimplidas de parcelamentos concedidos pela Administração Tributária poderão ser levadas a protesto, individualmente, mediante expedição de certidão específica para a parcela não paga.

Art. 3º As Certidões de Dívida Ativa cuja cobrança já tenha sido ajuizada poderão, igualmente, ser levadas a protesto.

Art. 4º Os tabelionatos fornecerão ao Município, quando solicitado, certidão, em forma de relação, dos protestos tirados e dos cancelamentos efetuados, com a nota de se cuidar de informação reservada, da qual não se poderá dar publicidade pela imprensa ou outro meio, nem mesmo parcialmente.

Parágrafo Primeiro. A certidão na forma de relação será fornecida gratuitamente, sem nenhum ônus para o Município, e os tabelionatos serão responsáveis pelas informações que enviarem.

Art. 5º O Município poderá fornecer ao interessado apenas informações a respeito da existência ou não de protesto e o tabelionato que o lavrou, cabendo-lhe a responsabilidade pelos dados que fornecer.

Parágrafo Primeiro. O Município não prestará informações sobre protestos cancelados, conforme dispõe o artigo 29, § 1º, da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997.

Parágrafo Segundo. Para maiores informações, o contribuinte deverá solicitar certidão no tabelionato competente.

Art. 6º Ao protesto e seu procedimento aplicam-se as leis e regulamentos que lhes são próprios.

Art. 7º A Gerência do Contencioso Tributário expedirá as orientações necessárias ao cumprimento desta Resolução.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de março de 2013.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Procurador Geral do Município
 

Portaria PMI/DGP N.º 107/2013

PORTARIA PMI/DGP N.º 107, de 16 de março de 2013
Dispõe sobre nomeação de Secretário Municipal de Esporte e Lazer - SESPORTE, e dá outras providências

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, OMAR NACIMENTO PACHECO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 507.277.109-15, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Esporte e Lazer, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 1º de março de 2013, ficando

revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 16 de março de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP N.º 108/2013

PORTARIA PMI/DGP N.º 108, de 16 de março de 2013.
Dispõe sobre a exoneração do cargo de Secretária Executiva, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n.º 3.892, de 03 de maio de 2011, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, do cargo/função de Secretária Executiva, a Sra. ANDRÉA AGUIAR, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 838.135.869-87, nomeada através da PORTARIA PMI/DGP N.º 007, de 02 de janeiro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 28 de fevereiro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 16 de março de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Edital SEAGP N.º 006/2013

EDITAL SEAGP N.º 006/2013
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO N.º 01/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2011, divulgado através do Edital nº 001/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2011, para comparecer a Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 14 de Março a 13 de Abril de 2013, no horário das 14h às 18h, para assinatura do Edital de Convocação

Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 14 de Março de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
 

EDITAL SEAGP Nº 006/2013

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Engenheiro Civil

EDUARDO DOS PASSOS NUNES

Edital SEAGP Nº 007/2013

EDITAL SEAGP Nº 007/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2011, divulgado através do Edital nº 001/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL

DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2011, para comparecer a Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 15 de Março a 14 de Abril de 2013, no horário das 14h às 18h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 15 de Março de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
 

EDITAL SEAGP Nº 007/2013

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Engenheiro Civil

TIAGO BRILL LOPES



Programa de Gestão Tributária



Edital de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade - PM Imbituba - Edital 1414/2013 a 1417/2013



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Diretoria Municipal de Trânsito – DMUTRAN

Edital de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade – PM IMBITUBA

Edital 1414/2013 a 1417/2013

Carlos Fernando Demétrio
 Diretor Municipal de Trânsito

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1414/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADN4296	55491790D	5010/0	10/01/2013	162 * I
AKI7220	55795457D	6599/2	24/01/2013	230 * V
HRG9608	55848849C	6599/2	23/01/2013	230 * V
HVU8382	55793451D	6920/0	08/01/2013	233
IMN4365	55793394D	6920/0	02/01/2013	233
IMQ8207	55795564D	6599/2	26/01/2013	230 * V
JGV9577	55847082C	6599/2	23/01/2013	230 * V
LWT5591	55793848D	5045/0	10/01/2013	162 * V
LXH1478	55794543D	6599/2	06/01/2013	230 * V
LXJ2496	55795749D	6599/2	21/12/2012	230 * V
LXJ2496	55795750D	6637/1	21/12/2012	230 * IX
LXV2774	55793478D	6920/0	23/01/2013	233
LYA5656	55793474D	6920/0	21/01/2013	233
MAG6452	55794317D	5010/0	20/01/2013	162 * I
MAG6452	55794318D	6599/2	20/01/2013	230 * V
MAI4871	55492147D	5010/0	08/01/2013	162 * I
MAO3688	55793876D	5045/0	08/01/2013	162 * V
MBM0857	55492141D	6637/2	03/01/2013	230 * IX
MBS1084	55795184D	5010/0	28/01/2013	162 * I
MBS1084	55795184D	6556/3	28/01/2013	230 * I
MBS1084	55795184D	6599/2	28/01/2013	230 * V
MBZ8636	55794521D	6599/2	31/12/2012	230 * V
MBZ8636	55794524D	5010/0	31/12/2012	162 * I
MCE3944	55794534D	7340/0	03/01/2013	252 * IV
MCM7049	55795917D	6599/2	22/01/2013	230 * V
MCM7049	55795918D	6912/0	22/01/2013	232
MCS3449	55793484D	6920/0	24/01/2013	233
MCS3449	55848841C	6599/2	23/01/2013	230 * V
MCV5851	55795411D	6599/2	08/01/2013	230 * V
MDI2408	55793399D	6920/0	07/01/2013	233
MDJ7898	55492319D	6653/2	03/01/2013	230 * XI
MDJ7898	55492320D	5037/1	03/01/2013	162 * III
MDJ7898	55794536D	6599/2	03/01/2013	230 * V
MDJ7898	55794538D	6556/1	03/01/2013	230 * I
MDJ7898	55794539D	6912/0	03/01/2013	232
MDJ7898	55794540D	5045/0	03/01/2013	162 * V
MEJ8721	55793389D	6920/0	03/01/2013	233
MEL0532	55793454D	6920/0	09/01/2013	233
MFF8892	55795180D	6599/2	25/01/2013	230 * V
MFF8892	55795181D	6580/0	25/01/2013	230 * IV
MFF8892	55795182D	6637/1	25/01/2013	230 * IX
MFN6598	55793390D	6920/0	03/01/2013	233
MFN3408	55793461D	6920/0	14/01/2013	233
MFO8412	55794407D	5010/0	26/01/2013	162 * I
MFS0940	55794532D	6599/2	03/01/2013	230 * V
MGC3500	55793396D	6920/0	03/01/2013	233



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MGU7610	55793488D	6920/0	24/01/2013	233
MGW0797	55795812D	6556/1	24/01/2013	230 * I
MHB4377	55794151D	6599/2	09/01/2013	230 * V
MHB4377	55794152D	5010/0	09/01/2013	162 * I
MHF6431	55793489D	6920/0	17/01/2013	233
MHL7197	55795628D	6599/2	12/01/2013	230 * V
MIT0421	55052198D	6599/2	03/01/2013	230 * V
MIV9963	55794550D	5010/0	06/01/2013	162 * I
MJE5934	55794154D	5010/0	09/01/2013	162 * I
MJX1551	55848843C	5010/0	23/01/2013	162 * I
MMM7878	55793873D	5274/2	05/01/2013	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1415/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHC3204	55795353D	5525/0	30/12/2012	181 * XV
CAH5661	55794301D	5525/0	13/01/2013	181 * XV
DEZ5021	55795623D	5452/1	07/01/2013	181 * VIII
DFR6734	55793974D	5525/0	07/01/2013	181 * XV
DKX7002	55795795D	5525/0	30/12/2012	181 * XV
EKV1245	55795143D	5541/1	26/01/2013	181 * XVII
IBR0975	55491293D	5541/1	30/12/2012	181 * XVII
IGT4326	55492398D	5541/1	06/01/2013	181 * XVII
ISR0919	55794003D	5525/0	06/01/2013	181 * XV
LAY4346	55794016D	5185/1	07/01/2013	167
MAI0451	55795789D	5185/1	28/12/2012	167
MBA2637	55794656D	5541/1	05/01/2013	181 * XVII
MBZ8636	55794525D	5185/1	31/12/2012	167
MBZ8636	55794526D	5185/2	31/12/2012	167
MCE3944	55794533D	5185/1	03/01/2013	167
MCZ9833	55848830C	5541/1	06/01/2013	181 * XVII
MEQ5869	55848833C	5525/0	06/01/2013	181 * XV
MFF8892	55795183D	5746/1	25/01/2013	187 * I
MFL2852	55794040D	5525/0	08/01/2013	181 * XV
MFO4522	55794567D	5525/0	27/12/2012	181 * XV
MFO6257	55794107D	5746/1	18/01/2013	187 * I
MFY1741	55794665D	5185/1	07/01/2013	167
MFZ0562	55795441D	5541/1	25/01/2013	181 * XVII
MGO0694	55794108D	5541/1	20/01/2013	181 * XVII
MHD7271	55795440D	5452/2	24/01/2013	181 * VIII
MHQ0434	55795445D	5967/0	27/01/2013	203 * V
MHU9699	55491792D	5207/0	22/01/2013	169
MIL6122	55794111D	5541/1	22/01/2013	181 * XVII
MJS2784	55491295D	5509/0	30/12/2012	181 * XIII
MJW6386	55795412D	5398/0	11/01/2013	181 * II
MMM7878	55793875D	5215/2	05/01/2013	170

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1416/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADN4296	55491987D	5010/0	12/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
ADN4296	55491988D	6556/1	12/10/2012	R\$ 191,53	230 * I



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

AHE8931	55793107D	5045/0	22/09/2012	R\$ 191,53	162 * V
CBW0949	55052265D	5169/1	28/10/2012	R\$ 957,69	165
IML7717	55793796D	6599/2	03/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXT4718	55793233D	5010/0	23/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
LXT4718	55793233D	6599/2	23/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZD1397	54660662C	6599/2	31/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAJ9621	55491594D	6637/1	10/10/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MBF1721	55795258D	6556/1	29/11/2012	R\$ 191,53	230 * I
MBF1721	55795259D	6653/1	29/11/2012	R\$ 127,69	230 * XI
MCO9283	55491846D	6599/2	24/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDC3588	55793304D	6920/0	24/09/2012	R\$ 127,69	233
MDM2863	55793613D	5010/0	16/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDM2863	55793613D	6912/0	16/10/2012	R\$ 53,20	232
MDM2863	55793614D	5061/0	16/10/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MDM2863	55793614D	6556/1	16/10/2012	R\$ 191,53	230 * I
MDN5397	55793313D	6920/0	27/09/2012	R\$ 127,69	233
MDZ3453	55847071C	6599/2	21/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDZ9692	55492161D	6920/0	29/05/2012	R\$ 127,69	233
MEN8921	55491848D	5010/0	25/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
MES4309	55795311D	5010/0	15/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
MES4309	55795312D	5118/0	15/11/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFB2057	55491259D	5274/3	25/09/2012	R\$ 191,53	175
MFB2057	55491260D	6610/2	25/09/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MFE8235	55492369D	5010/0	28/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
MFE8235	55492369D	6599/2	28/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFQ4649	55847349C	5010/0	31/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
MFQ4649	55847350C	6599/2	31/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFS9659	55793436D	6920/0	19/11/2012	R\$ 127,69	233
MGL8953	55795709D	6602/0	28/11/2012	R\$ 191,53	230 * VI
MHU5178	54660678C	6599/2	25/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHY5885	55793544D	5274/1	12/10/2012	R\$ 191,53	175
MIN9700	55793343D	6920/0	19/10/2012	R\$ 127,69	233
MIQ7157	55492032D	6599/2	06/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MJC0772	55793851D	6599/2	17/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MJO0338	55793829D	6599/2	27/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
NEV6565	55793295D	6920/0	12/09/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1417/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MES4309	55795313D	5835/0	15/11/2012	R\$ 127,69	195
MFD0908	55793557D	6076/0	04/10/2012	R\$ 191,53	210
MGH3239	55795550D	5525/0	18/11/2012	R\$ 85,12	181 * XV
MHD6664	55795545D	5541/1	15/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIQ7157	55492030D	5541/4	06/10/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJC9909	55795256D	5525/0	28/11/2012	R\$ 85,12	181 * XV
MJK4522	55793701D	5185/1	23/10/2012	R\$ 127,69	167
MJO0338	55793829D	5541/1	27/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJZ4640	55795605D	5550/0	10/11/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

IMBITUBA, 25 DE FEVEREIRO DE 2013

Carlos Fernando Demétrio
 Diretor Municipal de Trânsito

CÂMARA MUNICIPAL**Ato da Presidência Nº 013/13**

Ato da Presidência nº 013/13

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 7ª Sessão Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 18 de março de 2013 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
009	PLC nº 276/2013	27/02/13	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Altera a redação e acrescenta dispositivo na Lei nº 2.904, de 25 de maio de 2006, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PL nº 4.339/2013	08/03/13	Legislativo Municipal	Renato Carlos Figueiredo	Declara de Utilidade Pública a Associação Desportiva e Cultural London Futebol Society.	Ordinário	1ª	1ª
	PR nº 001/2013	11/03/13	Legislativo Municipal	Mesa Diretora	Dispõe sobre a criação de Comissão Permanente de Legislação Participativa, e dá outras providências.	Ordinário	Única	Única
	REQ 011/2013	08/03/13	Legislativo Municipal	Guilherme Santos Souza	Requer informações sobre o canil da cidade de Imbituba.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 14 de março de 2013.

LUÍS ANTÔNIO DUTRA Presidente	LUÍZ CLÁUDIO CARVALHO DE SOUZA Vice-Presidente	ROSÁLIA MARIA DE SOUZA SGROTT Primeira-Secretária
----------------------------------	---	--

Ipumirim

PREFEITURA

Termo de Homologação de Processo Licitatório Nº 5/2013/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 3/2013 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 5/2013 Data do Processo: 28/02/2013
	Folha: 1/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Gestor Do Fundo Municipal De Saúde, JACIR LIRIO BONISSONI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 5/2013
- b) Licitação Nr.: 3/2013-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 14/03/2013
- e) Objeto da Licitação aquisição de equipamentos de informática e móveis de escritório destinados à Unidade Básica de Saúde, em atendimento ao repasse efetuado pelo Ministério da Saúde, nos termos da proposta 82814.575000/1100-04.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)Unid. Quantidade Desccto (%) Preço Unitário Total do Item

EKIPAR LICIT INFORMATICA LTDA-ME (6983)

1 - Processador intel 2 Cores 64 bits 2MB cachê 32nm com processador Grafico Intel® HD Graphics Intel® Virtualization Technology (VT-x), DMI 5.0 GT/s; - Placa Mãe socket 1155 com Chipset Intel H61(B3), Suporte para Core i3/Core i5/ Core i7 - rede 10/100/1000 integrada - som 6 canais integrado - Vídeo Integrada com saída Dsub, DMI, Disposição para 8 saídas USB, 1 pci exp, 1 PCI exp 16x 2.0, 4 portas Sata, 2 Slots para memória DDR3 Dual 1066/1333 MHz de 240 pinos para até 16GB, 1 PS2 para Teclado, 1 Ps2 para Mouse, 1 x Saída digital SPDIF, BIOS AMI BIOS SPI Flash Rom com 32 MB, Suporte a Multi Linguagem, Form Factor; - HD 320 GB Sata 2 7200RPM; - 4 GB de Memória DDR3 1333 MHZ; - Gravador de cdr-We DVD-R + Leitor de cdr-We DVD-R-W; - Leitor de Cartão SD, ProDuo; - Conjunto de caixas de som 200 watts; - Gabinete Torre ATX; - Fonte 400 watts; - Teclado PS/2; - Mouse PS/2 Óptico com Netscroll; - Monitor Led 18.5; - Microsoft Windows 7 Profissional; - Garantia 1 ano	UN	8,00	0,0000	2.196,00	17.568,00
---	----	------	--------	----------	-----------

anexar a proposta: Proponente que cotar os item ... (computadores) deve apresentar sob pena de desclassificação Catalogo Técnico ou ficha descritiva do produto ofertado contendo todas as informações para que possa ser avaliado, Declaração do Fabricante que a empresa esta apta a vender os produtos ofertados direcionada a o município de Ipumirim, Certificados: ISO9001, PPB, IEC 60950. - Marca: Pauta-PCHome

Ipumirim, 14 de Março de 2013.

JACIR LIRIO BONISSONI
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 3/2013 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 5/2013
 Data do Processo: 28/02/2013

Folha: 2/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

EKIPAR LICIT INFORMATICA LTDA-ME (6983)

4	Notebook com as seguintes características mínimas: - Equipado com processador CORE I5; - Memória RAM de no mínimo 6gb do tipo DDR3; - Unidade de Disco Rígido (HD) de no mínimo 320GB 5400 rpm; - Gravador DVD/CDRW; - Wireless LAN 802.11b/g/n; - Placa de vídeo integrada com no mínimo 128 MB DEDICADA; - Tela 14 LED Widescreen com resolução recomendada de 1366x768; - Comunicação através de 10/100/1000 BASE-T Ethernet LAN integrada, com conector RJ-45; - Bateria de 6 células de lítio-ion - Adaptador de energia 100 ~240v / 50-60hz - Teclado Windows Português - ABNT2 - Sistema Operacional Windows Seven Home 64 bits Original, com certificado de autenticidade, - garantia mínima de 12 meses anexar na proposta, sob pena de desclassificação Catalogo Técnico ou ficha descritiva do produto ofertado contendo todas as informações para que possa ser avaliado. - Marca: Megaware/pamnci25win	UN	1,00	0,0000	2.300,00	2.300,00
9	Impressora a Jato de Tinta Colorida com as seguintes características: - Velocidade mínima de impressão de 11 PPM em modo normal e 34 PPM em modo rascunho - Bandeja de entrada com capacidade para 250 folhas - Resolução de impressão de 1200x1200dpi em impressão comum e 4800x1200dpi em modo fotografia - Cartuchos de impressão individualizados para cada cor. - Cabeçotes de impressão removíveis e substituíveis. - Interface de comunicação bidirecional USB e ethernet. - Ciclo de cópias/impressão mínimo de 15.000 páginas/mês - Drivers de impressão compatíveis com Windows 9X, XP e Server - Memória mínima de 32MB - Processador de clock mínimo de 384mhz. - Garantia de 1 ano. - Marca: HP/PRO 8600	UN	5,00	0,0000	500,00	2.500,00
10	Projetor multimídia com as seguintes características mínimas: - Resolução Nativa: 800X600; - Resolução Máxima: 1600X1200; - 3D Ready; Cores: 1.07 Bilhões de Cores; - Tela: 23" (58.4Cm)~300" (762Cm); - Distância de Projecção: 3.3 Ft. (1.0M)~39 Ft. (11.88M); - Lâmpada: Osram 180 Watts P-Vip (Reemplazable); - Duração: 5000 Horas (Standard), 6000 Horas (Ahorro); - Bivolt - Dimensões: 268 X 82 X 192Mm; - Peso: 2.2 Kg; - Contraste : 4000:1; - Zoom: Digital, Manual ;Brilho: - 2700 Ansi Lumens (Standard); - 2160 Ansi Lumens (Eco); Nível de Som: - 32 DbA (Standard); - 27 DbA (Eco); Vídeo Compatível: - Ntsc (3.58/4.43); - Pal (B/D/G/H/I/M/N); - Secaem (B/D/G/K/K1/L); - 4:3 Nativo, 16:9; - Lentes: - F/2.41 Minimo; - F/2.55 Maximo; - Conectores: - VGA; - Vídeo Composto (RCA); - X S-Vídeo (Mini Din) - anexar na proposta, sob pena de desclassificação Catalogo Técnico ou ficha descritiva do produto ofertado contendo todas as informações para que possa ser avaliado. - Marca: ACER/DLPX1161	UN	1,00	0,0000	1.450,00	1.450,00

Total do Fornecedor: 23.818,00

Ipumirim, 14 de Março de 2013.

 JACIR LIRIO BONISSONI
 GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 3/2013 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 5/2013
 Data do Processo: 28/02/2013

Folha: 3/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (7098)

6	Tecnologia de impressão laser monocromático, velocidade mínima em preto (ppm) 24 ppm resolução mínima em dpi 2400 x 600 dpi tempo de impressão da primeira página menor que 8,5 segundos memória padrão 32 MB interfaces USB 2.0 de alta velocidade e ethernet 10/100 volume mínimo de ciclo mensal 10.000 páginas capacidade da bandeja de papel bandeja padrão: 250 folhas bandeja multiuso de alimentação manual: 01 folha capacidade de saída do papel 100 folhas tamanhos do papel carta, ofício, executivo, A4 e envelopes, ADF até 35 páginas tamanho do vidro de exposição A4 / carta copia sem uso do PC agrupamento de Cópias (2 em 1) cópia de identidade (ID Card) digitalização color e mono resolução interpolada 19200 x 19200 dpi digitaliza para email, imagem, arquivo e OCR fax sem uso do PC interface de rede embutida ethernet drives compatíveis Windows 7 / Widnows Vista / XP / XP Professional x64 / 2000 / Server 2003 / 2008 Mac OS X10.4.11, 10.5.X, 10.6.X ferramenta de gerenciamento BRAdmin Light, Gerenciamento via Web, BRAdmin Pro3, Web-BRAdmin certificação Energy Star modo toner save suprimento para 2.600 páginas com 5% de cobertura, garantia 1 Ano. apresentar Folder ou prospecto - acompanha 3 toner originais para esta impressora - Marca: BROTHER	UN	1,00	0,0000	1.043,83	1.043,83
---	--	----	------	--------	----------	----------

Total do Fornecedor: 1.043,83

PAULINÉIA LOTTERMANN REIS (7239)

2	Cadeira FIXA Sem Braços 4 pés 7/8, Espuma Injetada 4cm, ergonomicamente correta para evitar estrangulamento da circulação sanguínea, Fitas de borda para evitar impactos, - Marca: REIFLEX	UN	67,00	0,0000	117,80	7.892,60
3	Mesa de Escritório - Mesa em MDF de 1,20mx0,70m com 03 gavetas com puxadores, sendo uma com fechadura, estrutura em ferro com calha para passagem de fios, ponteiros em prolipoleno com regulagem de altura e tampo em MDF, 25mm Post Formados 180°. Fita de Bordas Laterais de 2mm em plástico ABS. - Marca: REIFLEX	UN	11,00	0,0000	403,00	4.433,00
5	Cadeira Giratória Secretária Executiva, Back-system, com regulagem de avanço e altura para o encosto. Espuma ejetada 5 cm, c/Braços Reguláveis, Aranha com 5 hastes de Ferro, Com capa para proteção, Pistão para regular altura base a Gás. - Marca: REIFLEX	UN	13,00	0,0000	256,00	3.328,00
7	Mesa de reunião mesa oval, estrutura em aço, com tampo com espessura de 25mm em postformig com dimensões de 2,00x1,00x0,75. - Marca: REIFLEX	UN	1,00	0,0000	648,00	648,00

Ipumirim, 14 de Março de 2013.

 JACIR LIRIO BONISSONI
 GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 3/2013 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 5/2013
Data do Processo: 28/02/2013

Folha: 4/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**PAULINÉIA LOTTERMANN REIS (7239)**

8 armário com 02 portas estrutura em MDF 25mm, com dimensões UN 13,00 0,0000 618,00 8.034,00
aproximadas de 1,30x1,70x0,50m com 06 prateleiras internas
com 01 fechadura e 02 puxadores. - Marca: REIFLEX

Total do Fornecedor: 24.335,60**Total Geral: 49.197,43**

Ipumirim, 14 de Março de 2013.

JACIR LIRIO BONISSONI
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Termo de Homologação de Processo Licitatório Nº 6/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 1/2013 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 6/2013 Data do Processo: 20/02/2013
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, Valdir Zanella, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 6/2013
 b) Licitação Nr.: 1/2013-PR
 c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
 d) Data Homologação: 08/03/2013
 e) Objeto da Licitação: contratação de Monitara para prestação de serviço curso Pintura em tecido, pintura em madeira, pintura em emborrachado, pintura em tela, reaproveitamento de material reciclável, enfeites diversos (natalinos) Biscuit, trabalhos em fitas, tricô, crochê, teatro, bordado, artes visuais, arte terapia, para Famílias beneficiadas do programa Bolsa Família e crianças/adolescentes, do programa Horta Educativa, conforme especificações anexo ao edital.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

CANTINHO DO ARTESATO LTDA ME (8144)

1 curso pintura em tecido, pintura em madeira, pintura em emborrachado, pintura em tela, reaproveitamento de material reciclável, enfeites diversos (natalinos) Biscuit, trabalhos em fitas, tricô, crochê, teatro, bordado, artes visuais, arte terapia, para Famílias beneficiadas do programa Bolsa Família e crianças/adolescentes, do programa Horta Educativa.	H	1.000,00	0,0000	30,00	30.000,00
--	---	----------	--------	-------	-----------

Total do Fornecedor: 30.000,00

Total Geral: 30.000,00

Ipumirim, 8 de Março de 2013.

 Valdir Zanella
 PREFEITO MUNICIPAL

Termo de Homologação de Processo Licitatório Nº 7/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 2/2013 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 7/2013 Data do Processo: 21/02/2013
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, Valdir Zanella, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 7/2013
b) Licitação Nr.: 2/2013-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 08/03/2013
e) Objeto da Licitação Contratação de serv. de transp. coletivo de passageiros destinado ao transp. escolar p/ os alunos da Educação Básica do Município, transp. dos idosos e portadores de necessidades especiais beneficiados pela Lei Municipal 852/91, transp. dos Professores da rede pública de ensino e Agentes Comunitárias de Saúde do Município de Ipumirim, c/ vigência p/ o ano de 2013, prorrogável por um período total máximo de até 60 meses, sendo q/ cada prorrog. não poderá ultrapassar 12 meses.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

MARCOS MAURICIO HELBING ME (8597)

1 Saída de Ipumirim à Linha Costa do Engano e Bairro Scalco numa extensão de 19km.	DIA	1,00	0,0000	77,90	77,90
Total do Fornecedor:					77,90

R E T TRANSPORTES LTDA- ME. (6937)

2 Saindo da divisa de Lindóia do Sul, passando por Pedras Brancas, Linha União, Bonito, Três Marias, Cohab José Carlos Bonissoni à Ipumirim, numa extensão de 70,4 KM.	DIA	1,00	0,0000	288,64	288,64
Total do Fornecedor:					288,64
Total Geral:					366,54

Ipumirim, 8 de Março de 2013.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

Termo de Homologação de Processo Licitatório Nº 8/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 3/2013 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 8/2013 Data do Processo: 22/02/2013
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, Valdir Zanella, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 8/2013
b) Licitação Nr.: 3/2013-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 12/03/2013
e) Objeto da Licitação: contratação de serviços de lavagem e lubrificação de veículos, caminhões, máquinas e outros da frota Municipal, conforme quantidades e características constantes no anexo I do Edital.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

LOTE: 1**GUTHIERRY LOCATELLI ME (9383)**

1	Lavagem externa de veículo (leves passeio)	SER	200,00	0,0000	10,00	2.000,00
2	Lavagem externa e interna de veículo leves passeio, lavar inclusive porta malas e chassis tapetes e passar silicone no painel, pretinho nos pneus e aspirador de pó. (completa)	SER	200,00	0,0000	20,00	4.000,00
Total do Fornecedor:						6.000,00

LOTE: 2**GUTHIERRY LOCATELLI ME (9383)**

3	Lavagem externa de veículo Van master, F 1000, camionete Iveco e trator de pneu (simples) ambulância, e Van Besta.	SER	200,00	0,0000	20,00	4.000,00
4	Lavagem externa e interna de veículo Van master, F 1000, e trator de pneu (simples) ambulância com esterilização, , Besta, inclusive lavar chassis, tapetes e passar silicone no painel, pretinho nos pneus, e aspirador de pó.(completa)	SER	200,00	0,0000	35,00	7.000,00
Total do Fornecedor:						11.000,00

LOTE: 3**GUTHIERRY LOCATELLI ME (9383)**

5	Lavagem externa de caminhão truque e toco e máquinas pesadas (motoniveladora, retroescavadeira, escavadeira hidráulica, trator esteira, carregadeira e lavagem completa com lubrificação da minicarregadeira BOBCAT.	SER	200,00	0,0000	40,00	8.000,00
---	---	-----	--------	--------	-------	----------

Ipumirim, 12 de Março de 2013.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIMCNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC**PREGÃO PRESENCIAL**

Nr.: 3/2013 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 8/2013
Data do Processo: 22/02/2013

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**LOTE: 3****GUTHIERRY LOCATELLI ME (9383)**

6	Lavagem externa e interna de caminhão truque e toco e de máquinas peadas (motoniveladora, retroescavadeira, escavadeira hidráulica, trator esteira, carregadeira.sem lubrificação.	SER	200,00	0,0000	75,00	15.000,00
7	Lavagem externa e interna de caminhão truque e toco e de máquinas (motoniveladora, retroescavadeira, escavadeira hidráulica, trator esteira, carregadeira...) (simples) com lubrificação.	SER	200,00	0,0000	95,00	19.000,00

Total do Fornecedor: 42.000,00**Total Geral: 59.000,00**

Ipumirim, 12 de Março de 2013.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

Termo de Homologação de Processo Licitatório Nº 9/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 4/2013 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 9/2013 Data do Processo: 26/02/2013
	Folha: 1/5

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, Valdir Zanella, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 9/2013
b) Licitação Nr.: 4/2013-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 12/03/2013
e) Objeto da Licitação aquisição de gêneros alimentícios com entrega parcelada, destinados ao Departamento de Obras e demais Órgãos da Administração Pública.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

LOTE: 1**INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BISCOITOS KINE LTDA EPP (6091)**

1	Pão Francês, com 50g cada, ingredientes: farinha de trigo especial, sal, açúcar, fermento e gordura vegetal hidrogenada, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 57,4g de carboidrato, 9,3g de proteína e 2g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com especificações do produto, informações sobre o fabricante, data de fabricação e prazo de validade, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) - Marca: KATI PÃO	KG	500,00	0,0000	7,00	3.500,00
---	---	----	--------	--------	------	----------

Total do Fornecedor: 3.500,00

LOTE: 2**COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)**

2	Tomate, grau médio de amadurecimento, de 1ª qualidade, são, sem rupturas, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto. - Marca: CANTU	KG	100,00	0,0000	4,098	409,80
12	CEBOLA - de boa qualidade (que não esteja batida e estragada) - Marca: CANTU	KG	70,00	0,0000	2,5499	178,49
17	REPOLHO - de boa qualidade (que não esteja murcho e estragado) - Marca: CANTU	UN	30,00	0,0000	3,6427	109,28

Ipumirim, 12 de Março de 2013.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 4/2013 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 9/2013
 Data do Processo: 26/02/2013

Folha: 2/5

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
LOTE: 2
COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

34	Banana Caturra, de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, cascas sãs, sem rupturas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto. - Marca: CANTU	KG	60,00	0,0000	1,4571	87,43
----	--	----	-------	--------	--------	-------

Total do Fornecedor: 785,00
LOTE: 3
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (8920)

3	Vinagre de Vinho Tinto, produto natural, fermentado, acético, simples, isento de corantes artificiais, ácidos orgânicos e minerais estranhos, contém conservantes, não contendo glúten, livre de sujidades, material terroso, detritos animais e vegetais, acondicionado em embalagem plástica resistente, de 750 ml, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: CHEMIM	UN	200,00	0,0000	2,05	410,00
13	SAL GROSSO TEMPERADO 1 KILO - Marca: ZAELI	PCT	40,00	0,0000	1,11	44,40
18	Óleo de soja Lt 900 ml - Marca: COCAMAR	UN	150,00	0,0000	3,66	549,00
20	SAL REFINADO IODADO 1KG, COM VÁLIDADE MÍNIMA NA ENTREGA DE 120 DIAS. - Marca: ESTRELA	KG	60,00	0,0000	0,85	51,00
25	Fermento Químico em pó, produto formado de substâncias químicas que por influência do calor e/ou umidade produz desprendimento gasoso capaz de expandir massas elaboradas com farinhas, amidos ou féculas, aumentado-lhes o volume e a porosidade, contendo como ingrediente: amido de milho ou fécula de mandioca, bicarbonato de sódio, carbonato de cálcio e fosfato monocalcico, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 41,6g de carboidrato, 0g de proteína e 0g de lipídio, acondicionado em embalagem de 250g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) - Marca: BOLOBOL	PCT	60,00	0,0000	2,46	147,60
26	SAGU DE MANDIOCA TIPO 1 PCT 250 GR - Marca: PRATA	PCT	50,00	0,0000	2,08	104,00
27	chocolate em pó pct 01 kg - Marca: CELLI	PCT	60,00	0,0000	5,20	312,00
35	AMIDO DE MILHO PCT / 01 KILO - Marca: LORENZ	UN	100,00	0,0000	2,73	273,00
36	COCO RALADO - 100 gr - Marca: INGA	PCT	100,00	0,0000	1,37	137,00

Total do Fornecedor: 2.028,00
LOTE: 4
COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

4	CARNE BOVINA FILÉ 1ª (PRIMEIRA) QUALIDADE, COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA, PROCEDÊNCIA IMPRESSA NA EMBALAGEM. NA ENTREGA O PRODUTO NÃO PODERÁ TER VALIDADE INFERIOR A 04 (QUATRO) MESES E DATA DE FABRICAÇÃO MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS - Marca: FRIGORIFICO DRI	KG	400,00	0,0000	13,8944	5.557,76
---	--	----	--------	--------	---------	----------

Ipumirim, 12 de Março de 2013.

 Valdir Zanella
 PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 4/2013 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 9/2013
 Data do Processo: 26/02/2013

Folha: 3/5

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
LOTE: 4
COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

5	CARNE BOVINA COSTELA 1ª (PRIMEIRA) QUALIDADE, COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA, PROCEDÊNCIA IMPRESSA NA EMBALAGEM. NA ENTREGA O PRODUTO NÃO PODERÁ TER VALIDADE INFERIOR A 04 (QUATRO) MESES E DATA DE FABRICAÇÃO MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS - Marca: FRIGORIFICO DRI	KG	400,00	0,0000	8,7448	3.497,92
6	CARNE BOVINA ALCATRA 1ª (PRIMEIRA) QUALIDADE, COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA, PROCEDÊNCIA IMPRESSA NA EMBALAGEM. NA ENTREGA O PRODUTO NÃO PODERÁ TER VALIDADE INFERIOR A 04 (QUATRO) MESES E DATA DE FABRICAÇÃO MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS - Marca: FRIGORIFICO DRI	KG	300,00	0,0000	13,8945	4.168,35
11	CARNE SUÍNA MISTA 1ª (PRIMEIRA) QUALIDADE, COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA, PROCEDÊNCIA IMPRESSA NA EMBALAGEM. NA ENTREGA O PRODUTO NÃO PODERÁ TER VALIDADE INFERIOR A 04 (QUATRO) MESES E DATA DE FABRICAÇÃO MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS - Marca: FRIGOLASTE	KG	150,00	0,0000	7,7731	1.165,97
Total do Fornecedor:						14.390,00

LOTE: 5
COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

7	SALAME DE CARNE SUÍNA COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA, COM PROCEDÊNCIA IMPRESSA NA EMBALAGEM, COM PRAZO DE VALIDADE NA EMBALAGEM, COM CERTIFICADO SANITÁRIO, NA ENTREGA O PRODUTO NÃO PODERÁ TER VALIDADE INFERIOR A 3 MESES. - Marca: FRIG. ARABUTÃ	KG	100,00	0,0000	18,447	1.844,70
10	LINGÜIÇA SUÍNA PARA CHURRASCO COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA, COM PROCEDÊNCIA IMPRESSA NA EMBALAGEM, COM PRAZO DE VALIDADE NA EMBALAGEM, COM CERTIFICADO SANITÁRIO, NA ENTREGA O PRODUTO NÃO PODERÁ TER VALIDADE INFERIOR A 3 MESES. - Marca: FRIG. ARABUTÃ	KG	100,00	0,0000	9,9713	997,13
33	Salsicha de carne bovina ou suína tipo "hot dog", congelada, com no máximo 2% de amido, com aspecto característico, cor própria sem manchas pardacentas ou esverdeadas, odor e sabor próprio, com adição de água ou gelo de no máximo 10%, ingredientes: carne mecanicamente separada de frango, gordura suína, carne suína, água, carne de peru, proteína isolada de soja, fécula de mandioca, sal, maltodextrina, condimentos naturais, pimenta preta, regulador de acidez lactato de sódio, estabilizantes: tripolifosfato de sódio, polifosfato de sódio e pirofosfato ácido de sódio, aromas: fumaça, natural de pimenta branca, naturais e idênticos aos naturais de pimentas da Jamaica e preta, realçador de sabor glutamato monossódico, antioxidantes eritorbato de sódio, conservador nitrito de sódio, corante urucum, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 50g: 1,5g de carboidrato, 6,3g de proteína e 1,3g de gorduras totais, acondicionadas em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 1Kg, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: PEPERI	KG	50,00	0,0000	5,7834	289,17

Ipumirim, 12 de Março de 2013.

Valdir Zanella
 PREFEITO MUNICIPAL


DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 4/2013 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 9/2013
 Data do Processo: 26/02/2013

Folha: 4/5

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
LOTE: 5
COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

37	Mortadela de carne de frango ou peru, magra, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, de 1ª qualidade, sem manchas esverdeadas, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, ingredientes: carne mecanicamente separada de aves, gordura de frango, carne de frango, água, amido, sal, proteína texturizada de soja, açúcar, condimentos naturais, pimenta branca, estabilizante tripolifosfato de sódio, conservadores: nitrito e nitrato de sódio, corante natural carmim, realçador de sabor glutamato monossódico e antioxidante eritorbato de sódio, com valor nutricional para porção de 40g de aproximadamente: 2,5g de carboidrato, 4,8g de proteína e 6,5g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica atóxica, resistente, na embalagem deverá constar especificações do produto, data de fabricação e prazo de validade de 1 mês, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: AURORA	KG	50,00	0,0000	6,9799	349,00
----	---	----	-------	--------	--------	--------

Total do Fornecedor: 3.480,00
LOTE: 6
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (8920)

15	AÇUCAR REFINADO 5 KG - Marca: ALTO ALEGRE	PCT	250,00	0,0000	9,6996	2.424,89
21	Café Solúvel Granulado vidro de 200 gramas - Marca: AMIGO	UN	100,00	0,0000	7,3479	734,79
23	Farinha de Trigo Especial - pct 5 Kg. - Marca: MAX	PCT	100,00	0,0000	7,9244	792,44
24	ARROZ PCT. 5 KG - Marca: MINUTINHO	PCT	60,00	0,0000	8,4826	508,96
39	Açúcar Cristal pct 5kg. - Marca: ESTRELA	PCT	50,00	0,0000	7,5584	377,92

Total do Fornecedor: 4.839,00
LOTE: 7
SUPERMERCADO ODILO BONISSONI LTDA EPP (6017)

16	CAFÉ TORRADO E MOÍDO - 500G, COM VALIDADE MÍNIMA NA ENTREGA DO PRODUTO DE 45 DIAS obs: somente marca melitta - Marca: MELITTA	CX	300,00	0,0000	10,00	3.000,00
----	--	----	--------	--------	-------	----------

Total do Fornecedor: 3.000,00
LOTE: 8
SUPERMERCADO ODILO BONISSONI LTDA EPP (6017)

8	Refrigerante 2 litros, nos sabores cola e limão - Marca: SCHIN	FR	700,00	0,0000	2,8916	2.024,15
9	Erva Mate, produzido com folhas selecionadas, acondicionado em embalagem de 1kg, sem a presença de produtos estranhos, com registro no Ministério da Saúde. - Marca: ESPUMA VERDE	PCT	1.000,00	0,0000	5,8028	5.802,80
14	Pepino em conserva - Marca: CANTU	V	170,00	0,0000	4,3521	739,86
19	Refresco pacote de 350 gramas - Marca: APTI	PCT	400,00	0,0000	2,6112	1.044,48
22	Coador de café Grande Nº 103 cx/30 unidades - Marca: MELITTA	CX	100,00	0,0000	3,1915	319,15
28	Leite em Pó instantâneo 400 g - Marca: AURORA	LT	25,00	0,0000	6,7699	169,25
29	OVOS EMBALADOS - Marca: COPERIMIRIM	DZ	60,00	0,0000	3,8685	232,11
30	balas sortidas pacote 700 gramas - Marca: PECCIN	PCT	150,00	0,0000	8,7041	1.305,62
31	Bolacha salgada pacotes com 400 gramas - Marca: CASAREDO	PCT	100,00	0,0000	3,6751	367,51

Ipumirim, 12 de Março de 2013.

 Valdir Zanella
 PREFEITO MUNICIPAL


DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 4/2013 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 9/2013
 Data do Processo: 26/02/2013

Folha: 5/5

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
LOTE: 8
SUPERMERCADO ODILO BONISSONI LTDA EPP (6017)

32	LEITE CONDENSADO 395 GRAMAS - Marca: PIRACANJUBA	UN	50,00	0,0000	2,9014	145,07
Total do Fornecedor:						12.150,00

LOTE: 9
COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

38	LEITE LONGA VIDA UHT INTEGRAL, 1000ML. VALIDADE MÍNIMA NA ENTREGA DE 60 DIAS. - Marca: AURORA	UN	3.000,00	0,0000	1,9167	5.750,00
Total do Fornecedor:						5.750,00

LOTE: 10
COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

40	CESTA BÁSICA- equipada com os seguintes Items 01-pct arroz 05 kg 01-pct Farinha de trigo especial 05 kg 01- Pct açúcar cristal 05 kg 01-pct fubá milho de 02 kg 01-pct Feijão Preto pct 02 kg 01- lata óleo de soja 900 ml 01-vidro café granulado 200 gramas 01- doce de frutas pote de 400 gramas 01- bolacha doce sortida pacote 800 gramas 01-kg sal 01 pct achocolatado 400 gramas - Marca: CHINES, AMANDY, MI	UN	600,00	0,0000	54,9667	32.980,00
Total do Fornecedor:						32.980,00
Total Geral:						82.902,00

Ipumirim, 12 de Março de 2013.

 Valdir Zanella
 PREFEITO MUNICIPAL



Irineópolis

PREFEITURA

Extrato de Homologação 08/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 08/2013

TOMADA DE PREÇOS Nº. 02/2013

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Luiz Sergio Kerscher-ME- Mecânica Kerscher.

Irineópolis, 15 de março de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 50/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 50/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratado: Luiz Sergio Kerscher-ME- Mecânica Kerscher

Objeto: Contratação de empresa para serviços de mecânica em veículos pequenos, caminhões, máquinas e equipamentos da frota municipal, no exercício de 2013.

Valor: R\$ 58.000,00(cinco e oito mil reais).

Vigência: 15/03/2013 à 31/12/2013

Base Legal: Processo Licitatório 008/2013 - Tomada de Preços 002/2013.

Lei 8.666/93

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Retificação- Extrato de Contrato 49/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

RETIFICAÇÃO

Onde lê- se:

CONTRATO Nº 49/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratado: Cooperativa de Organização, Produção e Comercialização Solidária do Planalto Norte- SC- Comsol.

Objeto: Aquisição de de Gêneros Alimentícios da Agricultura e do Empreendedor Familiar Rural para as escolas da Rede Municipal de Ensino.

Valor: R\$ 31.840,20(trinta e um mil, oitocentos e quarenta reais e vinte centavos).

Vigência: 14/03/2013 à 31/12/2013

Base Legal: Processo Licitatório 07/2013 - Chamada Pública 01/2013.

Lei 8.666/93.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Leia- se

CONTRATO Nº 49/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratado: Cooperativa de Organização, Produção e Comercialização Solidária do Planalto Norte- SC- Comsol.

Objeto: Aquisição de de Gêneros Alimentícios da Agricultura e do Empreendedor Familiar Rural para as escolas da Rede Municipal de Ensino.

Valor: R\$ 30.463,20 (trinta mil, quatrocentos e sessenta e três reais e vinte centavos).

Vigência: 14/03/2013 à 31/12/2013

Base Legal: Processo Licitatório 07/2013 - Chamada Pública 01/2013.

Lei 8.666/93.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

Convite Nº 04/2013 - Processo Nº 11/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Preâmbulo (art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 26/03/2013 às 09h:00min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até as 09h:30min estará recebendo envelopes dos possíveis interessados em participar do certame em epigrafe, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), n.º 201, Licitação na modalidade CONVITE nº 04/2013 - PROCESSO Nº 11/2013, para a Aquisição de 3040 camisas tipo uniforme para alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme Termo referencia Anexo I do edital. O Edital contendo especificações em partes, para averiguação poderá ser retirado no site www.itapoa.sc.gov.br, como também consultado extrato pelo site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou na sede da Prefeitura especificamente na Secretaria de Administração e Finanças, Departamento de Licitações e Contratos (DLC), no qual estão disponíveis nos horários das 8h:00min às 14h:00min.

Itapoá, 14 de março de 2013.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

Lei Nº 4.312 de 11 de Março de 2013.

LEI Nº 4.312 DE 11 DE MARÇO DE 2013.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional na importância de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) destinado a suplementar a dotação abaixo

descrita no Orçamento Municipal vigente:

ORGÃO 16: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE 01: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Ativ. 2.071 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - PETI/CREAS
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000-0-15 Aplicações Diretas
R\$ 70.000,00

Art. 2º - O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com o recurso proveniente da anulação da dotação abaixo descrita, na mesma importância:

ORGÃO 16: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE 01: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Ativ. 2.076 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - ABRIGO
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000-0-32 Aplicações Diretas
R\$ 70.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 11 de março de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Decreto Nº 4.264 de 07 de Março de 2013.

DECRETO Nº 4.264 DE 07 DE MARÇO DE 2013.
SUBSTITUI MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO - FUNDEB, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba-SC, no uso de atribuições que lhe são conferidas por LEI,
DECRETA:

Art 1º O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata a Lei nº 3.574/07 nomeado pelo Decreto nº 3.975/11, fica substituído pelos seguintes membros:

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
Vânia Moreira - Titular
Marilde Bittencourt - Suplente

Roberto Minatti - Titular
Daniela Galvão - Suplente

REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA MUNICIPAL
Danusa de Britto - Titular
Neiloana Zampieri Savoldi - Suplente

REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS
Claudia Marien Arnhold - Titular
Débora Maria Crestani Tonet - Suplente

REPRESENTANTE DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS
João Carlos Toledo de Sampaio - Titular
Márcio Luis Rodrigues Kemer - Suplente

REPRESENTANTE DE PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA MUNICIPAL
Valdirene Fernandes da Silva - Titular
Armelindo Darold - Suplente

Ivanete Flâmia - Titular

REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA MUNICIPAL
Eliane Alves dos Santos - Titular
Claíton Luiz de Souza Pinto - Suplente
REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Marisete Machado Zagonel- Titular
Rosana Heberle- Suplente

REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR
Tânia Maria Schneider - Titular
Daiane Cristina Samoura Hoff - Suplente

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 07 de março de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Decreto Nº 4.266 de 11 de Março de 2013.

DECRETO Nº 4.266 DE 11 DE MARÇO DE 2013.
NOMEIA COMISSÃO PREPARATÓRIA MUNICIPAL ESPECÍFICA PARA ORGANIZAR E MOBILIZAR A EXECUÇÃO DA 5ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba-SC, no uso de atribuições que lhe são conferidas por LEI,
DECRETA:

Art 1º Fica nomeada a Comissão Preparatória Municipal específica para organizar e mobilizar a execução da 5ª Conferência Nacional das Cidades na etapa municipal, sendo formado pelos seguintes membros:

- I. Eulo Antônio Balvedi - Coordenadoria de Planejamento - Prefeitura de Joaçaba
- II. Kenya Xavier Ferreira-Infraestrutura - Prefeitura de Joaçaba
- III. Mauro Batista Neto - Delegacia da Receita Federal
- IV. Luiz Carlos Coelho - EPAGRI
- V. Ademir Lamb - Associação de Moradores
- VI. Elizabete Balvedi - Conselho da Mulher
- VII. Nedir Barreta - Rede Feminina de Combate ao Câncer
- VIII. Aquilino Rodrigues - Sindicato dos Comerciantes
- IX. Renan M. Hack- ACIOC
- X. Diego Franzoi- OAB

Art 2º As atividades a serem desempenhadas pelos membros ora nomeados são caracterizadas por "múnus público".

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 11 de março de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Portaria N.º 707

PORTARIA Nº 707 DE 08 DE MARÇO DE 2013
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) ROGER AUGUSTO MARQUART DORL, Assessor de Cultura, nível CC-5, com lotação na Fundação Municipal de Esportes e Cultura, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei

Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 25 de fevereiro de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 08 de março de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 708

PORTARIA Nº 708 DE 12 DE MARÇO DE 2013

“INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com a Lei n.º 8.666/93,

RESOLVE,

1º INSTAURAR “Processo Administrativo”, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se investigue se as irregularidades decorrem de problemas de projeto ou execução relativo ao contrato n.º 890/2012/PMJ da empresa Construcórdia, referente a reforma e ampliação da Creche/escola localizada à Rua Severino Fuga, 204, Vila Pedrini.

2º DESIGNAR os servidores, INES MARIA PICOLI GEMELLI, DANIELE GALVÃO RODRIGUES E DIANE CARINA MATANA, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 12 de março de 2013.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 709

PORTARIA Nº 709 DE 12 DE MARÇO DE 2013

“NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) JAQUELINE BOTTEGA, Auxiliar de Creche (Nível II), para exercer as funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação - Escola Municipal Professor Dulce Fernandes de Queiroz, de acordo com as Leis Complementares nº 76, 211 de 05 de dezembro de 2011 e n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 12 de março de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 710

PORTARIA Nº 710 DE 12 DE MARÇO DE 2013

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE

ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) CLEUSA SONEGO, Professor, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado através do processo nº 128.500 de 19 de fevereiro de 2013, referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 11 de março de 2013 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 11 de março de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 12 de março de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 711

PORTARIA Nº 711 DE 12 DE MARÇO DE 2013

“NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) AURIEL PARIZOTTO, para exercer o cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 002/2012, em especial o pedido de exoneração do 1º classificado, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde de 11 de março de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 12 de setembro de 2012.
RAFAEL LASKE

Extrato Homologação PL 4 PP 4/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2013/FMS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 04/2013/FMS - PP 04/2013 FMS, nos seguintes termos:

Objeto: a aquisição de forma parcelada de armarinhos e materiais de artesanato, destinados à manutenção das atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, durante o exercício financeiro de 2013.

- Empresas Vencedoras:

GRAFICA AMERICA LTDA
VALOR R\$ 12.901,99
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIP. LTDA
VALOR R\$ 7.390,65
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA
VALOR R\$ 6.088,90

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 13 de março de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato Homologação PL 8 PP 7/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 08/2013/FMS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 08/2013/FMS - PP 07/2013 FMS, nos seguintes termos:

Objeto: contratação de serviços especializados para a realização de teste seletivo para contratação temporária de servidores para atuarem junto à Secretaria Municipal de Saúde, nos cargos de Médico Generalista e Técnico de Enfermagem.

- Empresas Vencedoras:
SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO VALE DO BANDEIRANTES LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 1.790,00
2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 13 de março de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato PP 17/2013/PMJ - 30/2013/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2013/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013/PMJ

Objeto: Aquisição de 01 (um) trator agrícola de pneus destinado a manutenção das atividades da Intendência de Agricultura de Joaçaba (SC). Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 03/04/2013. Processamento do Pregão: às 14h do dia 03/04/2013, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 14 de março de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Aditivo Contrato 32/2013 PMJ TA 01

CONTRATO Nº 32/2013/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa ADS SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.190.855/0001-34 estabelecida na Rua Domingos Pedro Hermes, nº 1.053, Bairro Jardim Cidade de Florianópolis, no Município de São José neste ato representada pelo Sr. Murilo Silveira Fleischmann, portador da Carteira de Identidade nº 2.863.361-0 e CPF nº 807.610.209/00, residente e domiciliado na Rua Desembargador Flavio Tavares da Cunha Melo, 186 - Coqueiros, na cidade de Florianópolis - SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 32/2013/PMJ, firmado em 18/02/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 90/2012/PMJ, instaurado através do Edital PP nº 46/2012/PMJ, homologado no dia 01 de fevereiro de 2013, cujo objeto é a prestação, pela CONTRATADA, de serviços de serventes de limpeza, destinados às Secretarias Municipais de Educação, de Gestão Administrativa e demais setores vinculados ao Gabinete do Prefeito deste Município, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO.

Fica revisado de R\$ 120.900,00 (cento e vinte mil e novecentos reais), para R\$ 130.736,34 (cento e trinta mil setecentos e trinta e seis reais e trinta e quatro centavos), o valor mensal correspondente a 57 serventes ao custo mensal de R\$ 2.293,62 cada um, a ser pago para a CONTRATADA a partir de 01 de março de 2013, em atendimento ao requerimento da mesma por ocasião da Convenção Coletiva de Trabalho 2013/2013 relativa à categoria, conforme sugerido no parecer emitido pela Assessoria Jurídica do Município e em conformidade com o disposto no artigo 65, II, "d", da Lei 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 14 de março de 2013.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
PREFEITO

ADS SERVIÇOS LTDA
MURILO SILVEIRA FLEISCHMANN
ADMINISTRADOR

Testemunhas:

1. _____
2. _____

Extrato Contrato 16/2013 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2013/FMS

PL 4/2013 FMS - PP 4/2013 FMS

CONTRATANTE/CREDENCIANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: GRAFICA AMERICA LTDA

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA, de armarinhos e material de artesanato, destinados à manutenção das atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, durante o exercício financeiro de 2013.

VALOR: R\$ 12.901,99

2.015 - BLMAC - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS

25 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.065 - Aplicações Diretas

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2013

DATA DE ASSINATURA: 13/03/2013.

Extrato Contrato 17/2013 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2013/FMS

PL 4/2013 FMS - PP 4/2013 FMS

CONTRATANTE/CREDENCIANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA, de armarinhos e material de artesanato, destinados à manutenção das atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, durante o exercício financeiro de 2013.

VALOR: R\$ 6.088,90

2.015 - BLMAC - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS

25 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.065 - Aplicações Diretas

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2013

DATA DE ASSINATURA: 13/03/2013.

Extrato Contrato 18/2013 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2013/FMS

PL 4/2013 FMS - PP 4/2013 FMS

CONTRATANTE/CREDENCIANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA, de armarinhos e material de artesanato, destinados à manutenção das atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, durante o exercício financeiro de 2013.

VALOR: R\$ 7.390,65

2.015 - BLMAC - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS

25 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.065 - Aplicações Diretas

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2013

DATA DE ASSINATURA: 13/03/2013.

Extrato Contrato 19/2013 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2013/FMS

PL 8/2013 FMS - PP 7/2013 FMS

CONTRATANTE/CREDENCIANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO VALE DO BANDEIRANTES LTDA.

OBJETO: a prestação pela CONTRATADA de serviços especializados para a realização de teste seletivo para contratação temporária, de servidores para atuarem junto à Secretaria Municipal de Saúde, nos cargos de Médico Generalista e Técnico de Enfermagem.

VALOR: R\$ 1.790,00

2.010 - BLATB - MANUTENÇÃO ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF

12 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.002.000000 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações Diretas

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2013

DATA DE ASSINATURA: 13/03/2013.

Edital de Chamada Pública 02/2013

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2013

"Estabelece normas para a chamada pública de professores destinada a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na rede municipal de ensino, e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base as Leis Complementares nº 80 de 12 de março de 2004, n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 121 de 26 de junho de 2006, baixa este Edital para contratação de Professores na Rede Pública de ensino, em caráter temporário de excepcional interesse público, para o exercício de 2013, podendo ser prorrogado pelo período de até 12 (doze) meses, conforme a necessidade e conveniência do interesse público, e;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para provimento de vagas no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, e;

Considerando que a educação é um direito constitucional, cabendo ao Município garantir a continuidade da prestação desses serviços essenciais à população, e;

Considerando o pedido de demissão/Exoneração de 39 (trinta e nove) profissionais da área da educação no período de 01/01/2012 a 13/03/13, e;

Considerando o esgotamento das listas de aprovados no processo seletivo originado pelo Edital 01/2012/01/2013, bem como no Chamamento Público n. 01/2013, culminados com a desistência de inúmeros candidatos aprovados, torna público os procedimentos para a CHAMADA PÚBLICA de professores destinada ao provimento de vagas temporárias para o ano letivo de 2013 na rede municipal de ensino.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Os candidatos habilitados e classificados neste processo, serão regidos pelo regime administrativo e serão filiados ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS, como contribuinte obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; Leis Complementares Municipais nºs 97/2005 e 80/2004.

II - DOS CARGOS, DAS VAGAS, DOS REQUISITOS, DA CARGA HORÁRIA E DO VENCIMENTO MENSAL :

CARGO	REMUNERAÇÃO INICIAL R\$*	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGAS	REQUISITOS PARA PROVIMENTO
-------	--------------------------	-----------------------	-------	----------------------------

Professor de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano – História	1.552,00	10,20, 30 ou 40 h	01	Curso Superior específico, ou cursando a partir da 5ª fase.
Professor de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano – Língua Portuguesa	1.552,00	10,20, 30 ou 40 h	01	Curso Superior específico, ou cursando a partir da 5ª fase.
Professor de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano – Língua Estrangeira INGLÊS	1.552,00	10,20, 30 ou 40 h	01	Curso Superior específico, ou cursando a partir da 5ª fase.
Professor de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano – Ciências	1.552,00	10,20, 30 ou 40 h	01	Curso Superior específico, ou cursando a partir da 5ª fase.
Auxiliar de Serviços Internos	622,00	40h	01	Ensino Fundamental completo ou cursando

* O valor da remuneração é correspondente à carga horária de 40 horas semanais, sendo que em caso de carga horária inferior a remuneração será proporcional.

III - DATA E VAGAS

A data determinada para a inscrição na Chamada Pública para os cargos acima referidos será dia 18 e 19 de março de 2013, das 13h30min às 18h30min, na Secretaria Municipal da Educação, sito à Av. XV de Novembro, 378 – Centro/Joaçaba – 2º andar.

As vagas existentes são nas disciplinas de Língua Portuguesa, Inglês, História, Ciências e auxiliar de serviços internos.

IV - DA CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS

4.1. Os candidatos serão convocados por ordem crescente da classificação, na data de 20/03/13, no horário de 17h.

4.2. A convocação para contratação será feita pelos meios oficiais da Prefeitura Municipal de Joaçaba – SC.

V – PROCEDIMENTOS

5.1. Os candidatos interessados deverão dirigir-se ao local indicado no item 3.2. deste Edital munidos dos seguintes documentos:

- a) cópias dos documentos pessoais e originais (Cédula de Identidade e CPF);
- b) comprovação de habilitação e/ou declaração de frequência em curso de graduação em licenciatura com data atualizada;
- c) se possuir comprovante de tempo de serviço, na rede municipal ou estadual de ensino.

VI – CLASSIFICAÇÃO

6.1 Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, serão obedecidos os seguintes critérios de classificação:

- a) Professores com Pós-Graduação na área que pretende atuar;
- b) Professores com Graduação na área que pretende atuar;
- c) Professores cursando licenciatura na área que pretende atuar;
- d) Maior tempo de serviço na área de atuação.

6.2 Havendo dois ou mais professores habilitados, terão preferência os que tiverem maior tempo de serviço na rede municipal de ensino de Joaçaba, posteriormente no Estado, e, persistindo a igualdade, precederá o de maior idade.

6.3 Havendo dois ou mais professores não-habilitados, terão preferência os que tiverem maior tempo de serviço na rede municipal de ensino de Joaçaba, posteriormente no Estado, e, persistindo a igualdade, precederá o de maior idade.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Por ocasião da contratação deverão ser apresentadas cópias dos seguintes documentos:

- CPF;
- Título de Eleitor;
- Carteira de Identidade RG;
- Carteira de Trabalho CTPS
- Certificado de Escolaridade ou Diploma;
- Histórico Escolar;
- Registro Profissional (Carteira do Conselho de Classe ou Órgão da Categoria);
- Certificado Militar (se homem);
- Declaração de Não Acumulação de Cargo (Caso haja o acúmulo, apresentar Certidão do Órgão Empregador, contendo o Regime Jurídico, a carga horária e o horário de trabalho, com firma reconhecida);
- 1 Foto 3X4
- Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 18 Anos;
- Certidão Negativa de antecedentes criminais da esfera federal, estadual e da Comarca onde reside.
- Declaração de Bens.

Para efeito da contratação fica o candidato sujeito à aprovação em exame médico admissional segundo a natureza e especificidade da função, respectiva área de atuação e à apresentação, no prazo legal, dos documentos que lhe foram exigidos.

Caberá ao Prefeito Municipal a homologação dos resultados deste Processo.

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será afixado no mural do Paço Municipal, e no site oficial do município <http://www.joacaba.sc.gov.br>.

Joaçaba, em 13 de março de 2013.

RAFAEL LASKE
Prefeito Municipal

JOSÉ JUNQUEIRA DE CARVALHO
Secretário da Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

SIMAE**Portaria JHL 50/2013**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº - 50/2013 DE 14/03/2013

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONSTITUIR de acordo com os Arts. 22º à 32 da Lei Complementar 193/2010 de 06/09/10, Comissão de Avaliação de Desempenho Setorial, para proceder Avaliação de Desempenho do Servidor Carlos Alberto Ferreira, em estágio probatório com a seguinte composição, sendo presidida pelo primeiro:

Marcos Antônio Fávero

Valcir José de Oliveira

Osmar Tapper

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 14 de Março de 2013.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente

Contrato JHL 0017/2013

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0017/2013

Pregão Presencial 0005/2013

PROCESSO LICITATÓRIO 0006/2013

PROTOCOLO Nº 0236/2013

Data: 14/03/2013

Objeto: IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA, ADEQUAÇÃO DA BASE DE DADOS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, PARA SER UTILIZADO NA ÁREA TÉCNICA DO SIMAE DE JOAÇABA, HERVAL DO OESTE E LUZERNA.

Contratado: GÊNESIS SISTEMA DE CADASTRO E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA - EPP.

Valor Acrescido ao Contrato: R\$ 39.952,00 (Trinta e nove mil, noventa e dois reais)

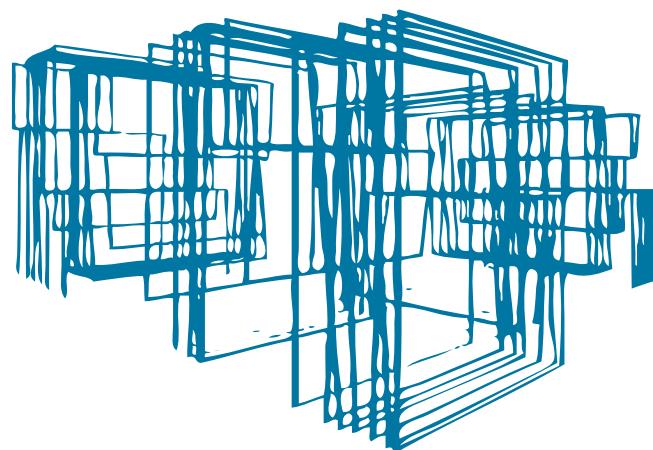
PROGRAMA : 4.122.0028.1051

ELEMENTO : 3.3.90.39.94

Prazo: 14/03/2013 a 13/03/2014

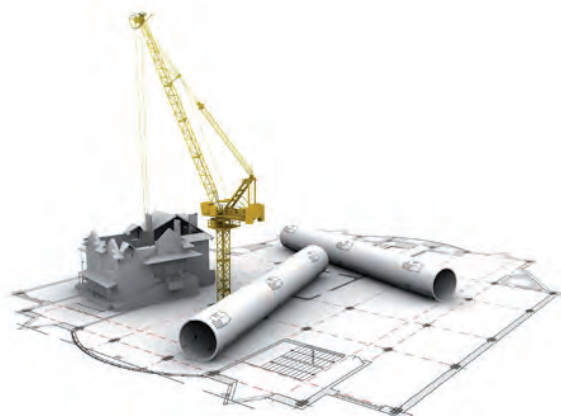
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE



Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

Homologação Pr05-13
HOMOLOGAÇÃO PR 05-13

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2013 - PR
	Processo Administrativo: 6/2013 Processo de Licitação: 6/2013 Data do Processo: 25/01/2013

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 6/2013
b) Licitação Nr.: 5/2013-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 14/03/2013
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE SFOTWARE DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES REFERENTES AO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO SIMAE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 008121 - GENESIS SISTEMAS DE CADASTROS E DES. DE	1	0,0000	39.952,00
	1		39.952,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.051.4.4.90.00.00.00.00 (3) Saldo: 447.512,68

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

José Boiteux**PREFEITURA****Ata****ATA DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO**

Ao(s) 13 dias de Março de 2013, às 16:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de José Boiteux, reuniram-se os membros da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, designada pelo decreto nº 026/2013, para análise ao requerimento protocolado junto a esta municipalidade, que solicita esclarecimentos sobre a omissão da parte "conhecimentos específicos", para o cargo Agente Operacional de Tributos.

Após a leitura do Requerimento protocolado, e análise ao Edital do Processo, verificou-se procedente o requerido.

Em ato contínuo, a comissão decidiu por publicar o conteúdo não apresentado no Edital, nos locais de publicação oficial do município, na qual consta no anexo I, e dar ciência aos candidatos já inscritos para a vaga.

Nada mais havendo constar, lavrou-se a presente ata, que será assinada pelos presentes.

José Boiteux, 13 de Março de 2013.

JULIANO LEITE

Presidente

NARA MOSER COELHO

Secretaria

OTAVIO GEORG JUNIOR

Membro

ALEX DA CUNHA

Membro

MAYBE LUNELLI

Membro

ANEXO I

AGENTE OPERACIONAL DE TRIBUTOS

Competência tributária, limitações da competência tributária. Direito Tributário: legislação tributária, obrigação tributária, crédito tributário, administração tributária. Espécies Tributárias:

Imposto, Taxa, Contribuição de Melhoria, Contribuições Parafiscais. Competência Tributária: União, Estados e Municípios. Princípios de Direito Tributário. Fato Gerador. Sistema Constitucional Tributário. Repartição e Distribuição das Receitas Tributárias. Imunidade Tributária. Sujeitos Ativo e Passivo da Obrigação Tributária. Responsabilidade Tributária. Extinção do Crédito Tributário. Exclusão do Crédito Tributário - Isenção e Anistia. Código Tributário Municipal de José Boiteux. Estatuto dos Servidores Públicos de José Boiteux.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA: Sistema operacional Windows. Noções do ambiente Microsoft Office (Power Point, Word e Excel). Conhecimentos sobre o programa AutoCAD. Conceitos relacionados à Internet. Navegadores. Correio eletrônico. Segurança da informação. Aplicativos do Windows, Banco de dados e sistemas de informações.

Lages**PREFEITURA****Contrato 01/2013 - FCL****CONTRATO DE LOCAÇÃO N.º 01/2013**

Que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, através da FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, CNPJ n.º 06.193.861/0001-10, representada neste ato pelo Sr. Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da FCL, de ora em diante denominado "LOCATÁRIO", e de outro lado a empresa MÁRIO SANTOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 85.243.756/0001-14, com sede à Rua Presidente Nereu Ramos n.º 64 - 2º andar - centro, nesta cidade de Lages, SC, representada neste ato pelo Sr. Mário Leopoldo dos Santos, que assina ao final, de ora em diante denominado "LOCADOR", acordam firmar o presente contrato obedecidas as condições que fazem parte integrante deste instrumento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente instrumento, a locação de um imóvel localizado à Rua Nereu Ramos, 64, centro, nesta cidade de Lages, SC, onde está instalado o Teatro Municipal Marajoara.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

2.1-O prazo do contrato será pelo período de 02 de janeiro de 2013 até o dia 31 de dezembro de 2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR E PAGAMENTO

O valor da locação do imóvel será de R\$ 12.486,35 (doze mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e trinta e cinco centavos) mensais. 3.1-O pagamento será efetuado mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente.

3.2- O valor da locação poderá ser reajustado, conforme acordo entre as partes, a cada período de doze meses, a contar da sua assinatura, pelo índice do INPC anual.

CLÁUSULA QUARTA - FUNDAMENTO LEGAL

O presente contrato fica dispensado do processo licitatório conforme art.24, inciso X da Lei nº8.666/93

CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

Obriga-se a não fazer modificações ou transformações no imóvel, sem autorização por escrito do locador;

Não poderá transferir este contrato, nem sublocar o imóvel, no todo ou em parte, sem o consentimento por escrito do Locador; Todas as despesas normais de locação, consumo de água, luz, IPTU do período de vigência deste termo, etc, ficam a cargo do Locatário, cabendo-se efetuar diretamente estes pagamentos nas devidas épocas.

Manter o imóvel ora locado em boas condições de higiene e limpeza, e em perfeito estado de conservação.

Efetuar o pagamento de acordo com o ora contratado.

Efetuar, obrigatoriamente, seguro integral do imóvel, que em caso de pagamento reverterá e será feito diretamente a LOCADORA, sem prejuízo ou diferença não coberta pelo seguro, restituir o imóvel ao término do contrato, independentemente de qualquer notificação judicial ou extra judicial.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio aviso de no mínimo 30 (trinta) dias, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

A validade e vigência do contrato terão início após cumpridas as formalidades legais e perdurarão até o prazo total para cumprimento das obrigações assumidas pelas partes.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Para o custeio do objeto ora contratado, correrá pela contas: Manutenção Espaços Culturais, ano base 2013/2014.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que por ventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da Contratada.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES-SC, 02 de janeiro de 2013.

MAURICIO NEVES DE JESUS

Fundação Cultural de Lages

EMPRESA LAGEANA DE CINEMA E TEATRO LTDA

Representante

MARIO LEOPOLDO DOS SANTOS

Procuradoria Geral do Município

Diretoria de Contratos e Licitações

Dispensa D Elciitação 06/2013 - FCL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 07/2013

FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES

MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 06/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25 , inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação da empresa MUSSINI PRODUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 01.004.562/0001-76, com sede à Av. Presidente Vargas n.º 330 - centro, Passo Fundo/RS - cep:99.070-000, para contratação de show artístico com a Dupla ZEZE DE CAMARGO E LUCIANO e o Artista CRISTIANO ARAUJO, dia 29 de MAIO de 2013, na 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 88.600,00 (oitenta e oito mil e seiscentos reais) mais o percentual de 70% (setenta por cento) do valor arrecadado com a bilheteria no dia do Show, com um mínimo garantido de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais) além do valor acima descrito.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 01 de março de 2013.

MAURICIO NEVES DE JESUS

Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 01 de março de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Dispensa D Elicitação 05/2013 - FCL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2013

FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES

MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 05/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25 , inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação da empresa MUSSINI PRODUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 01.004.562/0001-76, com sede à Av. Presidente Vargas n.º 330 - centro, Passo Fundo/RS - cep:99.070-000, para contratação de show artístico com o Padre FABIO DE MELO, dia 02 de junho de 2013, na 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais)
Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 20 de fevereiro de 2013.

MAURICIO NEVES DE JESUS

Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 20 de fevereiro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 01/2013 - FCL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2013

FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES

MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 01/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25 , inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação da empresa MUSSINI PRODUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 01.004.562/0001-76, com sede à Av. Presidente Vargas n.º 330 - centro, Passo Fundo/RS - cep:99.070-000, para contratação de show artístico com a dupla FERNANDO E SOROCABA, dia 25 de maio de 2013, na 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 68.700,00 (sessenta e oito mil e setecentos reais) mais o percentual de 70% (setenta por cento) da bilheteria bruta no dia do show, com mínimo garantido de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) além do valor fixo supra mencionado,

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 20 de fevereiro de 2013.

MAURICIO NEVES DE JESUS

Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade

com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 20 de fevereiro de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 02/2013 - FCL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 02/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação da empresa MUSSINI PRODUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 01.004.562/0001-76, com sede à Av. Presidente Vargas n.º 330 - centro, Passo Fundo/RS - cep: 99.070-000, para contratação de show artístico com os artistas, THIAGUINHO E A BANDA SAMBO, dia 1º de junho de 2013 na 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 89.000,00 (oitenta e nove mil reais) mais o percentual de 70% (setenta por cento) da bilheteria bruta no dia do show, com mínimo garantido de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) além do valor fixo supra mencionado, Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 20 de fevereiro de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 20 de fevereiro de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 03/2013 - FCL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 03/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação da empresa MUSSINI PRODUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 01.004.562/0001-76, com sede à Av. Presidente Vargas n.º 330 - centro, Passo Fundo/RS - cep:99.070-000, para contratação de show artístico com o artista FABIO JR, dia 24 de maio de 2013, na 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais)
Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 20 de fevereiro de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 20 de fevereiro de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 04/2013 - FCL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 04/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação da empresa MUSSINI PRODUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 01.004.562/0001-76, com sede à Av. Presidente Vargas n.º 330 - centro, Passo Fundo/RS - cep:99.070-000, para contratação de show artístico com o artista GILBERTO GIL, no dia 31 de maio de 2013, na 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 366.000,00 (trezentos e sessenta mil reais)

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 20 de fevereiro de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 20 de fevereiro de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

PP 11,12,14,15 e 17-2013 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Setor de Licitação
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 14-2013 SMS

Objeto: Prestação de Serviços de Limpeza de Fossas Sépticas e Caixas de Passagem
Tipo: Menor Preço Por Item
Abertura: 23/04/2013 às 13:30
Valor Estimado: R\$ 12.400,00

Modalidade: PP 11-2013 SMS

Objeto: Prestação de serviços de serralheria para confecção de portões, grades, janelas, e outros
Tipo: Menor Preço Global
Abertura: 24/04/2013 às 13:30
Valor Estimado: R\$ 87.462,50

Modalidade: PP 12-2013 SMS

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Troca e Colocação de Vidros tipo "Float"
Tipo: Menor Preço Global
Abertura: 26/04/2013 às 13:30
Valor Estimado: R\$ 14.966,90

Modalidade: PP 15-2013 SMS

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Manutenção de Equipamentos médicos hospitalares e odontológicos.
Tipo: Menor Preço Por Item
Abertura: 30/04/2013 às 13:30
Valor Estimado: R\$ 52.000,00

Modalidade: PP 17-2013 SMS

Objeto: Prestação de Serviços de Manutenção do Sistema de Banco de Dados, com Plataforma Linux
Tipo: Menor Preço Global
Abertura: 25/04/2013 às 13:30
Valor Estimado: R\$ 6.500,00 ao mês

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 cada ou pelo www.lages.sc.gov.br sem Ônus.
Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 14 de março de 2013.
PEDRO MARCOS ORTIZ
Secretário de Administração

Rerratificação PP 05-2013 PML
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Setor de Licitação
RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO:EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2013 - PML

OBJETO:AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO NA MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedidos de esclarecimentos, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:

-No lote 09, Item 01.2, leia-se: Álcool líquido, etílico hidratado 46º INPM com 1.000 ml. 150 litros - R\$ 4,95.

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para o dia 18/03/2013 às 14:00 horas, para o dia 29/04/2013 às 13:30 horas.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 14 de março de 2013.
PEDRO MARCOS ORTIZ
Secretário de Administração

Resultado PP 16-2013 PML
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Setor de Licitação
RESULTADO FINAL

ASSUNTO:PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2013 - PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA LIMPEZA URBANA, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:
VENCEDOR: SERRANA ENGENHARIA LTDA.
VALOR: 352.500,00

Lages, 14 de março de 2013.
PEDRO MARCOS ORTIZ
Secretário de Administração

Contrato 02/2013 - FCL
CONTRATO DE AGENCIAMENTO DE SHOWS N.º 02/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES através da FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, CNPJ n.º 06.193.861/0001-10, com sede à Rua Benjamin Constant, 144 - Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: MUSSINI PRODUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 01.004.562/0001-76, com sede à Av. Presidente Vargas n.º 330 - centro, Passo Fundo/RS - cep: 99.070-000.

O Município de Lages/FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Sr. Maurício Neves de Jesus, Superintendente, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa MUSSINI PRODUÇÕES LTDA, representada neste ato pelo Sr. Luiz Antonio Mozzini, CPF/MF nº 360.589.630-87, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo de Dispensa de Licitação n.º 02/2013, modalidade Inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Contratação de Empresa Especializada para Agenciamento de 01 (um) Show Artístico com a atração "FERNANDO E SOROCABA" com duração aproximada de no mínimo 90 (noventa) minutos, no dia 25 de maio de 2013, às 23 horas, aproximadamente, na 25ª Festa Nacional do Pinhão, que realizar-se-á de 24 maio de 2013 à 02 de junho de 2013, no Parque de Exposição Conta Dinheiro, à Av. Luiz de Camões s/n, Bairro Conta Dinheiro, nesta cidade.

1.1 O local da apresentação não poderá ser mudado sem a prévia autorização por escrito da CONTRATADA.

CLAUSULA SEGUNDA:

Pelo cumprimento parcial do exposto na cláusula primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA as importâncias abaixo descritas.
R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS) ou o percentual de 70% (setenta por cento) de toda a renda da bilheteria e vendas de ingressos antecipados referente ao dia 25/05/2013. Será computado, para efeito de quitação, a maior quantia, dentre as duas opções supracitadas, sendo que a menor quantia será automaticamente descartada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

Para o acerto do percentual da renda bruta da bilheteria referente ao dia 25/05/2013, se levará em conta o valor mínimo obrigatório que deverá ser pago pela CONTRATANTE à CONTRATADA de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e caso o percentual que cabe à CONTRATADA não atingir o mínimo garantido a que essa tem direito, a CONTRATANTE terá obrigação de providenciar o pagamento do valor mínimo estabelecido nesse Contrato imediatamente ao fechamento da venda de ingressos.

PARÁGRAFO SEGUNDO:

Os preços dos ingressos deverão ser definidos de comum acordo entre as partes e o fornecimento de ingressos "cortesia" fica limitado em 5% (cinco por cento) do total de ingressos vendidos. Se o fornecimento de ingressos "cortesia" ultrapassar o percentual de 5%, o excedente será considerado pelo valor do ingresso mais caro e a diferença será cobrada pela CONTRATADA por ser considerada líquida e certa.

PARÁGRAFO TERCEIRO:

Fica estabelecido que toda a comercialização de ingressos deverá ser realizada por empresa especializada na venda de ingressos para eventos, através de máquinas com monitoração total pela internet e que as partes poderão e deverão acompanhar todas as negociações "on line" através de senhas, com atualização minuto a minuto de todos os ingressos comercializados. Fica estabelecido, também, que a empresa responsável por operar a venda de ingressos deverá fazer depósitos semanais de 70% (setenta por cento) do valor das vendas na conta da CONTRATADA a partir da abertura das vendas, até o dia 24/05/2013. Os ingressos vendidos no dia do show serão acertados no encerramento total das vendas em dinheiro (espécie) na madrugada do dia 26/05/2013.

PARÁGRAFO QUARTO:

A CONTRATADA não sofrerá retenção de INSS, ISSQN, PIS, COFINS e IRPF ou quaisquer outros impostos sobre seu percentual de bilheteria ou do mínimo garantido nesse Contrato, conforme previsto no inciso XXI do artigo 155 da Instrução Normativa número 100/2003, por não se tratar o presente instrumento de cessão de mão de obra, uma vez que os serviços aqui dispostos têm caráter eventual, conforme previsto no artigo 152 da mesma instrução.

PARÁGRAFO QUINTO:

Para quitação complementar do exposto na Cláusula Primeira, além do percentual estabelecido ou do mínimo garantido no Parágrafo Primeiro dessa Cláusula (o que for maior), a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor fixo de R\$ 68.700,00 (SESSENTA E OITO MIL E SETECENTOS REAIS) referente aos transportes aéreos e terrestres (desde sua origem até a Cidade de Lages), diárias de alimentação e abastecimento dos camarins, em 02 (duas) parcelas, mensais e sucessivas, cujos valores e vencimentos ficaram pactuados e obrigatórios da seguinte forma:

- 1ª PARCELA - VENCIMENTO EM 20/03/2013 - R\$ 34.350,00 (trinta e quatro mil trezentos e cinquenta reais)
- 2ª PARCELA - VENCIMENTO EM 20/04/2013 - R\$ 34.350,00 (trinta e quatro mil trezentos e cinquenta reais)

PARÁGRAFO SEXTO:

A CONTRATANTE deverá efetuar os pagamentos acima no dia apazado de seus vencimentos, através de depósito bancário, na conta corrente de titularidade da CONTRATADA cujos dados são:

BANCO: SANTANDER (033)

AGÊNCIA: 3827

CONTA CORRENTE: 13005702-0

RAZÃO SOCIAL: MUSSINI PRODUÇÕES LTDA

CNPJ: 01.004.562/0001-76

O valor elencado no Caput desta cláusula deverá estar disponível para saque até a data do seu respectivo vencimento.

PARÁGRAFO SÉTIMO:

O não cumprimento destas obrigações autoriza o cancelamento automático do Show contratado, correndo a total responsabilidade, da não realização do evento, por conta da CONTRATANTE perante terceiros. A CONTRATANTE será responsável por comunicar tal fato à Imprensa falada e escrita, além de ressarcir os gastos de produção.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

3.1 Cumprir todas as cláusulas e condições deste contrato e de seu(s) Anexo(s);

3.2 Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada em assinar/devolver o contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

3.3 Custear as despesas com salários, encargos, seguro, transporte, alojamento, alimentação do pessoal e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei, durante a execução dos serviços;

3.4 Responder pelos danos morais e materiais, causados direta ou indiretamente ao Município e a terceiros, durante a execução dos serviços;

3.5 Não subcontratar os serviços objeto deste contrato;

3.6 Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por qualquer prejuízo que estes possam causar à Administração ou a terceiros, durante o atendimento do objeto;

3.7 Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, ocorra na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade;

3.8 Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultante da execução dos serviços decorrentes desta contratação;

3.9 Formar o quadro de pessoal necessário a execução do objeto contratado, bem como assumir as responsabilidades por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários e pagamento salarial.

3.10 Os transportes e diárias de alimentação correrão da seguinte forma:

Aéreo: TODAS AS PASSAGENS AÉREAS POR CONTA DA CONTRATADA.

Excesso de bagagem: POR CONTA DA CONTRATADA.

Transporte terrestre (ônibus e caminhão): POR CONTA DA CONTRATADA.

Traslados locais: POR CONTA DA CONTRATADA.

Abastecimento dos camarins: POR CONTA DA CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA- DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

4.1 É de responsabilidade da CONTRATANTE, inclusive financeira, providenciar em tempo hábil, direitos autorais, alvarás, juizados de menores, licenças, taxas, ECAD, ISS, taxas Municipais, Estaduais e Federais, produção local e promoção do show que se fizerem necessárias à realização dos serviços acima detalhados.

4.2 O presente contrato não autoriza, sob qualquer hipótese alegação, pretexto ou circunstância, a utilização pela CONTRATANTE, seus afiliados, contratados e terceiros, de cenas, imagens e gravações, decorrentes ou não das apresentações do ARTISTA em qualquer tipo de transmissão televisiva, radiofônica a cabo, imprensa, inclusive em qualquer tipo de folhetos, cartazes, outdoors, de forma geral e principalmente que sejam relacionados a propaganda de cunho político ou religioso, sob pena de incidir em multa equivalente a dez vezes o valor total do contrato, sem prejuízo de uma ação por perdas e danos, salvo se autorizado por escrito pela CONTRATADA.

4.3 A CONTRATANTE deverá fornecer à CONTRATADA, sem nenhum ônus, 40 ingressos de Cortesia de Camarote para o dia do show, que deverão ser entregues ao Produtor Executivo da empresa.

4.4 Correrá por conta da CONTRATANTE todas as despesas decorrentes das estadias (hotel para 49 pessoas), equipe de carregadores com 12 homens para carga e descarga de equipamentos e mobiliário de camarins para o artista e sua equipe.

4.5 Obriga-se ainda a CONTRATANTE, sob pena de rescisão imediata do presente instrumento, a não permitir que se realize no dia e no local (palco) previsto para apresentação do ARTISTA, neste ato contratado, nenhuma outra apresentação artística de qualquer natureza, seja a que título for, por qualquer hipótese, alegação ou pretexto, salvo se for com autorização por escrito da CONTRATADA.

4.6 A CONTRATANTE se responsabilizará pela segurança material e pessoal do artista e equipe contratados e para isso colocará no local do show 10 (dez) seguranças (homens habilitados, desarmados e em trajes civis), para cuidar da segurança no palco e nos camarins, desde sua chegada na cidade até a sua saída, inclusive no local da referida apresentação aqui mencionada. O espetáculo poderá ser interrompido a qualquer momento, se ficar constatado o comportamento inadequado do público presente em relação aos artistas, ficando claro que, neste caso, a CONTRATADA não terá qualquer responsabilidade ou multa, considerando assim o espetáculo ora contratado, realizado.

4.7 A CONTRATANTE fornecerá à CONTRATADA com 24hs de antecedência, um palco com as seguintes dimensões mínimas:

- 16 (dezesesseis) metros de frente;
- 14 (quatorze) metros de profundidade;
- 1,80 (um metro e oitenta centímetros) de altura (do chão até o piso do palco);
- 7 (sete) metros de altura do piso do palco até a cobertura.
- Grades de Proteção em toda a frente e laterais do palco
- House Mix do Monitor fora do Palco e House Mix do P.A. com grades de proteção e cobertura.

4.8 A CONTRATANTE colocará dois geradores de, no mínimo 280 kva cada gerador, numa distância máxima de 20 (vinte) metros do palco e um eletricitista à disposição da CONTRATADA que deverá permanecer no local por ocasião da montagem e desmontagem dos equipamentos de som e luz durante a realização do show.

4.9 A CONTRATANTE fornecerá no local da apresentação 03 camarins com banheiros privativos e em bom estado de limpeza, mobiliados com cadeiras, sofás, espelhos, "araras" (para roupas) e mesas, em número suficiente para a boa acomodação do ARTISTA, seus músicos, dançarinos e equipe técnica.

4.10 É responsabilidade da CONTRATANTE as locações dos equipamentos de palco, som e luz conforme informações técnicas do show (rider técnico, mapas de palco e iluminação, imput list) que deverá ser APROVADA pela CONTRATADA não sendo aceita outra empresa que não tenha a aprovação do PRODUTOR EXECUTIVO do artista contratado por esse instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

5.1 A empresa Contratada que recusar-se a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, ficará suspensa de participar de qualquer processo licitatório realizado pela Prefeitura do Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação, sem prejuízo das penalidades previstas em lei.

5.2 Poderão ser aplicadas notificações e/ou multas contratuais ao Contratado por irregularidades cometidas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;

5.2.1 Compreende-se por notificação a formalização em documento apropriado da ocorrência de irregularidade ou grupo de irregularidades sobre as quais a Empresa deve tomar imediatas providências, com a finalidade de corrigir as falhas apontadas;

5.2.2 Compreende-se por multa contratual o desconto de valores monetários contra a Empresa Contratada, em face de irregularidades apontadas;

5.2.3 O uso de notificações sobre irregularidades constatadas não exclui a possibilidade de aplicação de multa sobre as mesmas;

5.2.4 As multas serão independentes e a aplicação de uma não exclui a de outra.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pelo CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

7.1 O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, na Lei Complementar 123/2006 e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

7.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLAUSULA OITAVA

Consideramos o cumprimento artístico a apresentação única e exclusiva de cada show, sendo que a CONTRATANTE não poderá assumir quaisquer outros compromissos fora os aqui assumidos. Não poderá transmitir o espetáculo por Rádio ou Televisão sem prévio acordo entre as partes. Não poderá usar fotos ou filmes do ARTISTA para campanhas ou qualquer tipo de publicidade, salvo

e, exclusivamente, para a divulgação do espetáculo contratado. Da mesma forma, não poderá assumir compromissos com jantares, passeios ou visitas particulares.

PARAGRAFO ÚNICO : A contratação do ARTISTA, com relação ao evento contratado pelo presente instrumento, não poderá ter nenhum vínculo político ou partidário, seja em campanha eleitoral ou não, ficando a CONTRATADA desobrigada ao cumprimento do presente, caso tal fato seja constatado e provado por testemunhas, fotografias ou filmagens.

CLAUSULA NONA :

Até 30 (TRINTA) dias da realização do show, a parte que der motivo para o cancelamento, pagará 50% (cinquenta por cento) do que neste ato se estipula. A partir daí, será de 100% (cem por cento), salvo em caso de calamidade pública, luto oficial decretado por autoridade competente, atraso ou cancelamento de voo, queda de barreira que impeça o acesso ao local do show, doença do artista devidamente comprovada por médico ou outro fenômeno catastrófico de qualquer natureza. Nesses casos que independem da competência das partes, será marcada uma nova data para o evento, ficando inalterados os valores de cachê e diárias de alimentação. Nesse caso, ficará por conta da CONTRATANTE os custos de transportes (aéreos e terrestres), excesso de cargas, hotel, alimentação, camarins, som, luz e palco, para a realização do evento remarcado.

CLAUSULA DÉCIMA:

A não realização do espetáculo por culpa da CONTRATANTE, decorrente do não cumprimento de suas obrigações estipuladas neste contrato ainda que por impedimentos em razão da não obtenção de licença, alvarás e demais obrigações a seu cargo, desde que haja a presença física do ARTISTA na cidade onde deveria dar-se a apresentação, obrigará a CONTRATANTE ao pagamento na íntegra do referido Contrato, cobrável exclusivamente por ser considerada líquida e certa.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

Também correrá por conta da parte infratora todas as despesas e honorários advocatícios e multas cabíveis dentro da lei em vigência de nosso País.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

A permanência de pessoas no palco durante o show será previamente acordado com a produção do mesmo.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

As partes declaram e manifestam neste ato a renúncia de invocar o arrependimento ao pactuado neste instrumento, tornando-se para as mesmas um ato perfeito e acabado. Sendo assim, renunciam ao contido no Artigo 1.095 do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages 22 de fevereiro de 2013.

MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

MUSSINI PRODUÇÕES LTDA
Representante

Procuradoria Geral do Município

Diretoria de Contratos e Licitações

Contrato 03/2013 - FCL

CONTRATO DE AGENCIAMENTO DE SHOWS N.º 03/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES através da FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, CNPJ n.º 06.193.861/0001-10, com sede à Rua Benjamin Constant, 144 - Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: MUSSINI PRODUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 01.004.562/0001-76, com sede à Av. Presidente Vargas n.º 330 - centro, Passo Fundo/RS - cep: 99.070-000.

O Município de Lages/FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Sr. Maurício Neves de Jesus, Superintendente, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa MUSSINI PRODUÇÕES LTDA, representada neste ato pelo Sr. Luiz Antonio Mozzini, CPF/MF nº 360.589.630-87, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo de Dispensa de Licitação n.º 02/2013, modalidade Inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Contratação de Empresa Especializada para Agenciamento de 01 (um) Show Artístico com as atrações "THIAGUINHO E GRUPO SAMBÔ" com duração aproximada de no mínimo 90 (noventa) minutos cada atração, no dia 01 de junho de 2013, às 23 horas, aproximadamente, na 25ª Festa Nacional do Pinhão, que realizará-se de 24 de maio de 2013 à 02 de junho de 2013, no Parque de Exposição Conta Dinheiro, à Av. Luiz de Camões s/n, Bairro Conta Dinheiro, nesta cidade.

1.1 O local da apresentação não poderá ser mudado sem a prévia autorização por escrito da CONTRATADA.

CLAUSULA SEGUNDA:

Pelo cumprimento parcial do exposto na cláusula primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA as importâncias abaixo descritas.

R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS) ou o percentual de 70% (setenta por cento) de toda a renda da bilheteria e vendas de ingressos antecipados referente ao dia 01/06/2013. Será computado, para efeito de quitação, a maior quantia, dentre as duas opções supracitadas, sendo que a menor quantia será automaticamente descartada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

Para o acerto do percentual da renda bruta da bilheteria referente ao dia 01/06/2013, se levará em conta o valor mínimo obrigatório que deverá ser pago pela CONTRATANTE à CONTRATADA de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e caso o percentual que cabe à CONTRATADA não atingir o mínimo garantido a que essa tem direito, a CONTRATANTE terá obrigação de providenciar o pagamento do valor mínimo estabelecido nesse Contrato imediatamente ao

fechamento da venda de ingressos, em dinheiro (espécie).

PARÁGRAFO SEGUNDO:

Os preços dos ingressos deverão ser definidos de comum acordo entre as partes e o fornecimento de ingressos "cortesia" fica limitado em 5% (cinco por cento) do total de ingressos vendidos. Se o fornecimento de ingressos "cortesia" ultrapassar o percentual de 5%, o excedente será considerado pelo valor do ingresso mais caro e a diferença será cobrada pela CONTRATADA por ser considerada líquida e certa.

PARÁGRAFO TERCEIRO:

Fica estabelecido que toda a comercialização de ingressos deverá ser realizada por empresa especializada na venda de ingressos para eventos, através de máquinas com monitoração total pela internet e que as partes poderão e deverão acompanhar todas as negociações "on line" através de senhas, com atualização minuto a minuto de todos os ingressos comercializados. Fica estabelecido, também, que a empresa responsável por operar a venda de ingressos deverá fazer depósitos semanais de 70% (setenta por cento) do valor das vendas na conta da CONTRATADA a partir da abertura das vendas, até o dia 31/05/2013. Os ingressos vendidos no dia do show serão acertados no encerramento total das vendas em dinheiro (espécie) na madrugada do dia 02/06/2013.

PARÁGRAFO QUARTO:

A CONTRATADA não sofrerá retenção de INSS, ISSQN, PIS, COFINS e IRPF ou quaisquer outros impostos sobre seu percentual de bilheteria ou do mínimo garantido nesse Contrato, conforme previsto no inciso XXI do artigo 155 da Instrução Normativa número 100/2003, por não se tratar o presente instrumento de cessão de mão de obra, uma vez que os serviços aqui dispostos têm caráter eventual, conforme previsto no artigo 152 da mesma instrução.

PARÁGRAFO QUINTO:

Para quitação complementar do exposto na Cláusula Primeira, além do percentual estabelecido ou do mínimo garantido no Parágrafo Primeiro dessa Cláusula (o que for maior), a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor fixo de R\$ 89.800,00 (OITENTA E NOVE MIL E OITOCENTOS REAIS) referente aos transportes aéreos e terrestres (desde sua origem até a Cidade de Lages), diárias de alimentação e abastecimento dos camarins em 02 (duas) parcelas, mensais e sucessivas, cujos valores e vencimentos ficaram pactuados e obrigatórios da seguinte forma:

- 1ª PARCELA - VENCIMENTO EM 20/03/2013 - R\$ 44.900,00 (quarenta e quatro mil e novecentos reais);
- 2ª PARCELA - VENCIMENTO EM 20/04/2013 - R\$ 44.900,00 (quarenta e quatro mil e novecentos reais);

PARÁGRAFO SEXTO:

A CONTRATANTE deverá efetuar os pagamentos das parcelas acima nos dias aprezados de seus vencimentos, através de depósito bancário, na conta corrente de titularidade da CONTRATADA cujos dados são:

BANCO: SANTANDER (033)

AGÊNCIA: 3827

CONTA CORRENTE: 13005702-0

RAZÃO SOCIAL: MUSSINI PRODUÇÕES LTDA

CNPJ: 01.004.562/0001-76

O valor elencado no Caput desta cláusula deverá estar disponível para saque até a data do seu respectivo vencimento.

PARÁGRAFO SÉTIMO:

O não cumprimento destas obrigações autoriza o cancelamento automático do Show contratado, correndo a total responsabilidade, da não realização do evento, por conta da CONTRATANTE perante terceiros. A CONTRATANTE será responsável por comunicar tal fato à Imprensa falada e escrita, além de ressarcir os gastos de produção.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

3.1 Cumprir todas as cláusulas e condições deste contrato e de seu(s) Anexo(s);

3.2 Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada em assinar/devolver o contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

3.3 Custear as despesas com salários, encargos, seguro, transporte, alojamento, alimentação do pessoal e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei, durante a execução dos serviços;

3.4 Responder pelos danos morais e materiais, causados direta ou indiretamente ao Município e a terceiros, durante a execução dos serviços;

3.5 Não subcontratar os serviços objeto deste contrato;

3.6 Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por qualquer prejuízo que estes possam causar à Administração ou a terceiros, durante o atendimento do objeto;

3.7 Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, ocorra na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade;

3.8 Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultante da execução dos serviços decorrentes desta contratação;

3.9 Formar o quadro de pessoal necessário a execução do objeto contratado, bem como assumir as responsabilidades por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários e pagamento salarial.

3.10 Os transportes e diárias de alimentação correrão da seguinte forma:

Aéreo: TODAS AS PASSAGENS AÉREAS POR CONTA DA CONTRATADA.

Excesso de bagagem: POR CONTA DA CONTRATADA.

Transporte terrestre (ônibus e caminhão): POR CONTA DA CONTRATADA.

Traslados locais: POR CONTA DA CONTRATADA.

Abastecimento dos camarins: POR CONTA DA CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA- DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

4.1 É de responsabilidade da CONTRATANTE, inclusive financeira, providenciar em tempo hábil, direitos autorais, alvarás, juizados de menores, licenças, taxas, ECAD, ISS, taxas Municipais, Estaduais e Federais, produção local e promoção do show que se fizerem

necessárias à realização dos serviços acima detalhados.

4.2 O presente contrato não autoriza, sob qualquer hipótese alegação, pretexto ou circunstância, a utilização pela CONTRATANTE, seus afiliados, contratados e terceiros, de cenas, imagens e gravações, decorrentes ou não das apresentações do ARTISTA em qualquer tipo de transmissão televisiva, radiofônica a cabo, imprensa, inclusive em qualquer tipo de folhetos, cartazes, outdoors, de forma geral e principalmente que sejam relacionados a propaganda de cunho político ou religioso, sob pena de incidir em multa equivalente a dez vezes o valor total do contrato, sem prejuízo de uma ação por perdas e danos, salvo se autorizado por escrito pela CONTRATADA.

4.3 A CONTRATANTE deverá fornecer à CONTRATADA, sem nenhum ônus, 40 ingressos de Cortesia de Camarote para o dia do show, que deverão ser entregues ao Produtor Executivo da empresa.

4.4 Correrá por conta da CONTRATANTE todas as despesas decorrentes das estadias (hotel para 64 pessoas), equipe de carregadores com 12 homens para carga e descarga de equipamentos e mobiliário de camarins para o artista e sua equipe.

4.5 Obriga-se ainda a CONTRATANTE, sob pena de rescisão imediata do presente instrumento, nos mesmos moldes do parágrafo anterior, a não permitir que se realize no dia e no local (palco) previsto para apresentação do ARTISTA, neste ato contratado, nenhuma outra apresentação artística de qualquer natureza, seja a que título for, por qualquer hipótese, alegação ou pretexto, salvo se for com autorização por escrito da CONTRATADA.

4.6 A CONTRATANTE se responsabilizará pela segurança material e pessoal do artista e equipe contratados e para isso colocará no local do show 10 (dez) seguranças (homens habilitados, desarmados e em trajes civis), para cuidar da segurança no palco e nos camarins, desde sua chegada na cidade até a sua saída, inclusive no local da referida apresentação aqui mencionada. O espetáculo poderá ser interrompido a qualquer momento, se ficar constatado o comportamento inadequado do público presente em relação aos artistas, ficando claro que, neste caso, a CONTRATADA não terá qualquer responsabilidade ou multa, considerando assim o espetáculo ora contratado, realizado.

4.7 A CONTRATANTE fornecerá à CONTRATADA com 24hs de antecedência, um palco com as seguintes dimensões mínimas:

- 16 (dezesesseis) metros de frente;
- 14 (quatorze) metros de profundidade;
- 1,80 (um metro e oitenta centímetros) de altura (do chão até o piso do palco);
- 7 (sete) metros de altura do piso do palco até a cobertura.
- Grades de Proteção em toda a frente e laterais do palco
- House Mix do Monitor fora do Palco e House Mix do P.A. com grades de proteção e cobertura.

4.8 A CONTRATANTE colocará dois geradores de, no mínimo 280 kwa cada gerador, numa distância máxima de 20 (vinte) metros do palco e um eletricitista à disposição da CONTRATADA que deverá permanecer no local por ocasião da montagem e desmontagem dos equipamentos de som e luz durante a realização do show.

4.9 A CONTRATANTE fornecerá no local da apresentação 03 camarins com banheiros privativos e em bom estado de limpeza, mobiliados com cadeiras, sofás, espelhos, "araras" (para roupas) e mesas, em número suficiente para a boa acomodação do ARTISTA, seus músicos, dançarinos e equipe técnica.

4.10 É responsabilidade da CONTRATANTE as locações dos

equipamentos de palco, som e luz conforme informações técnicas do show (rider técnico, mapas de palco e iluminação, imput list) que deverá ser APROVADA pela CONTRATADA não sendo aceita outra empresa que não tenha a aprovação do PRODUTOR EXECUTIVO do artista contratado por esse instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

5.1 A empresa Contratada que recusar-se a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, ficará suspensa de participar de qualquer processo licitatório realizado pela Prefeitura do Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação, sem prejuízo das penalidades previstas em lei.

5.2 Poderão ser aplicadas notificações e/ou multas contratuais ao Contratado por irregularidades cometidas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;

5.2.1 Compreende-se por notificação a formalização em documento apropriado da ocorrência de irregularidade ou grupo de irregularidades sobre as quais a Empresa deve tomar imediatas providências, com a finalidade de corrigir as falhas apontadas;

5.2.2 Compreende-se por multa contratual o desconto de valores monetários contra a Empresa Contratada, em face de irregularidades apontadas;

5.2.3 O uso de notificações sobre irregularidades constatadas não exclui a possibilidade de aplicação de multa sobre as mesmas;

5.2.4 As multas serão independentes e a aplicação de uma não exclui a de outra.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pelo CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISOS

7.1 O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, na Lei Complementar 123/2006 e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

7.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLAUSULA OITAVA

Consideramos o cumprimento artístico a apresentação única e exclusiva de cada show, sendo que a CONTRATANTE não poderá assumir quaisquer outros compromissos fora os aqui assumidos. Não poderá transmitir o espetáculo por Rádio ou Televisão sem prévio acordo entre as partes. Não poderá usar fotos ou filmes do ARTISTA para campanhas ou qualquer tipo de publicidade, salvo e, exclusivamente, para a divulgação do espetáculo contratado. Da mesma forma, não poderá assumir compromissos com jantares, passeios ou visitas particulares.

PARAGRAFO ÚNICO : A contratação do ARTISTA, com relação ao evento contratado pelo presente instrumento, não poderá ter nenhum vínculo político ou partidário, seja em campanha eleitoral ou

não, ficando a CONTRATADA desobrigada ao cumprimento do presente, caso tal fato seja constatado e provado por testemunhas, fotografias ou filmagens.

CLAUSULA NONA :

Até 30 (TRINTA) dias da realização do show, a parte que der motivo para o cancelamento, pagará 50% (cinquenta por cento) do que neste ato se estipula. A partir daí, será de 100% (cem por cento), salvo em caso de calamidade pública, luto oficial decretado por autoridade competente, atraso ou cancelamento de voo, queda de barreira que impeça o acesso ao local do show, doença do artista devidamente comprovada por médico ou outro fenômeno catastrófico de qualquer natureza. Nesses casos que independem da competência das partes, será marcada uma nova data para o evento, ficando inalterados os valores de cachê e diárias de alimentação. Nesse caso, ficará por conta da CONTRATANTE os custos de transportes (aéreos e terrestres), excesso de cargas, hotel, alimentação, camarins, som, luz e palco, para a realização do evento remarcado.

CLAUSULA DÉCIMA:

A não realização do espetáculo por culpa da CONTRATANTE, decorrente do não cumprimento de suas obrigações estipuladas neste contrato ainda que por impedimentos em razão da não obtenção de licença, alvarás e demais obrigações a seu cargo, desde que haja a presença física do ARTISTA na cidade onde deveria dar-se a apresentação, obrigará a CONTRATANTE ao pagamento na íntegra do referido Contrato, cobrável exclusivamente por ser considerada líquida e certa.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

Também correrá por conta da parte infratora todas as despesas e honorários advocatícios e multas cabíveis dentro da lei em vigência de nosso País.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

A permanência de pessoas no palco durante o show será previamente acordado com a produção do mesmo.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

As partes declaram e manifestam neste ato a renúncia de invocar o arrependimento ao pactuado neste instrumento, tornando-se para as mesmas um ato perfeito e acabado. Sendo assim, renunciam ao contido no Artigo 1.095 do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages 22 de fevereiro de 2013.

MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

MUSSINI PRODUÇÕES LTDA
Representante

Procuradoria Geral do Município

Diretoria de Contratos e Licitações

Contrato 04/2013 - FCL

CONTRATO DE AGENCIAMENTO DE SHOWS N.º 04/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES através da FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, CNPJ n.º 06.193.861/0001-10, com sede à Rua Benjamin Constant, 144 - Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: MUSSINI PRODUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 01.004.562/0001-76, com sede à Av. Presidente Vargas n.º 330 - centro, Passo Fundo/RS - cep: 99.070-000.

O Município de Lages/FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Sr. Maurício Neves de Jesus, Superintendente, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa MUSSINI PRODUÇÕES LTDA, representada neste ato pelo Sr. Luiz Antonio Mozzini, CPF/MF nº 360.589.630-87, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo de Dispensa de Licitação n.º 03/2013, modalidade Inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Contratação de Empresa Especializada para Agenciamento de 01 (um) Show Artístico com o cantor "FABIO JR" com duração aproximada de no mínimo 90 (noventa) minutos, no dia 24 de maio de 2013, às 23 horas, aproximadamente, na 25ª Festa Nacional do Pinhão, que realizar-se-á de 24 maio de 2013 à 02 de junho de 2013, no Parque de Exposição Conta Dinheiro, à Av. Luiz de Camões s/n, Bairro Conta Dinheiro, nesta cidade.

1.1 O local da apresentação não poderá ser mudado sem a prévia autorização por escrito da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

Pelo cumprimento total do exposto na cláusula primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância global de R\$ 140.000,00 (CENTO E QUARENTA MIL REAIS) em 02 (duas) parcelas, da seguinte forma:

- 1ª PARCELA - VENCIMENTO EM 20/03/2013 - R\$ 70.000,00 (setenta mil reais);
- 2ª PARCELA - VENCIMENTO EM 20/04/2013 - R\$ 70.000,00 (setenta mil reais);

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

A CONTRATANTE deverá efetuar os pagamentos acima no dia apurado de seus vencimentos, através de depósito bancário, na conta corrente de titularidade da CONTRATADA cujos dados são:

BANCO: SANTANDER (033)

AGÊNCIA: 3827

CONTA CORRENTE: 13005702-0

RAZÃO SOCIAL: MUSSINI PRODUÇÕES LTDA

CNPJ: 01.004.562/0001-76

O valor elencado no Caput desta cláusula deverá estar disponível para saque até a data do seu respectivo vencimento.

PARÁGRAFO SEGUNDO:

O não cumprimento destas obrigações autoriza o cancelamento automático do Show contratado, correndo a total responsabilidade, da não realização do evento, por conta da CONTRATANTE perante terceiros. A CONTRATANTE será responsável por comunicar tal fato à Imprensa falada e escrita, além de ressarcir os gastos de produção.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

3.1 Cumprir todas as cláusulas e condições deste contrato e de seu(s) Anexo(s);

3.2 Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada em assinar/devolver o contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

3.3 Custear as despesas com salários, encargos, seguro, transporte, alojamento, alimentação do pessoal e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei, durante a execução dos serviços;

3.4 Responder pelos danos morais e materiais, causados direta ou indiretamente ao Município e a terceiros, durante a execução dos serviços;

3.5 Não subcontratar os serviços objeto deste contrato;

3.6 Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por qualquer prejuízo que estes possam causar à Administração ou a terceiros, durante o atendimento do objeto;

3.7 Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, ocorra na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade;

3.8 Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultante da execução dos serviços decorrentes desta contratação;

3.9 Formar o quadro de pessoal necessário a execução do objeto contratado, bem como assumir as responsabilidades por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários e pagamento salarial.

3.10 Os transportes e diárias de alimentação correrão da seguinte forma:

Aéreo: 25 PASSAGENS AÉREAS POR CONTA DA CONTRATANTE.

Excesso de bagagem: POR CONTA DA CONTRATADA.

Transporte terrestre (ônibus e caminhão): POR CONTA DA CONTRATADA.

Traslados locais: POR CONTA DA CONTRATADA.

Abastecimento dos camarins: POR CONTA DA CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA- DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

4.1 É de responsabilidade da CONTRATANTE, inclusive financeira, providenciar em tempo hábil, direitos autorais, alvarás, juizados de menores, licenças, taxas, ECAD, ISS, taxas Municipais, Estaduais e Federais, produção local e promoção do show que se fizerem necessárias à realização dos serviços acima detalhados.

4.2 O presente contrato não autoriza, sob qualquer hipótese alegação, pretexto ou circunstância, a utilização pela CONTRATANTE, seus afiliados, contratados e terceiros, de cenas, imagens e gravações, decorrentes ou não das apresentações do ARTISTA em qualquer tipo de transmissão televisiva, radiofônica a cabo, imprensa, inclusive em qualquer tipo de folhetos, cartazes, outdoors, de forma geral e principalmente que sejam relacionados a propaganda de cunho político ou religioso, sob pena de incidir

em multa equivalente a dez vezes o valor total do contrato, sem prejuízo de uma ação por perdas e danos, salvo se autorizado por escrito pela CONTRATADA.

4.3 A CONTRATANTE deverá fornecer à CONTRATADA, sem nenhum ônus, 40 ingressos de Cortesia de Camarote para o dia do show, que deverão ser entregues ao Produtor Executivo da empresa.

4.4 Correrá por conta da CONTRATANTE todas as despesas decorrentes das estadias (hotel para 27 pessoas), equipe de carregadores com 12 homens para carga e descarga de equipamentos e mobiliário de camarins para o artista e sua equipe.

4.5 Obriga-se ainda a CONTRATANTE, sob pena de rescisão imediata do presente instrumento, nos mesmos moldes do parágrafo anterior, a não permitir que se realize no dia e no local (palco) previsto para apresentação do ARTISTA, neste ato contratado, nenhuma outra apresentação artística de qualquer natureza, seja a que título for, por qualquer hipótese, alegação ou pretexto, salvo se for com autorização por escrito da CONTRATADA.

4.6 A CONTRATANTE se responsabilizará pela segurança material e pessoal do artista e equipe contratados e para isso colocará no local do show 10 (dez) seguranças (homens habilitados, desarmados e em trajes civis), para cuidar da segurança no palco e nos camarins, desde sua chegada na cidade até a sua saída, inclusive no local da referida apresentação aqui mencionada. O espetáculo poderá ser interrompido a qualquer momento, se ficar constatado o comportamento inadequado do público presente em relação aos artistas, ficando claro que, neste caso, a CONTRATADA não terá qualquer responsabilidade ou multa, considerando assim o espetáculo ora contratado, realizado.

4.7 A CONTRATANTE fornecerá à CONTRATADA com 24hs de antecedência, um palco com as seguintes dimensões mínimas:

- 16 (dezesseis) metros de frente;
- 14 (quatorze) metros de profundidade;
- 1,80 (um metro e oitenta centímetros) de altura (do chão até o piso do palco);
- 7 (sete) metros de altura do piso do palco até a cobertura.
- Grades de Proteção em toda a frente e laterais do palco
- House Mix do Monitor fora do Palco e House Mix do P.A. com grades de proteção e cobertura.

4.8 A CONTRATANTE colocará dois geradores de, no mínimo 280 kva cada gerador, numa distância máxima de 20 (vinte) metros do palco e um electricista à disposição da CONTRATADA que deverá permanecer no local por ocasião da montagem e desmontagem dos equipamentos de som e luz durante a realização do show.

4.9 A CONTRATANTE fornecerá no local da apresentação 03 camarins com banheiros privativos e em bom estado de limpeza, mobiliados com cadeiras, sofás, espelhos, "araras" (para roupas) e mesas, em número suficiente para a boa acomodação do ARTISTA, seus músicos, dançarinos e equipe técnica.

4.10 É responsabilidade da CONTRATANTE as locações dos equipamentos de palco, som e luz conforme informações técnicas do show (rider técnico, mapas de palco e iluminação, imput list) que deverá ser APROVADA pela CONTRATADA não sendo aceita outra empresa que não tenha a aprovação do PRODUTOR EXECUTIVO do artista contratado por esse instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

5.1 A empresa Contratada que recusar-se a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, ficará suspensa de

participar de qualquer processo licitatório realizado pela Prefeitura do Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação, sem prejuízo das penalidades previstas em lei.

5.2 Poderão ser aplicadas notificações e/ou multas contratuais ao Contratado por irregularidades cometidas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;

5.2.1 Compreende-se por notificação a formalização em documento apropriado da ocorrência de irregularidade ou grupo de irregularidades sobre as quais a Empresa deve tomar imediatas providências, com a finalidade de corrigir as falhas apontadas;

5.2.2 Compreende-se por multa contratual o desconto de valores monetários contra a Empresa Contratada, em face de irregularidades apontadas;

5.2.3 O uso de notificações sobre irregularidades constatadas não exclui a possibilidade de aplicação de multa sobre as mesmas;

5.2.4 As multas serão independentes e a aplicação de uma não exclui a de outra.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pelo CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISOS

7.1 O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, na Lei Complementar 123/2006 e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

7.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLAUSULA OITAVA

Consideramos o cumprimento artístico a apresentação única e exclusiva de cada show, sendo que a CONTRATANTE não poderá assumir quaisquer outros compromissos fora os aqui assumidos. Não poderá transmitir o espetáculo por Rádio ou Televisão sem prévio acordo entre as partes. Não poderá usar fotos ou filmes do ARTISTA para campanhas ou qualquer tipo de publicidade, salvo e, exclusivamente, para a divulgação do espetáculo contratado. Da mesma forma, não poderá assumir compromissos com jantares, passeios ou visitas particulares.

PARAGRAFO ÚNICO : A contratação do ARTISTA, com relação ao evento contratado pelo presente instrumento, não poderá ter nenhum vínculo político ou partidário, seja em campanha eleitoral ou não, ficando a CONTRATADA desobrigada ao cumprimento do presente, caso tal fato seja constatado e provado por testemunhas, fotografias ou filmagens.

CLAUSULA NONA :

Até 30 (TRINTA) dias da realização do show, a parte que der motivo para o cancelamento, pagará 50% (cinquenta por cento) do que neste ato se estipula. A partir daí, será de 100% (cem por cento), salvo em caso de calamidade pública, luto oficial decretado

por autoridade competente, atraso ou cancelamento de vôo, queda de barreira que impeça o acesso ao local do show, doença do artista devidamente comprovada por médico ou outro fenômeno catastrófico de qualquer natureza. Nesses casos que independem da competência das partes, será marcada uma nova data para o evento, ficando inalterados os valores de cachê e diárias de alimentação. Nesse caso, ficará por conta da CONTRATANTE os custos de transportes (aéreos e terrestres), excesso de cargas, hotel, alimentação, camarins, som, luz e palco, para a realização do evento remarcado.

CLAUSULA DÉCIMA:

A não realização do espetáculo por culpa da CONTRATANTE, decorrente do não cumprimento de suas obrigações estipuladas neste contrato ainda que por impedimentos em razão da não obtenção de licença, alvarás e demais obrigações a seu cargo, desde que haja a presença física do ARTISTA na cidade onde deveria dar-se a apresentação, obrigará a CONTRATANTE ao pagamento na íntegra do referido Contrato, cobrável exclusivamente por ser considerada líquida e certa.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

Também correrá por conta da parte infratora todas as despesas e honorários advocatícios e multas cabíveis dentro da lei em vigência de nosso País.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

A permanência de pessoas no palco durante o show será previamente acordado com a produção do mesmo.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

As partes declaram e manifestam neste ato a renúncia de invocar o arrependimento ao pactuado neste instrumento, tornando-se para as mesmas um ato perfeito e acabado. Sendo assim, renunciam ao contido no Artigo 1.095 do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages 22 de fevereiro de 2013.

MAURICIO NEVES DE JESUS

Fundação Cultural de Lages

MUSSINI PRODUÇÕES LTDA

Representante

Procuradoria Geral do Município

Diretoria de Contratos e Licitações

Contrato 05/2013 - FCL

CONTRATO DE AGENCIAMENTO DE SHOWS N.º 05/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES através da FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, CNPJ n.º 06.193.861/0001-10, com sede à Rua Benjamin Constant, 144 - Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: MUSSINI PRODUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 01.004.562/0001-76, com sede à Av. Presidente Vargas n.º 330 - centro, Passo Fundo/RS - cep: 99.070-000.

O Município de Lages/FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Sr. Mauricio Neves de Jesus, Superintendente, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa MUSSINI PRODUÇÕES LTDA, representada neste ato pelo Sr. Luiz Antonio Mozzini, CPF/MF nº 360.589.630-87, que assina ao final, de ora em diante denominada CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo de Dispensa de Licitação n.º 04/2013, modalidade Inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Contratação de Empresa Especializada para Agenciamento de 01 (um) Show Artístico com o cantor "GILBERTO GIL" com duração aproximada de no mínimo 90 (noventa) minutos, no dia 31 de maio de 2013, às 23 horas, aproximadamente, na 25ª Festa Nacional do Pinhão, que realizar-se-á de 24 maio de 2013 à 02 de junho de 2013, no Parque de Exposição Conta Dinheiro, à Av. Luiz de Camões s/n, Bairro Conta Dinheiro, nesta cidade.

1.1 O local da apresentação não poderá ser mudado sem a prévia autorização por escrito da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

Pelo cumprimento total do exposto na cláusula primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância global de R\$ 366.000,00 (TREZENTOS E SESENTA E SEIS MIL REAIS) em 02 (duas) parcelas, da seguinte forma:

- 1ª PARCELA - VENCIMENTO EM 20/03/2013 - R\$ 183.000,00 (cento e oitenta e três mil reais)
- 2ª PARCELA - VENCIMENTO EM 20/04/2013 - R\$ 183.000,00 (cento e oitenta e três mil reais)

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

A CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento acima no dia aprazado de seu vencimento, através de depósito bancário, na conta corrente de titularidade da CONTRATADA cujos dados são:

BANCO: SANTANDER (033)

AGÊNCIA: 3827

CONTA CORRENTE: 13005702-0

RAZÃO SOCIAL: MUSSINI PRODUÇÕES LTDA

CNPJ: 01.004.562/0001-76

O valor elencado no Caput desta cláusula deverá estar disponível para saque até a data do seu respectivo vencimento.

PARÁGRAFO SEGUNDO:

O não cumprimento destas obrigações autoriza o cancelamento automático do Show contratado, correndo a total responsabilidade, da não realização do evento, por conta da CONTRATANTE perante terceiros. A CONTRATANTE será responsável por comunicar tal fato à Imprensa falada e escrita, além de ressarcir os gastos de produção.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

3.1 Cumprir todas as cláusulas e condições deste contrato e de seu(s) Anexo(s);

3.2 Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada em assinar/devolver o contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

3.3 Custear as despesas com salários, encargos, seguro, transporte, alojamento, alimentação do pessoal e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei, durante a execução dos serviços;

3.4 Responder pelos danos morais e materiais, causados direta ou indiretamente ao Município e a terceiros, durante a execução dos serviços;

3.5 Não subcontratar os serviços objeto deste contrato;

3.6 Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por qualquer prejuízo que estes possam causar à Administração ou a terceiros, durante o atendimento do objeto;

3.7 Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, ocorra na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade;

3.8 Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultante da execução dos serviços decorrentes desta contratação;

3.9 Formar o quadro de pessoal necessário a execução do objeto contratado, bem como assumir as responsabilidades por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários e pagamento salarial.

3.10 Os transportes e diárias de alimentação correrão da seguinte forma:

Aéreo: 22 PASSAGENS AÉREAS POR CONTA DA CONTRATANTE.

Excesso de bagagem: POR CONTA DA CONTRATADA.

Transporte terrestre (ônibus e caminhão): POR CONTA DA CONTRATADA.

Traslados locais: POR CONTA DA CONTRATADA.

Abastecimento dos camarins: POR CONTA DA CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA- DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

4.1 É de responsabilidade da CONTRATANTE, inclusive financeira, providenciar em tempo hábil, direitos autorais, alvarás, juizados de menores, licenças, taxas, ECAD, ISS, taxas Municipais, Estaduais e Federais, produção local e promoção do show que se fizerem necessárias à realização dos serviços acima detalhados.

4.2 O presente contrato não autoriza, sob qualquer hipótese alegação, pretexto ou circunstância, a utilização pela CONTRATANTE, seus afiliados, contratados e terceiros, de cenas, imagens e gravações, decorrentes ou não das apresentações do ARTISTA em qualquer tipo de transmissão televisiva, radiofônica a cabo, imprensa, inclusive em qualquer tipo de folhetos, cartazes, outdoors, de forma geral e principalmente que sejam relacionados a propaganda de cunho político ou religioso, sob pena de incidir em multa equivalente a dez vezes o valor total do contrato, sem prejuízo de uma ação por perdas e danos, salvo se autorizado por escrito pela CONTRATADA.

4.3 A CONTRATANTE deverá fornecer à CONTRATADA, sem nenhum ônus, 40 ingressos de Cortesia de Camarote para o dia do

show, que deverão ser entregues ao Produtor Executivo da empresa.

4.4 Correrá por conta da CONTRATANTE todas as despesas decorrentes das estadias (hotel para 24 pessoas), equipe de carregadores com 12 homens para carga e descarga de equipamentos e mobiliário de camarins para o artista e sua equipe.

4.5 Obriga-se ainda a CONTRATANTE, sob pena de rescisão imediata do presente instrumento, nos mesmos moldes do parágrafo anterior, a não permitir que se realize no dia e no local (palco) previsto para apresentação do ARTISTA, neste ato contratado, nenhuma outra apresentação artística de qualquer natureza, seja a que título for, por qualquer hipótese, alegação ou pretexto, salvo se for com autorização por escrito da CONTRATADA.

4.6 A CONTRATANTE se responsabilizará pela segurança material e pessoal do artista e equipe contratados e para isso colocará no local do show 10 (dez) seguranças (homens habilitados, desarmados e em trajes civis), para cuidar da segurança no palco e nos camarins, desde sua chegada na cidade até a sua saída, inclusive no local da referida apresentação aqui mencionada. O espetáculo poderá ser interrompido a qualquer momento, se ficar constatado o comportamento inadequado do público presente em relação aos artistas, ficando claro que, neste caso, a CONTRATADA não terá qualquer responsabilidade ou multa, considerando assim o espetáculo ora contratado, realizado.

4.7 A CONTRATANTE fornecerá à CONTRATADA com 24hs de antecedência, um palco com as seguintes dimensões mínimas:

- 16 (dezesesseis) metros de frente;
- 14 (quatorze) metros de profundidade;
- 1,80 (um metro e oitenta centímetros) de altura (do chão até o piso do palco);
- 7 (sete) metros de altura do piso do palco até a cobertura.
- Grades de Proteção em toda a frente e laterais do palco
- House Mix do Monitor fora do Palco e House Mix do P.A. com grades de proteção e cobertura.

4.8 A CONTRATANTE colocará dois geradores de, no mínimo 280 kwa cada gerador, numa distância máxima de 20 (vinte) metros do palco e um eletricista à disposição da CONTRATADA que deverá permanecer no local por ocasião da montagem e desmontagem dos equipamentos de som e luz durante a realização do show.

4.9 A CONTRATANTE fornecerá no local da apresentação 03 camarins com banheiros privativos e em bom estado de limpeza, mobiliados com cadeiras, sofás, espelhos, "araras" (para roupas) e mesas, em número suficiente para a boa acomodação do ARTISTA, seus músicos, dançarinos e equipe técnica.

4.10 É responsabilidade da CONTRATANTE as locações dos equipamentos de palco, som e luz conforme informações técnicas do show (rider técnico, mapas de palco e iluminação, imput list) que deverá ser APROVADA pela CONTRATADA não sendo aceita outra empresa que não tenha a aprovação do PRODUTOR EXECUTIVO do artista contratado por esse instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

5.1 A empresa Contratada que recusar-se a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, ficará suspensa de participar de qualquer processo licitatório realizado pela Prefeitura do Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação, sem prejuízo das penalidades previstas em lei.

5.2 Poderão ser aplicadas notificações e/ou multas contratuais ao Contratado por irregularidades cometidas, sem prejuízo de outras

sanções cabíveis;

5.2.1 Compreende-se por notificação a formalização em documento apropriado da ocorrência de irregularidade ou grupo de irregularidades sobre as quais a Empresa deve tomar imediatas providências, com a finalidade de corrigir as falhas apontadas;

5.2.2 Compreende-se por multa contratual o desconto de valores monetários contra a Empresa Contratada, em face de irregularidades apontadas;

5.2.3 O uso de notificações sobre irregularidades constatadas não exclui a possibilidade de aplicação de multa sobre as mesmas;

5.2.4 As multas serão independentes e a aplicação de uma não exclui a de outra.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pelo CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

7.1 O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, na Lei Complementar 123/2006 e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

7.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLAUSULA OITAVA

Consideramos o cumprimento artístico a apresentação única e exclusiva de cada show, sendo que a CONTRATANTE não poderá assumir quaisquer outros compromissos fora os aqui assumidos. Não poderá transmitir o espetáculo por Rádio ou Televisão sem prévio acordo entre as partes. Não poderá usar fotos ou filmes do ARTISTA para campanhas ou qualquer tipo de publicidade, salvo e, exclusivamente, para a divulgação do espetáculo contratado. Da mesma forma, não poderá assumir compromissos com jantares, passeios ou visitas particulares.

PARAGRAFO ÚNICO : A contratação do ARTISTA, com relação ao evento contratado pelo presente instrumento, não poderá ter nenhum vínculo político ou partidário, seja em campanha eleitoral ou não, ficando a CONTRATADA desobrigada ao cumprimento do presente, caso tal fato seja constatado e provado por testemunhas, fotografias ou filmagens.

CLAUSULA NONA :

Até 30 (TRINTA) dias da realização do show, a parte que der motivo para o cancelamento, pagará 50% (cinquenta por cento) do que neste ato se estipula. A partir daí, será de 100% (cem por cento), salvo em caso de calamidade pública, luto oficial decretado por autoridade competente, atraso ou cancelamento de vôo, queda de barreira que impeça o acesso ao local do show, doença do artista devidamente comprovada por médico ou outro fenômeno catastrófico de qualquer natureza. Nesses casos que independem da competência das partes, será marcada uma nova data para o evento, ficando inalterados os valores de cachê e diárias

de alimentação. Nesse caso, ficará por conta da CONTRATANTE os custos de transportes (aéreos e terrestres), excesso de cargas, hotel, alimentação, camarins, som, luz e palco, para a realização do evento remarcado.

CLAUSULA DÉCIMA:

A não realização do espetáculo por culpa da CONTRATANTE, decorrente do não cumprimento de suas obrigações estipuladas neste contrato ainda que por impedimentos em razão da não obtenção de licença, alvarás e demais obrigações a seu cargo, desde que haja a presença física do ARTISTA na cidade onde deveria dar-se a apresentação, obrigará a CONTRATANTE ao pagamento na íntegra do referido Contrato, cobrável exclusivamente por ser considerada líquida e certa.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

Também correrá por conta da parte infratora todas as despesas e honorários advocatícios e multas cabíveis dentro da lei em vigência de nosso País.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

A permanência de pessoas no palco durante o show será previamente acordado com a produção do mesmo.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

As partes declaram e manifestam neste ato a renúncia de invocar o arrependimento ao pactuado neste instrumento, tornando-se para as mesmas um ato perfeito e acabado. Sendo assim, renunciam ao contido no Artigo 1.095 do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages 22 de fevereiro de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

MUSSINI PRODUÇÕES LTDA
Representante

Procuradoria Geral do Município

Diretoria de Contratos e Licitações

Contrato 06/2013 - FCL

CONTRATO DE AGENCIAMENTO DE SHOWS N.º 06/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES através da FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, CNPJ n.º 06.193.861/0001-10, com sede à Rua Benjamin Constant, 144 - Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: MUSSINI PRODUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 01.004.562/0001-76, com sede à Av. Presidente Vargas n.º 330 - centro, Passo Fundo/RS - cep: 99.070-000.

O Município de Lages/FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Sr.

Mauricio Neves de Jesus, Superintendente, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa MUSSINI PRODUÇÕES LTDA, representada neste ato pelo Sr. Luiz Antonio Mozzini, CPF/MF nº 360.589.630-87, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo de Dispensa de Licitação n.º 05/2013, modalidade Inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Contratação de Empresa Especializada para Agenciamento de 01 (um) Show Artístico com o Padre "FABIO DE MELO" com duração aproximada de no mínimo 90 (noventa) minutos, no dia 02 de junho de 2013, às 20 horas, aproximadamente, na 25ª Festa Nacional do Pinhão, que realizar-se-á de 24 maio de 2013 à 02 de junho de 2013, no Parque de Exposição Conta Dinheiro, à Av. Luiz de Camões s/n, Bairro Conta Dinheiro, nesta cidade.

1.1 O local da apresentação não poderá ser mudado sem a prévia autorização por escrito da CONRTATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

Pelo cumprimento total do exposto na cláusula primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância global de R\$ 155.000,00 (CENTO E CINQUENTA E CINCO MIL REAIS) em 02 (duas) parcelas da seguinte forma:

- 1ª PARCELA - VENCIMENTO EM 20/03/2013 - R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais)
- 2ª PARCELA - VENCIMENTO EM 20/04/2013 - R\$ R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais)

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

A CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento acima no dia aprazado de seu vencimento, através de depósito bancário, na conta corrente de titularidade da CONTRATADA cujos dados são:

BANCO: SANTANDER (033)
AGÊNCIA: 3827
CONTA CORRENTE: 13005702-0
RAZÃO SOCIAL: MUSSINI PRODUÇÕES LTDA
CNPJ: 01.004.562/0001-76

O valor elencado no Caput desta cláusula deverá estar disponível para saque até a data do seu respectivo vencimento.

PARÁGRAFO SEGUNDO:

O não cumprimento destas obrigações autoriza o cancelamento automático do Show contratado, correndo a total responsabilidade, da não realização do evento, por conta da CONTRATANTE perante terceiros. A CONTRATANTE será responsável por comunicar tal fato à Imprensa falada e escrita, além de ressarcir os gastos de produção.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

3.1 Cumprir todas as cláusulas e condições deste contrato e de seu(s) Anexo(s);

3.2 Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada em assinar/devolver o contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

3.3 Custear as despesas com salários, encargos, seguro, transporte, alojamento, alimentação do pessoal e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei, durante a execução dos serviços;

3.4 Responder pelos danos morais e materiais, causados direta ou indiretamente ao Município e a terceiros, durante a execução dos serviços;

3.5 Não subcontratar os serviços objeto deste contrato;

3.6 Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por qualquer prejuízo que estes possam causar à Administração ou a terceiros, durante o atendimento do objeto;

3.7 Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, ocorra na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade;

3.8 Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultante da execução dos serviços decorrentes desta contratação;

3.9 Formar o quadro de pessoal necessário a execução do objeto contratado, bem como assumir as responsabilidades por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários e pagamento salarial.

3.10 Os transportes e diárias de alimentação correrão da seguinte forma:

Aéreo: 18 PASSAGENS AÉREAS POR CONTA DA CONTRATANTE.

Excesso de bagagem: POR CONTA DA CONTRATADA.

Transporte terrestre (ônibus e caminhão): POR CONTA DA CONTRATADA.

Traslados locais: POR CONTA DA CONTRATADA.

Abastecimento dos camarins: POR CONTA DA CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA- DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

4.1 É de responsabilidade da CONTRATANTE, inclusive financeira, providenciar em tempo hábil, direitos autorais, alvarás, juizados de menores, licenças, taxas, ECAD, ISS, taxas Municipais, Estaduais e Federais, produção local e promoção do show que se fizerem necessárias à realização dos serviços acima detalhados.

4.2 O presente contrato não autoriza, sob qualquer hipótese alegação, pretexto ou circunstância, a utilização pela CONTRATANTE, seus afiliados, contratados e terceiros, de cenas, imagens e gravações, decorrentes ou não das apresentações do ARTISTA em qualquer tipo de transmissão televisiva, radiofônica a cabo, imprensa, inclusive em qualquer tipo de folhetos, cartazes, outdoors, de forma geral e principalmente que sejam relacionados a propaganda de cunho político ou religioso, sob pena de incidir em multa equivalente a dez vezes o valor total do contrato, sem prejuízo de uma ação por perdas e danos, salvo se autorizado por escrito pela CONTRATADA.

4.3 A CONTRATANTE deverá fornecer à CONTRATADA, sem nenhum ônus, 40 ingressos de Cortesia de Camarote para o dia do show, que deverão ser entregues ao Produtor Executivo da empresa.

4.4 Correrá por conta da CONTRATANTE todas as despesas decorrentes das estadias (hotel para 24 pessoas), equipe de carregadores com 12 homens para carga e descarga de equipamentos e

mobiliário de camarins para o artista e sua equipe.

4.5 Obriga-se ainda a CONTRATANTE, sob pena de rescisão imediata do presente instrumento, nos mesmos moldes do parágrafo anterior, a não permitir que se realize no dia e no local (palco) previsto para apresentação do ARTISTA, neste ato contratado, nenhuma outra apresentação artística de qualquer natureza, seja a que título for, por qualquer hipótese, alegação ou pretexto, salvo se for com autorização por escrito da CONTRATADA.

4.6 A CONTRATANTE se responsabilizará pela segurança material e pessoal do artista e equipe contratados e para isso colocará no local do show 10 (dez) seguranças (homens habilitados, desarmados e em trajes civis), para cuidar da segurança no palco e nos camarins, desde sua chegada na cidade até a sua saída, inclusive no local da referida apresentação aqui mencionada. O espetáculo poderá ser interrompido a qualquer momento, se ficar constatado o comportamento inadequado do público presente em relação aos artistas, ficando claro que, neste caso, a CONTRATADA não terá qualquer responsabilidade ou multa, considerando assim o espetáculo ora contratado, realizado.

4.7 A CONTRATANTE fornecerá à CONTRATADA com 24hs de antecedência, um palco com as seguintes dimensões mínimas:

- 16 (dezesseis) metros de frente;
- 14 (quatorze) metros de profundidade;
- 1,80 (um metro e oitenta centímetros) de altura (do chão até o piso do palco);
- 7 (sete) metros de altura do piso do palco até a cobertura.
- Grades de Proteção em toda a frente e laterais do palco
- House Mix do Monitor fora do Palco e House Mix do P.A. com grades de proteção e cobertura.

4.8 A CONTRATANTE colocará dois geradores de, no mínimo 280 kwa cada gerador, numa distância máxima de 20 (vinte) metros do palco e um electricista à disposição da CONTRATADA que deverá permanecer no local por ocasião da montagem e desmontagem dos equipamentos de som e luz durante a realização do show.

4.9 A CONTRATANTE fornecerá no local da apresentação 03 camarins com banheiros privativos e em bom estado de limpeza, mobiliados com cadeiras, sofás, espelhos, "araras" (para roupas) e mesas, em número suficiente para a boa acomodação do ARTISTA, seus músicos, dançarinos e equipe técnica.

4.10 É responsabilidade da CONTRATANTE as locações dos equipamentos de palco, som e luz conforme informações técnicas do show (rider técnico, mapas de palco e iluminação, imput list) que deverá ser APROVADA pela CONTRATADA não sendo aceita outra empresa que não tenha a aprovação do PRODUTOR EXECUTIVO do artista contratado por esse instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES:

5.1 A empresa Contratada que recusar-se a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, ficará suspensa de participar de qualquer processo licitatório realizado pela Prefeitura do Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação, sem prejuízo das penalidades previstas em lei.

5.2 Poderão ser aplicadas notificações e/ou multas contratuais ao Contratado por irregularidades cometidas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;

5.2.1 Compreende-se por notificação a formalização em documento apropriado da ocorrência de irregularidade ou grupo de irregularidades sobre as quais a Empresa deve tomar imediatas providências, com a finalidade de corrigir as falhas apontadas;

5.2.2 Compreende-se por multa contratual o desconto de valores monetários contra a Empresa Contratada, em face de irregularidades apontadas;

5.2.3 O uso de notificações sobre irregularidades constatadas não exclui a possibilidade de aplicação de multa sobre as mesmas;

5.2.4 As multas serão independentes e a aplicação de uma não exclui a de outra.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pelo CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISOS:

7.1 O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, na Lei Complementar 123/2006 e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

7.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLAUSULA OITAVA:

Consideramos o cumprimento artístico a apresentação única e exclusiva de cada show, sendo que a CONTRATANTE não poderá assumir quaisquer outros compromissos fora os aqui assumidos. Não poderá transmitir o espetáculo por Rádio ou Televisão sem prévio acordo entre as partes. Não poderá usar fotos ou filmes do ARTISTA para campanhas ou qualquer tipo de publicidade, salvo e, exclusivamente, para a divulgação do espetáculo contratado. Da mesma forma, não poderá assumir compromissos com jantares, passeios ou visitas particulares.

PARAGRAFO ÚNICO : A contratação do ARTISTA, com relação ao evento contratado pelo presente instrumento, não poderá ter nenhum vínculo político ou partidário, seja em campanha eleitoral ou não, ficando a CONTRATADA desobrigada ao cumprimento do presente, caso tal fato seja constatado e provado por testemunhas, fotografias ou filmagens.

CLAUSULA NONA :

Até 30 (TRINTA) dias da realização do show, a parte que der motivo para o cancelamento, pagará 50% (cinquenta por cento) do que neste ato se estipula. A partir daí, será de 100% (cem por cento), salvo em caso de calamidade pública, luto oficial decretado por autoridade competente, atraso ou cancelamento de vôo, queda de barreira que impeça o acesso ao local do show, doença do artista devidamente comprovada por médico ou outro fenômeno catastrófico de qualquer natureza. Nesses casos que dependem da competência das partes, será marcada uma nova data para o evento, ficando inalterados os valores de cachê e diárias de alimentação. Nesse caso, ficará por conta da CONTRATANTE os custos de transportes (aéreos e terrestres), excesso de cargas, hotel, alimentação, camarins, som, luz e palco, para a realização do evento remarcado.

CLAUSULA DÉCIMA:

A não realização do espetáculo por culpa da CONTRATANTE, decorrente do não cumprimento de suas obrigações estipuladas neste contrato ainda que por impedimentos em razão da não obtenção de licença, alvarás e demais obrigações a seu cargo, desde que haja a presença física do ARTISTA na cidade onde deveria dar-se a apresentação, obrigará a CONTRATANTE ao pagamento na íntegra do referido Contrato, cobrável exclusivamente por ser considerada líquida e certa.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

Também correrá por conta da parte infratora todas as despesas e honorários advocatícios e multas cabíveis dentro da lei em vigência de nosso País.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

A permanência de pessoas no palco durante o show será previamente acordado com a produção do mesmo.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

As partes declaram e manifestam neste ato a renúncia de invocar o arrependimento ao pactuado neste instrumento, tornando-se para as mesmas um ato perfeito e acabado. Sendo assim, renunciam ao contido no Artigo 1.095 do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages 22 de fevereiro de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

MUSSINI PRODUÇÕES LTDA
Representante

Procuradoria Geral do Município

Diretoria de Contratos e Licitações

Contrato 07/2013 - FCL

CONTRATO DE AGENCIAMENTO DE SHOWS N.º 07/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES através da FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, CNPJ n.º 06.193.861/0001-10, com sede à Rua Benjamin Constant, 144 - Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: MUSSINI PRODUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 01.004.562/0001-76, com sede à Av. Presidente Vargas n.º 330 - centro, Passo Fundo/RS - cep: 99.070-000.

O Município de Lages/FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Sr. Mauricio Neves de Jesus, Superintendente, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa MUSSINI PRODUÇÕES LTDA, representada neste ato pelo Sr. Luiz Antonio Mozzini, CPF/MF nº 360.589.630-87, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência

do Processo de Dispensa de Licitação n.º 02/2013, modalidade Inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Contratação de Empresa Especializada para Agenciamento de 01 (um) Show Artístico com as atrações "CRISTIANO ARAÚJO E ZEZE DI CAMARGO E LUCIANO" com duração aproximada de no mínimo 90 (noventa) minutos cada atração, no dia 29 DE MAIO de 2013, às 23 horas, aproximadamente, na 25ª Festa Nacional do Pinhão, que realizar-se-á de 24 de maio de 2013 à 02 de junho de 2013, no Parque de Exposição Conta Dinheiro, à Av. Luiz de Camões s/n, Bairro Conta Dinheiro, nesta cidade.

1.1 O local da apresentação não poderá ser mudado sem a prévia autorização por escrito da CONTRATADA.

CLAUSULA SEGUNDA:

Pelo cumprimento parcial do exposto na cláusula primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA as importâncias abaixo descritas.

R\$ 280.000,00 (DUZENTOS E OITENTA MIL REAIS) ou o percentual de 70% (setenta por cento) de toda a renda da bilheteria e vendas de ingressos antecipados referente ao dia 29/05/2013. Será computado, para efeito de quitação, a maior quantia, dentre as duas opções supracitadas, sendo que a menor quantia será automaticamente descartada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

Para o acerto do percentual da renda bruta da bilheteria referente ao dia 29/05/2013, se levará em conta o valor mínimo obrigatório que deverá ser pago pela CONTRATANTE à CONTRATADA de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais) e caso o percentual que cabe à CONTRATADA não atingir o mínimo garantido a que essa tem direito, a CONTRATANTE terá obrigação de providenciar o pagamento do valor mínimo estabelecido nesse Contrato imediatamente ao fechamento da venda de ingressos, em dinheiro (espécie).

PARÁGRAFO SEGUNDO:

Os preços dos ingressos deverão ser definidos de comum acordo entre as partes e o fornecimento de ingressos "cortesia" fica limitado em 5% (cinco por cento) do total de ingressos vendidos. Se o fornecimento de ingressos "cortesia" ultrapassar o percentual de 5%, o excedente será considerado pelo valor do ingresso mais caro e a diferença será cobrada pela CONTRATADA por ser considerada líquida e certa.

PARÁGRAFO TERCEIRO:

Fica estabelecido que toda a comercialização de ingressos deverá ser realizada por empresa especializada na venda de ingressos para eventos, através de máquinas com monitoração total pela internet e que as partes poderão e deverão acompanhar todas as negociações "on line" através de senhas, com atualização minuto a minuto de todos os ingressos comercializados. Fica estabelecido, também, que a empresa responsável por operar a venda de ingressos deverá fazer depósitos semanais de 70% (setenta por cento) do valor das vendas na conta da CONTRATADA a partir da abertura das vendas, até o dia 28/05/2013. Os ingressos vendidos no dia do show serão acertados no encerramento total das vendas em dinheiro (espécie) na madrugada do dia 30/05/2013.

PARÁGRAFO QUARTO:

A CONTRATADA não sofrerá retenção de INSS, ISSQN, PIS, COFINS e IRPF ou quaisquer outros impostos sobre seu percentual de bilheteria ou do mínimo garantido nesse Contrato, conforme previsto no inciso XXI do artigo 155 da Instrução Normativa número 100/2003, por não se tratar o presente instrumento de cessão de mão de obra, uma vez que os serviços aqui dispostos têm caráter

eventual, conforme previsto no artigo 152 da mesma instrução.

PARÁGRAFO QUINTO:

Para quitação complementar do exposto na Cláusula Primeira, além do percentual estabelecido ou do mínimo garantido no Parágrafo Primeiro dessa Cláusula (o que for maior), a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor fixo de R\$ 88.600,00 (OITENTA E OITO MIL E SEISCENTOS REAIS) referente aos transportes terrestres e jatos particulares dos artistas (desde sua origem até a Cidade de Lages), diárias de alimentação e abastecimento dos camarins em 02 (duas) parcelas, mensais e sucessivas, cujos valores e vencimentos ficaram pactuados e obrigatórios da seguinte forma:

- 1ª PARCELA - VENCIMENTO EM 20/03/2013 - R\$ 44.300,00 (quarenta e quatro mil e trezentos reais);
- 2ª PARCELA - VENCIMENTO EM 20/04/2013 - R\$ 44.300,00 (quarenta e quatro mil e trezentos reais);

PARÁGRAFO SEXTO:

A CONTRATANTE deverá efetuar os pagamentos das parcelas acima nos dias aprazados de seus vencimentos, através de depósito bancário, na conta corrente de titularidade da CONTRATADA cujos dados são:

BANCO: SANTANDER (033)

AGÊNCIA: 3827

CONTA CORRENTE: 13005702-0

RAZÃO SOCIAL: MUSSINI PRODUÇÕES LTDA

CNPJ: 01.004.562/0001-76

O valor elencado no Caput desta cláusula deverá estar disponível para saque até a data do seu respectivo vencimento.

PARÁGRAFO SÉTIMO:

O não cumprimento destas obrigações autoriza o cancelamento automático do Show contratado, correndo a total responsabilidade, da não realização do evento, por conta da CONTRATANTE perante terceiros. A CONTRATANTE será responsável por comunicar tal fato à Imprensa falada e escrita, além de ressarcir os gastos de produção.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

3.1 Cumprir todas as cláusulas e condições deste contrato e de seu(s) Anexo(s);

3.2 Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada em assinar/devolver o contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

3.3 Custear as despesas com salários, encargos, seguro, transporte, alojamento, alimentação do pessoal e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei, durante a execução dos serviços;

3.4 Responder pelos danos morais e materiais, causados direta ou indiretamente ao Município e a terceiros, durante a execução dos serviços;

3.5 Não subcontratar os serviços objeto deste contrato;

3.6 Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por qualquer prejuízo que estes possam causar à Administração ou a terceiros, durante o atendimento do objeto;

3.7 Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, ocorra na execução dos serviços, ou que possam

comprometer a sua qualidade;

3.8 Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultante da execução dos serviços decorrentes desta contratação;

3.9 Formar o quadro de pessoal necessário a execução do objeto contratado, bem como assumir as responsabilidades por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários e pagamento salarial.

3.10 Os transportes e diárias de alimentação correrão da seguinte forma:

Aéreo: 45 PASSAGENS AÉREAS NO TRECHO (SÃO PAULO & FLORIANÓPOLIS & CAMPINAS) E 30 PASSAGENS AÉREAS NO TRECHO (FLORIANÓPOLIS & SÃO JOSÉ DO RIO PRETO) POR CONTA DA CONTRATANTE.

Jatos particulares dos artistas: POR CONTA DA CONTRATADA

Excesso de bagagem: POR CONTA DA CONTRATADA.

Transporte terrestre (ônibus e caminhão): POR CONTA DA CONTRATADA.

Traslados locais: POR CONTA DA CONTRATADA.

Abastecimento dos camarins: POR CONTA DA CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA- DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

4.1 É de responsabilidade da CONTRATANTE, inclusive financeira, providenciar em tempo hábil, direitos autorais, alvarás, juizados de menores, licenças, taxas, ECAD, ISS, taxas Municipais, Estaduais e Federais, produção local e promoção do show que se fizerem necessárias à realização dos serviços acima detalhados.

4.2 O presente contrato não autoriza, sob qualquer hipótese alegação, pretexto ou circunstância, a utilização pela CONTRATANTE, seus afiliados, contratados e terceiros, de cenas, imagens e gravações, decorrentes ou não das apresentações do ARTISTA em qualquer tipo de transmissão televisiva, radiofônica a cabo, imprensa, inclusive em qualquer tipo de folhetos, cartazes, outdoors, de forma geral e principalmente que sejam relacionados a propaganda de cunho político ou religioso, sob pena de incidir em multa equivalente a dez vezes o valor total do contrato, sem prejuízo de uma ação por perdas e danos, salvo se autorizado por escrito pela CONTRATADA.

4.3 A CONTRATANTE deverá fornecer à CONTRATADA, sem nenhum ônus, 40 ingressos de Cortesia de Camarote para o dia do show, que deverão ser entregues ao Produtor Executivo da empresa.

4.4 Correrá por conta da CONTRATANTE todas as despesas decorrentes das estadias (hotel para 88 pessoas), equipe de carregadores com 24 homens para carga e descarga de equipamentos e mobiliário de camarins para o artista e sua equipe.

4.5 Obriga-se ainda a CONTRATANTE, sob pena de rescisão imediata do presente instrumento, nos mesmos moldes do parágrafo anterior, a não permitir que se realize no dia e no local (palco) previsto para apresentação do ARTISTA, neste ato contratado, nenhuma outra apresentação artística de qualquer natureza, seja a que título for, por qualquer hipótese, alegação ou pretexto, salvo se for com autorização por escrito da CONTRATADA.

4.6 A CONTRATANTE se responsabilizará pela segurança material e pessoal do artista e equipe contratados e para isso colocará no local do show 10 (dez) seguranças (homens habilitados, desarmados e em trajes civis), para cuidar da segurança no palco e nos

camarins, desde sua chegada na cidade até a sua saída, inclusive no local da referida apresentação aqui mencionada. O espetáculo poderá ser interrompido a qualquer momento, se ficar constatado o comportamento inadequado do público presente em relação aos artistas, ficando claro que, neste caso, a CONTRATADA não terá qualquer responsabilidade ou multa, considerando assim o espetáculo ora contratado, realizado.

4.7 A CONTRATANTE fornecerá à CONTRATADA com 24hs de antecedência, um palco com as seguintes dimensões mínimas:

- 16 (dezesseis) metros de frente;
- 14 (quatorze) metros de profundidade;
- 1,80 (um metro e oitenta centímetros) de altura (do chão até o piso do palco);
- 7 (sete) metros de altura do piso do palco até a cobertura.
- Grades de Proteção em toda a frente e laterais do palco
- House Mix do Monitor fora do Palco e House Mix do P.A. com grades de proteção e cobertura.

4.8 A CONTRATANTE colocará dois geradores de, no mínimo 280 kva cada gerador, numa distância máxima de 20 (vinte) metros do palco e um eletricitista à disposição da CONTRATADA que deverá permanecer no local por ocasião da montagem e desmontagem dos equipamentos de som e luz durante a realização do show.

4.9 A CONTRATANTE fornecerá no local da apresentação 04 camarins com banheiros privativos e em bom estado de limpeza, mobiliados com cadeiras, sofás, espelhos, "araras" (para roupas) e mesas, em número suficiente para a boa acomodação do ARTISTA, seus músicos, dançarinos e equipe técnica.

4.10 É responsabilidade da CONTRATANTE as locações dos equipamentos de palco, som e luz conforme informações técnicas do show (rider técnico, mapas de palco e iluminação, imput list) que deverá ser APROVADA pela CONTRATADA não sendo aceita outra empresa que não tenha a aprovação do PRODUTOR EXECUTIVO do artista contratado por esse instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

5.1 A empresa Contratada que recusar-se a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, ficará suspensa de participar de qualquer processo licitatório realizado pela Prefeitura do Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação, sem prejuízo das penalidades previstas em lei.

5.2 Poderão ser aplicadas notificações e/ou multas contratuais ao Contratado por irregularidades cometidas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;

5.2.1 Compreende-se por notificação a formalização em documento apropriado da ocorrência de irregularidade ou grupo de irregularidades sobre as quais a Empresa deve tomar imediatas providências, com a finalidade de corrigir as falhas apontadas;

5.2.2 Compreende-se por multa contratual o desconto de valores monetários contra a Empresa Contratada, em face de irregularidades apontadas;

5.2.3 O uso de notificações sobre irregularidades constatadas não exclui a possibilidade de aplicação de multa sobre as mesmas;

5.2.4 As multas serão independentes e a aplicação de uma não exclui a de outra.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e

mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pelo CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISOS

7.1 O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, na Lei Complementar 123/2006 e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

7.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLAUSULA OITAVA

Consideramos o cumprimento artístico a apresentação única e exclusiva de cada show, sendo que a CONTRATANTE não poderá assumir quaisquer outros compromissos fora os aqui assumidos. Não poderá transmitir o espetáculo por Rádio ou Televisão sem prévio acordo entre as partes. Não poderá usar fotos ou filmes do ARTISTA para campanhas ou qualquer tipo de publicidade, salvo e, exclusivamente, para a divulgação do espetáculo contratado. Da mesma forma, não poderá assumir compromissos com jantares, passeios ou visitas particulares.

PARAGRAFO ÚNICO : A contratação do ARTISTA, com relação ao evento contratado pelo presente instrumento, não poderá ter nenhum vínculo político ou partidário, seja em campanha eleitoral ou não, ficando a CONTRATADA desobrigada ao cumprimento do presente, caso tal fato seja constatado e provado por testemunhas, fotografias ou filmagens.

CLAUSULA NONA :

Até 30 (TRINTA) dias da realização do show, a parte que der motivo para o cancelamento, pagará 50% (cinquenta por cento) do que neste ato se estipula. A partir daí, será de 100% (cem por cento), salvo em caso de calamidade pública, luto oficial decretado por autoridade competente, atraso ou cancelamento de vôo, queda de barreira que impeça o acesso ao local do show, doença do artista devidamente comprovada por médico ou outro fenômeno catastrófico de qualquer natureza. Nesses casos que independem da competência das partes, será marcada uma nova data para o evento, ficando inalterados os valores de cachê e diárias de alimentação. Nesse caso, ficará por conta da CONTRATANTE os custos de transportes (aéreos e terrestres), excesso de cargas, hotel, alimentação, camarins, som, luz e palco, para a realização do evento remarcado.

CLAUSULA DÉCIMA:

A não realização do espetáculo por culpa da CONTRATANTE, decorrente do não cumprimento de suas obrigações estipuladas neste contrato ainda que por impedimentos em razão da não obtenção de licença, alvarás e demais obrigações a seu cargo, desde que haja a presença física do ARTISTA na cidade onde deveria dar-se a apresentação, obrigará a CONTRATANTE ao pagamento na íntegra do referido Contrato, cobrável exclusivamente por ser considerada líquida e certa.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

Também correrá por conta da parte infratora todas as despesas e honorários advocatícios e multas cabíveis dentro da lei em vigência de nosso País.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

A permanência de pessoas no palco durante o show será previamente acordado com a produção do mesmo.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

As partes declaram e manifestam neste ato a renúncia de invocar o arrependimento ao pactuado neste instrumento, tornando-se para as mesmas um ato perfeito e acabado. Sendo assim, renunciam ao contido no Artigo 1.095 do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages 04 de março de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

MUSSINI PRODUÇÕES LTDA
Representante

Procuradoria Geral do Município

Diretoria de Contratos e Licitações

Lauro Muller

PREFEITURA

Dispensa de Licitação Nº 17/2013 - Hmhl

EDITAL DE DISPENSA HMHL Nº017/2013 PROCESSO Nº021/2013

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER através do Hospital Municipal Henrique Lage, com sede na rua Pe. Hercílio Cappeler, Centro, Lauro Müller/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.558.487/0001-97, por intermédio da Comissão Municipal de Licitação, comunica que estará realizando dispensa, em conformidade com a Lei 8666/93, art. 24, IV:

OBJETO: Contratação de serviços de assistência médico-hospitalar, compreendendo diagnóstico, consultas médicas, plantão médico e tratamentos complementares a serem prestados no Hospital Municipal Henrique Lage.

CONTRATADO: Vicente Ganem, inscrito no CPF nº 257.316.488-83
VALOR GLOBAL: R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais)
VIGÊNCIA: até 30/04/2013

Lauro Müller, 12 de março de 2013.

FÁBIO LEAL

Presidente da Comissão de Licitação

Edital de Credenciamento FMS Nº 03/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAURO MULLER

ATO EDITAL CREDENCIAMENTO FMS N. 03/2013

O Município de Lauro Muller, através do Fundo Municipal de Saúde, por meio da Comissão Permanente de Licitações INFORMA as

empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.8.666/93 e legislação subsequente, a abertura do credenciamento para contratação de serviços de assistência médico-hospitalar, compreendendo consultas médicas, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes e tratamentos complementares a serem prestados para o Fundo Municipal de Saúde, para o prazo de 30 dias

O edital na íntegra esta disponível no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Lauro Muller, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 34643122.

Lauro Muller, 15 de março de 2013
FABIO LEAL
Presidente da Comissão de Licitação

Pregão Presencial Nº 06/2013 - FMS

EDITAL DE PREGAO FMS Nº006/2013
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 12/2013

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, através do Fundo Municipal de Saúde, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 01 de abril de 2013 às 14h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vetterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, se reunirá com a finalidade de receber propostas para fornecimento de material gráfico para o Fundo Municipal de Saúde. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações e no site www.lauromuller.sc.gov.br, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 15 de março de 2013.
FABIO LEAL
Pregoeiro Municipal

Tomada de Preços Nº 02/2013 - Pmlm

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 02/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº007/2013

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio da Comissão Permanente de Licitação, comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.8666/93, que no dia 04 de abril de 2013 às 10h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vetterly, nº239 Centro, Lauro Muller/SC, se reunirá com a finalidade de receber propostas para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE INFORMÁTICA, PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA PARA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, CONFORME CARACTERÍSTICAS DESCRITAS NO ANEXO 1 DO EDITAL. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 15 de março de 2013.
FABIO LEAL
Pregoeiro Municipal

Lebon Regis

PREFEITURA

Termo Aditivo Nº 01/2013 ao Contrato Nº 01/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEBON RÉGIS

Contrato nº.: 01/2013
Termo Aditivo nº .: 01/2013
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEBON RÉGIS
Contratado : AUTO POSTO RDA LTDA. ME.

Objeto : Reajusta o preço unitário do litro da gasolina para R\$3,021.

Lebon Régis, 15 de março de 2013.

Leoberto Leal

PREFEITURA

Decreto N.º 020/2013

DECRETO Nº 20, DE 14 DE MARÇO DE 2013.

"DECLARA CARACTERIZADA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS LOCALIDADES DE RIBEIRÃO GRANDE, VINTE SALTOS, RIBEIRÃO DOS OVOS RIO JANZEN, RIO DO TIGRE, CORRIDAS E PERAU EM FUNÇÃO DA RAIVA BOVINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, SC, no uso de suas atribuições legais, e com base no art.66, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e considerando que cumpre ao município agir prontamente em defesa da incolumidade, da saúde e do bem estar dos cidadãos, especialmente, no instante em que a epidemia da raiva bovina, comprovada pelos órgãos estaduais competentes, está matando reses nas localidades de Ribeirão Grande, Vinte Saltos, Ribeirão dos Ovos, Rio Janzen, Rio do Tigre, Corridas e Perau, pondo em risco a contaminação do meio ambiente e a saúde da população pela ação do morcego.

DECRETA:

Art. 1º Com fundamento no art. 7º, XVIII, da Lei Orgânica e no art. 24, IV, da Lei 8666/93, fica caracterizada situação de emergência, nas localidades de Ribeirão Grande, Vinte Saltos, Ribeirão dos Ovos, Rio Janzen, Rio do Tigre, Corridas e Perau do Município de Leoberto Leal, por está o gado bovino sendo atacado por morcegos e morrendo pela transmissão da raiva bovina, comprovada por técnicos da CIDASC, exigindo a ação imediata do Poder Público Municipal para evitar a contaminação de seres humanos, animais e aves, bem como todo o meio ambiente, exigindo:

I- A aquisição de vacinas e respectiva vacinação contra a raiva bovina e,

II- A abertura de "covas" para enterrar os animais mortos, comprovadamente vitimados pela raiva bovina.

Art. 2º Fica a Secretaria de Agricultura, Agropecuária e Meio Ambiente autorizada a usar os equipamentos e máquinas necessários para enfrentar essa autêntica epidemia, podendo requisitá-los das demais, e, ainda, convocar os servidores para socorrer, enterrar o gado e auxiliar os proprietários.

Art. 3º Este Decreto vigorará por 90 (noventa) dias.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Leoberto Leal, 14 de Março de 2013.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Contrato N.º 015/2013 - PMLL

CONTRATO Nº 015/2013 - PMLL

Contrato para o Fornecimento de Alimentos para a Merenda Escolar.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF nº 82.924.390/0001-50, cujo paço municipal localiza-se à Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Centro, Leoberto Leal/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pela Prefeita Municipal a Senhora TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, brasileira, casada, CPF nº 951.539.009-59, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e, do outro lado, ANTONIO GILMAR COGNACO, brasileiro, pessoa física, produto rural, residente e domiciliado à Localidade de Vargem dos Bugres, Zona Rural do Município de Leoberto Leal/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 646.841.219-68, doravante denominado CONTRATADO, fundamentado nas disposições da Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Dispensa de Licitação nº 003/2013 - Processo Licitatório nº 018/2013, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Leoberto Leal, verba FNDE/PNAE, onde o CONTRATADO se obriga a entregar em quantidades mensais: 60 kg (meses Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro) de abóbora, 80 kg (meses Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro) de batata, 30 kg (meses Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro) de feijão, 120 kg (meses Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro) de banana branca; 120 kg (meses Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro) de maçã; 25 litros (meses Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro) de suco de uva, sendo todos os produtos de origem orgânica, a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO ÚNICO - Todos os produtos devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas conservação e maturação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E PAGAMENTO - Pelo objeto deste contrato, será pago ao CONTRATADADO, o valor total de R\$ 13.635,00 (treze mil seiscentos e trinta e cinco reais).

PARÁGRAFO ÚNICO - O pagamento será efetuado de forma mensal, em conformidade com a planilha de entrega.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO - Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato descrito na cláusula primeira será executado até o dia 31/12/2013.

CLÁUSULA QUARTA - DA MULTA - Estipular-se-á multa equivalente 5% do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE - O valor estabelecido na Cláusula Segunda, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Aplicam-se à execução deste Contrato para o Fornecimento de Alimentos, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Públi-co, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA OITAVA - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

CLÁUSULA NONA - PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 14 de março de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Contratante

ANTONIO GILMAR COGNACO

Contratado

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES

CPF/MF nº 017.410.949-09

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN

CPF/MF nº 005.166.179-90

Retificação do Processo Seletivo N.º 001/2013

RETIFICAÇÃO DO RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2013

A Prefeita Municipal Homologa e Torna Pública a lista de candidatos e respectivas notas referentes à Retificação do resultado do Processo Seletivo Simplificado N.º 001/2013.

Agente Ambiental e de Defesa Civil

Inscrição	Nome do Candidato	P. M. e C.G.	Específica	Nota Final	Classificação
085	José Marco-lino Kreusch	4,25	3,50	7,75	1º
068	Élcio Carlos Guchert	4,25	2,50	6,75	2º
046	André Paul	3,00	2,75	5,75	3º

Agente de Proteção e Atendimento Integral à Família

Inscrição	Nome do Candidato	P. M. e C.G.	Específica	Títulos	Nota Final	Classificação
036	Patrícia Aparecida Gomes	1,93	1,05	3,00	5,98	1º
080	Maria Helena Kuster	2,10	1,40	0,00	3,50	2º
030	Andreza Aparecida Sens	1,58	0,53	0,00	2,11	Reprovado

086	Lucemar Nacir Guchert de Souza	1,23	0,35	0,00	1,58	Reprovado
-----	--------------------------------	------	------	------	------	-----------

Assistente Administrativo

Inscrição	Nome do Candidato	P. M. e C.G.	Específica	Nota Final	Classificação
040	Célio Roberto Goedert	5,00	3,00	8,00	1º
074	Isnael Gregorio	4,25	2,50	6,75	2º
089	André Fillipe Alves	3,75	2,50	6,25	3º
077	Djonata José de Souza	3,25	1,75	5,00	4º
062	Raí Otto	3,00	1,75	4,75	5º
043	Mariana Natácia Cechetto Schweitzer	Faltou			
088	Fabício das Neves Maciel	Faltou			

Auxiliar Administrativo

Inscrição	Nome do Candidato	P. M. e C.G.	Específica	Nota Final	Classificação
094	Marlou Yara de Souza	4,50	2,25	6,75	1º
073	Aline Caetano	3,75	1,50	5,25	2º
052	Stefanni Mary da Silva Franzen	3,00	1,75	4,75	3º
061	Vanessa Kreusch	1,75	0,75	2,50	Reprovado

Auxiliar Contábil e Financeiro I

Inscrição	Nome do Candidato	P. M. e C.G.	Específica	Nota Final	Classificação
029	Ana Cláudia Fuck	4,00	1,50	5,50	1º

Auxiliar Contábil e Financeiro II

Inscrição	Nome do Candidato	P. M. e C.G.	Específica	Nota Final	Classificação
092	Bruna Prim	5,25	1,50	6,75	1º
008	Vânio Inácio de Souza Junior	3,50	1,75	5,25	2º

Auxiliar de Manutenção de Veículos

Inscrição	Nome do Candidato	Escrita	Prática	Nota Final	Classificação
-	Não teve candidato inscrito				

Auxiliar de Manutenção e Conservação

Inscrição	Nome do Candidato	Escrita	Prática	Nota Final	Classificação
049	Ivan Conaco	5,50	9,20	7,35	1º
055	Waldecy Muller	4,00	9,90	6,95	2º
027	Osnildo Francisco Cardozo	3,00	9,40	6,20	Reprovado
022	Valdecir Marian	0,50	8,60	4,55	Reprovado

Auxiliar de Serviços Gerais

Inscrição	Nome do Candidato	Escrita	Prática	Nota Final	Classificação
093	Jaqueline Serafim	9,00	8,50	8,75	1º
012	Rosemeri Conaco	8,00	9,00	8,50	2º
009	Patrícia Mari da Silva	7,50	9,50	8,50	3º
004	Noeli de Oliveira Dias	7,50	9,00	8,25	4º
082	Evani Kreusch Farias	6,50	9,50	8,00	5º
054	Janete Huguen	5,00	9,50	7,25	6º
060	Janete Larissa Kavikioni Conaco	5,00	9,00	7,00	7º
002	Ivonez Stolaeski	4,00	9,50	6,75	8º
067	Elisabete Aparecida Bruda	4,50	8,50	6,50	9º
025	Maria Dolores Jorge	4,00	8,50	6,25	10º
037	Elena da Silva	0,50	8,00	4,25	Reprovado
019	Valiceria Schovinder	Faltou			
090	Karina Knaul	Faltou			
091	Maria Olivia Boeira	Faltou			

Cantoneiro

Inscrição	Nome do Candidato	Escrita	Prática	Nota Final	Classificação
011	Rodrigo Lopes Dias	5,50	9,80	7,65	1º
056	Amarildo Roberto Conaco	3,00	9,30	6,15	Reprovado
083	Antenor Farias	1,50	9,90	5,70	Reprovado
033	José Alves	0,50	9,80	5,15	Reprovado
017	Valdeci Becker	0,50	9,70	5,10	Reprovado

Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social

Inscrição	Nome do Candidato	P. M. e C.G.	Específica	Títulos	Nota Final	Classificação
065	Rosimeri Schmitt Scheidt	2,80	1,75	3,00	7,55	1º
064	Gian Carlos Knaut	2,30	1,05	1,80	5,15	2º

Instrutor de Informática

Inscrição	Nome do Candidato	P. M. e C.G.	Específica	Nota Final	Classificação
024	Patrick Benedito de Souza	4,00	2,00	6,00	1º
042	Hélvis Hercílio de Souza	3,75	1,75	5,50	2º
020	Flávio Roberto Deucher	3,75	1,50	5,25	3º
032	Mateus Elias Gu-chert	2,75	1,50	4,25	4º
071	Alana Back	2,50	0,75	3,25	Reprovado
078	Daniela Schappo	1,75	1,25	3,00	Reprovado
041	Guilherme Rangel de Souza	Faltou			
048	Eduardo de Oliveira	Faltou			

Médico Veterinário

Inscrição	Nome do Candidato	P. M. e C.G.	Específica	Nota Final	Classificação
066	Leandro Goedert	3,75	1,25	5,00	1º
072	Laura Peixoto de Arruda	Faltou			

Motorista

Inscrição	Nome do Candidato	Escrita	Prática	Nota Final	Classificação
003	Fabício Heleno Knaut	9,00	8,00	8,50	1º
059	Fabício Coelho	7,00	10,00	8,50	2º
084	Fernando Sezerino	8,50	8,00	8,25	3º
005	Aldori Luiz Marian	6,00	9,00	7,50	4º
069	Uillian Steinhuser	5,50	8,00	6,75	5º
015	Ernesto Knies	4,00	9,00	6,50	6º
018	Cloves Camilo da Cunha	4,00	7,50	5,75	7º
023	Delcio dos Santos Steffman	4,00	7,00	5,50	8º

026	Marcio Conaco	4,00	6,00	5,00	9º
053	Adilson Marian	7,00	4,50	5,75	Reprovado
031	Vilmar Marian	1,50	10,00	5,75	Reprovado
013	Fábio Junior da Cruz da Rosa	6,00	4,50	5,25	Reprovado
051	Valdeni Schafer	4,50	4,50	4,50	Reprovado
028	Willian Luiz da Silva	Faltou			

Nutricionista

Inscrição	Nome do Candidato	P. M. e C.G.	Específica	Nota Final	Classificação
058	Bruna Sabedra Bordin	3,75	2,00	5,75	1º

Odontólogo

Inscrição	Nome do Candidato	P. M. e C.G.	Específica	Nota Final	Classificação
079	Dario Felipe Capistrano	3,25	1,50	4,75	1º
087	Cristina Rodrigues da Rocha	Faltou			

Operador de Equipamentos I

Inscrição	Nome do Candidato	Escrita	Prática	Nota Final	Classificação
-	Não teve candidato inscrito				

Operador de Equipamentos II (Retroescavadeira)

Inscrição	Nome do Candidato	Escrita	Prática	Nota Final	Classificação
034	Edu Henrique Franzen	7,50	9,40	8,45	1º
056	Rivelino da Silva	4,00	9,40	6,70	2º
001	Claudeson Marian	4,50	7,00	5,75	3º

Operador de Equipamentos II (Carregadeira)

Inscrição	Nome do Candidato	Escrita	Prática	Nota Final	Classificação
038	Marcilei Farias	4,50	9,20	6,85	1º

Operador de Equipamentos II (Motoniveladora – Patrola)

Inscrição	Nome do Candidato	Escrita	Prática	Nota Final	Classificação
007	Edson Lopes	6,00	7,80	6,90	1º
010	Elso Neri Alves dos Santos	5,50	8,20	6,85	2º

Operador de Trator de Pneus

Inscrição	Nome do Candidato	Escrita	Prática	Nota Final	Classificação
014	Samuel José Schappo	5,50	7,70	6,60	1º
006	Osni Becker	4,00	8,40	6,20	2º
063	Ronaldo José de Souza	4,50	7,80	6,15	3º
081	Eduardo Schappo	4,50	7,00	5,75	4º
016	Celio Roberto do Nascimento	0,50	7,40	3,95	Reprovado
044	Marcio dos Santos	2,50	5,20	3,85	Reprovado
076	Aucione José Henckel	6,50	0,00	3,25	Reprovado
047	Joel Leal	Faltou			
050	Lindomar da Cunha	Faltou			

Psicólogo

Inscrição	Nome do Candidato	P. M. e C.G.	Específica	Nota Final	Classificação
057	Jaqueline Fuck	3,75	2,75	6,50	1º
021	Mariana Heiderscheidt	3,75	2,50	6,25	2º
039	Joelma da Silva	3,25	2,50	5,75	3º
075	Luana Errath	2,25	1,50	3,75	Reprovada

Telefonista

Inscrição	Nome do Candidato	P. M. e C.G.	Específica	Nota Final	Classificação
070	Dayane Farias	4,25	2,75	7,00	1º

Leoberto Leal, em 14 de Março de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 002/2013

RESOLUÇÃO Nº 002/2013

AUTORIZA A INCINERAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA RECOMPOSIÇÃO DOS ARQUIVOS DA CASA LEGISLATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Motivações

Considerando a necessidade de reorganização dos documentos na nova sede física da Câmara de Vereadores que foi inaugurada no final do exercício de 2012.

Considerando o tempo que muitos documentos estão arquivados, já estando bastante deteriorados em razão do mesmo e finalmente

Considerando que os documentos de valor histórico e os

relacionados com a atividade legislativa propriamente, serão sempre preservados, a Presidente da Câmara Municipal de Leoberto Leal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º A Secretária da Casa Legislativa, estará a partir desta data, autorizada a promover a seleção e incineração de documentos não previstos como de guarda permanente e valor histórico, que se encontram no Arquivo Geral do Ente.

Paragrafo único - Os documentos a serem incinerados estarão em lista que será elaborada e mantida junto ao arquivo geral, com a identificação das modalidades dos documentos (ofícios, correspondências gerais, balancetes e correlatos), ano (s) a que se referem e informações adicionais para consulta.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Leoberto Leal, 13 de março de 2013.

BRUNA PRIM

Presidente da Câmara

Registre-se e Publique-se.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Lei Complementar N º 206/2-13, de 28 de Fevereiro de 2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 206/2013, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013.

AUTORIZA A DOAÇÃO DE VEÍCULO PARA A ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA FM DE LINDÓIA DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica autorizado ao Executivo Municipal a doar veículo, modelo CELTA, ano/modelo 2002/2003, cor branca, placa MFX 7410, código Renavan 796117667, para a Associação de Rádio Comunitária FM de Lindóia do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul, SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado,

Em, 28 de Fevereiro de 2013

EDISON DOMINGOS GIRON

Auxiliar de Técnico

Lei Ordinária N 1.130/2013, de 28 de Fevereiro de 2013

LEI ORDINÁRIA N.º 1.130/2013, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013
AUTORIZA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE
CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS, PARA ENTIDADES E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Município autorizado a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênios, para as entidades consignadas no Anexo I desta LEI.

Art. 2º A autorização pressupõe a homologação prevista no art. 12, da Lei Orgânica do Município e o disposto no § 2º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município, do exercício de 2013.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 28 de fevereiro de 2013

EDISON DOMINGOS GIRON
Auxiliar de Técnico

Lei Ordinária Nº 1.131/2013, de 13 de Março de 2013

LEI ORDINÁRIA N.º 1.131/2013, DE 13 DE MARÇO DE 2013

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: FUNDO MUNIIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL
Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul
Projeto/Atividade 2.025 - Programa Saúde da Família - ESF
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0064- Aplicações Diretas R\$ 103.560,00

Órgão 10: FUNDO MUNIIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL
Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul
Projeto/Atividade 2.028 - Manutenção das Atividades de Saúde Pública
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000- Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das

seguintes dotações orçamentárias e superávit financeiro do exercício anterior:

Órgão 10: FUNDO MUNIIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL
Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul
Projeto/Atividade 2.025 - Programa Saúde da Família - ESF
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0064- Aplicações Diretas R\$ 103.560,00

Fonte - Superávit Financeiro do Exercício Anterior R\$ 120.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 13 de março de 2013

EDISON DOMINGOS GIRON
Auxiliar de Técnico

Lei Ordinária Nº 1.132/2013, de 13 de Março de 2013

LEI ORDINÁRIA N.º 1.132/2013, DE 13 DE MARÇO DE 2013
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade 01 - Diretoria de Educação
Projeto/Atividade 2.016- Diretoria de Educação - Ensino Superior
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000- Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do superávit financeiro do exercício anterior:

Fonte - Superávit Financeiro do Exercício Anterior R\$ 20.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 13 de março de 2013

EDISON DOMINGOS GIRON
Auxiliar de Técnico

Lei Ordinária Nº 1.133/2013. de 13 de Março de 2013

LEI ORDINÁRIA N.º 1.133/2013, DE 13 DE MARÇO DE 2013
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
Unidade 01 - Diretoria de Ação Social
Projeto/Atividade 2.024- Assistência Comunitária - FMAS
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0212 - Aplicações Diretas R\$ 8.602,29
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0212 - Aplicações Diretas R\$ 5.625,06

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
Unidade 01 - Diretoria de Ação Social
Projeto/Atividade 2.021- Apoio Administrativo - FMAS
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000 - Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE
Unidade 01 - Diretoria de Urbanismo
Projeto/Atividade 2.006- Diretoria de Infraestrutura - Urbanismo
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do superávit financeiro do exercício anterior proveniente do Termo de Adesão para a manutenção das ações continuadas e por conta dos créditos para 2013:

Fonte - Superávit Financeiro do Exercício Anterior e Crédito para 2013: R\$ 14.227,35

Fonte - Superávit Financeiro do Exercício Anterior: R\$ 14.000,00

Fonte - Superávit Financeiro do Exercício Anterior: R\$ 100.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 13 de março de 2013

EDISON DOMINGOS GIRON
Auxiliar de Técnico

Aviso de Licitação - Pregão Presencial 20/2013

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2013

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para contratação de empresa especializada para ministrar aulas em oficina de música, oficina de canto (coral), oficina de acordeon, e oficina de capoeira, as 10:00 horas do dia 28 de março de 2013, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 09:45 horas do mesmo dia, no setor de protocolo geral, situado na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 15 de março de 2013.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Extrato Concorrência 01/2013 Pmls

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL - SC

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2013

Objeto: contratação conforme a necessidade de empresa especializada para prestação dos serviços de MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL .

Tipo: registro de preços maior percentual de desconto.

Recebimento das propostas: até as 08:15 do dia 19 de abril de 2013, com abertura dos envelopes de habilitação quinze minutos após.

Informações complementares e inteiro teor do edital: Com o setor de licitações, na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal, cidade e Município de Lindóia do Sul, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br.

Lindóia do Sul, SC, 14 de março de 2013.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Extrato Pregão 19/2013

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2013

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sistema de registro de preços, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para a possível aquisição de pneus, câmaras, protetores e manchão, no dia 02 de abril de 2013, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 15 de março de 2013.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Ratificação de Dispensa de Licitação 02/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2013

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que ratificou o ato do responsável pelas Licitações e Contratos, que dispensou a licitação, nos termos do artigo 24, inc. XXX, da Lei nº 8.666/93, para contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, durante nove meses e meio, durante o exercício de 2013.

Contratado: EPAGRI EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A.

Valor: R\$ 15.960,00

Vigência: 15 de março até 31 de dezembro de 2013

Lindóia do Sul, SC, 15 de março de 2013.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Luzerna**PREFEITURA****Extrato Pregão FMAS.010.2013 - Idosos**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 013/2013 - FMAS

Pregão Presencial nº 010/2013-FMAS

O FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA (SC), por intermédio de seu Gestor, WALMOR SILVESTRE SRESCH STROHER, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇO.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados aos Grupos da Terceira Idade do município de Luzerna.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 09 de abril de 2013.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 09 de abril de 2013.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

Extrato Pregão FMAS.011.2013 - Cesta Alimentos

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 014/2013 - FMAS

Pregão Presencial nº 011/2013-FMAS

O FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA (SC), por intermédio de seu Gestor, WALMOR SILVESTRE SRESCH STROHER, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇO.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para:

1. Aquisição de cestas básicas de alimentos, destinadas ao auxílio

de pessoas em situação de vulnerabilidade social no município de Luzerna, em conformidade com a Lei Municipal nº734/07; e

2. Aquisição de cesta de alimentos saudáveis, referente ao convênio - Piso Básico Variável II.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 11 de abril de 2013.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 11 de abril de 2013.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

Extrato de Contrato PML.055.10 - 4º Termo Aditivo

EXTRATO DE CONTRATO

PML 2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.055.10 - Quarto Termo Aditivo

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: TUCANO OBRAS E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: com a concordância de ambas as partes, alterar o nome empresarial da contratada de Tucano Obras e Serviços Ltda para T.O.S. Obras e Serviços Ambientais Ltda.

Luzerna(SC), 13 de março de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE JULEIDE INES D'AGOSTINI

T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA CONTRATADA

Extrato de Contrato PML.2.13 - Primeiro Termo Aditivo

EXTRATO DE CONTRATO

PML 2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.002.13 - Primeiro Termo Aditivo

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

OBJETO: com a concordância de ambas as partes, alterar a planilha orçamentária do Contrato pml.002.13, pela necessidade de execução de 118,52m³ de escavação mecânica de valas (item 3.1), 14 metros de galeria pluvial com tubo de 30mm de diâmetro (item 3.4) e 66,58m³ de reaterro de valas com brita graduada (item 3.6). Os serviços: 01 boca de lobo (item 3.2) e 41 metros de galeria pluvial com tubos de 400mm de diâmetro forma suprimidos devido haver necessidade para a execução completa da obra, em virtude de tais alterações haverá um ACRÉSCIMO de R\$ 6.741,78 (seis mil, setecentos e quarenta e um reais e setenta e oito centavos) e uma SUPRESSÃO de R\$ 3.069,00 (três mil, sessenta e nove reais), no valor do referido contrato que passará de R\$ 303.171,65 (trezentos e três mil, cento e setenta e um reais e sessenta e cinco centavos) para R\$ 306.844,43 (trezentos e seis mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e três centavos).

Luzerna(SC), 12 de março de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

ADEMIR LOCKS

SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

CONTRATADA

PML.055.10 - Tucano Obras e Serviços Ltda - 2º Apostilamento

2º ATO DE APOSTILAMENTO - Contrato nº pml.055.10 de 07/12/2010

APOSTILA de REAJUSTE ao CONTRATO Nº pml.0055/10 de 07/12/2010, proveniente do Processo Licitatório nº 0092/2010, Tomada de Preço p/Obras e Serviços de Engenharia nº 0008/2010, celebrada entre o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) e a empresa TUCANO OBRAS E SERVIÇOS LTDA.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no §8º do art. 65 da Lei 8.666/93, determina o apostilamento ao Contrato nº pml.0055/10 de 07/12/2010, proveniente do Processo Licitatório nº 0092/2010, Tomada de Preço p/Obras e Serviços de Engenharia nº 0008/2010, reajustando os valores pactuados em 6,63% (seis vírgula sessenta e três por cento), referente ao INPC dos últimos 12 meses (Fev/12 a Jan/13), passando os valores anteriormente praticados a vigorarem como segue:

Item	Valor Unitário Vigente	Reajuste INPC Fev/11 a Jan/12	Valor Unitário Reajustado
01	R\$ 107,97	+ 6,63%	R\$ 115,13
02	R\$ 71,24	+ 6,63%	R\$ 75,96
03	R\$ 1.352,91	+ 6,63%	R\$ 1.442,62

Luzerna(SC), 01 de março de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Macieira

PREFEITURA

"Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2920/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 39, de 28/12/2009, Considerando a necessidade de contratação imediata de Professora, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público;; Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades; Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sr.ª Flaviane Quaresma, para exercer as funções de Professora, com remuneração mensal prevista em LEI, e, carga horária de 15 (quinze) horas semanais, pelo período de 14 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 14 de fevereiro 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2911/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 39, de 28/12/2009, Considerando a necessidade de contratação imediata de Professora, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público;; Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades; Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sr.ª Adriana Aparecida Paris Hass, para exercer as funções de Professora, com remuneração mensal prevista em LEI, e, carga horária de 15 (quinze) horas semanais, pelo período de 06 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 06 de fevereiro 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2910/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 39, de 28/12/2009, Considerando a necessidade de contratação imediata de Professora de Artes, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público;; Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades; Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sr.ª Alexa Raquel Di Domenico, para exercer as funções de Professora IV, Classe 2, com remuneração mensal prevista em LEI, e, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 06 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 06 de fevereiro 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2896/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na

Lei Complementar Municipal n.º 38, de 28/12/2009, que dispõe sobre o Plano de Cargos da Prefeitura Municipal de Macieira, Considerando a necessidade de contratação imediata de Agente de Copa e Higienização II, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público,;

Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades; Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sr.^a Leidiane Patrícia de Mello, para exercer as funções de Agente de Copa e Higienização II, SG-2, com remuneração mensal prevista em Lei, e, carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 04 de fevereiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 05 de fevereiro 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2898/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 38, de 28/12/2009, que dispõe sobre o Plano de Cargos da Prefeitura Municipal de Macieira, Considerando a necessidade de contratação imediata de Agente Merendeira, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público,;

Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades; Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sr.^a Leidimara Recalcati, para exercer as funções de Agente Merendeira, SG-2, com remuneração mensal prevista em Lei, e, carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 01 de fevereiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 05 de fevereiro 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2929/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 39, de 28/12/2009, Considerando a necessidade de contratação imediata de Professora, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público,; Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades; Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de

pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sr.^a Carmen Luce ribeiro Costa, para exercer as funções de Professora IV, Classe 2, com remuneração mensal prevista em LEI, e, carga horária de 10 (dez) horas semanais, pelo período de 19 de fevereiro de 2013 a 28 de fevereiro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 19 de fevereiro 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2917/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 39, de 28/12/2009,

Considerando a necessidade de contratação imediata de Professora, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público,; Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades; Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sr.^a CLECIANE RODRIGUES DOS SANTOS, para exercer as funções de Professora I, Classe 2, com remuneração mensal prevista em LEI, e, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo período de 14 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 14 de fevereiro 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2919/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 39, de 28/12/2009,

Considerando a necessidade de contratação imediata de Professora, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público,; Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades; Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sr.^a FABIEMI CAMUZZATO, para exercer as funções de Professora, com remuneração mensal prevista em LEI, e, carga horária de 10 (dez) horas semanais, pelo período de 14 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 14 de fevereiro 2013.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2928/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 39, de 28/12/2009, Considerando a necessidade de contratação imediata de Professora, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público;; Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades; Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sr.ª Ilana Cordeiro, para exercer as funções de Professora I, Classe 2, com remuneração mensal prevista em LEI, e, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 18 de fevereiro de 2013 a 28 de fevereiro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 18 de fevereiro 2013.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2904/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 39, de 28/12/2009, Considerando a necessidade de contratação imediata de Professora, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público;; Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades; Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sr.ª JAQUELINE AP LEGIANI FAVARIN, para exercer as funções de Professora I, Classe 2, com remuneração mensal prevista em LEI, e, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 06 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 06 de fevereiro 2013.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2908/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 39, de 28/12/2009, Considerando a necessidade de contratação imediata de Professora, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público;; Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades; Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sr.ª JOCIANE DE MEIRA, para exercer as funções de Professora, com remuneração mensal prevista em LEI, e, carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, pelo período de 06 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 06 de fevereiro 2013.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2930/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 39, de 28/12/2009, Considerando a necessidade de contratação imediata de Professor, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público;; Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades; Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, o Sr.º LUCIANO VIEIRA DA SILVA, para exercer as funções de Professor, com remuneração mensal prevista em LEI, e, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 20 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 20 de fevereiro 2013.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2927/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 38, de 28/12/2009, que dispõe

sobre o Plano de Cargos da Prefeitura Municipal, Considerando a necessidade de contratação imediata de Agente de Copa e Higienização II, para atendimento normal das atividades da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes; Considerando, a inexistência de servidor público efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atendimento das necessidades acima citadas;

Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de serviço público essencial, que nos termos da lei autoriza a contratação por tempo determinado, até a realização de concurso público,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, o Sr.º MARIA DE FATIMA GERALDO, para exercer as funções de Agente de Copa e Higienização II, SG-2, com remuneração mensal prevista em Lei, e, carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 18 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 18 de fevereiro 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2914/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 38, de 28/12/2009, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, Considerando a necessidade de contratação imediata de Motorista II, para atendimento normal das atividades da Secretaria de Obras e Serviços Municipais;

Considerando, a inexistência de servidor público efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atendimento das necessidades acima citadas;

Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de serviço público essencial, que nos termos da lei autoriza a contratação por tempo determinado, até a realização de concurso público,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, o Sr.º ALCEDIR ZANELATO, para exercer as funções de Motorista II, com remuneração mensal prevista em Lei, e, carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 08 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013, em substituição ao titular do cargo, o Sr Avelino Tasca, afastado por perícia medica,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 08 de fevereiro 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2922/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 38, de 28/12/2009, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, Considerando a necessidade de contratação imediata de Operador

de Maquinas Agrícolas e Rodoviárias II, para atendimento normal das atividades da Secretaria de Obras e Serviços Municipais; Considerando, a inexistência de servidor público efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atendimento das necessidades acima citadas;

Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de serviço público essencial, que nos termos da lei autoriza a contratação por tempo determinado, até a realização de concurso público,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, os Senhores Diego Junior Antunes, para exercer a função de Operador de Maquinas Agrícolas e Rodoviárias I, com remuneração mensal prevista em Lei, e, carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 13 de fevereiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 14 de fevereiro 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2901/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 39, de 28/12/2009,

Considerando a necessidade de contratação imediata de Professora, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público,; Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades; Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sr.ª CRISTINA LAZZAROTTI para exercer as funções de Professora I, Classe 2, com remuneração mensal prevista em LEI, e, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo período de 06 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 06 de fevereiro 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2907/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 39, de 28/12/2009,

Considerando a necessidade de contratação imediata de Professora, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público,; Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades; Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sr.^a EVELIZE ZANELLA DE SOUZA para exercer as funções de Professora III, Classe 2, com remuneração mensal prevista em LEI, e, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo período de 06 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 06 de fevereiro 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2918/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 39, de 28/12/2009,

Considerando a necessidade de contratação imediata de Professora, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público;; Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades; Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sr.^a Giovana Betinelli, para exercer as funções de Professora, com remuneração mensal prevista em LEI, por mais 40 (quarenta) horas semanais, pelo período de 14 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 14 de fevereiro 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2905/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 39, de 28/12/2009,

Considerando a necessidade de contratação imediata de Professora, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público;; Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades; Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sr.^a JULIANA TASCA para exercer as funções de Professora MAG 1, com remuneração mensal prevista em LEI, e, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 06 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 06 de fevereiro 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2902/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 39, de 28/12/2009,

Considerando a necessidade de contratação imediata de Professora, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público;; Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades; Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sr.^a MARA REGINA SZALYGA, para exercer as funções de Professora I, Classe 2, com remuneração mensal prevista em LEI, e, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 06 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 06 de fevereiro 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2912/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 39, de 28/12/2009,

Considerando a necessidade de contratação imediata de Professora, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público;; Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades; Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sr.^a MARCIA ALVES RIBEIRO para exercer as funções de Professora I, Classe 2, com remuneração mensal prevista em LEI, e, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 07 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 06 de fevereiro 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2915/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 39, de 28/12/2009,

Considerando a necessidade de contratação imediata de Professora, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público;; Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades; Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sr.ª Margaret Souza Bettinelli, para exercer as funções de Professora I, Classe 2, com remuneração mensal prevista em LEI, e, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 08 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 08 de fevereiro 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2926/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Municipal n.º 59, de 27/06/1994, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário,

Considerando a necessidade de contratação imediata de Professora, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público;; Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades; Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, ao Sr.º Narciso Luiz Andrade, para exercer as funções de Professor MAG-3, com remuneração mensal prevista em Lei, e, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo período de 18 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 18 de fevereiro 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2916/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na

Lei Municipal n.º 59, de 27/06/1994, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário,

Considerando a necessidade de contratação imediata de Professora, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público;; Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades; Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sr.ª Patrícia Simone Kasteller, para exercer as funções de Professora MAG-3, com remuneração mensal prevista em Lei, e, carga horária de 10 (dez) horas semanais, pelo período de 14 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 14 de fevereiro 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2925/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 39, de 28/12/2009,

Considerando a necessidade de contratação imediata de Professora, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público;; Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades; Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sr.ª Regina Lucia Telegen, para exercer as funções de Professora I, Classe 2, com remuneração mensal prevista em LEI, e, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 18 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 18 de fevereiro 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2903/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 39, de 28/12/2009,

Considerando a necessidade de contratação imediata de Professora, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público;; Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades; Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sr.^a ROSANGELA TASCA WOSNIAK, para exercer as funções de Professora I, Classe 2, com remuneração mensal prevista em LEI, e, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 06 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 06 de fevereiro 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2909/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Municipal n.º 59, de 27/06/1994, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário,

Considerando a necessidade de contratação imediata de Professora, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público;; Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades;

Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sr.^a Sandra Rosa Pandini Zanotti para exercer as funções de Professora MAG-3, com remuneração mensal prevista em Lei, e, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 06 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 06 de fevereiro 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2906/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Municipal n.º 59, de 27/06/1994, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário,

Considerando a necessidade de contratação imediata de Professora de Educação Física, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público;;

Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades;

Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sr.^a Vivian Locatelli Lazzarotti, para exercer as funções de Professora MAG-3, com remuneração mensal prevista em Lei, e, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo período de 06 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 06 de fevereiro 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2899/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, nos termos da Lei Complementar nº40, de 28/12/2009, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário,

Considerando a necessidade de contratação imediata de Nutricionista, para atendimento normal das atividades e programas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Educação, Cultura e esportes;

Considerando, que a exigência de continuidade dos serviços públicos desta Secretaria;

Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais para atendimento da necessidade acima citada;

Considerando que se trata de situação temporária e excepcional para atendimento de serviço público essencial, restando presentes os requisitos legais para a contratação por tempo determinado, até a realização de novo teste Seletivo,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sr.^a ROSEANA LEANDRA DA ROSA para exercer as funções de NUTRICIONISTA, com remuneração mensal prevista em Lei, e, carga horária de 30 horas semanais, pelo período de 01 de fevereiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 05 de fevereiro de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2924/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 39, de 28/12/2009,

Considerando a necessidade de contratação imediata de Professor, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público;;

Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades;

Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, o Sr.^o TANCREDO HERIBERTO TONELLO, para exercer as funções de Professor IV, Classe 2, com remuneração mensal prevista em LEI, e, carga horária de 10 (dez) horas semanais, pelo período de 14 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 14 de fevereiro 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 2921/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 39, de 28/12/2009, Considerando a necessidade de contratação imediata de Professora, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público,; Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades; Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sr.ª VIVIANE LAMONATO, para exercer as funções de Professora, com remuneração mensal prevista em LEI, e, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 14 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 14 de fevereiro 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Concede Licença Para Tratamento de Saúde ao Servidor Que Especifica

PORTARIA N.º 2893/2013

"Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 127 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal, Valmor Arconti, ocupante do cargo de Operador de Maquinas Agrícolas e Rodoviárias II, a contar de 04/02/2013, conforme atestado medico em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 05 de fevereiro de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Conceder Férias ao Servidor Que Especifica

PORTARIA N.º 2895/2013

Conceder Férias ao Servidor que Especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995, Art.110 (Estatuto dos Servidores Públicos).

RESOLVE:

Art. 1o - CONCEDER FÉRIAS, a Servidora Pública Municipal Cleide

Serighelli, ocupante do Cargo efetivo de Agente de Copa e Higienezação II, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, por 30 (trinta) dias, a contar de 01/02/2013.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 05 de fevereiro de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Conceder Retorno da Licença Para Tratar de Interesses Particulares

PORTARIA N.º 2923/2013

"Conceder Retorno da Licença para Tratar de Interesses Particulares".

Emerson Zanella, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Municipal n.º 10, de 23/03/1993 (Estrutura Administrativa) e Lei Municipal nº 09, de 23/03/1993, com previsão legal no Artigo 136, da Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos) e Lei Complementar nº33, de 05/12/2008;

RESOLVE:

CONCEDER, ao Servidor Público Municipal, Donato Bonassa, ocupante do cargo efetivo de Motorista II, lotado na Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, Retorno da Licença Sem Vencimentos, para tratar de interesses particulares, a partir de 06/02/2013.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 14 de fevereiro de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Designa Servidor Que Especifica, e Dá Outras Providências

PORTARIA N.º 2892/2013

"Designa servidor que especifica, e dá outras providências."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o disposto na Lei Complementar Municipal n.º 36, de 18/06/2009,

Considerando, a necessidade de designação de servidor responsável pela limpeza e organizações dos jardins e ruas do Município de Macieira;

Considerando, a conveniência e oportunidade da designação, em razão do interesse público na prestação dos referidos serviços,

RESOLVE:

DESIGNAR, o servidor Alvaír Arconti, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços e Manutenção II, lotada na Secretaria da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, para exercer as funções de responsável pela limpeza e organizações dos jardins e ruas do Município de Macieira.

Para desempenho da atribuição ora designada, a servidora fará jus, nos termos do parágrafo único do artigo 50 da Lei Complementar Municipal nº 36, de 18 de junho de 2009, a uma gratificação de função (FG), de 75% (setenta e cinco por cento), sobre o vencimento básico de seu cargo efetivo, sem direito a incorporação.

A gratificação concedida tem vigência a partir deste mês, e efeitos enquanto durar o exercício da função designada, podendo cessar a qualquer tempo por ato do Poder Executivo Municipal.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 05 de fevereiro 2013.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Designa Servidor Que Especifica, e Dá Outras Providências

PORTARIA N.º 2897/2013

"Designa servidor que especifica, e dá outras providências."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o disposto na Lei Complementar Municipal n.º 22, de 22/05/2006,

Considerando, a necessidade de designação de servidor responsável pela organização dos serviços de obras realizados aos agricultores e nas estradas do Município de Macieira;

Considerando, a conveniência e oportunidade da designação, em razão do interesse público na prestação dos referidos serviços,

RESOLVE:

DESIGNAR, o servidor Edson Maurina, ocupante do cargo efetivo de Motorista II, lotada na Secretaria da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, para exercer as funções de responsável pela organização dos serviços de obras realizados aos agricultores e nas estradas do Município de Macieira.

Para desempenho da atribuição ora designada, a servidora fará jus, nos termos do parágrafo único do artigo 50 da Lei Complementar Municipal nº 36, de 18 de junho de 2009, a uma gratificação de função (FG), de 50% (cinquenta por cento), sobre o vencimento básico de seu cargo efetivo, sem direito a incorporação.

A gratificação concedida tem vigência a partir deste mês, e efeitos enquanto durar o exercício da função designada, podendo cessar a qualquer tempo por ato do Poder Executivo Municipal.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 05 de fevereiro 2013.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Designa Servidor Que Especifica, e Dá Outras Providências

PORTARIA N.º 2889/2013

"Designa servidor que especifica, e dá outras providências."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o disposto na Lei Complementar Municipal n.º 22, de 22/05/2006,

Considerando, a necessidade de designação de servidor responsável pelos transportes e linhas escolares da prefeitura Municipal de Macieira;

Considerando, a conveniência e oportunidade da designação, em razão do interesse público na prestação dos referidos serviços,

RESOLVE:

DESIGNAR, o servidor Ailson Gomes, ocupante do cargo efetivo de Operador de Maquinas Agrícolas e Rodoviárias II, lotada na Secretaria da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, para exercer as funções de responsável pelos transportes e organização das linhas escolares da Prefeitura Municipal de Macieira.

Para desempenho da atribuição ora designada, a servidora fará jus, nos termos do parágrafo único do artigo 50 da Lei Complementar Municipal nº 36, de 18 de junho de 2009, a uma gratificação de função (FG), de 50% (cinquenta por cento), sobre o vencimento básico de seu cargo efetivo, sem direito a incorporação.

A gratificação concedida tem vigência a partir deste mês, e efeitos enquanto durar o exercício da função designada, podendo cessar a qualquer tempo por ato do Poder Executivo Municipal.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 05 de fevereiro 2013.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Designa Servidora Que Especifica

PORTARIA Nº 2932/2013.

"Designa servidora que especifica"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, a Sra. Iana Spanholo Abraão, Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para responder cumulativamente pelo Mural Público, sem alteração nos vencimentos, no período de 01/02/13 a 31/13/13.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 28 de fevereiro de 2013.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Exonera, o Servidor Que Especifica

PORTARIA N.º 2890/2013

"Exonera, o Servidor que Especifica"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 90, parágrafo 1o, inciso I, da Lei Complementar nº 002/95, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1o - EXONERAR, a Servidora Pública Municipal Marisa Lapoli, ocupante do Cargo efetivo de Professora, por 20(vinte) horas semanais, lotado da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, a contar de 01/02/2013.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 05 de fevereiro de 2013.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Nomeia Membros do Conselho Municipal de Assistência Social

PORTARIA N.º 2837A/2013

Nomeia membros do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Complementar nº 003, de 19/12/1995,

R E S O L V E:

Art.1º- Nomear os membros abaixo relacionados para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social:

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL:

Noilir Manenti- TITULAR
Cassiane Farinon- SUPLENTE

II - REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES:

Michele Citadin – TITULAR
Maristela Perego - SUPLENTE

III - REPRESENTANTES DAS CRECHES MUNICIPAIS:

Ana Claudia Cerry– TITULAR
Cristiane Turmina – SUPLENTE

IV - REPRESENTANTES DA UNIDADE SANITÁRIA:

Liliane Cordeiro – TITULAR
Anadir Rampinelli – SUPLENTE

V - REPRESENTANTES DA PASTORAL DA SAÚDE:

Irma Appi – TITULAR
Angelina Setti – SUPLENTE

VI - REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES

Patrícia Tasca Di Domenico – TITULAR
Idalina Favarin – SUPLENTE

VII - REPRESENTANTES DO GRUPO DE IDOSOS:

Esther Barichello Tasca – TITULAR
Marilene Barichello Cerry – SUPLENTE

VII - REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS:

Erondina Farinon - TITULAR
Josefina Guarnieri - SUPLENTE

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 01 de fevereiro de 2013.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Nomeia Servidor Para Cargo de Provimento Em Comissão

PORTARIA N.º 2913/2013
"Nomeia Servidor para Cargo de Provimento em Comissão".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Municipal n.º 10, de 23/03/1993 (Estrutura Administrativa) e Lei Complementar nº36, de 18/06/2009.

RESOLVE:

NOMEAR a Sra., Carmen de L. F. Perovano, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Assessora da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Referência CC-3, com remuneração mensal prevista em Lei, com efeitos a contar de 07/02/2013.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 07 de fevereiro de 2013.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Nomeia Servidor Para Cargo de Provimento Em Comissão

PORTARIA N.º 2891/2013
"Nomeia Servidor para Cargo de Provimento em Comissão".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 36, de 18/06/2009 (Estrutura Administrativa),

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor, Valêncio Bernardino de Andrade, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Meio Ambiente, Referência CC-2, com remuneração mensal prevista em Lei, com efeitos a partir de 01/02/2013.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 05 de fevereiro de 2013.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Prorroga Licença Para Tratar de Interesses Particulares

PORTARIA N.º 2894/2013
"Prorroga Licença para Tratar de Interesses Particulares".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Municipal n.º 10, de 23/03/1993 (Estrutura Administrativa) e Lei Municipal nº 09, de 23/03/1993, com previsão legal no Artigo 136, da Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995 (Estatuto dos Servidores Públicos) e Lei Complementar nº33, de 05/12/2008;

RESOLVE:

CONCEDER, ao Servidor Público Municipal, ODENIR MORAES, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços e Manutenção II, lotado na Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, Licença Sem Vencimentos, para tratar de interesses particulares, por mais 05(cinco) meses, no período de 03/02/2013 a 02/07/2013.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 05 de fevereiro de 2013.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Prorrogar Licença Para Tratamento de Saúde ao Servidor Que Especifica

PORTARIA N.º 2931/2013
"Prorrogar Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 127 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),
RESOLVE:
PRORROGAR Licença para Tratamento de Saúde, do Servidor Público Municipal, Silvanir Lidani, ocupante do cargo de Motorista II, no período de 28/02/2013 a 31/05/2013, conforme atestado medico em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 28 de fevereiro de 2013.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

Extrato do Contrato 33/2013

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 33/2013
Contratante: Município de Maracajá,
Contratado: Eletro MD Ltda

Objeto: Prestação de serviços de manutenção da rede de Iluminação Pública do Município.
Valor: R\$ 50,00 (cinquenta reais), por hora
Vigência: 07/03/2013 a 31/12/2013

Extrato do Contrato 35/2013

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 35/2013
Contratante: Município de Maracajá,
Contratado: Ramos Ltda ME

Objeto: Aquisição parcelada de cestas básicas para atender as famílias maracajaenses que estejam cadastradas nos programas Bolsa Família e PETI.
Valor: R\$ 51.925,00 (cinquenta e um mil, novecentos e vinte e cinco reais) global estimado.
Vigência: 11/03/2013 a 31/12/2013

Extrato do Contrato 36/2013

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 36/2013
Contratante: Município de Maracajá,
Contratado: Dulceane de Oliveira Martins ME

Objeto: Aquisição parcelada de leite para atender as famílias maracajaenses que estejam cadastradas nos programas Bolsa Família e PETI.
Valor: R\$ 7.992,00 (sete mil, novecentos e noventa e dois reais) global estimado.
Vigência: 11/03/2013 a 31/12/2013

Extrato do Contrato 37/2013

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 37/2013
Contratante: Município de Maracajá,
Contratado: E.M.S. Materiais Elétricos Ltda ME

Objeto: Aquisição parcelada materiais elétricos para suprir o

sistema de iluminação pública do município de Maracajá, para o ano de 2013.

Valor: R\$ 77.077,50 (setenta e sete mil, setenta e sete reais e cinquenta centavos) global estimado
Vigência: 11/03/2013 a 31/12/2013

Massaranduba

PREFEITURA

Decreto Nº. 2679 de 12 de Março de 2013

DECRETO Nº. 2679 DE 12 DE MARÇO DE 2013
Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1457 de 26 de Outubro de 2012, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 12.952,00 (Doze mil novecentos e cinquenta e dois reais) conforme programa e verba abaixo discriminados:

0700 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0702 - FUBDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA
0702.008.243.0080.2021 - Manutenção do FIA
0702 - 33500000 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos
0702 - 30000 - Recursos Ordinários R\$ 12.952,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2012.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 12 DE MARÇO DE 2013
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Co 32.2012 Ad 32.2 Prazo - Paviplan - Butuca 2

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 32 / 2012
SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 32 / 2
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório nº. 30/2012
Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº. 04/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA
CONTRATADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

OBJETO: O prazo de vigência do presente contrato, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA EXECUTAR A OBRA DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO COM CBUQ E SINALIZAÇÃO DE TRECHO DAS RUAS BUTUCA E R. 049, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO QUANTITATIVO, CRONOGRAMA E PROJETOS, fica prorrogado pelo período de 60 (sessenta) dias, tendo como início da vigência o dia 21 de Fevereiro de 2013, findando em 21 de Abril de 2013, conforme a liberalidade do contrato original.

Massaranduba, 20 de Fevereiro de 2013.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Co 4.2010 Ad 4.4 Prazo - União Saúde

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº.: 4/2010 ADITIVO: 04/4

PROCESSO: Inexigibilidade nº. 500087/2009 - Credenciamento nº. 02/2009

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA

CONTRATADA: UNIÃO SAÚDE S/S LTDA

OBJETO: Quarto termo aditivo ref. Prorrogação de prazo e reajuste de contraprestação mensal relativos ao PLANO PRIVADO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE COLETIVO EMPRESARIAL .
DATA DA VIGÊNCIA: 01/02/2013 a 31/12/2013.

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

Lei N.º 1583/2013

LEI N.º 1583/2013

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM DE SANGA GRANDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1.º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a Associação de Irrigação e Drenagem de Sanga Grande, inscrita no CNPJ sob o n.º 80.991.862/0001-62, com sede na Estrada Geral Limeira, s/n.º, Bairro Limeira, Meleiro/SC.

Art. 2.º Ficam asseguradas à entidade de que trata o artigo 1.º da presente Lei, todos os direitos e vantagens da Legislação vigente.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Meleiro/SC, 15 de março de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Lei N.º 1584/2013

LEI n.º 1584/2013

AUTORIZA O MUNICIPIO DE MELEIRO A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO IRMÃ CARMEN DE ARARANGUÁ.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Associação Irmã Carmen de Araranguá/SC, entidade sem fins lucrativos, com sede na Rua Júlio de Souza n.º 361, na cidade de Araranguá/SC, inscrita no CNPJ sob n.º

00.900.930/0001-00, no valor total de R\$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais), para internação de crianças do Município de Meleiro durante o exercício de 2013.

Parágrafo único. O valor referido acima será repassado em parcelas mensais de acordo com termo de convênio firmado entre as partes.

Art. 2.º A transferência de que trata o artigo 1.º da presente Lei, correrá por conta da Dotação Orçamentária 3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3.º A entidade beneficiada se sujeita a aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas em conformidade com as normas vigentes e as exigências desta Prefeitura.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor a partir da publicação.

Art. 5.º Fica revogada a Lei n.º 1.570/2012, de 27 de Dezembro de 2012 e as demais disposições em contrário.

Meleiro/SC, 15 de março de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Decreto N.º. 026/2013

DECRETO n.º. 026/2013

CONSIDERANDO OS TERMOS DO PARECER JURÍDICO E DETERMINAÇÕES DA LEI 8.666/93, RESOLVE ANULAR OS ATOS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL Nº. 001/2013 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 001/2013 NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Ficam anulados os atos do processo licitatório n.º. 001/2013, a partir da publicação do edital, tendo em vista a ausência de publicação da retificação do Anexo I, item 2.0 do edital, nos termos do parecer jurídico.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Meleiro, 14 de março de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

Portaria N.º 150/2013

PORTARIA n.º 150/2013

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica

do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, à servidora LIDIA ROSSO FEGHERA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de até 15 (quinze) dias.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 11/03/2013.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 14 de Março de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 151/2013

PORTARIA n.º 151/2013

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei 809/2000 e suas alterações, e Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, à servidora AMANDA SIMON, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por um período de até 15 (quinze) dias, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 14/03/2013.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 14 de Março de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 152/2013

PORTARIA n.º 152/2013

PRORROGA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 910/2002, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º A Portaria nº 111/2013 da Senhora EDINÉIA DA COSTA MARTINS, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em substituição à servidora Amanda Simon, em virtude de Licença Saúde, até o retorno da mesma.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 15/03/2013.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 14 de Meleiro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm e Finanças

Portaria N.º 153/2013

PORTARIA n.º 153/2013

DÁ NOVA REDAÇÃO AO CAPUT 1º DA PORTARIA Nº 096/2013, de 15 de Fevereiro de 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

Art. 1.º Dar nova redação ao caput do artigo 1º da Portaria nº 096/2013, de 15 de Fevereiro de 2013, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), de 18 de Fevereiro de 2013, edição 1179, pg 133, passa a vigorar com a seguinte redação:

CONTRATAR

"A Senhora MORGANA SCHOTTEN, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, até o término das aulas, na Escola de Educação Básica Municipal Jerônimo Paulino Neto."

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/03/2013.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 14 de Março de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 154/2013

PORTARIA n.º 154/2013

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de

dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º O Senhor RODOLFO ROCHA PIROLA, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias nº 060/2013 e nº 082/2013.

Meleiro, 15 de Março de 2013.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 155/2013

PORTARIA n.º 155/2013
TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora NALVA REJANE DA SILVA CORDEIRO, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, até o término das aulas, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo.
Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 15 de Fevereiro de 2013.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Morro da Fumaça

PREFEITURA**Audiência Pública**

Município de Morro da Fumaça. Convocação de Audiência Pública. Data 18/03/2013. Horário: 08:30. Assunto: Alteração da legislação que dispõe sobre o zoneamento de uso e ocupação do solo do município de Morro da Fumaça e outras providências. Local: Átrio do Paço Municipal Prefeito Azilio Frasson (Prefeitura), Rua Vinte

de Maio, 100, Centro. Morro da Fumaça em 13 de Março de 2013.

AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA**Decretos de Nomeação e Exoneração Para Função de Confiança**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N.º 422 DE 6 DE MARÇO DE 2013
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gestor Público Municipal III o senhor EDEVANDRO VICENTE.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 6 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 6 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N.º 423 DE 6 DE MARÇO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Diretora de Escola CEI EJA (DESC-4) a senhora EDICLÉIA MONTAGNA DUARTE.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 6 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de março de 2013.
Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N.º 424 DE 6 DE MARÇO DE 2013
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERAEDA da função de confiança de Secretária de Escola CEI EJA (SESC-4) a senhora ANA PAULA FERREIRA DO VALE, A PEDIDO.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 4/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 6 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de março de 2013.
FERNANDO SEDREZ SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N.º 426 DE 8 DE MARÇO DE 2013
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gestor Público Municipal III o senhor JAIR LEITE FIGUEIRÓ.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 4/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 8 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N.º 427 DE 8 DE MARÇO DE 2013
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gestor Público Municipal II o senhor JAIR LEITE FIGUEIRÓ.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 5/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 8 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N.º 428 DE 8 DE MARÇO DE 2013
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Agente Público Municipal I o senhor LÍRIO GRACIOLLI.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 8 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N.º 430 DE 8 DE MARÇO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Secretária de Escola CEI EJA (SESC-5) a senhora TAIANA WANDERHERZ.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 8 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N.º 431 DE 8 DE MARÇO DE 2013
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1.º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato,

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 11/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 8 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N.º 432 DE 8 DE MARÇO DE 2013
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1.º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Agente Pública Municipal III a senhorita ROBERTA SIMAS SEIDE.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 4/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 8 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N.º 433 DE 8 DE MARÇO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1.º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Agente Pública Municipal II a senhorita ROBERTA SIMAS SEIDE.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 5/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 8 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 434 DE 8 DE MARÇO DE 2013
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Secretária de Escola CEI EJA (SESC-2) a senhora SCHIRLE MARIA DE SOUZA POLICARPO.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 4/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 8 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 435 DE 8 DE MARÇO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Secretária de Escola CEI EJA (SESC-6) a senhora SCHIRLE MARIA DE SOUZA POLICARPO.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 5/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 8 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 436 DE 8 DE MARÇO DE 2013
EXONERA DE SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gerente de Migração o senhor LUIZ ROBERTO DE SOUZA.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 4/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 8 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 437 DE 8 DE MARÇO DE 2013
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 166 de 18/1/2013,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Diretor do Centro de Convivência de Machados, da Secretaria da Criança, do Adolescente e da Juventude, o senhor LUIZ ROBERTO DE SOUZA.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 5/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 8 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N.º 438 DE 8 DE MARÇO DE 2013
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gerente de Operações da Subprefeitura de Machados o senhor HÉLIO DAS NEVES.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 8 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N.º 439 DE 11 DE MARÇO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Gestora Pública Municipal II a senhora NARYÉ CRISTINE DA SILVEIRA.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 11 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N.º 440 DE 11 DE MARÇO DE 2013
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Secretária de Escola CEI EJA (SESC-1) a senhorita EVELYN KLINKE NAZÁRIO.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 8/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 11 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N.º 441 DE 11 DE MARÇO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Secretária de Escola CEI EJA (SESC-1) a senhorita EMANOELE RAMOS BARBOSA.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 8/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 11 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 442 DE 11 DE MARÇO DE 2013
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gestora Pública Municipal II a senhora TATIANE DA ROSA MIRANDA.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 4/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 11 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 443 DE 11 DE MARÇO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Diretora do Centro de Convivência do Bairro São Paulo a senhorita TATIANE DA ROSA MIRANDA.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 5/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 11 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 444 DE 11 DE MARÇO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Gestora Pública Municipal I a senhora VANESSA FAIM.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 7/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 11 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 445 DE 11 DE MARÇO DE 2013
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Diretora de Escola CEI EJA (DESC-3) a senhora ELAINE DE MATOS CABRAL PEREIRA.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 4/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 11 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 446 DE 11 DE MARÇO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 164 de 18/1/2013,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Coordenadora de Frota da Secretaria de Gestão e Controle a senhora ELAINE DE MATOS CABRAL PEREIRA.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 5/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 11 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 448 DE 11 DE MARÇO DE 2013
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Diretora de Escola CEI EJA (DESC-4) a senhora SHEILA MARIA SAGAS MACHADO.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 4/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 11 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 449 DE 11 DE MARÇO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 164 de 18/1/2013,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Diretora Administrativa, Financeira e de Planejamento da Secretaria de Gestão e Controle a senhora SHEILA MARIA SAGAS MACHADO.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 5/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 11 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 450 DE 11 DE MARÇO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Secretária de Escola CEI EJA (SESC-4) a senhora MARLETE MARIA ALEXANDRE.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 11 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N.º 451 DE 11 DE MARÇO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Agente Pública Municipal II a senhora ROSENILDA DA SILVA.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 7/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 11 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N.º 452 DE 11 DE MARÇO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Secretária de Escola CEI EJA (SESC-2) a senhora NAIARA REIS.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 11 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N.º 453 DE 11 DE MARÇO DE 2013
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Secretária de Escola CEI EJA (SESC-8) a senhora LUANA CRISTINA FONSECA.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 4/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 11 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N.º 455 DE 12 DE MARÇO DE 2013
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Agente Público Municipal II o senhor DORACI FRANCISCO DA SILVA.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 5/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 13 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N° 456 DE 12 DE MARÇO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Gestora Pública Municipal I a senhora TÂNIA NARA BUCHER.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 13/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 12 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N° 457 DE 12 DE MARÇO DE 2013
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gerente de Iluminação Pública o senhor FÁBIO BERNARDO MARTINS.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 12 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N° 458 DE 13 DE MARÇO DE 2013
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gestor Público Municipal III o senhor LEONARDO LIMA DE ALENCAR DOS SANTOS.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 14/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 13 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N° 459 DE 13 DE MARÇO DE 2013
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Agente Público Municipal III o senhor CRISTIAN DA COSTA DUTRA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 14/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 13 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N.º 460 DE 14 DE MARÇO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Gestora Pública Municipal II a senhora LILIAN DO NASCIMENTO.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N.º 461 DE 14 DE MARÇO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 166 de 18/1/2013,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Diretora de Políticas da Criança e do Adolescente a senhora ALINE VIEIRA.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N.º 462 DE 14 DE MARÇO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Agente Pública Municipal III a senhora MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 13/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N.º 463 DE 14 DE MARÇO DE 2013
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gestor Público Municipal III o senhor NERI PEREIRA DE CAMPOS.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N.º 464 DE 14 DE MARÇO DE 2013
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gestor Público Municipal III o senhor JOSÉ LACERDA DINIZ.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N.º 465 DE 14 DE MARÇO DE 2013
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gestor Público Municipal III o senhor ADIR SCHNEIDER.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N.º 466 DE 14 DE MARÇO DE 2013
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gestor Público Municipal III o senhor ROBSON DE SOUZA.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N.º 467 DE 14 DE MARÇO DE 2013
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gerente Administrativa a senhorita FABIELE SCHNEIDER.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 4/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 468 DE 14 DE MARÇO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 72 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Assessora Técnica Administrativa a senhorita FABIELE SCHNEIDER.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 5/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 469 DE 14 DE MARÇO DE 2013
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gerente de Apoio a senhora NILCÉIA MÁRCIA PEREIRA DIAS.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 4/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 470 DE 14 DE MARÇO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Assessora Técnica III a senhora NILCÉIA MÁRCIA PEREIRA DIAS.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 5/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 471 DE 15 DE MARÇO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Diretora de Escola CEI EJA (DESC-3) a senhora MÔNICA EVELYN WEIERS.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 11/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 15 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de março de 2013.

FERNANDO SEDREZ SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Resolução 001

RESOLUÇÃO 001/2013

Dispõe sobre o Certificado de Registro de Entidade Esportiva - CREE

O Presidente do Conselho Municipal de Esporte e Lazer de Navegantes - COMEL, no uso de suas atribuições regimentais e de acordo com a Lei Municipal nº 2581 de 13 de março de 2012:

RESOLVE:

Art. 01º - Normatizar a expedição do Certificado de Registro de Entidade Esportiva - CREE, pelo Conselho Municipal de Esporte e Lazer de Navegantes - COMEL, nos seguintes termos:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS E DAS DEFINIÇÕES**

Art. 02º - O Certificado de Registro de Entidade Esportiva - CREE será concedido pelo Conselho Municipal de Esporte e Lazer de Navegantes - COMEL às entidades esportivas que comprovarem sua existência legal, funcionamento regular na administração, promoção ou participação do esporte dentro da legislação e das normas previstas por esta Resolução, há no mínimo 01 (um) ano.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para efeitos do cumprimento da legislação em vigor esta Resolução aplica-se às entidades de administração e prática do esporte em Navegantes.

Art. 03º - São consideradas entidades esportivas todas aquelas de administração ou de prática do esporte, bem como aquelas que buscam o aprimoramento do segmento através da pesquisa ou integração, direta ou indiretamente ligados ao esporte.

CAPÍTULO II**DA DOCUMENTAÇÃO**

Art. 04º - A concessão ou renovação do CREE deverá ser instruída com os seguintes documentos:

- I. Requerimento;
- II. Formulário de Registro;
- III. Cópia da certidão dos atos constitutivos e alterações posteriores devidamente registrados ou averbados no cartório competente;
- IV. Cópia do Estatuto devidamente registrado em cartório;
- V. Cópia da ata de eleição da atual diretoria;
- VI. Comprovante de registro no Conselho Regional de Educação Física - CREF3/SC, caso a entidade seja registrada no sistema CREF/CONFEEF;
- VII. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- VIII. Cronograma de atividades relacionadas ao esporte do ano em curso, constando participação ou desenvolvimento de atividades;
- IX. Relatório de participação ou das atividades esportivas realizadas nos últimos 12 meses;
- X. Certidão Negativa de Débitos Municipais.

Art. 05º - O COMEL poderá promover ou solicitar diligência, visita técnica, no sentido de apurar a correção e/ou verificar a veracidade dos dados contidos nas certidões, documentos e informações apresentadas.

§ 1º Os processos de concessão e renovação do CREE serão analisados pela Comissão de Registros, Normas e Legislação do COMEL.

§ 2º Após o Parecer da Comissão de Registros, Normas e Legislação, os processos de concessão e renovação do CREE serão encaminhados para a plenária do COMEL em suas reuniões ordinárias, de acordo com o calendário de reuniões, e se necessário,

em reuniões extraordinárias.

§ 3º A plenária do COMEL deverá Deferir ou Indeferir o pedido do CREE.

CAPÍTULO III**DOS PRAZOS E DAS PENAS**

Art. 06º - O CREE terá validade de 12 (doze) meses.

Art. 07º - A renovação do CREE deverá ser solicitada a partir de 60 dias antes do vencimento, podendo, posteriormente, ser requerida a qualquer tempo.

Art. 08º - A entidade que não requerer a renovação do seu CREE e, até que o obtenha, ficará impedida de continuar as atividades que exigem o CREE.

Art. 09º - A qualquer tempo, constatada a existência de irregularidade no processo respectivo, poderá o COMEL, suspender temporariamente o CREE, da entidade infratora.

Art. 10º - Para o disposto no artigo anterior, o COMEL poderá conveniar-se com outros órgãos e/ou instituições.

CAPÍTULO IV**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

Art. 11º - Os casos omissos serão resolvidos pela Plenária do COMEL.

Art. 12º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Navegantes, 08 de março de 2013.

ROBERTO COSTA

Presidente

Resolução 002

RESOLUÇÃO 002/2013

Dispõe das Comissões Especiais do Conselho Municipal de Esporte e Lazer de Navegantes - COMEL

O Presidente do Conselho Municipal de Esporte e Lazer de Navegantes - COMEL, no uso de suas atribuições regimentais e de acordo com a Lei Municipal nº 2581 de 13 de março de 2012:

RESOLVE:

Art. 01º - Instituir e compor as Comissões Especiais do Conselho Municipal de Esporte e Lazer de Navegantes - COMEL.

§ 01º - Comissão de Registros, Normas e Legislação

- Roberto Costa
- Rafael dos Santos
- Janice Freygang

§ 02º - Comissão do Bolsa Atleta

- Eduardo Mafra
- Arilson Luiz Moraes
- Janice Freygang

§ 03º - Comissão do Fundo de Desenvolvimento de Esporte e Lazer - FUNDEL

- Eduardo Mafra
- Arilson Luiz Moraes
- Janice Freygang

§ 04º - Comissão de Esporte Educacional, Esporte de Rendimento e Esporte Comunitário

- Volmar Adriano Júnior

- Norton Cordini
- Américo Duarte Medina

Art. 02º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Navegantes, 08 de março de 2013.
ROBERTO COSTA
Presidente

Resolução 003

RESOLUÇÃO 003/2013

Dispõe do calendário de reuniões ordinárias para o ano de 2013 do Conselho Municipal de Esporte e Lazer de Navegantes - COMEL

O Presidente do Conselho Municipal de Esporte e Lazer de Navegantes - COMEL, no uso de suas atribuições regimentais e de acordo com a Lei Municipal nº 2581 de 13 de março de 2012:

RESOLVE:

Art. 01º - Fixar o calendário de reuniões ordinárias para o ano de 2013 do Conselho Municipal de Esporte e Lazer de Navegantes - COMEL, nos seguintes termos:

1ª 09/01/2013 4ª 05/07/2013
2ª 08/03/2013 5ª 06/09/2013
3ª 03/05/2013 6ª 01/11/2013

Art. 02º - As reuniões extraordinárias deverão ser convocadas de acordo com o Regimento Interno.

Art. 03º - As reuniões ordinárias e extraordinárias serão realizadas, preferencialmente, na sede da Fundação Municipal de Esporte - FME, localizada na Avenida Prefeito José Juvenal Mafra, nº 500, Centro, Navegantes.

Art. 04º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Navegantes, 08 de março de 2013.
ROBERTO COSTA
Presidente

Carta de Convocação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 14 de março de 2013

Ilma Sra (a)
ALESSANDRA ROSSI (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO - 003/2009

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 003/2009, para o cargo de

NUTRICIONISTA

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,
ALESSANDRA MULLER
Diretoria em Gestão de R.H.

Carta de Convocação

Navegantes, 15 de março de 2013.

Ilmo Sr.
LEONARDO KOCK ADRIANO
NESTA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para tratar da NOMEAÇÃO através do CONCURSO PÚBLICO de nº 001/2010, para o cargo de ANALISTA ADMINISTRATIVO.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente
ALESSANDRA MULLER
Diretoria de Gestão em RH

Convocação

Navegantes, 14 de março de 2013.

Ilmo(a) Sr(a).

162	JOYCE CANDIDO
163	DEISE CONCEICAO PASSOS ROSA
164	ELIANE DA SILVA LEAL
165	LUCIANA ANACLETO CLAUDINO
166	NAYARA DOS SANTOS
167	ANA PAULA BRECKENBROCK
168	MARIA APARECIDA DE AMDRADE FECOE DA SILVA
169	LUCIANE CORDEIRO DE LIMA SILVA
170	ROSE MARY WOLTER MENDES DE ASSIS
171	JULIANA RAMOS
172	LEIDIANE DELUCA
173	ALESSANDRA MARA SAGAZ INACIO
174	CARLA ELIDIANI CORDEIRO
175	JESSICA FERNANDA MASCHIO
176	EROTIDES DA SILVA MARTINS
177	GRASIELE GOMES SANTIAGO
178	LAILA CAROLINE DE BRITO GIRENZ
179	GABRIELA BATISTA MACHADOS
180	PAMELA RODRIGUES CHAGAS ZEFERINO
181	MARIA DE FATIMA GERALDINO DE OLIVEIRA
182	GERUZA DARCI FRANCISCO
183	ANA CAROLINA ROSA
184	THAIS STEFANI COUTO
185	JANETE AGOSTINHO DOS SANTOS ROMAO
186	RAFAELA VANESSA EMILIO
187	MARLI MALGRETI MARX MENDES
188	LIGIA MARIA DE MIRANDA SILVA

189	TAISA RUSSI SILVA DALCOQUIO
190	SUSANA DA PIEDADE GOMES CORREA
191	MAINGRA REGINA FAUSTO
192	JOYCE ADRIANE FRANZ
193	ANGELICA SUELY ANDRE
194	JESSICA DOS SANTOS
195	JESSICA PATRICIO
196	SOLIANE LUIZA COSTA
197	TANIA REGINA DE OLIVEIRA DE SOUZA
198	JULIANA PATRICIA DELFINO
199	FRANCIELE RODRIGUES
200	RUTE CORDEIRO
201	GISELE CRISTINA LOURENCO DO NASCIMENTO
202	ANE KAROLINE PORTELLA
203	JESSIKA MAYRA DRANKA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO(A) para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no dia 18 (dezoito) de março de 2013, as 9:00 (nove) horas para tratar da CONTRATAÇÃO através do PROCESSO SELETIVO de nº 003/2012, para o cargo de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Salientamos que com o não comparecimento no dia determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente
ALESSANDRA MULLER
Diretora RH

Convocação

Navegantes, 14 de março de 2013.

Ilmo(a) Sr(a).

31	KEILA DENISE RUDOLF
32	BRUNO CESAR BRITTES
33	KAMILA GABRIELA VIEIRA
34	EDER CALIXTO GONCALVES

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO(A) para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no dia 18 (dezoito) de março de 2013, as 8:30 (oito e trinta) horas para tratar da CONTRATAÇÃO através do PROCESSO SELETIVO de nº 003/2012, para o cargo de PROFESSOR DE SÉRIES FINAIS.

Salientamos que com o não comparecimento no dia determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente
ALESSANDRA MULLER
Diretora RH

Extrato Ata Julgamento de Amostras P.P 199/2012 PMN - Tecnoal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC

Extrato-ATA DE JULGAMENTO DAS AMOSTRAS REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº 199/2012-Aos 15 (quinze) dias de março de 2013, às 09:00 horas, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação nomeada pela portaria nº 1165 de 1º de março de 2013 e a Diretora Pedagógica do Município Sra. Fabrícia Gisele Pereira, com intuito de analisar e julgar as amostras previstas no Edital do Pregão Presencial número 199/2012, cujo objeto é a AQUISIÇÃO

DE KITS ESCOLARES PERSONALIZADOS PARA SEREM DISTRIBUIDOS AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES-SC, protocoladas pela empresa TECNOAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 03.365.198/0001-03, em 14/03/2013. PRELIMINARMENTE- A Comissão Permanente de Licitação, recebeu as amostras conforme previsto no Edital, verificou que as mesmas foram protocolizadas tempestivamente, decidindo, portanto, recebê-las, passando a analisá-las, conforme fundamenta o instrumento convocatório. DA ANÁLISE DAS AMOSTRAS: Em síntese, manifesta-se a Comissão Permanente de Licitação e a Diretora Pedagógica do Município Sra. Fabrícia Gisele Pereira, pelas consistência das amostras apresentadas, uma vez que foram verificadas que as mesmas foram compostas dentro das determinações presentes no Instrumento Convocatório.

Portanto se extrai do fato supracitados que a amostra foi apresentada no prazo previsto e encontra-se apta a atender a rede Municipal de Ensino, pois preenchem as necessidades dos alunos e do corpo técnico responsável pela formação dos mesmos.

CONCLUSÃO: Diante do exposto, a Comissão Permanente de Licitação decidiu:

- 1) A observância do prazo legal para os demais interessados realizarem a vistoria das amostras;
- 2) A adjudicação da empresa TECNOAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA, pela apresentação das amostras dentro dos padrões aceitáveis.
- 3) A publicação da decisão proferida pela presente comissão permanente de licitação em observância ao princípio da publicidade. É a decisão.

Navegantes, 15 de março de 2013.

HUMBERTO GALVEZ JUNIOR-Presidente da Comissão de Licitação, Membros da Comissão de Licitação: MARIA BENEDITA CORRÊA, PATRICIA APARECIDA GUALBERTO, FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO, LUCIA HELENA DE SOUZA, FABRÍCIA GISELE PEREIRA-Diretora Pedagógica Municipal

Nova Trento

PREFEITURA

Portaria Nº 279/2013

Portaria nº 279/2013

Nomeia os Membros do Conselho de Alimentação Escolar - CAE do Município de Nova Trento.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 94, item VIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com a Lei nº 1.550 de 20/06/1997, alterada pela Lei Complementar nº 505, de 16 de março de 2011;

RESOLVE,

Art. 1º - Nomear os representantes abaixo relacionados para fazerem parte do Conselho de Alimentação Escolar - CAE do município de Nova Trento, pelo período de 04 (quatro) anos conforme segue:

Representante do Poder Executivo:

Titular - Hindyanara Antunes dos Passos

Suplente - Rosiane Melo Cordeiro

Representantes de Docentes, Discentes ou Trabalhadores da Educação:

Titular - Hilisbeti Botamelli Ruberti

Suplente - Bruna Minatti

Titular - Marilene Sborz Piazza
 Suplente - Irene Gandin Michalski
 Representante de Pais de Alunos :
 Titular - Vildemar Klann
 Suplente - Cleonir Marcolla

Titular - Alexandra Botamelli
 Suplente - Daiani Fachin

Representante das Entidades Cívis Organizadas :

Titular - Valentim Camilo Casett (APREMANT)
 Suplente - Orivan Jarbas Orsi (APREMANT)

Titular - Moises Till (SITRUNT)
 Suplente - Juliana Thais Vargas (SINTRUNT)

Port. Nº 279/2013

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial, a Portaria nº 239, de 06 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 15 de Março de 2.013
 GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
 Prefeito Municipal de Nova Trento

Registrada em livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.

PEDRO PIVA NETO
 Secretário M. Administração e Finanças

Contrato Nº 062/2013 CONTRATO Nº 062/2013

Origem: Processo Licitatório nº 023/2013. Modalidade: Pregão Presencial nº 014/2013. Homologação: 27/02/2013. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento, localizada na Praça del Comune, 126, Centro, Nova Trento/SC, CEP 88270-000, inscrita no CNPJ Nº 82.925.025/0001-60. Contratada: AUTO MECÂNICA BOTTAME-DI LTDA., inscrita no CNPJ Nº 05.906.895/0001-41, estabelecida na Rua Alferes, 828, Centro, Cidade de Nova Trento/SC. Objeto do Contrato: O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos operacionais, leves e utilitários e máquinas pesadas que compreendem a frota do Município de Nova Trento, conforme especificações constantes do Anexo I, que ficam fazendo parte integrante deste edital. O valor total estimado é de R\$ 132.985,00 (Cento e trinta e dois mil, novecentos e oitenta e cinco reais).

Nova Trento, 27 de fevereiro de 2013.
 GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
 Prefeito Municipal

Contrato Nº 063/2013 CONTRATO Nº 063/2013

Origem: Processo Licitatório nº 023/2013. Modalidade: Pregão Presencial nº 014/2013. Homologação: 27/02/2013. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento, localizada na Praça del Comune, 126, Centro, Nova Trento/SC, CEP 88270-000, inscrita no CNPJ Nº 82.925.025/0001-60. Contratada: ELPIDIO MODOLON DANDOLINI LTDA., inscrita no CNPJ Nº 79.484.598/0001-91, estabelecida na Rua Francisco Joaquim Leonardo de Oliveira, 51, Bairro Krequer, CEP 88240-000, cidade de São João Batista/SC.

Objeto do Contrato: O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos operacionais, leves e utilitários e máquinas pesadas que compreendem a frota do Município de Nova Trento, conforme especificações constantes do Anexo I, que ficam fazendo parte integrante deste edital. O valor total estimado é de R\$ 117.500,00 (Cento e dezessete mil e quinhentos reais).

Nova Trento, 27 de fevereiro de 2013.
 GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
 Prefeito Municipal

Contrato Nº 064/2013 CONTRATO Nº 064/2013

Origem: Processo Licitatório nº 023/2013. Modalidade: Pregão Presencial nº 014/2013. Homologação: 27/02/2013. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento, localizada na Praça del Comune, 126, Centro, Nova Trento/SC, CEP 88270-000, inscrita no CNPJ Nº 82.925.025/0001-60. Contratada: COMPARTS LTDA. EPP, inscrita no CNPJ Nº 03.195.677/0001-10 estabelecida na Av. José Manoel Reis, 151, Centro, CEP 88200-000, cidade de Tijucas/SC. Objeto do Contrato: O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos operacionais, leves e utilitários e máquinas pesadas que compreendem a frota do Município de Nova Trento, conforme especificações constantes do Anexo I, que ficam fazendo parte integrante deste edital. O valor total estimado é de R\$ 185.075,00 (Cento e oitenta e cinco mil, setenta e cinco reais).

Nova Trento, 27 de fevereiro de 2013.
 GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
 Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços 007/2013

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2013
 PROCESSO Nº 031/2013 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2013

Aos treze dias do mês de março de 2013, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça del Comune, nº 126, Centro, em Nova Trento/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 13/03/2013, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: Registro de Preços para a prestação de Serviços Técnicos de Calceteiro, para execução de reparos no calçamento (paralelepípedos e lajotas) e meio fio em ruas da cidade, para o ano de 2013, conforme especificações constantes do anexo I.

A Licitante registrada para os materiais cotados é:

JOSÉ CARLOS BERNARDES ME.(06.072.790/0001-05)

Item	Qtde.	Unidade	ESPECIFICAÇÃO	VI. Unit.	VI. Total
1	3000	M²	Serviço Técnico de Calceteiro para reparo de calçamento com paralelepípedos.	14,00	42.000,00

2	3000	M²	Serviço Técnico de Calceteiro para reparo de calçamento com Lajotas.	14,00	42.000,00
3	1500	ML	Serviço Técnico de Calceteiro para reparo de meio fios.	8,00	12.000,00

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 96.000,00

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os produtos licitados deverão ser entregues no endereço constante do pedido, desde que atendidas as exigências do edital, sem ônus para a Prefeitura de Nova Trento, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos.

Nova Trento/SC, 13 de março de 2013.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI

Pregoeiro

Palhoça

PREFEITURA

Convênio Nº 010, de 07 de Março de 2013

CONVÊNIO Nº 010, DE 07 DE MARÇO DE 2013.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Conselho Comunitário São Sebastião, para atendimento na Educação Infantil.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. Nirdo Artur Luz, portador da cédula de identidade nº 254320 e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 179192829-34, doravante denominado MUNICÍPIO, com interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, neste ato, representada pelo seu gestor Carlos Alberto Fernandes Junior, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 785.22927987, doravante denominada SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, pela SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, representada por seu gestor Nazareno setembrino Martins e, de outro lado, a instituição CONSELHO COMUNITÁRIO SÃO SEBASTIÃO, entidade privada, sem fins lucrativos, doravante denominada INSTITUIÇÃO - MANTENEDORA, inscrita no CNPJ/MF nº 76.554.989/0001-47, com sede Rua David José dos Santos, s/nº, bairro São Sebastião, CEP 88136-260, Palhoça (SC) - representada neste ato por seu presidente e representante legal, Sr.

MARCÍLIO ELPÍDIO DOS SANTOS, brasileiro, casado, motorista, inscrito no CPF sob nº 004.404.329-52 e RG nº 3573.019, residente e domiciliado na Rua Irmã Silva, n. 57, bairro São Sebastião, Palhoça (SC), doravante denominado INSTITUIÇÃO, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.818, de 07 de março de 2013, Decreto Legislativo nº 269/2013, Constituição Federal, Lei Federal nº 9.394/96, Lei Federal nº 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o MUNICÍPIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para atendimento na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica - à criança de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após trinta e um de março (31/03), atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

I - Para a manutenção do ensino, o CONVENIENTE repassará a importância global de R\$ 151.470,00 (cento e cinquenta e um mil quatrocentos e setenta reais), sendo: 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 12.622,50 (doze mil, seiscentos vinte e dois reais e cinquenta centavos) cada, e uma parcela no valor de 25.245,00 (vinte e cinco mil, duzentos e quarenta e cinco reais) referente a repasse financeiro da contrapartida do MUNICÍPIO, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

II - O número de crianças atendidas será de 90 (noventa), conforme apresentado no plano de trabalho.

Segue abaixo cronograma de pagamento:

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	07/02/2013	R\$ 12.622,50
02	07/03/2013	R\$ 12.622,50
03	07/04/2013	R\$ 12.622,50
04	07/05/2013	R\$ 12.622,50
05	07/06/2013	R\$ 12.622,50
06	07/07/2013	R\$ 12.622,50
07	07/08/2013	R\$ 12.622,50
08	07/09/2013	R\$ 12.622,50
09	07/10/2013	R\$ 12.622,50
10	07/11/2013	R\$ 12.622,50
11	07/12/2013	R\$ 25.245,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) Atender os alunos matriculados na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente Convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do Convênio apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados, deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior, conforme Lei Federal n.º 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, das ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim, sendo também possível a aplicação da sobra dos recursos mensais depositados em cadernetas de poupanças e é obrigatória a prestação de conta da aplicação do recurso e seus rendimentos mensalmente e na vigência do convênio;

m) Apresentar mensalmente a SMEC a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio, bem como a documentação comprobatória, conforme consta na Cláusula Décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças indicadas pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos às reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento.

b) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma.

c) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

d) Fiscalizar através de Comissão designada por portaria a utilização dos recursos, e cumprimento das cláusulas vigentes;

e) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

f) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

g) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e ao aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

h) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedada à INSTITUIÇÃO cobrar recursos, de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar

de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade, de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das crianças da Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá, a partir do acompanhamento realizado, encaminhar a SMEC sua proposta político-pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e despesas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme Resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição, desde que esta atenda aos requisitos deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste convênio.

§ 2º A quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Competem à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e as orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos repassados, conforme Cláusula Segunda deverão ser aplicados seguindo a ordem cronológica assim discriminada:

- a) remuneração de pessoal e encargos sociais;
- b) aquisição de material de consumo;
- c) pagamento de contas de água, luz, telefonia e gás;
- d) aquisição de material didático-pedagógico;

- e) aquisição de material de expediente;
- f) aquisição de materiais para pequenos reparos;
- g) manutenção de equipamentos;
- h) pagamento de serviços de terceiro.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria. Compete à Comissão, designada por portaria, analisar os documentos, conforme estabelecidos na cláusula décima, emitindo parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;
2. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;
3. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
4. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;
5. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
6. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;
7. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;
8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominais aos credores;
9. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.

Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);

10. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.

11. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;

12. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;

13. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;

14. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;

b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;

c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;

d) Apresentação da Responsabilidade Técnica - ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

15. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

, em / /

Nome:

Cargo:

Assinatura:

16. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da cláusula segunda:

a) Serão retidos pelo MUNICÍPIO nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do

atendimento sem prévia comunicação escrita à SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado à SMEC.

III - No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados às crianças sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste convênio;

b) Verificado o não cumprimento das cláusulas expressas neste instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando, poderá a SMEC conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente, a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SME;

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas;

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula Oitava;

III - Mediante denuncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos;

IV - Mediante a denúncia formal de prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecidos pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de crianças atendidas;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

158- 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas

160- 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ALTERÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será da data de sua assinatura até 31/12/2013.

Parágrafo único. Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

Parágrafo Segundo. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

Parágrafo Terceiro. Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregularmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste convênio.

E por estarem acordes com os termos deste convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 07 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Palhoça

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Carlos Alberto Fernandes Junior

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Nazareno Martins

CONSELHO COMUNITÁRIO SÃO SEBASTIÃO

Marcílio Elpídio dos Santos

TESTEMUNHAS

Nome:

Nome:

Assinatura:

Assinatura

Carteira de Identidade:

Carteira Identidade

CPF:

CPF:

CÂMARA MUNICIPAL

Projeto de Lei Complementar Nº 01/2013

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2013.

ESTATUTO DOS SERVIDORES. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Artigo 280 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 280 As carreiras do serviço público municipal serão organizadas em 12 (doze) Categorias Funcionais, reunidas segundo a formação e qualificação profissional e graus de complexidade e responsabilidade das atribuições."

Art. 2º Altera o inciso III e acrescenta o inciso XII do Artigo 281 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, vigorando com a seguinte redação:

"Art. 281 – (...)

III - Categoria Funcional ANS III – Atividades de Nível Superior III – atribuída aos Médicos;

IV – (...)

XII - Categoria Funcional ANSPM – Atividades de Nível Superior de Procurador do Município"

Art. 3º Altera o inciso I do Artigo 297 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 297 (...)

I - Para as Categorias Funcionais ANS I, II e III, ANSA e ANSPM por conclusão de:"

Art. 4º O inciso III do ANEXO I, da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata da Descrição de Cargos, passa a vigorar com a seguinte redação:

“III - ANS III - Atividade de Nível Superior III (atribuída aos Profissionais da categoria de Médico) com carga horária de 20 horas

Médico Clínica Geral - Desenvolver e executar atividades de nível superior, de execução qualificada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes à defesa, prevenção e proteção da saúde individual e coletiva.

Médico Especialista - Planejamento, execução, acompanhamento e controle das atividades da Administração voltadas à ciência, à extensão, à saúde e ao bem-estar social na área médica, o magistério da educação superior respeitada a formação, a legislação profissional, além das atividades educacionais, de chefia, de avaliação do controle de qualidade e de desenvolvimento científico e tecnológico, além das atividades fixadas em regulamentos de Serviço.”

Art. 5º O cargo de Procurador do Município que consta no inciso III do ANEXO I, da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata da Descrição de Cargos, fica transferido para o acrescido inciso XII, do mesmo anexo e lei deste artigo, com a seguinte redação:

“XII - ANSPM - Atividade de Nível Superior de Procurador do Município (atribuídas aos Profissionais da categoria de Procurador do Município) com carga horária de 20 horas

Procurador do Município - Desenvolver e executar atividades de nível superior, de execução qualificada, envolvendo estudos, pesquisas, cálculos, elaboração, implantação, acompanhamento, coordenação e controle de planos, programas e projetos relacionados à Administração Municipal.”

Art. 6º O cargo de Procurador do Município, que consta no ANEXO II, da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata do Quadro de Cargos e Vagas, mantida a quantidade de vagas, fica transferido para o acrescido código ANSPM, do mesmo anexo e lei deste artigo.

Art. 7º Fica acrescida ao ANEXO III da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata da Tabela de Vencimentos dos cargos de provimento efetivo, citada no artigo 300 da mesma Lei, a Tabela de Vencimentos da categoria funcional ANSPM, com a seguinte redação:

ANEXO III
TABELA DE VENCIMENTOS
(...)

		A	B	C	D	E	F	G	H	I
ANSPM	NIVEL I	3000,00	3360,00	3763,20	4214,78	4720,55	5287,02	5921,46	6632,04	7427,88
	NIVEL II	3060,00	3427,20	3838,46	4299,07	4814,96	5392,76	6039,89	6764,68	7576,44
	NIVEL III	3121,20	3495,74	3915,23	4385,06	4911,26	5500,62	6160,69	6899,97	7727,97
	NIVEL IV	3183,62	3565,65	3993,53	4472,75	5009,48	5610,62	6283,90	7037,93	7882,52
	NIVEL V	3247,29	3636,96	4073,40	4562,20	5109,67	5722,83	6409,57	7178,72	8040,17
	NIVEL VI	3312,24	3709,70	4154,87	4653,45	5211,87	5837,29	6537,77	7322,30	8200,98

ANSP - Atividade de Nível Superior de Procurador do Município

Art. 8º O pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais fica garantido de forma exclusiva aos Procuradores do Município lotados com cargo efetivo na Procuradoria Geral do Município, na forma da Lei Federal nº 8.906, de 04 de julho de 1994, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 9º A despesa para execução da presente Lei, corre por conta do orçamento vigente, suplementado se necessário.

Art. 10 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de março de 2013

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Projeto de Lei Complementar N° 09/2013

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 009/2013.

ESTATUTO DOS SERVIDORES. Altera dispositivos da Lei Complementar n° 096, de 15 de dezembro de 2010.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Artigo 280 da Lei Complementar n° 096, de 15 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 280 As carreiras do serviço público municipal serão organizadas em 10(dez) Categorias Funcionais, reunidas segundo a formação e qualificação profissional e graus de complexidade e responsabilidade das atribuições.”

Art. 2º Acrescenta os incisos IX e X ao Artigo 281 da Lei Complementar n° 096, de 15 de dezembro de 2010, com a seguinte redação:

“Art. 281 – (...)

IX - Categoria Funcional ANMF – Atividades de Nível Médio em Fiscalização;

X - Categoria Funcional ANTP – Atividades de Nível Técnico em Projetos.”

Art. 3º Altera o inciso II do Artigo 297 da Lei Complementar n° 096, de 15 de dezembro de 2010, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 297 (...)

I - ...

II - Para a Categoria Funcional ANT, ANTP, ANM e ANMF por conclusão de;”

Art. 4º Os cargos de Fiscal de Vigilância Sanitária, Fiscal do Meio Ambiente, Fiscal de Tributos Municipais e Fiscal de Obras que constam no inciso V, do ANEXO I, da Lei Complementar n° 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata da Descrição de Cargos, ficam transferidos para o acrescido inciso IX, do mesmo anexo e lei deste artigo, com a seguinte redação:

“IX - ANMF – Atividade de Nível Médio em Fiscalização – com carga horária de 40 horas

Fiscal de Vigilância Sanitária - Fiscalizar as condições sanitárias das residências e casas de comércio em geral, intimar, notificar e embargar obras ou estabelecimentos fora das normas de saúde, aplicando a legislação específica em vigor.

Fiscal do Meio Ambiente - Fiscalizar atividades relacionadas com o meio ambiente, orientação para a preservação do mesmo; intimar, notificar e embargar obras que agredam o meio ambiente, aplicando a legislação específica em vigor no Município.

Fiscal de Tributos Municipais - Executar atividades de fiscalização tributária e outras fiscalizações no município, aplicando a legislação específica, além de informar e dar o devido encaminhamento aos processos de sua atribuição, emitindo pareceres.

Fiscal de Obras - Executar atividades de fiscalização de obras e outras fiscalizações no município, aplicando a legislação específica, notificar, embargar as obras irregulares, além de informar e dar o devido encaminhamento aos processos de sua atribuição, emitindo pareceres.”

Art. 5º Os cargos de Técnico em Agrimensura e Técnico em Edificações que constam no inciso IV, do ANEXO I, da Lei Complementar n° 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata da Descrição de Cargos, ficam transferidos para o acrescido inciso X, do mesmo anexo e lei deste artigo, com a seguinte redação:

“X - ANTP - Atividade de Nível Técnico em Projetos - (2º grau técnico completo e registro na entidade de classe) – com carga horária de 40 horas

Técnico em Agrimensura - Atividade de complexidade mediana, envolvendo o levantamento topográfico de propriedades urbanas e rurais, efetuação de cálculos, nivelamentos, registro e coordenação de projetos urbanos e obras públicas em geral.

Técnico em Edificações - Atividade de nível médio, de complexidade mediana, envolvendo execução qualificada de trabalhos relativos a registro, análise, avaliação e laudo pericial referentes à área de edificações, bem como desenhos arquitetônicos e outras atividades correlatas com a sua formação.”

Art. 6º Os cargos de Fiscal de Vigilância Sanitária, Fiscal do Meio Ambiente, Fiscal de Tributos Municipais e Fiscal de Obras, que constam no ANEXO II, da Lei Complementar n° 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata do Quadro de Cargos e Vagas, mantida a quantidade de vagas, ficam transferidos para o acrescido código ANMF, do mesmo anexo e lei deste artigo.

Art. 7º Os cargos de Técnico em Agrimensura e Técnico em Edificações, que constam no ANEXO II, da Lei Complementar n° 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata do Quadro de Cargos e Vagas, mantida a quantidade de vagas, ficam transferidos para o acrescido código ANTP, do mesmo anexo e lei deste artigo.

Art. 8º Fica acrescida ao ANEXO III da Lei Complementar n° 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata da Tabela de Vencimentos dos cargos de provimento efetivo, citada no artigo 300 da mesma Lei, a Tabela de Vencimentos das categorias funcionais ANMF e ANTP, com a seguinte redação:

ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTOS

(…)

		A	B	C	D	E	F	G	H	I
ANMF	NIVEL I	2.300,00	2.576,00	2.885,12	3.231,33	3.619,09	4.053,39	4.539,79	5.084,57	5.694,72
	NIVEL II	2.346,00	2.627,52	2.942,82	3.295,96	3.691,48	4.134,45	4.630,59	5.186,26	5.808,61
	NIVEL III	2.392,92	2.680,07	3.001,68	3.361,88	3.765,31	4.217,14	4.723,20	5.289,98	5.924,78
	NIVEL IV	2.440,78	2.733,67	3.061,71	3.429,12	3.840,61	4.301,49	4.817,66	5.395,78	6.043,28
	NIVEL V	2.489,59	2.788,35	3.122,95	3.497,70	3.917,42	4.387,52	4.914,02	5.503,70	6.164,14
	NIVEL VI	2.539,39	2.844,11	3.185,41	3.567,65	3.995,77	4.475,27	5.012,30	5.613,77	6.287,43
ANTP	NIVEL I	2.300,00	2.576,00	2.885,12	3.231,33	3.619,09	4.053,39	4.539,79	5.084,57	5.694,72
	NIVEL II	2.346,00	2.627,52	2.942,82	3.295,96	3.691,48	4.134,45	4.630,59	5.186,26	5.808,61
	NIVEL III	2.392,92	2.680,07	3.001,68	3.361,88	3.765,31	4.217,14	4.723,20	5.289,98	5.924,78
	NIVEL IV	2.440,78	2.733,67	3.061,71	3.429,12	3.840,61	4.301,49	4.817,66	5.395,78	6.043,28
	NIVEL V	2.489,59	2.788,35	3.122,95	3.497,70	3.917,42	4.387,52	4.914,02	5.503,70	6.164,14
	NIVEL VI	2.539,39	2.844,11	3.185,41	3.567,65	3.995,77	4.475,27	5.012,30	5.613,77	6.287,43

ANMF - Atividade de Nível Médio em Fiscalização
 ANTP – Atividade de Nível Técnico em Projetos

Art. 9º A despesa para execução da presente Lei, corre por conta do orçamento vigente, suplementado se necessário.

Art. 10 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de março de 2013
 FÁBIO COELHO
 Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Projeto de Lei Complementar Nº 13/2013

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 013/2013.

ESTATUTO DOS SERVIDORES. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
 Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Artigo 280 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 280 As carreiras do serviço público municipal serão organizadas em 12 (doze) Categorias Funcionais, reunidas segundo a formação e qualificação profissional e graus de complexidade e responsabilidade das atribuições.”

Art. 2º Altera o inciso II e acrescenta o inciso XIII do Artigo 281 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, vigorando com a seguinte redação:

“Art. 281 – (...)

XIII - Categoria Funcional ANSEAG– Atividades de Nível Superior de Engenheiro, Arquiteto e Geógrafo”

Art. 3º Altera o inciso I do Artigo 297 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 297 (...)

I - Para as Categorias Funcionais ANS I, II e III e ANSEAG por conclusão de:”

Art. 4º Os cargos de Engenheiro, Arquiteto e Geógrafo que constam no inciso II do ANEXO I, da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata da Descrição de Cargos, fica transferido para o acrescido inciso XIII, do mesmo anexo e lei deste artigo, com a seguinte redação:

“XIII – ANSEAG - Atividade de Nível Superior de Engenheiro, Arquiteto e Geógrafo com carga horária de 30 horas

Arquiteto - Desenvolver e executar atividades de nível superior, de execução qualificada, envolvendo estudos, pesquisas, cálculos, elaboração, implantação, acompanhamento, coordenação e controle de planos, programas e projetos, fiscalização de: construções, obras de caráter essencial artístico ou monumental, serviços de urbanismo, obras arquitetônicas, paisagísticas e decorativas.

Engenheiro Civil - Elaborar, executar e dirigir projetos de engenharia, estudando características, preparando planos, métodos de trabalho e demais dados requeridos, para possibilitar e orientar a construção, manutenção e reparo em obras e assegurar padrões técnicos exigidos, bem como analisar processos de solicitações diversas, projetos arquitetônicos de loteamentos, desmembramentos, visando atender as solicitações.

Engenheiro Sanitarista - Elaborar, dirigir e/ou executar projetos de engenharia civil relativos às obras e instalações destinadas ao saneamento básico, estudando características e especificações e preparando orçamentos de custo, recursos necessários, técnicas de execução e outros dados.

Engenheiro Elétrico – Elaborar, executar e orientar projetos de engenharia, nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como em computadores e outros equipamentos eletrônicos, atuando no desenvolvimento de equipamentos e suas aplicações, preparando especificações, desenhos, técnicas de execução, recursos necessários e outros requisitos para possibilitar a construção, montagem, funcionamento e manutenção dentro de padrões técnicos adequados.

Engenheiro Ambiental - Desenvolver as atividades decorrentes da aplicação da legislação ambiental da cidade, por meio de: Fiscalização e Licenciamento Ambiental de Fontes de Poluição, Auditoria de Conformidade Legal: levantamentos, vistorias e avaliações

ambientais, identificação e caracterização de fontes de poluição, realização de amostragens para avaliação da qualidade do meio e de emissões em fontes de poluição, interpretação de dados ambientais e elaboração de relatórios técnicos; atendimentos à situações de emergências envolvendo acidentes ambientais; participar junto à equipe técnica da Agência Ambiental na avaliação de: Efeitos da poluição por emissões gasosas, líquidas e resíduos sólidos, Sistemas de controle de poluição ambiental, Sistemas de Gestão Ambiental; novas tecnologias para a redução da emissão de poluentes; desenvolver outras atividades pertinentes e necessárias ao desempenho das funções do cargo.

Geógrafo - Desenvolver e executar atividades de nível superior, de execução qualificada, envolvendo serviços relativos à execução de projetos, pesquisas, análises e descrições da superfície da terra, dos seus acidentes físicos, climas, solos, vegetação e das relações entre o meio ambiente natural e os grupos.

Sanitarista - Desenvolver e executar atividades de nível superior, de execução qualificada, em saúde pública, envolvendo estudos, coordenação, supervisão, execução e avaliação de ações de saúde, especialmente na área de saneamento básico.

Art. 5º Os cargos de Arquiteto, Engenheiro Civil, Engenheiro Elétrico, Engenheiro Ambiental, Engenheiro Sanitarista e Geógrafo, que consta no ANEXO II, da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata do Quadro de Cargos e Vagas, mantida a quantidade de vagas, fica transferido para o acréscido código ANSEAG, do mesmo anexo e lei deste artigo.

Art. 6º Fica acrescida ao ANEXO III da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata da Tabela de Vencimentos dos cargos de provimento efetivo, citada no artigo 300 da mesma Lei, a Tabela de Vencimentos da categoria funcional ANSEAG, com a seguinte redação:

ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTOS

(...)

		A	B	C	D	E	F	G	H	I
	NIVEL I	3.000,00	3.360,00	3.763,20	4.214,78	4.720,55	5.287,02	5.921,46	6.632,04	7.427,88
	NIVEL II	3.060,00	3.427,20	3.838,46	4.299,07	4.814,96	5.392,76	6.039,89	6.764,68	7.576,44
	NIVEL III	3.121,20	3.495,74	3.915,23	4.385,06	4.911,26	5.500,62	6.160,69	6.899,97	7.727,97
	NIVEL IV	3.183,62	3.565,65	3.993,53	4.472,75	5.009,48	5.610,62	6.283,90	7.037,93	7.882,52
	NIVEL V	3.247,29	3.636,96	4.073,40	4.562,20	5.109,67	5.722,83	6.409,57	7.178,72	8.040,17
ANSEAG	NIVEL VI	3.312,24	3.709,70	4.154,87	4.653,45	5.211,87	5.837,29	6.537,77	7.322,30	8.200,98

ANSEAG - Atividade de Nível Superior de Engenheiro, Arquiteto e Geógrafo.

Art. 7º A despesa para execução da presente Lei, corre por conta do orçamento vigente, suplementado se necessário.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de março de 2013

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Projeto de Lei Nº 01/2013

PROJETO DE LEI Nº. 001/2013.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Célio Casarin.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada Rua Célio Casarin, com extensão de 500 metros e largura de 7 metros, via pública, localizada no Bairro São Sebastião, com início a Rua Paulo J de Souza.

Parágrafo único. A localização da referida Via Pública de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta LEI.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de março de 2013
FÁBIO COELHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Projeto de Lei Nº 12/2013

PROJETO DE LEI Nº. 012/2013.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão Antonio Bernardino Coelho.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:
Art. 1º Fica denominada Servidão Antonio Bernardino Coelho, com extensão de 60 metros de comprimento e 3 metros de largura, com início na Rua Rogério Coelho, via pública localizada no Bairro Alto Aririú, Município de Palhoça/SC.

Parágrafo único. A localização da referida Via Pública de que trata o artigo anterior obedece ao croqui anexo, parte integrante desta LEI.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de março de 2013
FÁBIO COELHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Projeto de Lei Nº 34/2013

PROJETO DE LEI Nº. 034/2013.

DENOMINA CAPELA MORTUÁRIA. Nossa Senhora dos Navegantes, localizada no Bairro Barra do Aririú, neste Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:
Art. 1º Fica denominada Capela Mortuária Nossa Senhora dos Navegantes, localizada no Bairro Barra do Aririú na Rua Menino Deus, anexo ao cemitério da Barra do Aririú, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de março de 2013
FÁBIO COELHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Decreto Legislativo Nº 269/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 269/2013.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A INSTITUIÇÃO CONSELHO COMUNITÁRIO SÃO SEBASTIÃO.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram

o Município de Palhoça e a Instituição Conselho Comunitário São Sebastião, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2013.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 013/2013

Paulo Lopes

PREFEITURA

Decreto Nº 07/2013

DECRETO Nº 07/2013

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento fiscal vigente, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 37.689,43 (trinta e sete mil, seiscentos e oitenta e nove reais, quarenta e três centavos), de acordo com as especificações seguintes:

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 37.689,43

12.361.0018.2.011 - Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 37.689,43

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.57.000000 - Aplicações Diretas R\$ 37.689,43

Art 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior, no valor de R\$ 37.689,43 (trinta e sete mil, seiscentos e oitenta e nove reais, quarenta e três centavos) da fonte 0.3.19.000000 - Transferência do FUNDEB 40%.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 15 de março de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto no Diário Oficial dos Municípios em 18 de março de 2013.

ZENITA FELICIANO DA SILVA

Secretaria Municipal de Administração

Editais de Multas 231 a 240-11

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO DE MULTA 231 A 240-11

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000231/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYF9405	55328402C	27/11/2010	51851	167	127.69
LYF9405	55328403C	06/12/2010	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 15 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000232/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCF5719	54327609D	28/02/2011	51851	167
MCF5719	54327609D	28/02/2011	51852	167
MCJ5192	55328428C	14/01/2011	65561	230 * I
MCJ5192	55328428C	14/01/2011	51180	164 c/c 162 * I
MCJ5192	55328429C	14/01/2011	66371	230 * IX
MCJ5192	55328429C	14/01/2011	66020	230 * VI
MCJ5192	55328427C	14/01/2011	50100	162 * I
MCJ5192	55328427C	14/01/2011	65992	230 * V
MCJ5192	55328427C	14/01/2011	69120	232
MFB5127	54327601D	20/01/2011	70302	244 * I
MFB5127	55328425C	20/01/2011	58350	195
MFB5127	55328425C	20/01/2011	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 15 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000233/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

MAQ2188	55328414C	21/12/2010	66020	230 * VI	191.53
MAQ2188	55328414C	21/12/2010	65992	230 * V	191.53
MBG4745	55328380C	01/01/2011	65992	230 * V	191.53
MBG4745	55328380C	01/01/2011	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MES4220	55328378C	18/12/2010	65300	228	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 15 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000234/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

EDQ3583	55328365C	27/01/2011	69200	233
LYJ7850	55328364C	27/01/2011	69200	233
LZV1532	55328367C	01/02/2011	69200	233
MAQ2188	55328366C	01/02/2011	69200	233
MBO2936	55328431C	04/02/2011	57200	186 * I
MBO2936	55328431C	04/02/2011	51851	167
MER3161	54327755D	06/03/2011	70561	244 * III
MHM6164	54327653D	01/03/2011	70301	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 15 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000235/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

MBG4745	55328379C	01/01/2011	70301	244 * I	191.53
MBG4745	55328379C	01/01/2011	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTES EDITAIS.

PAULO LOPES/SC, 15 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000236/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBK8940 54327652D 14/02/2011 72340 250 * I * a

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 15 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000237/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXQ7901 54327754D 06/03/2011 52741 175
LZG7267 54327676D 29/03/2011 52741 175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 15 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000238/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BWQ3368 55328369C 17/02/2011 69200 233
MDY6486 54327727D 11/03/2011 70303 244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 15 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000239/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBC2766 54327758D 24/03/2011 50100 162 * I
MEX3345 54327701D 14/03/2011 55411 181 * XVII
MIC7078 54327756D 21/03/2011 73400 252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 15 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000240/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

MFA1343	55328382C	02/02/2011	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MFA1343	55328381C	02/02/2011	50100	162 * I	574.61
MFA1343	55328381C	02/02/2011	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 15 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Peritiba

PREFEITURA

Resumo de Edital 11/2013 - Errata

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO REABERTURA DO PRAZO DE ENTREGA DOS ENVELOPES

O Município de Peritiba torna público que foram alterados os itens 1 e 2 do Processo de Licitação 11/2013 conforme descrito abaixo. Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 11/2013 - Pregão Presencial 07/2013, julgamento Menor Preço.

Objeto:

Contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem, súmulas, julgamentos e organização dos campeonatos municipais de futebol de salão e amador.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 14h15min do dia 28 de Março de 2013, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 14h30min do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais condições do Edital permanecem inalteradas. Outras informações podem ser solicitadas pelo telefone (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 15 de Março de 2013.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Porto União

PREFEITURA

Decreto Nº 137/2013

DECRETO Nº 137, de 12 de março de 2013.

Dispõe sobre Permissão de Uso da Escola Isolada São Domingos à Associação de Produtores Rurais de São Domingos do Pintado e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e gratuito, pelo período de 02 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2016, à Associação de Produtores Rurais de São Domingos do Pintado, sociedade civil, sem fins lucrativos, regida por estatuto, inscrita no CNPJ sob o nº 04.889.334/0001-19, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 2.723, de 08 de março de 2002, com sede na localidade de São Domingos do Pintado, neste Município de Porto União - SC, o uso do prédio da Escola Isolada São Domingos, edificado no terreno rural com a área de 1.058,60 m², e área construída de aproximadamente 98 m², com as seguintes medidas e confrontações: frente com 24,30 metros confrontando com uma estrada municipal; fundos com 24,30 metros confrontando com terras de

Ladislau Novakowski; lado direito com 42,10 metros confrontando com terras de Ladislau Novakowski; e lado esquerdo com 45,30 metros confrontando com terras da Mitra Diocesana de Caçador.

Art. 2º O prédio onde funcionava a Escola Isolada São Domingos, que se encontra desativado, será usado exclusivamente para atividades da Associação de Produtores Rurais de São Domingos do Pintado, conforme seu estatuto.

Art. 3º Todas as benfeitorias que o usuário executar serão incorporadas ao imóvel, sem qualquer obrigação de indenização no ato da restituição.

Art. 4º As demais condições constarão dos Termos de Compromisso e Outorga de Permissão, a serem firmados pelo Permissionário e pela Autoridade competente, junto à Secretaria Municipal de Administração e Esporte desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos de 02 de janeiro de 2013.

Porto União (SC), 12 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Termo de Compromisso nº 005/13 que a Associação de Produtores Rurais de São Domingos do Pintado assina perante a Prefeitura Municipal de Porto União - SC.

A Associação de Produtores Rurais de São Domingos do Pintado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.889.334/0001-19, com sede na localidade de São Domingos do Pintado, neste Município de Porto União - SC, através de seu representante legal, assume o compromisso de cumprir as condições gerais constantes do Termo de Outorga nº 005/13, referente à Permissão de Uso, a título precário e gratuito, pelo período de 02 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2016, do espaço físico onde funcionava a antiga Escola Isolada São Domingos, edificado no terreno rural com a área de 1.058,60 m², e área construída de aproximadamente 98 m², com as seguintes medidas e confrontações: frente com 24,30 metros confrontando com uma estrada municipal; fundos com 24,30 metros confrontando com terras de Ladislau Novakowski; lado direito com 42,10 metros confrontando com terras de Ladislau Novakowski; e lado esquerdo com 45,30 metros confrontando com terras da Mitra Diocesana de Caçador, bem como as obrigações a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A presente Permissão de Uso será a título gratuito.

CLÁUSULA SEGUNDA

Se ocorrer danos ao objeto desta Permissão, a usuários ou a terceiros, em decorrência de ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente ao PERMISSSIONÁRIO.

§ 1º Todas as reparações necessárias à conservação do objeto da permissão, deverão ser executadas imediatamente pelo PERMISSSIONÁRIO, às suas expensas, com material da mesma qualidade do empregado anteriormente.

§ 2º Caso as reparações não sejam executadas de imediato, a PERMITENTE reserva-se no direito de executá-las, devendo ser ressarcida pelo PERMISSSIONÁRIO dos dispêndios havidos, podendo para tanto, promover a execução judicial das quantias gastas.

CLÁUSULA TERCEIRA

Toda e qualquer benfeitoria realizada no imóvel fica, desde já, incorporada ao bem, renunciando o PERMISSIONÁRIO, ao eventual direito à retenção e/ou indenização.

CLÁUSULA QUARTA

O PERMISSIONÁRIO consente que a PERMITENTE exerça constante fiscalização, no tocante ao cumprimento das condições estabelecidas neste ajuste, no Termo de Outorga de Permissão de Uso nº 005/13.

CLÁUSULA QUINTA

São, ainda, obrigações do PERMISSIONÁRIO:

- a) pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, cabendo-lhe, também, o pagamento dos tributos, despesas com luz, água, telefone, etc., e demais ônus que recaírem sobre o imóvel;
- b) manter o objeto de Permissão de Uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo e restituí-lo na mais perfeita ordem;
- c) solicitar prévia autorização expressa e escrita da PERMITENTE, para executar quaisquer reparações, modificações e benfeitorias na área permissionada;
- d) sujeitar-se às exigências da saúde pública, autoridades municipais, estaduais e federais;
- e) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela PERMITENTE;
- f) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade e não permitir algazarras no local;
- g) afastar do serviço qualquer preposto ou empregado cuja permanência for julgada inconveniente pela PERMITENTE;
- h) executar as instalações internas e a comunicação visual, de acordo com a prévia aprovação da PERMITENTE;
- i) cumprir as normas, regulamentos, circulares, ordens de serviço, etc., emanadas da PERMITENTE, com os quais o PERMISSIONÁRIO declara estar de acordo;
- j) exercer as suas atividades diariamente, cumprindo o horário determinado;
- k) não traspassar, ceder ou transferir o objeto da permissão a terceiros.

CLÁUSULA SEXTA

O PERMISSIONÁRIO declara estar ciente das faculdades e prerrogativas concedidas ao ente PERMITENTE, por força da discricionariedade e precariedade inerentes ao instituto da Permissão de Uso.

CLÁUSULA SÉTIMA

Fica eleito o foro da Comarca de Porto União - SC, para dirimência das dúvidas decorrentes do Termo de Outorga de Permissão de Uso e do Termo de Compromisso, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Porto União (SC), 12 de março de 2013.

ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE SÃO DOMINGOS DO PINTADO

Permissionário

Presidente **ELISEU FREISLEBEN**

RG nº 18/R 1.799.506 CPF nº 649.457.319-34

TESTEMUNHAS:

1.Nome: Paulo Rubens Buch
CPF nº 485.157.019-87

2.Nome: Ricardo Dragoni
CPF nº 420.445.539-53
Termo de Outorga de Permissão de Uso nº 005/13.

A Prefeitura Municipal de Porto União - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.102.541/0001-58, situada na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, com base no Decreto nº 137, de 12 de março de 2013 e através deste instrumento, Termo de Outorga de Permissão de Uso, permite a título precário e gratuito, o uso do espaço físico onde funcionava a antiga Escola Isolada São Domingos, edificado no terreno rural com a área de 1.058,60 m2, e área construída de aproximadamente 98 m2, com as seguintes medidas e confrontações: frente com 24,30 metros confrontando com uma estrada municipal; fundos com 24,30 metros confrontando com terras de Ladislau Novakowski; lado direito com 42,10 metros confrontando com terras de Ladislau Novakowski; e lado esquerdo com 45,30 metros confrontando com terras da Mitra Diocesana de Caçador, condicionada ao cumprimento das cláusulas a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O espaço físico objeto da presente permissão, será destinado exclusivamente para atividades da Associação de Produtores Rurais de São Domingos do Pintado, conforme seu estatuto, não sendo admitido, em qualquer tempo, o uso diverso da destinação aqui prevista, devendo ainda, a sua utilização, obedecer às condições gerais da outorga, bem como as especificações constantes no Termo de Compromisso nº 005/13 assinado pelo PERMISSIONÁRIO.

§ 1º Não será permitida a transferência da Permissão de Uso a terceiros.

§ 2º A presente Permissão de Uso será a título gratuito.

CLÁUSULA SEGUNDA

No caso de haver qualquer alteração ou modificação nas condições estabelecidas no Termo de Outorga ou de Compromisso, não caracterizadoras de transferência, será exigida a aprovação prévia e escrita da PERMITENTE para tanto.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ocorrendo as hipóteses previstas no parágrafo primeiro, da Cláusula Primeira, ou na Cláusula Segunda, deverá ser formalizado novo Termo de Outorga ou de Compromisso, em substituição ao anterior.

CLÁUSULA QUARTA

As demais condições e obrigações, referentes ao presente Termo de Outorga de Permissão de Uso, constarão do respectivo Termo de Compromisso.

CLÁUSULA QUINTA

O presente Termo de Outorga de Permissão de Uso vigorará pelo prazo de 02 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA SEXTA

Tem a PERMITENTE o poder discricionário de, a qualquer tempo, alterar, modificar ou revogar o presente Termo de Outorga de Permissão de Uso, unilateralmente, mediante notificação extrajudicial.

Parágrafo único. Ficará o Termo de Outorga de Permissão de Uso rescindido de pleno direito e independente de notificação ou interpelação de qualquer natureza, nas hipóteses seguintes:

- a) alteração, pelo PERMISSIONÁRIO, da destinação prevista ou qualquer outra julgada inconveniente pela PERMITENTE;
- b) dissolução, falência, concordata ou mudança na representatividade legal do PERMISSIONÁRIO;
- c) inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas em decorrência do presente e/ou do Termo de Compromisso, firmado pelo PERMISSIONÁRIO;
- d) transferência do Termo de Outorga de Permissão de Uso a

terceiros;
e) reinício das atividades letivas na Escola;
f) má utilização ou não utilização do imóvel por um período de no mínimo 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA

As benfeitorias necessárias, úteis ou voluptuárias, realizadas pelo PERMISSIONÁRIO, ficam incorporadas ao bem, objeto deste Termo de Outorga de Permissão de Uso, sem direito à retenção ou qualquer indenização, seja a que título for.

Porto União (SC), 12 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal
Permitente

Decreto Nº 138/2013

DECRETO Nº 138, de 13 de março de 2013.

Cria o Comitê de Investimentos do Regime Próprio de Previdência Social do Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos Municipais de Porto União, e estabelece outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto na Portaria MPS/GM nº 519, de 24 de agosto de 2011, alterada através da Portaria nº 170, de 25 de abril de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Comitê de Investimentos no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social, cujo órgão gestor é o Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União - IMPRESS.

Art. 2º O Comitê de Investimentos do Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União - IMPRESS é órgão subordinado à Diretoria do Instituto, com caráter consultivo e auxiliar no processo decisório, com o objetivo de analisar e propor estratégias de investimentos conforme a Política de Investimentos e a legislação vigente.

Art. 3º O Comitê de Investimentos será constituído por 03 (três) membros, designados pelo Presidente do IMPRESS:

- I- Simão Ilczysyn (Presidente do Comitê);
- II- Vivian Juliane Stasiak Camargo Schier (Secretária);
- III- Margareth Flissak (Membro).

Parágrafo único. São requisitos mínimos para ser membro do Comitê de Investimentos:

- I- ser servidor público efetivo do Município de Porto União;
- II- possuir nível superior;
- III- possuir reputação ilibada;
- IV- possuir certificação vigente junto à entidade autônoma reconhecida no Mercado Financeiro, ou adquirir a certificação no prazo de 01 (um) ano, a contar da data da publicação deste.

Art. 4º Compete ao Comitê de Investimentos apreciar os encaminhamentos da Diretoria do IMPRESS, e ainda:

- I- aprovar e modificar a Política Anual de Investimentos a ser submetida à Diretoria do IMPRESS;
- II- deliberar sobre a alocação de recursos;
- III- analisar a conjuntura, cenários e perspectivas do mercado financeiro;
- IV- debater, mensalmente, o desempenho frente à meta atuarial de rentabilidade;
- V- avaliar riscos potenciais que podem impactar na carteira de investimentos;
- VI- apresentar relatório consolidado dos Investimentos à Diretoria

do IMPRESS;

VII- participar de eventos que abordam gestão de recursos previdenciários;

VIII- solicitar à Diretoria do Fundo de Previdência, relatório detalhado dos investimentos;

IX- receber e assistir apresentação de produtos financeiros;

X- deliberar e aprovar a contratação de consultoria técnica na área de investimentos.

Parágrafo único. Compete ao Comitê de Investimentos o exercício de outras atribuições previstas em legislação correlata.

Art. 5º O Comitê de Investimentos terá uma reunião ordinária mensal e se reunirá extraordinariamente por convocação do Presidente do Comitê ou do Presidente do Instituto de Previdência, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência, com pauta previamente definida.

§ 1º Para instalação das reuniões é obrigatória a presença dos 03 (três) membros.

§ 2º As deliberações do Comitê de Investimentos ocorrerão por maioria simples, cabendo ao Presidente do Comitê decidir em caso de empate.

§ 3º As matérias analisadas e aprovadas pelo Comitê de Investimentos serão registradas em atas, elaboradas pelo secretário, que depois de assinadas deverão ser publicadas na rede mundial de computadores e ficarão arquivadas juntamente com os pareceres e posicionamentos que subsidiaram as recomendações e decisões.

§ 4º As decisões do Comitê de Investimentos serão pautadas pela legislação previdenciária e de atos normativos do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Ministério da Previdência Social, do Banco Central do Brasil e dos demais órgãos fiscalizadores.

§ 5º Os membros do Comitê de Investimentos farão jus à gratificação por participação em órgão de deliberação coletiva, por sessão a que efetivamente compareçam, no valor estabelecido por Decreto.

§ 6º O disposto no § 5º deste artigo não se aplica aos membros que percebam a mencionada gratificação em outro órgão de deliberação coletiva.

Art. 6º Os membros do Comitê do Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União - IMPRESS terão mandato de 03 (três) anos, podendo ser reconduzidos ao cargo.

Parágrafo único. Os membros do Comitê de Investimentos serão destituídos por:

- I- renúncia;
- II- três faltas sem justificativa, consecutivas ou intercaladas;
- III- conduta inadequada, incompatível com os requisitos de ética e profissionalismo requeridos para o desempenho do mandato;
- IV- por denúncia, devidamente comprovada, da prática de atos lesivos aos interesses do Regime Próprio de Previdência.

Art. 7º A política de investimentos de cada exercício deve ser aprovada pela Diretoria do Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União - IMPRESS, antes do início do exercício a que se referir, e enviada aos Órgãos Governamentais competentes dentro do prazo estabelecido na legislação.

Art. 8º O Presidente do Instituto Municipal de Previdência e

Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União - IMPRESS expedirá os demais atos necessários ao fiel cumprimento das disposições estabelecidas neste Decreto.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 13 de março de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Extrato de Edital de Pregão Presencial 005/2013 - Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 009/2013 - EDUCAÇÃO
Extrato de Edital de Pregão Presencial 005/2013 - EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para a aquisição de Produtos Alimentícios para manutenção do projeto AABB Comunidade. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 04 de Abril de 2013, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 15 de Março de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Pregão Presencial 030/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 037/2013
Extrato de Edital de Pregão Presencial 030/2013

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por global, do tipo presencial, para a perfuração e detonação do volume de 20.000 m3 in situ ou 23.000 m3 detonado, execução de 1.116/ML de furação, com malha de 1,5 x 3,00, e diâmetro do furo de 2.1/2" polegadas, na pedreira do Rio Bonito. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 04 de Abril de 2013, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 15 de Março de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Aditivo 007/2013 - Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 007/2013 - EDUCAÇÃO
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 011/2012 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e RBS - Zero Hora Editora Jornalística S/A

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da Vigência

Prorroga-se o aludido contrato superior para mais 30 (trinta) dias.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem

Porto União SC, 28 de Fevereiro de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Aditivo 015/2013

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 015/2013
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 033/2012
Partes: Município de Porto União e RBS - Zero Hora Editora Jornalística S/A

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da Vigência

Prorroga-se o aludido contrato superior para mais 30 (trinta) dias.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem

Porto União SC, 28 de Fevereiro de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Edital de Convocação 089/2013

Edital de convocação 089/2013
Concurso Público Municipal nº. 001/2010

ANÍZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União – SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o candidato abaixo relacionado, APROVADO no Concurso Público Municipal nº 001/2010, a comparecer na Superintendência de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do 15/03/2013 à 21/03/2013, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item XX do Edital 001/2010, para investidura em cargo público:

01 foto 3x4;

Carteira de Identidade;

Cadastro de Pessoa Física;

- Carteira de Trabalho (onde consta a foto e verso)

PIS/PASEP (cópia reprográfica);

Título de Eleitor e comprovante de haver votado na última eleição – 2 turnos, conforme o caso;

Comprovante de endereço atualizado;

Certificado de Reservista, se for o caso;

Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento se for casado, ou de Casamento com Averbação, se for separado judicialmente (cópia reprográfica);

Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos e dos maiores de 21 e menores de 24 anos que estejam cursando universidade e dos filhos deficientes de qualquer idade (cópia reprográfica);
Certidão de Antecedentes Criminais expedida pela Secretaria de Segurança Pública;

Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso (cópia autenticada);

Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de

Santa Catarina, se for o caso;

Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo DRH)

Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo DRH)

Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.1, do Edital 001/2010, o candidato deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Superintendência de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Superintendência de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

AUXILIAR DE ENFERMAGEM

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
ILIANE KADES	8º		

Porto União (SC), 14 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Edital de Convocação 090/2013

Edital de convocação 090/2013

Concurso Público Municipal nº. 001/2010

ANÍZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o candidato abaixo relacionado, APROVADO no Concurso Público Municipal nº 001/2010, a comparecer na Superintendência de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União-SC, do 15/03/2013 à 21/03/2013, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item XX do Edital 001/2010, para investidura em cargo público:

- 01 foto 3x4;
- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física;
- Carteira de Trabalho (onde consta a foto e verso)
- PIS/PASEP (cópia reprográfica);
- Título de Eleitor e comprovante de haver votado na última eleição - 2 turnos, conforme o caso;
- Comprovante de endereço atualizado;
- Certificado de Reservista, se for o caso;
- Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento se for casado, ou de Casamento com Averbação, se for separado judicialmente (cópia reprográfica);
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos e dos maiores de 21 e menores de 24 anos que estejam cursando universidade e dos filhos deficientes de qualquer idade (cópia reprográfica);
- Certidão de Antecedentes Criminais expedida pela Secretaria de Segurança Pública;
- Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso (cópia autenticada);
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo DRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo DRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.1, do Edital 001/2010, o candidato deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Superintendência de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Superintendência de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS NÍVEL 01

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
TANIA REGINA SWIRSKI	44º		

Porto União (SC), 14 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Portaria Nomeação Otavio Augusto Vicentin

PORTARIA Nº. 0373/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, OTAVIO AUGUSTO VICENTIN para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de março de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

Portaria Nomeação Davi Emanuel Klahmann de Souza

PORTARIA Nº. 0377/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, DAVI EMANUEL KLAHMANN DE SOUZA para

exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de março de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

Portaria Nomeação Debora Roiwas

PORTARIA Nº. 0374/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, DEBORA ROIWAS para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de março de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

Portaria Nomeação Elisangela Marcelino da Silva

PORTARIA Nº. 0370/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, ELISANGELA MARCELINO DA SILVA para exercer o cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de março de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

Portaria Nomeação Isabel Cristina de Menezes Carrapatoso

PORTARIA Nº. 0382/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, ISABEL CRISTINA DE MENEZES CARRAPATOSO para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de março de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

Portaria Nomeação João Luis Suppi Rodrigues

PORTARIA Nº. 0376/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, JOÃO LUIS SUPPI RODRIGUES para exercer o cargo de provimento efetivo de EDUCADOR SOCIAL, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de março de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

Portaria Nomeação Khellen Kuhl Della Santos

PORTARIA Nº. 0368/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, KHELLEN KUHLL DELLA SANTOS para exercer o cargo de provimento efetivo de ADVOGADO, 20h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de março de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

Portaria Nomeação Lucelia Rengel Guimarães
PORTARIA Nº. 0371/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, LUCÉLIA RENGEL GUIMARÃES para exercer o cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de março de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

Portaria Nomeação Luciano Mezzomo
PORTARIA Nº. 0375/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, LUCIANO MEZZOMO para exercer o cargo de provimento efetivo de MÉDICO CIRURGIÃO GERAL, 20h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de março de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

Portaria Nomeação Luis Otavio Schneider
PORTARIA Nº. 0367/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, LUIS OTAVIO SCHNEIDER para exercer o cargo de provimento efetivo de ADVOGADO, 20h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de março de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

Portaria Nomeação Margarete Alcari
PORTARIA Nº. 0369/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, MARGARETE ALCARI para exercer o cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de março de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

Portaria Nomeação Marlon Anderson de Souza
PORTARIA Nº. 0381/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, MARLON ANDERSON DE SOUZA para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de março de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

Portaria Nomeação Paulo José Marchi
PORTARIA Nº. 0378/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, PAULO JOSÉ MARCHI para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de março de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

Portaria Nomeação Ruan Carlos Reinert
PORTARIA Nº. 0379/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, RUAN CARLOS REINERT para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de março de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

Portaria Nomeação Rui Orlando Krieger
PORTARIA Nº. 0380/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, RUI ORLANDO KRIEGER para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de março de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

Portaria Nomeação Sandra Mara Werlich de Souza
PORTARIA Nº. 0372/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, SANDRA MARA WERLICH DE SOUZA para exercer o cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de março de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

Portaria Nomeação Sidnei Picoli
PORTARIA Nº. 0387/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, SIDNEI PICOLI para exercer o cargo de provimento efetivo de MOTORISTA DE CAMINHÃO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de março de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

Portaria Nomeação Valdirene Ribeiro Jarduzim
PORTARIA Nº. 0384/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, VALDIRENE RIBEIRO JARDUZIM para exercer o cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de março de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

Portaria Nº 0350/RH
PORTARIA Nº. 0350/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, a partir de 08/03/2013, a servidora municipal TIZIANI SCHAPPO, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, nos termos do Art. 39, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de Março de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Csvf

Pregão Presencial 020/2013
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2013

OBJETO: Registro de preços para contratação de serviços de

recapagem de pneus para reposição nos veículos e equipamentos da Secretaria de Obras.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 28/03/2013, às 08:30h.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:30h do dia 28/03/2013.

LOCAL: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Rio do Sul sita à Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 14 de março de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Salto Veloso

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº 0006/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0006/2013

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 0006/2013, que se realizará nos termos das Leis conforme dispõe Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: para Aquisição de material limpeza. Menor Preço por lote. Entrega dos envelopes até: 09h00min.

Abertura: 03/04/2013, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 15 de Março de 2013.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Edital de Pregão Presencial Nº 0008/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0008/2013

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 0008/2013, que se realizará conforme dispõe Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: locação/licenciamento de sistemas gestão pública municipal para toda a estrutura do órgão licitante, conforme quantitativos e características descritas nos Anexos I e II, inclusive com a prestação de serviços técnicos correlatos.

Entrega dos Envelopes: 28/03/2013 até as 09:00 horas.

Abertura: 28/03/2013, às 09:15 horas

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 14 de Março de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Edital de Tomada de Preço Nº 0001/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 0001/2013

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE TOMADA DE EPREÇO 0001/2013, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: para Contratação de serviços de laboratório para a realização de exames, para munícipes usuários do SUS (Sistema Único de Saúde) do Município de Salto, relação dos exames no Anexo II paginas 10 a 13 deste Edital, durante o período de Abril à Dezembro de 2013.

Abertura: 25/03/2013, às 10h30min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 14 de Março de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Edital de Chamamento Publico Nº 0001/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 0001/2013

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO 0001/2013, que se realizará nos termos das Leis Federais n.º 11.947, de 16/07/2009, Resolução n.º 38 do FNDE, de 16/07/2009, e Resolução nº 25, de 04/07/2012.

Objeto: para Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, Prefeitura Municipal de Salto Veloso, durante o período de Abril à Dezembro de 2013,

Abertura: 25/03/2013, às 10:30 horas

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 15 de Março de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 0084/2013

DECRETO Nº 0084, DE 15 DE MARÇO DE 2013

ACRESCENTA § 6º AO ART. 1º E ALTERA O ART. 2º DO DECRETO Nº 0075 DE 08 DE MARÇO DE 2013 QUE DETERMINA HORÁRIO DE EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º O Decreto nº 0075, de 08 de março de 2013, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º

()

§ 6º Fica facultado ao titular de cada pasta - Administração Direta e Indireta, adotar o disposto no caput deste artigo ou optar por horário diferenciado, em atendimento as necessidades de cada setor, por meio de emissão de Portaria de acordo com o art. 232 e seu parágrafo único da Lei nº 228/2001.

Art. 2º O horário de expediente externo no prédio central, inclusive para protocolo, será das 08:00 horas às 13:00 horas e, em atendimento diferenciado, das 13:00 horas às 17:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18 de março de 2013.

São Bento do Sul, 15 de março de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1042/13

PORTARIA Nº 1042, DE 11 DE MARÇO DE 2013

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor WILLIAN GLATZ - Agente de Autoridade de Trânsito, a dirigir eventualmente e quando necessário os veículos oficiais da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo abaixo relacionados:

Celta, placas MBT 6615

Caminhão I/KIA, placas MKC 9509;

Honda CG 125 Cargo, placa MJP 1091; e

Honda CG 125 Cargo, placa MJP 1361

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de março de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1043/13

PORTARIA Nº 1043, DE 11 DE MARÇO DE 2013
CONCEDE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005 e art. 66, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 12 de março de 2013, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada ROSÉLIS MARIA MEROS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Biblioteca, Grupo Ocupacional III, Classe G, matrícula nº 670, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 962/2013, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12 de março de 2013.

São Bento do Sul, 11 de março de 2013
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1067/13

PORTARIA Nº 1067, DE 11 DE MARÇO DE 2013
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor ALCIMIR ANTONIO DE CARVALHO, ocupante do cargo de Coordenador de Setor de Atendimento Comunitário, a dirigir eventualmente e quando necessário os veículos oficiais GM/Corsa, placas MIS 3059 e GM/Celta, placas MEC 2288.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de março de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1069/13

PORTARIA Nº 1069, DE 11 DE MARÇO DE 2013
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor JOSÉ ADOLAR MAIA, ocupante do cargo de Motorista I, a dirigir eventualmente e quando necessário os veículos oficiais da Fundação Municipal de Desportos a seguir relacionados:

- Symbol, placas MKL 7991

- Sprinter, placas MAU 4771
- Sprinter, placas MLB 1125

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de março de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1080/13

PORTARIA Nº 1080, DE 12 DE MARÇO DE 2013
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar os servidores HENRIQUE VALDIVIO SCHROEDER, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, e PAULO ROBERTO SCHUHMACHER, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Urbanismos, ambos lotados na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigirem, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais a seguir relacionados:

- GM/Celta, placas MCS 6957
- GM/Corsa, placas MIU 1547
- GM/Corsa, placas MIU 1477

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de março de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1089/13

PORTARIA Nº 1089, DE 12 DE MARÇO DE 2013.
DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DESIGNA COMISSÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 159, da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar denúncia de fatos tipificados, em princípio, no art. 131 e seus incisos: VIII, IX, XI e XVII, e no artigo 132, inciso X, ambos do Estatuto dos Servidores Municipais de São Bento do Sul - Lei Municipal no 228/01, imputados à servidora Sra. Olga Cristina Rocha Pessin, ocupante do cargo de Psicóloga, matrícula funcional nº 31720, solteira, filha de Edison Pessin e Marília Rocha Pessin, portadora o RG nº 17598291- SP, CPF nº 109.394.068-96, residente e domiciliada à Rua Guilherme Weihermann, 39, Centro, em São Bento do Sul/SC, conforme denúncia proferida pelo ex-Secretário Municipal de Saúde, Marcus Maluf, e acatada pela Procuradora do Município de São Bento do Sul Katherine Schreiner.

Art. 2º Designa a Comissão Processante Especial, constituída por meio do Decreto nº 0065/2013, para dar cumprimento ao disposto no item precedente.

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie os trabalhos tão logo seja procedida a publicação desta portaria, notificando de tudo, desde o início, a servidora acusada.

Art. 4º Consoante o artigo 163 da Lei 228/01, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 60 (sessenta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, nos termos legais.

São Bento do Sul, 12 de março de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Edital Pregão Presencial Nº 93/2013
MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2013
MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 28 de março de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE INTERNET BANDA LARGA NO BACKBONE PRINCIPAL COM 10 MBPS FULL, COM GARANTIA DE BANDA EM 100% DE DOWNLOAD E UPLOAD MAIS IP VÁLIDO, E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 13h00min.

São Bento do Sul, 12 de março de 2013.
MARCOS GERTLER
Secretário de Administração

MAURO SIQUEIRA RAMOS
Pregoeiro

Resumido Edital Pregão 31/2013
MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2013
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 05 de abril de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: FORNECIMENTO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES ESPECIAIS DESTINADOS A PROMOÇÃO, RECUPERAÇÃO E PREVENÇÃO DA SAÚDE DE CRIANÇAS E ADULTOS EM RECUPERAÇÃO NUTRICIONAL E/OU COM ALIMENTAÇÃO VIA ENTERAL CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12:00 e das 13h30min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 18 de março de 2013.
DEODATO RAUL HRUSCHKA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

MAURO SIQUEIRA RAMOS
Pregoeiro

Resumido Edital Pregão Presencial Nº 33/2013 FMS
MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2013
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:45 horas do dia 03 de abril de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS EXCLUSIVOS PARA ORDEM JUDICIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 13:00 horas.

São Bento do Sul, 18 de março de 2013.
DEODATO RAUL HRUSCHKA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
Pregoeiro

IPRESBS

Portaria IPRESBS Nº 059/2013
PORTARIA IPRESBS Nº 059/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 05/03/2013 a 19/03/2013, a servidora IVETE VARELA LANGER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 18/02/2013 a 04/03/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05/03/2013.

São Bento do Sul, 13/03/2013.
LUCILENE ZELIA DOS SANTOS HAIDAR BARBOSA
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 060/2013
PORTARIA IPRESBS Nº 060/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 08/03/2013 a 22/03/2013, a servidora LEONI KRUGER MAAHS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Especialista em Assuntos Educações, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 21/02/2013 a 07/03/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 08/03/2013.

São Bento do Sul, 13/03/2013.

LUCILENE ZELIA DOS SANTOS HAIDAR BARBOSA
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 061/2013

PORTARIA IPRESBS Nº 061/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 14/03/2013 a 17/03/2013, a servidora FABIANA CARLA STIEGLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 27/02/2013 a 13/03/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14/03/2013.

São Bento do Sul, 13/03/2013.

LUCILENE ZELIA DOS SANTOS HAIDAR BARBOSA
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 063/2013

PORTARIA IPRESBS Nº 063/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 14/03/2013 a 28/03/2013, a servidora CLAUDETE CZI-CZEK DRANCKA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 27/02/2013 a 13/03/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

produzindo efeitos a partir de 14/03/2013.

São Bento do Sul, 13/03/2013.

LUCILENE ZELIA DOS SANTOS HAIDAR BARBOSA
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 064/2013

PORTARIA IPRESBS Nº 064/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 19/03/2013 a 21/03/2013, a servidora LINDACIR DROSCZAKA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 04/03/2013 a 18/03/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19/03/2013.

São Bento do Sul, 13/03/2013.

LUCILENE ZELIA DOS SANTOS HAIDAR BARBOSA
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 065/2013

PORTARIA IPRESBS Nº 065/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, em decorrência de acidente de trabalho, no período de 14/03/2013 a 12/05/2013, à servidora MERI CLAUDIA LIEBL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Biblioteca, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 27/02/2013 a 13/03/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14/03/2013.

São Bento do Sul, 13/03/2013.

LUCILENE ZELIA DOS SANTOS HAIDAR BARBOSA
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 062/2013
PORTARIA IPRESBS Nº. 062/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 07/03/2013 a 20/03/2013, concedido à servidora MONICA HIRTHER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, através da Portaria IPRESBS nº. 136/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 07/03/2013.

São Bento do Sul, 13/03/2013.

LUCILENE ZELIA DOS SANTOS HAIDAR BARBOSA
Diretor Presidente

SAMAE

Portaria SAMAE/SBS/ Nº 069 de 13 de Março de 2013.**" CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO "**

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER ao servidor JOÃO CARNEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Saneamento I, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-02, função de AGENTE DE ÁREA, em conformidade com o artigo 75 § 1º da Lei Municipal nº 228 de 28 de dezembro de 2001, modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2013.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Portaria SAMAE/SBS/ Nº 070 de 13 de Março de 2013.**" CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO "**

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER ao servidor JOEL PIRES DE LIMA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Serviços de Pedreiro,

lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-02, função de AGENTE DE ÁREA, em conformidade com o artigo 75 § 1º da Lei Municipal nº 228 de 28 de dezembro de 2001, modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2013.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Portaria SAMAE/SBS/ Nº 071 de 13 de Março de 2013.**" CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO "**

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER ao servidor EDNILSON MARCOS SPOLETE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede de Água e Esgoto, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-02, função de AGENTE DE ÁREA, em conformidade com o artigo 75 § 1º da Lei Municipal nº 228 de 28 de dezembro de 2001, modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2013.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Portaria SAMAE/SBS/Nº 067 de 13 de Março de 2013.**" CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO "**

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC., nomeado pela Portaria 013 de 01 de janeiro de 2013, do Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER ao servidor CRISTIANO TEIXEIRA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede de Água e Esgoto, lotado nesta Autarquia, Gratificação de Função, nível FG-03, função de AGENTE DE SERVIÇOS em conformidade com o artigo 75 § 1º da Lei Municipal nº 228 de 28 de dezembro de 2001, modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2013.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Portaria SAMAE/SBS/Nº 068 de 13 de Março de 2013.**" CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO "**

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC., nomeado pela Portaria 013 de 01 de janeiro de 2013, do Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER ao servidor GENESIO ALCINDO KOBUS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador Restaurador de Pavimentos, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-03, função de AGENTE DE SERVIÇOS em conformidade com o artigo 75 § 1º da Lei Municipal nº 228 de 28 de dezembro de 2001, modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2013.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Portaria SAMAE/SBS/Nº 072 de 13 de Março de 2013.**" CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO "**

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC., nomeado pela Portaria 013 de 01 de janeiro de 2013, do Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER ao servidor ANTÔNIO CLAUDIO HACK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede de Água e Esgoto, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-04, função de AGENTE DE SETOR, em conformidade com o artigo 75 § 1º da Lei Municipal nº 228 de 28 de dezembro de 2001, modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2013.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

São Domingos**PREFEITURA****Aviso de Inexigibilidade**

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 0001/2013
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 014/2013
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0001/2013

Objeto: Contratação direta de shows com os artistas musicais: Banda América, Danúbio Azul Banda Schow - ME e a dupla sertaneja João Bosco

& Vinícius;

a ser realizado nos dias 05, 06 e 07 de abril de 2013, nesta cidade, em comemoração aos 50 Anos de Emancipação Político-Administrativa

do Município de São Domingos. Valor e pagamento: R\$ 169.000,00 (cento e sessenta e nove mil reais) a ser pago em única parcela. Fundamento Legal: Art. 25, inc. III, da Lei nº 8.666/93.

São Domingos/SC, em 14 de março de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
Processo Licitatório PREFE n. 016/2013
Pregão Presencial n. 012/2013

A Pregoeira Substituta do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 28 de março de 2013, estará recebendo as propostas dos interessados para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ÁREA CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E CONTROLE INTERNO, NA ORIENTAÇÃO AOS TÉCNICOS MUNICIPAIS QUE ATUAM NESTAS ÁREAS. ASSESSORIA E CONSULTORIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS NOVAS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - NBCASP. ORIENTAÇÃO NA ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS PEÇAS DE PLANEJAMENTO (PPA, LDO E LOA) E ORIENTAÇÃO NA ELABORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PARA O S-FINGE, SIOPS, SIOPE, SISTN E RELATÓRIOS DA LRF, conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 12 de março de 2013.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz-
Pregoeira Substituta.

Termo Aditivo N. 0019/2013

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: MARÇO/2013

TERMO ADITIVO: PREFE N. 019 DE 08/03/2013- Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços n. 023 de 27 de agosto de 2012.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 08/03/2013

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 049/2012, Modalidade Pregão Presencial n. 028/2012.

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Cláusula Primeira - Do Objeto.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinícius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADA: ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS GRISS

CNPJ/CPF: 83.406.223/0001-80

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 27/08/2013

Termo Aditivo N. 0020/2013

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: MARÇO/2013

TERMO ADITIVO: PREFE N. 020 DE 08/03/2013- Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços n. 002/2013.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 08/03/2013

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 003/2013, Modalidade Pregão Presencial n. 003/2013.

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Cláusula Primeira - Do Objeto.
RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinícius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B
CONTRATADA: ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS GRISS
CNPJ/CPF: 83.406.223/0001-80
DATA VENCIMENTO CONTRATO: 01/02/2014

Termo Aditivo N. 0021/2013

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: MARÇO/2013

TERMO ADITIVO: PREFE N. 021 DE 08/03/2013- Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços n. 002/2013.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 08/03/2013

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 003/2013, Modalidade Pregão Presencial n. 003/2013.

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Cláusula Primeira - Do Objeto.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinícius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADA: Auto Posto Piriquito Ltda

CNPJ/CPF: 73.860.629/0001-85

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 01/02/2014

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Lei Nº 2.066, de 14 de Março de 2013.

LEI Nº 2.066, DE 14 DE MARÇO DE 2013.

Revoga a Lei nº 1.991, de 21 de dezembro de 2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 1.991, de 21 de dezembro de 2011, que "autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a permutar área de terra com a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, e dá outras providências."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de março de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Lei Nº 2.067, de 14 de Março de 2013.

LEI Nº 2.067, DE 14 DE MARÇO DE 2013.

Dispõe sobre o peso bruto máximo do material escolar dos alunos de estabelecimentos de ensino público e privado, no âmbito do município de São Lourenço do Oeste.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º O peso bruto máximo do material escolar em bolsas, mochilas ou similares, a ser transportado por alunos do pré-escolar e do ensino fundamental de estabelecimentos de ensino público e privado, no âmbito do município de São Lourenço do Oeste, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais:

I - 5% (cinco por cento) do peso do aluno de até 10 (dez) anos de idade;

II - 10% (dez por cento) do peso do aluno com mais 10 (dez) a 16 (dezesesseis) anos de idade.

Art. 2º Ficará a cargo da direção dos estabelecimentos de ensino público ou privado a definição do material escolar a ser transportado diariamente.

§ 1º O material que exceder o peso bruto máximo permitido deverá ficar guardado no estabelecimento de ensino, em armários individuais ou coletivos;

§ 2º Fica vedada a cobrança de taxa por parte dos estabelecimentos de ensino público ou privado pela guarda do material a que se refere o § 1º deste artigo.

Art. 3º Os estabelecimentos de ensino público ou privado ficam obrigados a informar aos alunos, seus pais ou responsáveis, sobre os riscos à saúde pelo excesso de peso transportado diariamente.

Art. 4º A fiscalização do cumprimento desta Lei ficará a cargo da Secretaria de Municipal de Educação.

§ 1º O descumprimento do contido nesta Lei pelos estabelecimentos de ensino público e privado resultará em lavratura de auto de infração dirigido ao diretor do estabelecimento.

§ 2º Constatada a infração, após procedimento que assegure ampla defesa e contraditório, o Secretário Municipal de Educação aplicará as seguintes sanções ao diretor do estabelecimento:

I - advertência, no caso de primeira infração;

II - multa no valor pecuniário de R\$ 500,00 (quinhentos reais), por cada excesso de peso constatado, até o limite de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), sendo esses valores em dobro nos casos de novas reincidências.

§ 3º Da decisão que aplicar uma das sanções do 2º deste artigo, caberá recurso ao prefeito municipal no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias a contar da sua publicação, em especial no que tange à colaboração entre a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Saúde na divulgação dos riscos à saúde que o excesso de peso transportado pode causar.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor 60 (sessenta) dias contados da sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de março de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Lei Nº 2.068, de 14 de Março de 2013.

LEI Nº 2.068, DE 14 DE MARÇO DE 2013.

Dispõe sobre a Instituição da Semana Municipal de Conscientização e Orientação sobre a Saúde Mental e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituída a Semana Municipal de Conscientização e Orientação sobre a Saúde Mental a ser comemorada, anualmente, na terceira semana de maio, com objetivos fixados nesta LEI.

Art. 2º A Semana Municipal de Conscientização e Orientação sobre Saúde mental integrará o calendário oficial de eventos e terá como objetivos:

I - sensibilizar a comunidade Lourenciana sobre discriminação sofrida pelas pessoas com sofrimento mental e sua inserção família, na comunidade e na sociedade;

II - promover espaço para discussão sobre a saúde mental e interlocução através de manifestação dos gestores, conselhos,

associações, ONGs e demais serviços que oferecem atendimento a pessoas com sofrimento mental;

III - esclarecer, prevenir e orientar sobre a saúde mental;

IV - promover a cidadania para inclusão das pessoas com sofrimento mental;

V - qualificar os profissionais de saúde para ações de prevenção, diagnóstico, orientação e tratamento da saúde mental;

VI - proporcionar intercâmbio entre os usuários, familiares e profissionais da área de saúde mental que desenvolvem atividades afins;

Art. 3º As atividades direcionadas a Semana Municipal de Conscientização e Orientação sobre a Saúde Mental serão definidas, ano a ano, pela Comissão Organizadora do evento e a Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 4º Compete a Comissão Organizadora, referida no artigo 3º:

I - a organização da Semana Municipal de Conscientização e Orientação sobre a saúde mental;

II - a definição das atividades a serem desenvolvidas durante a Semana;

III - a articulação da Secretaria Municipal de Saúde com outras secretarias afins, entidades, faculdades e ou universidades afetos a Comissão Organizadora para a Semana Municipal de Conscientização e Orientação sobre a Saúde Mental;

IV - receber, avaliar e manifestar-se sobre projetos e propostas de atividades da Semana Municipal de Conscientização e Orientação sobre Saúde Mental;

V - a promoção de atividades motivacionais de conscientização e orientação sobre Saúde Mental.

Art. 5º Para o disposto nesta Lei poderão ser realizadas parcerias com demais secretarias municipais, faculdades e ou universidades, associações e conselhos representativos das categorias profissionais afetas ao tema, e ainda com outras entidades públicas ou privadas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de março de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.586, de 15 de Março de 2013.

DECRETO Nº 4.586, DE 15 DE MARÇO DE 2013.

Decreta Luto Oficial no Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VII, do artigo 55, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o falecimento do Sr. Sabino Santin, ocorrido no dia 15 de março do corrente ano, aos 83 (oitenta e três) anos de idade;

CONSIDERANDO a trajetória de grande homem público que foi, ao se destacar nos cargos e funções que ocupou ao longo de sua vida, especialmente como Prefeito Municipal nos anos de 1.973 a 1.977;

CONSIDERANDO, por fim, sua incansável luta e os relevantes serviços prestados em favor da sociedade lourenciana, durante os anos que aqui viveu;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado luto oficial por 03 (três) dias, no Município de São

Lourenço do Oeste/SC, em homenagem ao Prefeito eleito no ano 1.973, Sr. Sabino Santin, devendo a bandeira do Município ser

hasteada a meio mastro, na sede do Paço Municipal e nas repartições municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de março de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação -Cdm Processo Nº 01/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO COMITÊ DESPORTIVO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 28/03/2013, às 15:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no Edital nº 01/2013 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº01/2013, OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS E EDUCATIVOS PARA UTILIZAÇÃO NOS TREINOS DAS ESCOLINHAS DO CDM. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

ADIRLEI CARLOS SANTIAN

Gerente Executivo

Aviso de Licitações Processo Nº 31/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 28/03/2013, às 09:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2013, OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROTEÇÃO EPI'S, A SEREM UTILIZADOS POR SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Aviso de Licitações Processo Nº 32/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 28/03/2013, às 13:45 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2013, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO, SOLDA E CONserto de PNEUS PARA FROTA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - 11 a 13/03/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 11/03/2013 até 13/03/2013

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		139.850,44
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	139.850,44
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	139.850,44
4.1.7.2.4.01.01.00.00	FUNDEB - MAGISTÉRIO	83.910,27
4.1.7.2.4.01.02.00.00	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	55.940,17

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 15/03/2013

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

LAURI ALBERTO CENTENARO
SECRETARIO ADMINISTRAÇÃO

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Aviso de Licitação 17.2013

AVISO DE LICITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 17.2013 MODALIDADE: Pregão Presencial - Registro de Preços

OBJETO: A aquisição parcelada e estimada de material de expediente para a Prefeitura e o Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara conforme especificações e quantitativos do ANEXO I deste Edital.

TIPO: Menor Preço por Item. DATA DE ABERTURA: 01/04/2013 às 09:30h. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou no site www.pmspa.sc.gov.br MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203.

São Pedro de Alcântara, 15/03/2013

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal.

Revogação de Licitação - Pregão Presencial 20/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R-223

www.pmspa.sc.gov.br - licitacoes@pmspa.sc.gov.br

DESPACHO - REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial n.º 20/2013, que tem como objeto a aquisição de 01 (um) veículo, tipo van lotação, ano/modelo 2013.

CONSIDERANDO a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios tramitantes em sua instância, com fundamento no teor do art. 49, caput, da Lei Federal 8.666/93 e nos termos da Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;

CONSIDERANDO que há necessidade de sanar as falhas encontradas no

Processo licitatório, que depois de confeccionado constatou-se que não haveria orçamento na Secretaria Requerente.

RESOLVE Tendo como princípio o interesse da Administração e a conveniência administrativa, revogar o certame licitatório objeto do Pregão Presencial nº 20/2013.

Publique-se; registre-se; cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de março de 2013.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

Lei Nº1.924/2013

LEI Nº1.924/2013

AUTORIZA A CESSÃO DE SERVIDOR PARA A AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO - ARIS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal autorizado a efetuar convênio para a cessão da servidora Letícia Gazola, matrícula nº 1390, investida no cargo de Engenheira Ambiental, à Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, inscrita no CNPJ nº 11.400.360/0001-05.

Art. 2º O Município de Schroeder é parte integrante do consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), nos termos do Protocolo de Intenções em conformidade com a Lei Municipal nº 1.821/2010.

Art. 3º O ônus da cessão ora autorizada por esta Lei, quais sejam, os vencimentos do cargo, encargos sociais e demais despesas, serão arcados integralmente pela Agência Reguladora Intermunicipal - ARIS.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art.2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 5 de março de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.616/2013, de 14 de Março de 2013.

DECRETO Nº 2.616/2013, de 14 de março de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a abertura do Protocolo nº 2.827/2013, do Município de Schroeder, efetuado pela servidora desta municipalidade, senhora Natália de Brito Lopes Furtado;

Considerando o disposto no art. 33, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010;

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, da funcionária abaixo relacionada, conforme disposto no art. 33 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Cargo Anterior	Cargo Atual	Nível Anterior	Nível Atual
Natalia de Brito Lopes Furtado	Professora A	Professora B	A-1	B-1

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 14 de março de 2013.
OSVALDO JURCK MAYKEL ROBERTO LAUBE
Prefeito Municipal Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.031/2013, de 14 de Março de 2013
PORTARIA Nº 5.031/2013, de 14 de março de 2013

REESTRUTURA O CONSELHO DA CIDADE DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 5 de abril de 1990,
RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros abaixo relacionados para comporem o Conselho da Cidade de Schroeder, de acordo com Art. 128, da Lei Municipal Complementar no080/2009, a saber:

I - REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO VALE DO ITAPOCU - AMVALI:

- Ademir Bruch

II - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

-Marcos Dellagiustina

-Walter Egidio Mukai

III - REPRESENTANTE DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL:

- Angélica Sonntag

IV - REPRESENTANTES DA COMUNIDADE LOCAL:

- Aldo Romeo Pasold

- Hervé Sandmann Souza

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 14 de março de 2013.

OSVALDO JURCK MARCOS DELLAGIUSTINA

Prefeito Municipal Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº. 01/2013-FAS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000
- SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2013-FAS
PROCESSO Nº. 06/2013-FAS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: aquisição de livros para suprir as necessidades do CRE-AS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social e do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 04 de abril de 2013 às 08h45min.

Abertura do Processo: 04 de abril de 2013 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 18 de março de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº. 02/2013-FAS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000
- SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2013-FAS
PROCESSO Nº. 07/2013-FAS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: aquisição de DVD's para suprir as necessidades do CRE-AS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 05 de abril de 2013 às 08h45min.

Abertura do Processo: 05 de abril de 2013 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 18 de março de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 11/2013-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000
- SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 11/2013-PMS

PROCESSO Nº. 31/2013-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material de construção para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, da Secretaria de Saúde e Assistência Social e da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 03 de abril de 2013 às 08h45min.

Abertura do Processo: 03 de abril de 2013 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 18 de março de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 06/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000
- SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 06/2013-FMS

PROCESSO Nº. 14/2013-FMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica e Especial e processos judiciais da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO IX - Termo de Referencia, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 02 de abril de 2013 às 08h45min.

Abertura do Processo: 02 de abril de 2013 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 18 de março de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 21/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 21/2013-FMS

Dispensa nº. 07/2013-FMS - Processo Licitatório nº. 13/2013-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CASA DAS TINTAS MABA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.619.163/0001-84, estabelecida na Rua Expedicionário Cabo Harry Hadlich, nº 47, na cidade de Jaraguá do Sul, CEP: 89.260-160.

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na aquisição de fita antiderrapante para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	fita anti-derrapante lixa adesiva para chão/escada/rampas, cor preta, rolo com 5cm x 45m	01	Unid.	185,00	185,00
VALOR R\$ TOTAL					185,00

Valor do contrato: R\$ 185,00 (Cento e oitenta e cinco reais).

Data da Assinatura: 15/03/2013 – Vigência: 30/12/2013
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 28/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 28/2013 – PMS

Inexigibilidade de Licitação nº. 05/2013-PMS - Processo nº. 30/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A., inscrita no CNPJ nº. 92.821.701/0057-64, na Rua Caçador nº. 112, Bairro Atiradores, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.203-610.

Objeto: Constitui o presente contrato a Contratação de assinatura diária do jornal A Notícia, de circulação estadual para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

Item	Descrição	Qtd.	Unidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	Assinatura diária do jornal A Notícia, de circulação estadual para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, no período de 12 meses, com entrega de segunda a sábado.	1	Assinatura	567,60	567,60
				Total R\$	567,60

Valor do contrato: R\$ 567,60 (Quinhentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos).

Data da Assinatura: 15/03/2013 – Vigência: 15/03/2014
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº. A11/2013 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A11/2013 – PMS
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 140/2012 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.415.075/0002-13, estabelecida na Rua Marcionilo dos Santos, nº. 1450, Bairro Corticeira, na Cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Nilson Klein, inscrito no CPF sob nº. 789.038.589-72, portador da Carteira de Identidade nº. 5.960.548-SESPDC/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 140/2012-PMS, celebrado em 10 de agosto de 2012, proveniente do Processo de licitação nº. 100/2012 – PMS, Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 64/2012 – PMS, para o REGISTRO DE PREÇO aquisição de óleo diesel S500 para suprir as necessidades das frotas das Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Enquadra-se nos termos da cláusula quarta no item 4.2 do contrato nº 140/2012-PMS, bem como artigo 65, inciso II, alínea "d", conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela empresa RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, e que a mesma atendeu as condições contratuais para revisão do preço, juntando notas fiscais que comprovam o aumento do preço.

Considerando que a Administração Municipal até o momento já utilizou 72.000 litros de óleo diesel, e que resta a Administração 128.000 litros de óleo diesel, até o termino desse contrato.

Considerando que a solicitação realizada pela empresa representa um percentual de aproximadamente 4,39% do valor anteriormente aditivado, passando o valor do litro do óleo diesel em R\$ 2,035 (Dois reais e três cinco centésimo de real).

Considerando o valor após reajuste, bem como saldo existente resta a Administração um saldo de R\$ 260.480,00 (duzentos e sessenta mil e quatrocentos e oitenta reais).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição" no item 01, onde o valor unitário passa a ser R\$ 2,035 (Dois reais e três cinco centésimo de real), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE. LICITADA	VALOR R\$ LICITADO	UNID.	SALDO LICITAÇÃO	VALOR ATUALIZADO
01	Óleo Diesel - S500 - 200.000 (duzentos mil) litros - Manter em regime de comodato o tanque c/ capacidade de no mínimo 10.000 litros, bomba de abastecimento, filtros e demais acessórios necessários para o abastecimento. Efetuar a instalação dos equipamentos (tanque, bomba e filtro), sem ônus e custos adicionais e prestando assistência técnica gratuita, enquanto durar o fornecimento. Entregas em caminhões tanque lacrados e aferidos pelo IMETRO. Entrega parcelada, mínimo 3.000 Lt.	200.000	1,846	Litros	128.000,00	R\$ 2,035

Cláusula 2ª – Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta “do valor total do contrato” aditivado ao contrato o valor de R\$ 8.064,00 (oito mil e sessenta e quatro reais), passando a ser o valor do contrato de R\$ 394.424,00 (trezentos e noventa e quatro mil e quatrocentos e vinte e quatro reais).

Cláusula 3ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 140/2012-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 15 de março de 2013.
CONTRATADA:
RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA
NILSON KLEIN
CPF nº. 789.038.589-72

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:
1ª NOME: ORLANDO TECILLA
CPF nº. 311.753.079-34

2ª NOME: MARILENE BUSCH
CPF nº. 037.813.699-27

Timbó

PREFEITURA

Lei Nº 2625, de 18 de Março de 2013

LEI Nº 2625, DE 18 DE MARÇO DE 2013

Altera as Leis nº 1.375 de 01/07/1992, nº 1.713 de 19/12/1994 e nº 1.800 de 13/12/1995 a fim de vincular o Conselho Tutelar, Fundo Municipal da Criança e Adolescente e Fundo Municipal da Assistência Social à Secretaria Municipal de Assistência Social. LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. A Lei nº 1.375 de 01/07/1992 que dispõe sobre a Política Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

“()

Art. 14 - O Fundo Municipal de atendimento da Criança e do Adolescente, como órgão captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo diretrizes e deliberações do Conselho dos Direitos, está vinculado ao mesmo, tendo na Secretaria Municipal de Assistência Social sua estrutura de execução e controle contábil, inclusive para efeitos de prestação de contas na forma da Lei, sendo o Secretário Municipal de Assistência Social, o ordenador das despesas.

“()

Art.17

Parágrafo Único - Haverá, no Município, um Conselho Tutelar, órgão integrante da administração pública local, vinculado à Secretaria de Assistência Social, composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local, para mandato de quatro anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.”
Art.2º. A Lei nº 1.713 de 19/12/1994 que dispõe sobre a organização e a Política Municipal de Assistência Social e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

"Art. 5º. A Assistência Social rege-se pelos seguintes princípios:
()

Art. 8º. São órgãos da Política de Assistência Social Municipal:

I - ()

II - Secretaria Municipal de Assistência Social;

()

Art. 20 ()

I - ()

II - Auxiliar na gestão do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, deliberando sobre a alocação dos recursos e projetos a serem desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, acompanhando e avaliando o desempenho destes programas e projetos;

III - ()

IV - ()

V- Divulgar periodicamente através dos órgãos oficiais de imprensa, todos os pareceres, decisões e contas do Fundo Municipal de Assistência Social;

()

Art. 23. Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social:

()

Art.24 - Revogado de acordo com o art.10 da Lei nº 1.800 de 13/12/1995.

Art.25 - Revogado de acordo com o art.10 da Lei nº 1.800 de 13/12/1995.

Art.26 - Revogado de acordo com o art.10 da Lei nº 1.800 de 13/12/1995.

Art.27 - Revogado de acordo com o art.10 da Lei nº 1.800 de 13/12/1995."

Art. 3º. A Lei nº 1.800 de 13/12/1995 que cria o Fundo Municipal de Assistência Social passa a vigorar com a seguinte redação:

"()

Art.2º

§ 1º - A Secretaria de Fazenda e Administração transferirá mensalmente os recursos constantes da dotação orçamentária previsto para o FMAS.

Art.3º O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com o auxílio do Conselho Municipal de Assistência social, sendo o Secretário Municipal de Assistência Social o ordenador de despesas.

§1º

§ 2º. A proposta orçamentária de que trata o parágrafo anterior, será elaborada pelo Conselho Municipal de Assistência Social e submetido ao Secretário Municipal de Assistência Social que solicitará ao Chefe do Poder Executivo sua inclusão no Orçamento Geral do Município.

§3º. A Secretaria Municipal de Assistência Social repassará os recursos das dotações orçamentárias municipais e outros recursos que a lei estabelecer no transcorrer de cada exercício.

§4º. O controle contábil do FMAS será realizado pelo Setor de Contabilidade Municipal.

Art. 4º

I - Financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de Assistência Social, desenvolvidos pela Secretaria de Assistência Social ou por órgãos conveniados;

()

Art. 4º A - Compete ao Secretário de Assistência Social, gestor do Fundo Municipal de Assistência Social:

I - Registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos pelo Estado e pela União à área de Assistência Social;

II - Registrar os recursos captados pelo Município através de Convênios ou por doações ao Fundo;

III - Manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito pelo Município, nos termos das Resoluções do Conselho Municipal de Assistência Social;

IV - Liberar os recursos a serem aplicados em benefício da Assistência Social.

Parágrafo único: Os repasses de recursos do Fundo serão de

conformidade com o que estabelece a Lei Federal nº 4.320, que dispõe sobre Finanças Públicas.

()"

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, em 18 de março de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Lei Nº 2626, de 18 de Março de 2013

LEI Nº 2626, DE 18 DE MARÇO DE 2013

Dispõe sobre a denominação e gabarito da Rua Erwin Steffen.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Passa, doravante a denominar-se "Rua Erwin Steffen", a via pública antes indicada como "Estrada Geral", no Bairro Dona Clara.

Parágrafo único. A Rua Erwin Steffen tem início no lado ímpar na Rua Edmundo Bell, distante 385,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rodovia Estadual SC-477, e término na Inscrição Imobiliária nº 01.02.088.0402, segue na direção oeste, com a extensão total de 66,15 metros e gabarito de 12 metros, sendo pista de rolamento com 8,00 metros, passeios de 2,00 metros.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, em 18 de março de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Aviso Carta Convite N.º 02 2013 Fct - Reforma de Estrutura

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE CONVITE P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 03/2013 - FCT

OBJETO: contratação de empresa para reforma da estrutura de cobertura do prédio do CIC/Fundação Cultural de Timbó, localizado na Rua Sete de Setembro, 414, Centro, Timbó/SC, conforme memorial descritivo e planilha orçamentária em anexo ao edital. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 26 de março de 2013. ABERTURA: dia 26 de março de 2013 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC.

Timbo (SC), 14/03/2013.

JORGE REVELINO FERREIRA

Presidente Fundação Cultural de Timbó

Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 16 2013 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2013

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó

OBJETO: Registro de preços para serviços de publicação de leis, atos administrativos e demais publicações de interesse do executivo, em jornal de periodicidade mínima bissemanal com circulação no município de Timbó.

EMPRESA FORNECEDORA: Editora Jornal do Médio Vale Ltda - EPP
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 165.840,00 (cento e sessenta e cinco mil oitocentos e quarenta reais).
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 14/03/2014

Timbó, 14/03/2013
JAIME AVENDANO
Assessor Institucional de Comunicação Social

Três Barras

PREFEITURA

Portaria Nº 163 de 13 de Março de 2013

PORTARIA Nº 163 DE 13 DE MARÇO DE 2013

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a Comissão Permanente de Avaliação, instituída pela Portaria nº 46 de 14 de janeiro de 2013, que proceda a avaliação da área de 8.904,00 m² (oito mil, novecentos e quatro metros quadrados), situada na localidade de Barra Grande, de propriedade de Akio Takahashi e Toshi Takahashi, parte integrante da matrícula imobiliária nº 913 do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Canoinhas, identificada conforme mapa e memorial descritivo elaborado por Antonio Carlos Silva de Souza - Engenheiro Florestal CREA/SC 32.276-0.

Art. 2º. Deverá a Comissão, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar laudo de avaliação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC., 13 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Portaria Nº. 088 de 01 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA Nº. 088 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR: MARILZE R JANCMIONKA BECKERT, para exercer suas funções no cargo de Diretora de Cmei PC 06 "Cmei Zilda Pacheco", quadro de funcionários comissionado desta Prefeitura, lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes deste município. A contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de fevereiro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 089 de 01 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA Nº. 089 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR: IVETE SOEK RICARDO DE JESUS, para exercer suas funções no cargo de Diretora de Cmei PC 07 "Cmei Clea T. Casa", quadro de funcionários comissionado desta Prefeitura, lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes deste município. A contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de fevereiro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 090 de 01 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA Nº. 090 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR: ROSELI ULTHES, para exercer suas funções no cargo de Secretária de Cmei PC 08 "Cmei Clea Casa", quadro de funcionários comissionado desta Prefeitura, lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes deste município. A contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de fevereiro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 091 de 01 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA Nº. 091 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR: CLARICE MARIA RODRIGUES DA SILVA, para exercer suas funções no cargo de Diretora de Cmei PC 07 "Cmei Tia Maria de Andrade", quadro de funcionários comissionado desta Prefeitura, lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes deste município. A contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de fevereiro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 092 de 01 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA Nº. 092 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR: MARIZETE AP G MAZAROVICZ, para exercer suas funções no cargo de Secretária de Cmei PC 08 "Cmei Tia Maria de Andrade", quadro de funcionários comissionado desta Prefeitura, lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes deste município. A contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de fevereiro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

Portaria Nº. 093 de 01 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA Nº. 093 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

INTERROMPER o gozo de férias do Servidor EDENILSON ENGUEL, cargo de Condutor de Veículos & Maquinas - 40hrs, do quadro de pessoal Estatutário desta Prefeitura, haja vista necessidade de atendimento dos serviços públicos municipais, em conformidade com o caput do art. 72 da Lei Complementar nº138 de 08 de outubro de 2010.

O gozo de férias de que trata o caput deste artigo refere-se ao período de aquisição de: 08/03/2011 á 07/03/2012, cujo gozo teve início 13/01/2013.

O saldo de férias devido ao Servidor totaliza em 11 (onze) dias, que deverão ser gozados de uma só vez, de acordo com o parágrafo único do art. 72 da lei Complementar nº138/2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de fevereiro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

Portaria Nº. 094 de 01 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA Nº. 094 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR á pedido, a servidora TEREZINHA CRISTINA DE LIMA, das funções que exercia no cargo de PROFESSORA, 40hrs, semanais, Estatutária desde 01/02/1988, lotada na secretaria de Educação, Cultura & Esportes deste Município. O motivo do pedido de exoneração ocorreu pela concessão da aposentadoria da mesma,

a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de fevereiro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

Portaria Nº. 095 de 04 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA Nº. 095 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor: ABRAHÃO MUSSI, para exercer suas funções no cargo de Secretário PC 01, quadro de funcionários comissionado desta Prefeitura, lotado na Secretaria de Viação & Obras deste município. A contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 04 de fevereiro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

Portaria Nº. 096 de 04 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA Nº. 096 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

Apêndice 1 ao Anexo A ás NT JSM

Ato para Designação de Secretário de JSM

RESOLVE:

SUSTAR os efeitos legais da PORTARIA 067/2012, á qual Prefeito Municipal e Presidente da Junta de Serviço Militar de Três Barras, designou a servidora ARLETE METKA DA SILVA SCHERMACK, para as funções de Secretária da Junta de Serviço Militar. Conforme o § 5º do Artigo 29 do Decreto Nº 57.657 de 20 de janeiro de 1966; "Regulamento da Lei do Serviço Militar".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de Fevereiro de 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 04 de fevereiro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

Portaria Nº. 097 de 04 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA Nº. 097 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, O Prefeito Municipal e Presidente da Junta de Serviço Militar da Cidade de Três Barras - SC; usando das atribuições que lhe confere; Conforme o § 5º do Artigo 29 do Decreto Nº 57.657 de 20 de janeiro de 1966; "Regulamento da Lei do Serviço Militar".

Apêndice 1 ao Anexo A às NT JSM

Ato para Designação de Secretário de JSM

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor ALAN JOSE ALVES LISBOA, para exercer as funções de Secretário da Junta de Serviço Militar.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de Fevereiro de 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 04 de fevereiro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

Portaria Nº. 098 de 08 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA Nº. 098 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Dispensar á pedido, a servidora SIRLEI ALVES MARTINS, das funções que exercia no cargo de Agente Comunitária de Saúde, 40hrs, semanais, aprovada através de Processo Seletivo, Emprego Público, Regime Celetista, lotada na Secretaria de Saúde deste Município. A contar a dispensa de 05/02/2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 08 de fevereiro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

Portaria Nº. 099 de 08 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA Nº. 099 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR á pedido, a servidora ZULMIRA DE LIMA MARQUES DOS ANJOS, das funções que exercia no cargo de PROFESSORA, 40hrs, semanais, Estatutária desde 01/02/1988, lotada na secretaria de Educação, Cultura & Esportes deste Município. O motivo do pedido de exoneração ocorreu pela concessão da aposentadoria da mesma, a contar de: 06/02/2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 08 de fevereiro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

Tunápolis

PREFEITURA

Processo de Licitação Nº 12/2013 Edital de Pregão Presencial Nº 07/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 12/2013

Edital de Pregão Presencial nº 07/2013

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a aquisição de Material de Uso Odontológico de consumo, utilizado na manutenção dos gabinetes odontológicos do Fundo Municipal da Saúde. Entrega das propostas até às 8h15min do dia 28/03/2013. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 14 de março de 2013.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Gestor do Fundo

Vargeão

PREFEITURA

Extratos de Contratos

EXTRATOS DE CONTRATOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: G.A. BEBIDAS LTDA -EPP

OBJETO: Aquisição de refrigerante de qualidade resfriado de diversos sabores em embalagem de 2 litros, destinada aos servidores da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos que estiverem a serviço no interior do município.

VALOR: R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 01/2013 e Contrato nº 14/2013.

Vargeão, SC, 28 de fevereiro de 2013.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGÊÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO - SC
CONTRATADA: LUIZ FERNANDO LONGO - ME

OBJETO: Aquisição de alimentação pronta (marmitex tipo nº 09), destinada aos servidores da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos que estiverem a serviço no interior do município.
VALOR: R\$ 16.200,00 (dezesesseis mil e duzentos reais).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 01/2013 e Contrato nº 15/2013.

Vargêão, SC, 28 de fevereiro de 2013.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGÊÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO - SC
CONTRATADA: AP OESTE COMÉRCIO LTDA EPP

OBJETO: Aquisição parcelada de produtos alimentícios e produtos de higiene e limpeza destinados à manutenção do ensino fundamental para os Colégios Municipais e Creche Municipal.
VALOR: R\$ 33.635,43 (trinta e três mil seiscentos e trinta e cinco reais e quarenta e três centavos).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 02/2013 e Contrato nº 16/2013.

Vargêão, SC, 28 de fevereiro de 2013.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGÊÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO - SC
CONTRATADA: ESSENCIAL PRODUTOS PARA HIGIENE E LIMPEZA LTDA

OBJETO: Aquisição parcelada de produtos de higiene e limpeza destinados à manutenção do ensino fundamental para os Colégios Municipais e Creche Municipal.
VALOR: R\$ 3.724,92 (três mil setecentos e vinte e quatro reais e noventa e dois centavos).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 02/2013 e Contrato nº 17/2013.

Vargêão, SC, 28 de fevereiro de 2013.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGÊÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO - SC
CONTRATADA: MOACIR BERTOL & CIA LTDA

OBJETO: Aquisição parcelada de produtos alimentícios e produtos de higiene e limpeza destinados à manutenção do ensino fundamental para os Colégios Municipais e Creche Municipal.
VALOR: R\$ 102.852,38 (cento e dois mil oitocentos e cinquenta e dois reais e trinta e oito centavos).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 02/2013 e Contrato nº 18/2013.

Vargêão, SC, 28 de fevereiro de 2013.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGÊÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO - SC
CONTRATADA: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

OBJETO: Aquisição parcelada de produtos alimentícios e produtos de higiene e limpeza destinados à manutenção do ensino fundamental para os Colégios Municipais e Creche Municipal.
VALOR: R\$ 13.201,72 (treze mil duzentos e um reais e setenta e dois centavos).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 02/2013 e Contrato nº 19/2013.

Vargêão, SC, 28 de fevereiro de 2013.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGÊÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO - SC
CONTRATADA: VALDECIR CAETANO DE SOUZA ME

OBJETO: Aquisição parcelada de carga de gás P13 kg em botijão e carga de gás P45 kg em cilindro destinados à manutenção do ensino fundamental para os Colégios Municipais e Creche Municipal.
VALOR: R\$ 8.030,00 (oito mil e trinta reais).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 02/2013 e Contrato nº 20/2013.

Vargêão, SC, 28 de fevereiro de 2013.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGÊÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO - SC
CONTRATADA: GERAÇÃO PAPELARIA E BRINQUEDOS LTDA-ME

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais escolares destinados à manutenção do ensino fundamental para os Colégios Municipais e Creche Municipal.
VALOR: R\$ 8.430,40 (oito mil quatrocentos e trinta reais e quarenta centavos).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 03/2013 e Contrato nº 21/2013.

Vargêão, SC, 28 de fevereiro de 2013.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGÊÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO - SC
CONTRATADA: GUIOMAR M. CRISTOFOLI FELIPE & CIA LTDA ME

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais escolares destinados à manutenção do ensino fundamental para os Colégios Municipais e Creche Municipal.
VALOR: R\$ 6.337,15 (seis mil trezentos e trinta e sete reais e quinze centavos).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 03/2013 e Contrato nº 22/2013.

Vargêão, SC, 28 de fevereiro de 2013.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES & CIA LTDA - ME

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais escolares destinados à manutenção do ensino fundamental para os Colégios Municipais e Creche Municipal.
VALOR: R\$ 12.535,00 (doze mil quinhentos e trinta e cinco reais).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 03/2013 e Contrato nº 23/2013.

Vargeão, SC, 28 de fevereiro de 2013.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais escolares destinados à manutenção do ensino fundamental para os Colégios Municipais e Creche Municipal.
VALOR: R\$ 538,25 (quinhentos e trinta e oito reais e vinte e cinco centavos).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 03/2013 e Contrato nº 24/2013.

Vargeão, SC, 28 de fevereiro de 2013.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: PAULINÉIA LOTTERMANN REIS - ME

OBJETO: Aquisição parcelada de móveis escolares destinados à manutenção do ensino fundamental para os Colégios Municipais.
VALOR: R\$ 3.302,00 (três mil trezentos e dois reais).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 03/2013 e Contrato nº 25/2013.

Vargeão, SC, 28 de fevereiro de 2013.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - ME

OBJETO: Aquisição parcelada de móveis escolares destinados à manutenção do ensino fundamental para os Colégios Municipais.
VALOR: R\$ 2.874,10 (dois mil oitocentos e setenta e quatro reais e dez centavos).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 03/2013 e Contrato nº 26/2013.

Vargeão, SC, 28 de fevereiro de 2013.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: EDMAR DA SILVA ME

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de material e serviços elétricos para manutenção de iluminação pública no município de Vargeão.
VALOR: R\$ 79.710,40 (setenta e nove mil setecentos e dez reais e quarenta centavos).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Convite nº 01/2013 e Contrato nº 27/2013.

Vargeão, SC, 28 de fevereiro de 2013.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: GUIOMAR M. CRISTOFOLI FELIPE & CIA LTDA ME

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais didáticos e de expediente e produtos para artesanato destinados ao CRAS - Centro de Referência de Assistência Social do Município de Vargeão, SC.
VALOR: R\$ 12.794,39 (doze mil setecentos e noventa e quatro reais e trinta e nove centavos).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 04/2013 e Contrato nº 28/2013.

Vargeão, SC, 28 de fevereiro de 2013.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES & CIA LTDA - ME

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais didáticos e de expediente e produtos para artesanato destinados ao CRAS - Centro de Referência de Assistência Social do Município de Vargeão, SC.
VALOR: R\$ 23.422,76 (vinte e três mil quatrocentos e vinte e dois reais e setenta e seis centavos).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 04/2013 e Contrato nº 29/2013.

Vargeão, SC, 28 de fevereiro de 2013.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: MOACIR BERTOL & CIA LTDA

OBJETO: Aquisição parcelada de produtos para artesanato destinados ao CRAS - Centro de Referência de Assistência Social do Município de Vargeão, SC.
VALOR: R\$ 2.537,00 (dois mil quinhentos e trinta e sete reais).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 04/2013 e Contrato nº 30/2013.

Vargeão, SC, 28 de fevereiro de 2013.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Extratos de Contratos

EXTRATOS DE CONTRATOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: MOACIR BERTOL & CIA LTDA

OBJETO: Aquisição parcelada de alimentos e produtos de higiene e limpeza destinados ao CRAS - Centro de Referência de Assistência Social do Município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 18.043,44 (dezoito mil e quarenta e três reais e quarenta e quatro centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 05/2013 e Contrato nº 31/2013.

Vargeão, SC, 28 de fevereiro de 2013.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

OBJETO: Aquisição parcelada de produtos de higiene e limpeza destinados ao CRAS - Centro de Referência de Assistência Social do Município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 860,51 (oitocentos e sessenta reais e cinquenta e um centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 05/2013 e Contrato nº 32/2013.

Vargeão, SC, 28 de fevereiro de 2013.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

Vidal Ramos**PREFEITURA****Pregão Presencial Para Registro de Preço Nº. 08/2013 - Aquisição de Fraldas Geriátricas**

P

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

Setor de Compras

PREGÃO Nº. 08/2013

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 08/2013

OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS DESTINADA A PACIENTES QUE APRESENTAM ALGUMA DEFICIÊNCIA OU AGRAVO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS. CONFORME NECESSIDADE DE CONSUMO DOS PACIENTES.

REGIMENTO: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03 de janeiro de 2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº. 08/2013, do tipo MENOR LANCE POR LOTE ÚNICO, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto

nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 7.892 de 23/01/2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93 e Lei complementar 123/06,

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até o dia 25/03/2013, às 10:00 horas.

LOCAL: Departamento Administração da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos /SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Videira**PREFEITURA****Decreto Nº 10.356/13**

DECRETO N.º 10.356/13, DE 11 DE MARÇO DE 2013

Prorroga Prazo de Validade do Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2011.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso III, do artigo 37, da Constituição Federal, bem como no Capítulo XI do Edital de Concurso Público para Emprego Público nº 001/2011,

DECRETA

Art. 1º Fica prorrogado por mais 02 (dois) anos o prazo de validade do Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2011, a contar de 19 de abril de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 19 de abril de 2013.

Videira, 11 de março de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de março de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 10.366/13

DECRETO Nº 10.366/13, DE 14 DE MARÇO DE 2013.

Exonera, a pedido, Empregado Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº

3193/2013, bem como no Memorando do Departamento Pessoal, datado de 14 de março de 2013,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, HERALDO METZKER FILHO, a partir de 03 de abril de 2013, do emprego público de Médico - Estratégia Saúde da Família, admitido pela Portaria nº 0761/11.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 03 de abril de 2013, revogada as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 10.360/13.

Videira, 14 de março de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de março de 2013.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0116/13

PORTARIA nº 0116/13

Designa Idinarte João Alves para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Designar IDINARTE JOÃO ALVES, Auxiliar de Serviços Gerais, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Coordenador de Saúde Curativa, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinado à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2013.

Videira, 12 de março de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de março de 2013.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0123/13

PORTARIA nº 0123/13

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 (Novo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Videira, Excluídos os Servidores do Magistério Municipal) e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 3175/2013,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a JUSTINA INÊS FRUET DE LIMA, Assistente Social, de 1º de abril de 2013 até 1º de julho de 2013, referente ao quinquênio de 1º de março de 2006 até 28 de fevereiro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de abril de 2013.

Videira, 14 de março de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de março de 2013.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0124/13

PORTARIA nº 0124/13

Nomeia Comissão de Avaliação de Imóvel

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município, na Lei Municipal nº 2.256/09 e suas alterações e a vista do que consta na Comunicação Interna da Fundação Municipal de Esportes,

RESOLVE

Designar MARCELO RODRIGO VELOSO LIMA, ARNALDO POSSANSKE e MIGUEL ALBERTO VIECELI, para comporem a Comissão de Avaliação de Imóvel, a fim de avaliarem, no prazo de 10 (dez) dias, para fins de licitação para permissão de uso para exploração comercial de espaço público, o seguinte imóvel localizado no Ginásio Municipal do Bairro Amarante: "Área para Bar e Lanchonete com 15,53 m²".

Os servidores integrantes da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de avaliação e elaboração do relatório final.

As avaliações deverão considerar os encargos/restrições dos contratados, para embasar o valor a ser fixado a título de remuneração mensal.

A comissão deverá fixar os valores a serem pagos a título de água e energia nos locais onde não houver medidores.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1469/12.

Videira, 14 de março de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de março de 2013.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Julgamento Habilitação TP 01-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA FASE DE HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2013

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CADASTRO DE RESERVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, PARA OS CARGOS A SEGUIR DESCRITOS, COM APLICAÇÃO DE PROVAS OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA PARA TODOS OS CARGOS E PROVA DE TÍTULOS PARA OS CARGOS DE ESPECIALISTA EDUCACIONAL E PROFESSORES, restando INABILITADAS as empresas AVR - Assessoria Técnica Ltda-EPP, CKM Serviços Ltda EPP, Fernando da Silva Teixeira - ME, Inaz do Pará Serviços de Concursos Públicos Ltda, Seprod - Serviços de Processamento de Dados Ltda EPP e Sociedade de Desenvolvimento Vale dos Bandeirantes Ltda por descumprirem exigências editalícias e HABILITADAS as empresas Click Soluções Técnicas Administrativas e Pedagógicas Ltda, CONSESP - Consultoria em Concursos e Pesquisas Sociais Ltda e Instituto O Barriga Verde. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 13 de março de 2013.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PR 02/2013 - FME

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2013 - FME

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal Interino, através da Fundação Municipal de Esportes, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 02/2013 - FME. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO PARA OS EVENTOS ESPORTIVOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 11 de ABRIL de 2013, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 14 de Março de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

PR 39/2013 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2013 - PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal Interino torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 39/2013 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA EFETUAR

SERVIÇOS DE CONSERTOS DE CALÇAMENTOS EXISTENTES COM PEDRAS TIPO BASALTO EM DIVERSAS RUAS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA ATENDER O PROGRAMA DE PARCERIA DE PASSEIOS QUE SERÃO EXECUTADOS CONFORME NECESSIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 04 de Abril de 2013, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 15 de Março de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

PR 44/2013 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2013 - PMV

O Prefeito Municipal Interino torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 44/2013 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONSERTO DO CAMINHÃO BOMBEIRO, VW 11140, PLACAS LZT 7958, FROTA 49 DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 11 de Abril de 2013, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 15 de Março de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Pregão Presencial Nº 42/2013 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2013 - PMV

O Prefeito Municipal Interino torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 42/2013 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA PREMIAÇÃO DOS ALUNOS QUE PARTICIPARÃO DA MOSTRA DO CONHECIMENTO E DOS JOGOS INTERCOLEGIAIS, NAS DIVERSAS MODALIDADES QUE SERÃO REALIZADAS DURANTE O ANO DE 2013, ENVOLVENDO TODAS AS ESCOLAS MUNICIPAIS. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 10 de Abril de 2013, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 14 de Março de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Tomada de Preços Nº 02/2013 - PMV

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2013

O Prefeito Municipal Interino de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES (625,09 m²) E PASSEIO COM PISO DE CONCRETO DESEMPENADO (365,25 m²) NA RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO. Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, fones (49) 3566-9012/3566-9034, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. As propostas e documentos serão recebidos até às 14:00h do dia 05 de Abril de 2013. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos ao custo de R\$ 30,00 (trinta reais) no endereço supra mencionado.

Videira, 14 de Março de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Extrato do Contrato Nº 35/2013

Contrato nº: 35/2013

Data de Assinatura: 05/03/2013

Fornecedor : GL LISMOTOR RETÍFICA DE MOTORES LTDA

Valor : R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 19/2013

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO TRATOR DE PNEU, FROTA 90, DE USO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

Extrato do Contrato Nº 36/2013

Contrato nº: 36/2013

Data de Assinatura: 05/03/2013

Fornecedor : FRAYGÁS COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA

Valor : R\$ 51.361,50 (cinquenta e um mil e trezentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 20/2013

Objeto : AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GÁS PARA AS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, TURISMO E CULTURA, AGRICULTURA, ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

Extrato do Contrato Nº 37/2013

Contrato nº: 37/2013

Data de Assinatura: 05/03/2013

Fornecedor : FRAYGÁS COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA

Valor : R\$ 9.019,00 (nove mil e dezenove reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 05/2013-FMAS

Objeto : AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GÁS PARA SEREM UTILIZADOS NO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL, CASA LAR, GRUPO DA TERCEIRA IDADE, CEBEM, PETI, CRAS, CREAS E CONSELHO TUTELAR.

Extrato do Contrato Nº 38/2013

Contrato nº: 38/2013

Data de Assinatura: 07/03/2013

Fornecedor : WLPN TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA

Valor : R\$ 5.710,00 (cinco mil e setecentos e dez reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 05/2013-FMS

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESENTUPIMENTO DO SISTEMA DE ESGOTO DAS UNIDADES DE SAÚDE PERTENCENTES AOS MUNICÍPIOS.

Extrato do Contrato Nº 39/2013

Contrato nº: 39/2013

Data de Assinatura: 08/03/2013

Fornecedor : DEDETIZADORA BARROS LTDA

Valor : R\$ 6.517,00 (seis mil e quinhentos e dezessete reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 06/2013-FMS

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇO DE LAVAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA NAS UNIDADES DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, INCLUINDO PRODUTOS E A MÃO DE OBRA.

Extrato do Contrato Nº 40/2013

Contrato nº: 40/2013

Data de Assinatura: 11/03/2013

Fornecedor : FLORKAR MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

Valor : R\$ 3.035,00 (três mil e trinta e cinco reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 22/2013

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DA ENSILADEIRA DO TRATOR DE PNEU, FROTA 202 DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

Extrato do Contrato Nº 41/2013

Contrato nº: 41/2013

Data de Assinatura: 11/03/2013

Fornecedor : SAVIAN ADMINISTRADORA LTDA

Valor : R\$ 13.480,00 (treze mil e quatrocentos e oitenta reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 24/2013

Objeto : AQUISIÇÃO DE MUDAS DE FLORES PARA MANUTENÇÃO DOS CANTEIROS DOS ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DURANTE O ANO DE 2013.

Extrato do Contrato Nº 42/2013

Contrato nº: 42/2013

Data de Assinatura: 11/03/2013

Fornecedor : MIL PLANTAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Valor : R\$ 30.666,50 (trinta mil e seiscentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 24/2013

Objeto : AQUISIÇÃO DE MUDAS DE FLORES PARA MANUTENÇÃO DOS CANTEIROS DOS ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DURANTE O ANO DE 2013.

Extrato do Contrato Nº 43/2013

Contrato nº: 43/2013

Data de Assinatura: 12/03/2013

Fornecedor : CLÍNICA MÉDICA MEIRA LTDA

Valor : R\$ 1.526.160,00 (um milhão e quinhentos e vinte e seis mil e cento e sessenta reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 07/2013-FMAS

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS NO PRONTO ATENDIMENTO MÉDICO AMBULATORIAL - PAME 24 HORAS, PROGRAMA DE

SAÚDE DO TRABALHADOR, SETOR DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, SETOR DE TRATAMENTO FORA DO DOMÍLIO (TFD) E NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DOS BAIRROS.

Extrato do Contrato Nº 44/2013

Contrato nº: 44/2013

Data de Assinatura: 12/03/2013

Fornecedor : VIAN & CIA LTDA

Valor : R\$ 66.600,00 (sessenta e seis mil e seiscentos reais)

Licitação : Dispensa de Licitação nº 11/2013

Objeto : AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DAS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA.

Extrato do Contrato Nº 45/2013

Contrato nº: 45/2013

Data de Assinatura: 13/03/2013

Fornecedor : CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA

Valor : R\$ 66.600,00 (sessenta e seis mil e seiscentos reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 23/2013

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONSERTO DO CAMINHÃO IVECO, MODELO EUROCARGO 260E, 6X4, PLACAS MGL 5686, FROTA 169 DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

Resultado Definitivo Processo Seletivo Edital Nº 007/2012

RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 007/2012

O Prefeito Municipal Interino de Videira, no uso de suas atribuições legais, e após o julgamento dos recursos, homologa e torna público o resultado final do Processo Seletivo – Edital nº 07/2012, conforme se apresentam as seguintes relações dos respectivos candidatos aprovados, em ordem da classificação final no Processo Seletivo:

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO II				
			NOTA DA PROVA	MÉDIA FINAL
ORDEM	Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO (A)	OBJETIVA	M.F.
1º	346	VERA GREPPNER	9,57	9,57
2º	351	LEONILDE MARIA RIBEIRO	8,58	8,58
3º	42	ALINE ZAGO	7,92	7,92
4º	610	ADRIANA MANTOANI	7,59	7,59
5º	197	CRISTIANE MIOZZO	7,59	7,59
6º	128	LUCINDA PEROSA	7,59	7,59
7º	575	THOMAS GRIGOLO	7,59	7,59
8º	85	JOSIANE PEREIRA DOS SANTOS	7,59	7,59

9º	194	IVORI VANDERLEI FANTIN	7,26	7,26
10º	739	JULIANA DOS SANTOS	7,26	7,26
11º	727	CIBELE CRISTINA PONTE	7,26	7,26
12º	797	LETICIA PAULA SARTOR	7,26	7,26
13º	196	SORAIA RODRIGUES BENFICA	6,93	6,93
14º	8	MARCIA SABRINA RUBINI	6,93	6,93
15º	250	MAICON JOSÉ SCHEID	6,93	6,93
16º	738	FRANCISLAINE RIBEIRO DOS SANTOS	6,93	6,93
17º	696	EDUARDA CALRISSA DA SILVA	6,93	6,93
18º	167	GUILHERME GUZZI	6,93	6,93
19º	724	GILMAR WERLE	6,60	6,60
20º	628	FELIPE ANTUNES DE LIMA	6,60	6,60
21º	331	JULIANA PINZ	6,60	6,60
22º	801	CARINE SEIXAS PINHEIRO	6,60	6,60
23º	796	RAFAELA PEREIRA PIRES	6,60	6,60
24º	149	IVANOR LUCAS DE MELLO	6,27	6,27
25º	411	GLAUCIMARA RAMOS	6,27	6,27
26º	768	KAROLINE GRANDO	6,27	6,27
27º	774	GISELI MESAROBAS ASCARI	6,27	6,27
28º	525	ANDRESSA TROMBETTA	6,27	6,27
29º	249	ELIANE KARIANE DA SILVA KIATKOSKI	6,27	6,27
30º	751	MAIRA BEE	6,27	6,27
31º	373	ANA PAULA BOLZAN DE ALMEIDA	6,27	6,27
32º	64	LUIZ HENRIQUE FREITAS MACHADO	6,27	6,27
33º	486	EVELISE ANTUNES DE MEIRA MELLO	5,94	5,94
34º	220	BRUNA APARECIDA ROSA	5,94	5,94
35º	591	VIVIAN BRIÑIAK	5,94	5,94
36º	347	JULIANA ROSTIROLA	5,94	5,94

37°	154	CAROLINA LUCHESI MACIEL	5,94	5,94
38°	365	IVENISE CRISTINA PINTO RIBEIRO	5,94	5,94
39°	618	LAYS FIGUEIRO RIBEIRO	5,94	5,94
40°	640	HENDRIX TOMAZ DA SILVA	5,94	5,94
41°	232	ANA CAROLINE ALVES	5,94	5,94
42°	38	GUILHERME NERCOLINI	5,94	5,94
43°	414	ANDREIA BEATRIZ DOS SANTOS	5,94	5,94
44°	499	CAROLINE VIECELLI	5,94	5,94
45°	54	SABRINA SURDI	5,94	5,94
46°	475	TATIANA ZUFFO DE CASTILHA	5,61	5,61
47°	483	GABRIELA BISSANI	5,61	5,61
48°	635	WELINTON CENTOFANTE PEREIRA	5,61	5,61
49°	468	ANGELITA STRAPAZZON CASSÂNIGO	5,61	5,61
50°	390	ALINE FRANCISCO CRUZ	5,61	5,61
51°	650	LAIZ REUS ELIAS	5,61	5,61
52°	496	AMANDA CAVICHON	5,61	5,61
53°	488	MAYARA GUILL	5,61	5,61
54°	493	CARLA RIGO	5,61	5,61
55°	775	MONALISA GIAZZONI	5,61	5,61
56°	352	SILVIO RENATO RIBEIRO JÚNIOR	5,61	5,61
57°	208	ANA PAULA XAVIER DE OLIVEIRA	5,61	5,61
58°	434	MANOELI ZAGO	5,61	5,61
59°	784	LUCAS LANFERDINI CHRIST	5,61	5,61
60°	802	DAIANA CRISTY ABATI CASAGRANDE	5,61	5,61
61°	773	ALAN DOUGLAS RIBEIRO ALVES	5,29	5,29
62°	693	CLAUDIA SCUSSIATO	5,28	5,28
63°	23	JULIANA ELOISA SINI-GAGLIA	5,28	5,28

64°	333	LUANA APARECIDA LEVANDOSKI	5,28	5,28
65°	500	CAROLINE DALLAGO	5,28	5,28
66°	313	LETICIA VIECELI	5,28	5,28
67°	453	CLAUDIA REGINA BROETTO PASTORELLI	5,28	5,28
68°	383	ROCHELY CENCI	5,28	5,28
69°	397	CINTIA SAVIAN	5,28	5,28
70°	311	EDUARDA RIBEIRO LEITE	5,28	5,28
71°	765	BERNARDO FARIAS SILVA	5,28	5,28
72°	588	LINDOMAR SILVA DO ROSARIO	5,28	5,28
73°	721	MILENE CARELLI	5,28	5,28
74°	753	FELIPE VALDEMIRO PEDON MORAES	5,28	5,28
75°	125	TUANE CRISTINA SAVIAN	5,28	5,28
76°	427	TATHIANA SONEGO	5,28	5,28
77°	307	BRUNA BUSANELLO	5,28	5,28
78°	374	JANINE RIGO	5,28	5,28
79°	146	BEATRIZ VIECELI	5,28	5,28
80°	548	ANDRE AVELINO BALDISSARELLI NETO	5,28	5,28
	684	DESCCLASSIFICADO	4,95	4,95
	687	DESCCLASSIFICADO	4,95	4,95
	667	DESCCLASSIFICADO	4,95	4,95
	511	DESCCLASSIFICADO	4,95	4,95
	380	DESCCLASSIFICADO	4,95	4,95
	556	DESCCLASSIFICADO	4,95	4,95
	236	DESCCLASSIFICADO	4,95	4,95
	603	DESCCLASSIFICADO	4,95	4,95
	319	DESCCLASSIFICADO	4,95	4,95
	604	DESCCLASSIFICADO	4,95	4,95
	376	DESCCLASSIFICADO	4,95	4,95
	630	DESCCLASSIFICADO	4,95	4,95
	440	DESCCLASSIFICADO	4,95	4,95

	251	DECLASSIFI- CADO	4,95	4,95
	576	DECLASSIFI- CADO	4,95	4,95
	579	DECLASSIFI- CADO	4,95	4,95
	771	DECLASSIFI- CADO	4,95	4,95
	627	DECLASSIFI- CADO	4,95	4,95
	391	DECLASSIFI- CADO	4,95	4,95
	767	DECLASSIFI- CADO	4,95	4,95
	344	DECLASSIFI- CADO	4,95	4,95
	399	DECLASSIFI- CADO	4,95	4,95
	584	DECLASSIFI- CADO	4,95	4,95
	804	DECLASSIFI- CADO	4,95	4,95
	537	DECLASSIFI- CADO	4,95	4,95
	729	DECLASSIFI- CADO	4,95	4,95
	269	DECLASSIFI- CADO	4,62	4,62
	740	DECLASSIFI- CADO	4,62	4,62
	377	DECLASSIFI- CADO	4,62	4,62
	387	DECLASSIFI- CADO	4,62	4,62
	445	DECLASSIFI- CADO	4,62	4,62
	624	DECLASSIFI- CADO	4,62	4,62
	336	DECLASSIFI- CADO	4,62	4,62
	147	DECLASSIFI- CADO	4,62	4,62
	725	DECLASSIFI- CADO	4,62	4,62
	757	DECLASSIFI- CADO	4,62	4,62
	596	DECLASSIFI- CADO	4,62	4,62
	114	DECLASSIFI- CADO	4,62	4,62
	565	DECLASSIFI- CADO	4,62	4,62
	692	DECLASSIFI- CADO	4,62	4,62
	405	DECLASSIFI- CADO	4,62	4,62
	790	DECLASSIFI- CADO	4,62	4,62
	341	DECLASSIFI- CADO	4,62	4,62
	629	DECLASSIFI- CADO	4,62	4,62
	552	DECLASSIFI- CADO	4,62	4,62
	614	DECLASSIFI- CADO	4,62	4,62

	253	DECLASSIFI- CADO	4,62	4,62
	734	DECLASSIFI- CADO	4,62	4,62
	688	DECLASSIFI- CADO	4,62	4,62
	388	DECLASSIFI- CADO	4,62	4,62
	566	DECLASSIFI- CADO	4,62	4,62
	748	DECLASSIFI- CADO	4,62	4,62
	520	DECLASSIFI- CADO	4,29	4,29
	560	DECLASSIFI- CADO	4,29	4,29
	535	DECLASSIFI- CADO	4,29	4,29
	631	DECLASSIFI- CADO	4,29	4,29
	201	DECLASSIFI- CADO	4,29	4,29
	386	DECLASSIFI- CADO	4,29	4,29
	715	DECLASSIFI- CADO	4,29	4,29
	658	DECLASSIFI- CADO	4,29	4,29
	677	DECLASSIFI- CADO	4,29	4,29
	572	DECLASSIFI- CADO	4,29	4,29
	223	DECLASSIFI- CADO	4,29	4,29
	339	DECLASSIFI- CADO	4,29	4,29
	48	DECLASSIFI- CADO	4,29	4,29
	25	DECLASSIFI- CADO	4,29	4,29
	728	DECLASSIFI- CADO	4,29	4,29
	529	DECLASSIFI- CADO	4,29	4,29
	502	DECLASSIFI- CADO	4,29	4,29
	589	DECLASSIFI- CADO	4,29	4,29
	644	DECLASSIFI- CADO	4,29	4,29
	733	DECLASSIFI- CADO	4,29	4,29
	205	DECLASSIFI- CADO	4,29	4,29
	674	DECLASSIFI- CADO	4,29	4,29
	593	DECLASSIFI- CADO	4,29	4,29
	737	DECLASSIFI- CADO	4,29	4,29
	653	DECLASSIFI- CADO	4,29	4,29
	353	DECLASSIFI- CADO	3,96	3,96
	345	DECLASSIFI- CADO	3,96	3,96

	272	DESCCLASSIFI- CADO	3,96	3,96
	448	DESCCLASSIFI- CADO	3,96	3,96
	438	DESCCLASSIFI- CADO	3,96	3,96
	297	DESCCLASSIFI- CADO	3,96	3,96
	334	DESCCLASSIFI- CADO	3,96	3,96
	689	DESCCLASSIFI- CADO	3,96	3,96
	540	DESCCLASSIFI- CADO	3,96	3,96
	551	DESCCLASSIFI- CADO	3,96	3,96
	473	DESCCLASSIFI- CADO	3,96	3,96
	406	DESCCLASSIFI- CADO	3,96	3,96
	439	DESCCLASSIFI- CADO	3,96	3,96
	131	DESCCLASSIFI- CADO	3,96	3,96
	611	DESCCLASSIFI- CADO	3,96	3,96
	655	DESCCLASSIFI- CADO	3,96	3,96
	559	DESCCLASSIFI- CADO	3,96	3,96
	661	DESCCLASSIFI- CADO	3,96	3,96
	605	DESCCLASSIFI- CADO	3,96	3,96
	772	DESCCLASSIFI- CADO	3,96	3,96
	546	DESCCLASSIFI- CADO	3,96	3,96
	423	DESCCLASSIFI- CADO	3,63	3,63
	381	DESCCLASSIFI- CADO	3,63	3,63
	398	DESCCLASSIFI- CADO	3,63	3,63
	482	DESCCLASSIFI- CADO	3,63	3,63
	622	DESCCLASSIFI- CADO	3,63	3,63
	268	DESCCLASSIFI- CADO	3,63	3,63
	266	DESCCLASSIFI- CADO	3,63	3,63
	79	DESCCLASSIFI- CADO	3,63	3,63
	621	DESCCLASSIFI- CADO	3,63	3,63
	401	DESCCLASSIFI- CADO	3,63	3,63
	699	DESCCLASSIFI- CADO	3,63	3,63
	573	DESCCLASSIFI- CADO	3,63	3,63
	793	DESCCLASSIFI- CADO	3,63	3,63
	230	DESCCLASSIFI- CADO	3,63	3,63

	137	DESCCLASSIFI- CADO	3,63	3,63
	123	DESCCLASSIFI- CADO	3,63	3,63
	510	DESCCLASSIFI- CADO	3,30	3,30
	428	DESCCLASSIFI- CADO	3,30	3,30
	320	DESCCLASSIFI- CADO	3,30	3,30
	718	DESCCLASSIFI- CADO	3,30	3,30
	789	DESCCLASSIFI- CADO	3,30	3,30
	261	DESCCLASSIFI- CADO	3,30	3,30
	82	DESCCLASSIFI- CADO	3,30	3,30
	553	DESCCLASSIFI- CADO	3,30	3,30
	142	DESCCLASSIFI- CADO	2,97	2,97
	660	DESCCLASSIFI- CADO	2,97	2,97
	461	DESCCLASSIFI- CADO	2,97	2,97
	136	DESCCLASSIFI- CADO	2,97	2,97
	805	DESCCLASSIFI- CADO	2,97	2,97
	795	DESCCLASSIFI- CADO	2,97	2,97
	2	DESCCLASSIFI- CADO	2,97	2,97
	512	DESCCLASSIFI- CADO	2,64	2,64
	407	DESCCLASSIFI- CADO	2,64	2,64
	402	DESCCLASSIFI- CADO	2,64	2,64
	491	DESCCLASSIFI- CADO	2,64	2,64
	247	DESCCLASSIFI- CADO	2,64	2,64
	356	DESCCLASSIFI- CADO	2,64	2,64
	480	DESCCLASSIFI- CADO	2,31	2,31
	294	DESCCLASSIFI- CADO	1,98	1,98
	424	DESCCLASSIFI- CADO	1,98	1,98
	412	DESCCLASSIFI- CADO	1,65	1,65
	258	FALTOU		0
	600	FALTOU		0
	550	FALTOU		0
	224	FALTOU		0
	426	FALTOU		0
	367	FALTOU		0
	425	FALTOU		0
	348	FALTOU		0

	722	FALTOU	0
	229	FALTOU	0
	792	FALTOU	0
	764	FALTOU	0
	766	FALTOU	0
	165	FALTOU	0
	673	FALTOU	0
	87	FALTOU	0
	695	FALTOU	0
	459	FALTOU	0
	81	FALTOU	0
	441	FALTOU	0
	758	FALTOU	0
	452	FALTOU	0
	638	FALTOU	0
	806	FALTOU	0
	129	FALTOU	0
	752	FALTOU	0
	747	FALTOU	0
	130	FALTOU	0
	676	FALTOU	0
	803	FALTOU	0
	780	FALTOU	0
	501	FALTOU	0
	657	FALTOU	0
	549	FALTOU	0
	342	FALTOU	0
	133	FALTOU	0
	102	FALTOU	0
	90	FALTOU	0
	678	FALTOU	0
	671	FALTOU	0
	662	FALTOU	0
	112	FALTOU	0
	382	FALTOU	0
	578	FALTOU	0
	641	FALTOU	0
	460	FALTOU	0
	508	FALTOU	0
	66	FALTOU	0
	53	FALTOU	0
	557	FALTOU	0
	595	FALTOU	0
	487	FALTOU	0
	228	FALTOU	0
	464	FALTOU	0
	613	FALTOU	0
	278	FALTOU	0

	492	FALTOU	0
	429	FALTOU	0
	446	FALTOU	0
	577	FALTOU	0
	526	FALTOU	0
	654	FALTOU	0
	670	FALTOU	0
	265	FALTOU	0
	607	FALTOU	0
	96	FALTOU	0
	732	FALTOU	0
	372	FALTOU	0
	666	FALTOU	0
	335	FALTOU	0
	450	FALTOU	0
	533	FALTOU	0
	215	FALTOU	0
	418	FALTOU	0
	682	FALTOU	0
	466	FALTOU	0
	743	FALTOU	0
	467	FALTOU	0
	498	FALTOU	0
	216	FALTOU	0
	490	FALTOU	0
	310	FALTOU	0
	531	FALTOU	0
	254	FALTOU	0
	701	FALTOU	0
	761	FALTOU	0
	522	FALTOU	0
	672	FALTOU	0
	419	FALTOU	0
	267	FALTOU	0
	242	FALTOU	0
	350	FALTOU	0
	264	FALTOU	0
	325	FALTOU	0
	120	FALTOU	0
	698	FALTOU	0
	612	FALTOU	0
	153	FALTOU	0
	523	FALTOU	0
	656	FALTOU	0
	509	FALTOU	0
	456	FALTOU	0
	222	FALTOU	0
	494	FALTOU	0

	723	FALTOU	0
	189	FALTOU	0
	270	FALTOU	0
	415	FALTOU	0
	243	FALTOU	0
	694	FALTOU	0
	536	FALTOU	0
	354	FALTOU	0
	98	FALTOU	0
	180	FALTOU	0
	587	FALTOU	0

CARGO: AGENTE DE PAVIMENTAÇÃO PÚBLICA

ORDEM	Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO (A)	NOTAS DAS PROVAS				MÉDIA FINAL
			OBJETIVA	X 0,4	PRÁTICA	X 0,6	M.F.
1º	295	JAISON SOARES	8,00	3,20	7,50	4,50	7,70
2º	185	VALMIR ANTONIO COSTA	0,00	0,00	7,50	4,50	4,50
3º	642	GIOVANE SOARES	5,00	2,00	3,75	2,25	4,25
	328	DES-CLASSIFICADO	5,00	2,00		0	2
	198	DES-CLASSIFICADO	0,00	0,00		0	0
	277	FALTOU		0		0	0
	283	FALTOU		0		0	0
	506	FALTOU		0		0	0
	580	FALTOU		0		0	0

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

ORDEM	Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO (A)	NOTA DA PROVA	MÉDIA FINAL
			OBJETIVA	M.F.
1º	585	MADALENA DEMORI	9,50	9,50
2º	368	GRISSILDA LIESEMBERG BERGAMO	9,00	9,00
3º	159	MARILISA TEREZINHA MEIRA	9,00	9,00
4º	476	CAMILA GAVASSO MOREIRA	9,00	9,00
5º	193	SIMONE ZIMMER	9,00	9,00

6º	711	ANGELA DIAS DOS SANTOS	9,00	9,00
7º	410	SANDRA MARIA MARTINS	9,00	9,00
8º	669	DEISI FERNANDA BELEGANTE-GIRIOLI	8,50	8,50
9º	238	IRACEMA MOREIRA PARANNA	8,50	8,50
10º	474	SIMONE TERRES CORDEIRO GOMES	8,50	8,50
11º	113	ELISABETE NOLL	8,00	8,00
12º	40	DIRLEI ZUFFO	8,00	8,00
13º	155	LORINÉS TEREZINHA REOLON	8,00	8,00
14º	745	ALESSANDRA RIBEIRO PONTES	8,00	8,00
15º	107	SUELLEN FABRICNEI	8,00	8,00
16º	782	ELIANE GENELICE RIBEIRO	8,00	8,00
17º	62	DELÍRES PIRAN	8,00	8,00
18º	246	MARLENE SALETE DALL-POSSO	7,50	7,50
19º	192	MARILDA BRUCH	7,50	7,50
20º	379	EDIR RIBEIRO DA SILVA	7,50	7,50
21º	16	CRISTIANE SOUZA	7,50	7,50
22º	619	JANETE TEREZINHA ANTUNES DE LIMA	7,50	7,50
23º	527	ROSANE DOS SANTOS RIBEIRO	7,50	7,50
24º	15	CARMEM ALEXANDRA PINTO	7,50	7,50
25º	323	IVANISE ARGENTA	7,50	7,50
26º	528	JULIANA APARECIDA MACAGNAN	7,50	7,50
27º	505	ELIZANDRA APARECIDA DE OLIVEIRA DA SILVA	7,50	7,50
28º	521	CECÍLIA NUNES DA SILVA	7,50	7,50
29º	760	IRACI PAZ MAURICIO	7,00	7,00
30º	685	SANTINA OLGA SCHNEIDER	7,00	7,00
31º	271	MONALISA DE SOUZA	7,00	7,00

32°	28	MARLI MO-RAIS	7,00	7,00
33°	12	ELISABETE CRITINA CARLETO	7,00	7,00
34°	665	MÁRCIA SILVEIRA DE AVILA	7,00	7,00
35°	663	ADRIANA APARECIDA MARTINS	7,00	7,00
36°	177	FRANCIELE BLOOT	7,00	7,00
37°	444	KELLY ADRYANA GREEF DOS SANTOS	7,00	7,00
38°	124	LOURDES MAZIERO	7,00	7,00
39°	606	CLAUDETE DIAS HEINEMAM	7,00	7,00
40°	100	ROSANA RODRIGUES DE FREITAS	7,00	7,00
41°	431	PATRICIA DA SILVA	7,00	7,00
42°	755	CATIA APARECIDA AGUIAR NASCIMENTO	7,00	7,00
43°	158	MARIA APARECIDA FENILI	6,50	6,50
44°	183	GERALDO ROSA	6,50	6,50
45°	363	DIRLEI FADANNI	6,50	6,50
46°	321	NELCI DOS SANTOS DA SILVA	6,50	6,50
47°	286	ELOIR RIBEIRO DE SOUZA	6,50	6,50
48°	787	ANGELA APARECIDA LOPES	6,50	6,50
49°	470	CLAUDETE SALETE ZUFFO	6,00	6,00
50°	799	SARA GONÇALVES RYBANT	6,00	6,00
51°	20	ROSANGELA DE OLIVEIRA	6,00	6,00
52°	704	GISELE MO-RAIS	6,00	6,00
53°	35	ANGÉLICA RODRIGUES DOS SANTOS	6,00	6,00
54°	357	MARISÂNGELA PIRES	6,00	6,00
55°	233	DANIELA COSTA	6,00	6,00
56°	385	DIRLÉIA HONORATO FERREIRA	6,00	6,00
57°	4	JERUZA ALVES DA SILVA	6,00	6,00

58°	632	SOLANGE RODRIGUES DOS SANTOS	5,50	5,50
59°	623	JESSICA ANTUNES SCHULTZ	5,50	5,50
60°	7	ERLEIA CRISTINA GARBIN	5,50	5,50
61°	179	FLÁVIA MARIANA RUBINI PIRES	5,50	5,50
62°	212	MARIA IRENE RODRIGUES DA SILVA KOEHLER	5,50	5,50
63°	274	MICHELLE ANTUNES	5,50	5,50
64°	702	SAMANTA TASCA GOMES	5,50	5,50
65°	17	MARIA ANTONIA RIBEIRO DOS SANTOS	5,00	5,00
66°	741	ALICE APARECIDA DA ROSA	5,00	5,00
67°	626	MICHELI DE DEUS E SILVA	5,00	5,00
68°	276	ROSANA ROSETI RICHNER	4,50	4,50
69°	27	NILSON DE OLIVEIRA	4,50	4,50
70°	779	MARIA SALETE DO AMARAL	4,50	4,50
71°	89	LILI LIDIA PILKE	4,50	4,50
72°	683	WANDERLI MACCARINI	4,50	4,50
73°	681	ROSANE APARECIDA TRINDADE LAGOS	4,50	4,50
74°	634	GRAZIELA PATRÍCIA NOVELLO	4,50	4,50
75°	393	ADRIANA ZACHIN BENDER	4,00	4,00
76°	337	MARCELA SILVA RUFINO	4,00	4,00
77°	173	PAMELA NAIANA PIRES PEREIRA	4,00	4,00
78°	597	IARA ODILCE SOARES	4,00	4,00
79°	29	SILVANA CARDOSO DE LIMA	4,00	4,00
80°	430	DAIANE PADILHA	4,00	4,00
81°	794	BRUNA MARIA ROSSI	4,00	4,00
82°	369	FABIANA APARECIDA ZANCANELLI	4,00	4,00
83°	99	ANDRÉIA COSTA	4,00	4,00

413	DESCCLASSIFI- CADO	3,50	3,50
394	DESCCLASSIFI- CADO	3,50	3,50
329	DESCCLASSIFI- CADO	3,00	3,00
712	DESCCLASSIFI- CADO	3,00	3,00
358	DESCCLASSIFI- CADO	3,00	3,00
188	DESCCLASSIFI- CADO	3,00	3,00
132	DESCCLASSIFI- CADO	3,00	3,00
707	DESCCLASSIFI- CADO	2,50	2,50
324	DESCCLASSIFI- CADO	2,50	2,50
735	DESCCLASSIFI- CADO	1,50	1,50
273	FALTOU		0,00
71	FALTOU		0,00
717	FALTOU		0,00
451	FALTOU		0,00
1	FALTOU		0,00
285	FALTOU		0,00
91	FALTOU		0,00
308	FALTOU		0,00
163	FALTOU		0,00
275	FALTOU		0,00
209	FALTOU		0,00
115	FALTOU		0,00
145	FALTOU		0,00
542	FALTOU		0,00
45	FALTOU		0,00
61	FALTOU		0,00
309	FALTOU		0,00
141	FALTOU		0,00
240	FALTOU		0,00
234	FALTOU		0,00
442	FALTOU		0,00
175	FALTOU		0,00
296	FALTOU		0,00
497	FALTOU		0,00
284	FALTOU		0,00
204	FALTOU		0,00
187	FALTOU		0,00
226	FALTOU		0,00
164	FALTOU		0,00
290	FALTOU		0,00
759	FALTOU		0,00
263	FALTOU		0,00
174	FALTOU		0,00

291	FALTOU	0,00
213	FALTOU	0,00
116	FALTOU	0,00
664	FALTOU	0,00
214	FALTOU	0,00
783	FALTOU	0,00
162	FALTOU	0,00
706	FALTOU	0,00
30	FALTOU	0,00
558	FALTOU	0,00
756	FALTOU	0,00
731	FALTOU	0,00
227	FALTOU	0,00
199	FALTOU	0,00
126	FALTOU	0,00
639	FALTOU	0,00
52	FALTOU	0,00
705	FALTOU	0,00
340	FALTOU	0,00
206	FALTOU	0,00
178	FALTOU	0,00
9	FALTOU	0,00
318	FALTOU	0,00
109	FALTOU	0,00
207	FALTOU	0,00
477	FALTOU	0,00
361	FALTOU	0,00
26	FALTOU	0,00
10	FALTOU	0,00
778	FALTOU	0,00
375	FALTOU	0,00
46	FALTOU	0,00
315	FALTOU	0,00
161	FALTOU	0,00
366	FALTOU	0,00
140	FALTOU	0,00
111	FALTOU	0,00
157	FALTOU	0,00
31	FALTOU	0,00
202	FALTOU	0,00

CARGO: AUXILIAR OPERACIONAL				
			NOTA DA PROVA	MÉDIA FINAL
ORDEM	Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO (A)	OBJETIVA	M.F.
1º	49	FRANCIELI RIBEIRO DE LIMA	9,00	9,00
2º	432	JEFERSON DA SILVA	8,50	8,50
3º	447	MÁRIO SEBASTIÃO LAGOS	8,00	8,00
4º	302	DERLI BORGES DE OLIVEIRA	8,00	8,00
5º	617	MOISES PERIN	8,00	8,00
6º	172	IVAN LUIZ RIBEIRO	8,00	8,00
7º	514	SIMÃO RISSI	8,00	8,00
8º	77	OLIVIO REICHARDT	7,50	7,50
9º	221	LEANDRO MARCELO SCHNEIDER	7,50	7,50
10º	754	WILSON RIBEIRO DE CAMPOS	7,00	7,00
11º	41	CLAUDIR DE LIMA	7,00	7,00
12º	416	ANTONIO CARLOS ROSSETE	7,00	7,00
13º	59	DORCELINO ADELAR DE OLIVEIRA	7,00	7,00
14º	518	NILSON DA MOTTA JUNIOR	7,00	7,00
15º	95	LEONARDO PAULO BUSS	7,00	7,00
16º	88	NILSON JOSÉ DE OLIVEIRA	7,00	7,00
17º	786	ADRIANE DA SILVA DE LIMA	7,00	7,00
18º	144	TIAGO FRANCISCO DA SILVA MACHINSKI	7,00	7,00
19º	708	AGIANDRO MACHADO	6,50	6,50
20º	139	GILMAR FRANCISCO RAMOS	6,50	6,50
21º	47	JOSÉ ELVIS DE MORAIS	6,50	6,50
22º	239	RICARDO BALESTRIN	6,00	6,00
23º	5	JOCIANE KOKOWIC PIROLI	6,00	6,00

24º	127	DOMINGUINHOS BATISTA	6,00	6,00
25º	56	ALEX COSTA DOS SANTOS	6,00	6,00
26º	92	JOSÉ VALDECI RODRIGUES RAIZ	6,00	6,00
27º	3	EDSON DA SILVA FURTADO	6,00	6,00
28º	33	JUAREZ SOARES DOS SANTOS	5,50	5,50
29º	555	CLEBERSON PIRES DOS SANTOS	5,50	5,50
30º	171	VALMIR LUIZ MOHR	5,00	5,00
31º	19	ADRIANA APARECIDA COSTA	5,00	5,00
32º	50	JOSÉ OSNI DE MORES	5,00	5,00
33º	260	PLINIO DE RAMOS	5,00	5,00
34º	211	IVANIR CAMARGO SOUZA	5,00	5,00
35º	237	TIAGO GOMES DE GOIS	5,00	5,00
36º	298	ADRIANO DA SILVA	4,50	4,50
37º	481	IVONEI ALVES	4,50	4,50
38º	36	EVANDRO RODRIGUES APOLINARIO	4,00	4,00
39º	262	ALBERTO VANDERLEI DOS SANTOS	4,00	4,00
40º	44	VILMAR ANTONIO DA SILVA	4,00	4,00
	60	DECLASSIFICADO	3,50	3,50
	479	DECLASSIFICADO	3,00	3,00
	495	DECLASSIFICADO	3,00	3,00
	517	DECLASSIFICADO	3,00	3,00
	106	DECLASSIFICADO	2,50	2,50
	519	DECLASSIFICADO	1,00	1,00
	58	DECLASSIFICADO	0,00	0,00
	22	DECLASSIFICADO	0,00	0,00
	404	FALTOU		0,00
	255	FALTOU		0,00
	57	FALTOU		0,00
	299	FALTOU		0,00
	332	FALTOU		0,00

	245	FALTOU		0,00
	190	FALTOU		0,00
	443	FALTOU		0,00
	170	FALTOU		0,00
	355	FALTOU		0,00
	32	FALTOU		0,00
	279	FALTOU		0,00
	37	FALTOU		0,00
	409	FALTOU		0,00
	70	FALTOU		0,00

CARGO: CARPINTEIRO

			NOTAS DAS PROVAS				MÉDIA FINAL
ORDEM	Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO (A)	OBJETIVA	X 0,4	PRÁTICA	X 0,6	M.F.
1º	256	AFONSO STRAPASSON	8,500	3,400	10,000	6,000	9,400
2º	703	ALBARI MARTINS	9,500	3,800	7,500	4,500	8,300
3º	287	ADELIO BIANCHIN	5,000	2,000	4,375	2,625	4,625
4º	289	CARLOS ALBERTO HEEMANN	6,000	2,400	3,125	1,875	4,275
	65	DESCLASSIFICADO	6,000	2,400	2,500	1,500	3,900
	465	DESCLASSIFICADO	4,500	1,800	2,500	1,500	3,300
	76	FALTOU		0,000		0,000	0,000

CARGO: MECÂNICO DE MÁQUINAS EM GERAL

			NOTAS DAS PROVAS				MÉDIA FINAL
ORDEM	Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO (A)	OBJETIVA	X 0,4	PRÁTICA	X 0,6	M.F.
1º	530	LUIZ FERNANDO RISSI	7,000	2,800	8,750	5,250	8,050
2º	645	VILMAR GONÇALVES DA SILVA	5,000	2,000	10,000	6,000	8,000
3º	538	AMARILDO ARAUJO DOS SANTOS	6,500	2,600	6,250	3,750	6,350

4º	435	FLAVIO MATTES	5,500	2,200	5,625	3,375	5,575
----	-----	---------------	-------	-------	-------	-------	-------

CARGO: MOTORISTA IV - CAMINHÕES E CAMINHONETES

			NOTAS DAS PROVAS				MÉDIA FINAL
ORDEM	Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO (A)	OBJETIVA	X 0,4	PRÁTICA	X 0,6	M.F.
1º	122	FABIO LUIZ PERAZZOLI	10,000	4,000	10,000	6,000	10,000
2º	105	EDENILSO SERAFINI	9,500	3,800	10,000	6,000	9,800
3º	244	MAURICIO PENSO	9,000	3,600	10,000	6,000	9,600
4º	156	JOSÉ STRAPAZZON	9,500	3,800	9,375	5,625	9,425
5º	80	DEJANDIR SCHNEIDER BOESING	9,500	3,800	9,375	5,625	9,425
6º	51	WALMIR LYRA	8,500	3,400	10,000	6,000	9,400
7º	282	ROBERTO OLIVO	8,000	3,200	10,000	6,000	9,200
8º	69	VALDECIR DEODORO SOUZA	8,000	3,200	10,000	6,000	9,200
9º	326	IZAIAS GONÇALVES	8,000	3,200	10,000	6,000	9,200
10º	462	JOSIAS MOREIRA RODRIGUES	8,500	3,400	9,375	5,625	9,025
11º	135	LUIZ CARLOS RISSI	7,500	3,000	10,000	6,000	9,000
12º	117	ADEMAR BONIATTI	7,500	3,000	10,000	6,000	9,000
13º	241	ANTONIO LAZZARI	9,000	3,600	8,750	5,250	8,850
14º	592	CLODOALDO BORGHA	8,000	3,200	9,375	5,625	8,825
15º	744	VALMIR JORGE DOS SANTOS	8,000	3,200	9,375	5,625	8,825
16º	583	JUNIOR GUIRUNAS	8,000	3,200	9,375	5,625	8,825
17º	503	JONAS ZAGO	8,000	3,200	9,375	5,625	8,825
18º	152	OSNIR PERAZZOLI	7,000	2,800	10,000	6,000	8,800
19º	590	RICARDO PEDRO COPETTI	7,000	2,800	10,000	6,000	8,800
20º	360	JOANITO LIRA	7,500	3,000	9,375	5,625	8,625
21º	625	SIDEMAR ALESSANDRO BORGES	7,500	3,000	9,375	5,625	8,625
22º	11	JULIANO CASTANHA	6,500	2,600	10,000	6,000	8,600

23°	169	LEODOMIR LUIZ MICHELON	6,500	2,600	10,000	6,000	8,600
24°	73	ROQUE PANIGAZ	6,500	2,600	10,000	6,000	8,600
25°	168	LEANDRO LUIZ MICHELON	6,500	2,600	10,000	6,000	8,600
26°	750	WILLIAM JACKSON FRANCIO	8,000	3,200	8,750	5,250	8,450
27°	150	VALDECIR ALVES DE SOUZA	8,000	3,200	8,750	5,250	8,450
28°	217	LUIZ VILMAR BATISTA DE AVILLA	8,500	3,400	8,125	4,875	8,275
29°	433	LEONARDO FELIPE BOTTEGA	6,500	2,600	9,375	5,625	8,225
30°	691	CLAUDINEI PAULO OSS	7,000	2,800	8,750	5,250	8,050
31°	97	ANTONIO ALCIMAR DOS SANTOS	5,000	2,000	10,000	6,000	8,000
32°	94	GILBERTO DE OLIVEIRA MORAES	7,000	2,800	8,125	4,875	7,675
33°	203	VINICIUS ANDRE CORREA DA SIQUEIRA	6,000	2,400	8,750	5,250	7,650
34°	615	RONI ANTONIO PRETTO	6,500	2,600	8,125	4,875	7,475
35°	312	ELCIO MOACIR ZAGO	4,500	1,800	9,375	5,625	7,425
36°	151	CLAUDEMIR MEIRA	4,000	1,600	9,375	5,625	7,225
37°	219	SERGIO MENEGUZZI	8,500	3,400	6,250	3,750	7,150
38°	571	EVERTON FERNANDO PELOZATO	8,500	3,400	6,250	3,750	7,150
39°	210	HILBERT PASSOLD	6,500	2,600	7,500	4,500	7,100
40°	327	SILVIO ANTÔNIO SARTONEL	9,000	3,600	5,625	3,375	6,975
41°	649	GERALDO PAUVELS	8,000	3,200	6,250	3,750	6,950
42°	504	ROBERTO ANTONIO REZZADORI	7,000	2,800	6,875	4,125	6,925
43°	184	PAULO ROBERTO CORDEIRO	7,000	2,800	6,875	4,125	6,925

44°	472	CELSO TELLES DE OLIVEIRA	4,000	1,600	8,750	5,250	6,850
45°	39	LUCIANE LOCATELLI	3,000	1,200	9,375	5,625	6,825
46°	646	JOSÉ SIDNEI SOARES	8,500	3,400	5,625	3,375	6,775
47°	770	VALDOMIRO PONTES DO PRADO	8,500	3,400	5,000	3,000	6,400
48°	791	MÁRCIO RIBEIRO	7,500	3,000	5,625	3,375	6,375
49°	166	ORILDO MOTTA	6,500	2,600	6,250	3,750	6,350
50°	148	VALMIR RIBEIRO	4,500	1,800	7,500	4,500	6,300
51°	420	ISAIAS DIAS DO AMARAL	8,000	3,200	5,000	3,000	6,200
52°	785	EZEQUIEL DA ROSA	5,000	2,000	6,875	4,125	6,125
53°	800	SERGIO DE SOUZA JACQUES	7,500	3,000	5,000	3,000	6,000
54°	455	JAIR BRIDI	7,500	3,000	5,000	3,000	6,000
55°	776	OSNI VANDERLEI DO PRADO JUNIOR	7,500	3,000	5,000	3,000	6,000
56°	697	ROBER ANTÔNIO DEBATIM	6,500	2,600	5,625	3,375	5,975
57°	633	DEIVE ROBERTO THIBES	7,000	2,800	5,000	3,000	5,800
58°	545	ROMEU ALEXANDRE BUSS	6,000	2,400	5,625	3,375	5,775
59°	68	ROBSON JOSÉ RIBEIRO BORGES	9,500	3,800	3,125	1,875	5,675
60°	104	JEFERSON RODRIGUES SONEGO	8,000	3,200	3,750	2,250	5,450
61°	231	SANDRO JOSÉ BORDIGNON	8,000	3,200	3,750	2,250	5,450
62°	643	CRISTIANO MARTINS VENTURA	7,000	2,800	4,375	2,625	5,425
63°	74	IVAN CARLOS DOS SANTOS	5,500	2,200	5,000	3,000	5,200
64°	235	ANDERSON CESAR SELICE	6,500	2,600	3,750	2,250	4,850
65°	292	ADRIANE BARBACÓVI PERAZZOLI	6,500	2,600	3,750	2,250	4,850

66°	769	LUIZ GUSTAVO GALDINO	7,000	2,800	3,125	1,875	4,675
67°	200	JOSÉ ADE- LAR ALVES ANTUNES	5,000	2,000	4,375	2,625	4,625
68°	396	GERALDO GUSTAVO MONARI	7,500	3,000	2,500	1,500	4,500
69°	716	ANDRÉ VICTORIO OROSZLAN	8,000	3,200	1,875	1,125	4,325
70°	78	EDSON DOS SANTOS BOLICA	7,500	3,000	1,875	1,125	4,125
71°	807	HENRI PAGNO LUPATO	7,500	3,000	1,875	1,125	4,125
	720	DESCLAS- SIFICADO	5,000	2,000	3,125	1,875	3,875
	620	DESCLAS- SIFICADO	9,500	3,800		0,000	3,800
	181	DESCLAS- SIFICADO	5,500	2,200	2,500	1,500	3,700
	75	DESCLAS- SIFICADO	4,000	1,600	3,125	1,875	3,475
	14	DESCLAS- SIFICADO	4,000	1,600	3,125	1,875	3,475
	118	DESCLAS- SIFICADO	3,000	1,200	3,750	2,250	3,450
	680	DESCLAS- SIFICADO	7,500	3,000		0,000	3,000
	788	DESCLAS- SIFICADO	7,000	2,800		0,000	2,800
	561	DESCLAS- SIFICADO	6,000	2,400	0,625	0,375	2,775
	191	DESCLAS- SIFICADO	6,500	2,600		0,000	2,600
	288	DESCLAS- SIFICADO	6,000	2,400		0,000	2,400
	719	DESCLAS- SIFICADO	5,000	2,000		0,000	2,000
	257	DESCLAS- SIFICADO	0,000	0,000	3,125	1,875	1,875
	138	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	602	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	652	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	395	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	714	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	303	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	422	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	252	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	547	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	134	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	686	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	110	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	507	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	343	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	119	FALTOU		0,000		0,000	0,000

	392	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	101	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	746	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	436	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	55	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	371	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	378	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	281	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	570	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	362	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	437	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	554	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	541	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	574	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	330	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	43	FALTOU		0,000		0,000	0,000

CARGO: OPERADOR DE MOTONIVELADORA

ORDEM			NOTAS DAS PROVAS				MÉDIA FINAL
	Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO (A)	OBJETIVA	X 0,4	PRÁTICA	X 0,6	M.F.
1º	489	VALDECIR VERNON	5,50	2,20	7,50	4,50	6,70
2º	121	MARCELO DONISETE MACHADO	5,00	2,00	6,88	4,13	6,13
	225	DESCLASSIFICADO		0,00	6,25	3,75	3,75

CARGO OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E PÁ CARREGADEIRA

ORDEM	Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO (A)	OBJETIVA	X 0,4	PRÁTICA	X 0,6	M.F.
1º	21	DANIEL RUBINI (PNE'S)	5,610	2,244	4,375	2,625	4,869

CARGO OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E PÁ CARREGADEIRA

ORDEM	Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO (A)	OBJETIVA	X 0,4	PRÁTICA	X 0,6	M.F.

1º	569	RAFAEL RODRIGUES DE JESUS	7,000	2,800	6,875	4,125	6,925
2º	314	RICARDO GARBIN	4,620	1,848	8,125	4,875	6,723
3º	176	JAIR ARAÚJO DOS SANTOS	8,000	3,200	5,000	3,000	6,200
4º	544	RENAN SCUCIATO	9,000	3,600	2,500	1,500	5,100
5º	484	RODOLFO WALTER KRAEMER	7,000	2,800	3,750	2,250	5,050
6º	647	LUIZ ALVICIO SOARES	4,500	1,800	5,000	3,000	4,800
7º	762	CLAUDIR GIRIOLI	9,000	3,600	1,875	1,125	4,725
8º	417	ITAMAR RODRIGUES AZEVEDO	8,000	3,200	2,500	1,500	4,700
9º	726	JAISON CASAGRANDE	7,000	2,800	3,125	1,875	4,675
10º	259	ELISMAR DE SOUZA PEREIRA	4,500	1,800	4,375	2,625	4,425
	84	DESCLASSIFICADO	6,000	2,400	1,875	1,125	3,525
	700	DESCLASSIFICADO	8,500	3,400		0,000	3,400
	457	DESCLASSIFICADO	8,000	3,200		0,000	3,200
	186	DESCLASSIFICADO	7,500	3,000	0,000	0,000	3,000
	389	DESCLASSIFICADO	6,500	2,600	0,000	0,000	2,600
	338	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	637	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	300	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	742	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	304	FALTOU		0,000		0,000	0,000

CARGO: OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRA

			NOTAS DAS PROVAS				MÉDIA FINAL
ORDEM	Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO (A)	OBJETIVA	X 0,4	PRÁTICA	X 0,6	M.F.
1º	93	RAMIRES ZAGO	7,50	3,00	7,50	4,50	7,50
2º	469	JOVANI DEON	7,50	3,00	7,50	4,50	7,50
3º	364	JOÃO BATISTA DA FONSECA	3,00	1,20	7,50	4,50	5,70
4º	13	LEONIR ALLENBRANDT	2,00	0,80	7,50	4,50	5,30
5º	103	VALDOMIRO CARNEIRO DOS SANTOS	0,00	0,00	7,50	4,50	4,50

CARGO: OPERADOR DE TRATOR PNEUS, MÁQUINAS DE VARRIÇÃO E CAPINA MECÂNICA

			NOTAS DAS PROVAS				MÉDIA FINAL
ORDEM	Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO (A)	OBJETIVA	X 0,4	PRÁTICA	X 0,6	M.F.
1º	63	MOISÉS BUSS	9,500	3,800	9,375	5,625	9,425
2º	67	CLÉBER GRIGOLLO	9,000	3,600	9,375	5,625	9,225
3º	72	LEONIR RAIMUNDO DEON	8,000	3,200	10,000	6,000	9,200
4º	83	SERGIO ANTONIO BOLZANI	5,500	2,200	10,000	6,000	8,200
5º	449	ROQUE ARIOTTI	4,000	1,600	10,000	6,000	7,600
6º	316	FABIANO DIONISIO FANTIN	7,000	2,800	7,500	4,500	7,300
7º	543	DALTRO PANIGAZ	6,000	2,400	6,250	3,750	6,150
	143	DESCLASSIFICADO	4,500	1,800	2,500	1,500	3,300
	293	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	322	FALTOU		0,000		0,000	0,000

CARGO: PSICÓLOGO

			NOTA DA PROVA	MÉDIA FINAL
	Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO (A)	OBJETIVA	M.F.
1º	648	ELISAMARA DAL MORO	7,75	7,75
2º	248	ALINE SURDI	7,75	7,75
3º	384	VANUSA PALOSQUI	7,50	7,50
4º	359	ROSANE SEXTREM	7,00	7,00
5º	400	CAMILA SEIBT DE OLIVEIRA	7,00	7,00
6º	515	MACLEISE TRENT	6,75	6,75
7º	408	JOSIANE LOSS	6,75	6,75
8º	463	DANIELA GARCIA	6,50	6,50
9º	690	ANDREY LUCAS ASCWARTZ	6,25	6,25
10º	568	SIMONE CARINA SCHMIDT	6,25	6,25
11º	749	FERNANDA MORAZ	6,25	6,25
12º	763	ADRIANA APARECIDA FELICETTI	6,00	6,00
13º	601	ROCHANA MENDES	6,00	6,00
14º	86	KARINE CAMPAGNARO	6,00	6,00
15º	659	ANDRESSA MORGANA ABATI	6,00	6,00
16º	563	ALVAIR LIRIO BARZOTTO	6,00	6,00
17º	562	IVETE CORRÊA FRAGOSO SAVIAN	5,75	5,75
18º	306	KÁTIA TOAZZA	5,75	5,75
19º	598	ANA PAULA RIEG	5,75	5,75
20º	710	KALIANDRA CRISTINA SCHNEIDER	5,75	5,75
21º	516	EVERLY ZAMPIERI	5,50	5,50
22º	305	LEILANE FÁVERO	5,50	5,50
23º	513	WALTER PRESEZNE	5,50	5,50
24º	594	ERICA TOMAZI RIBEIRO	5,50	5,50
25º	539	IVONE LUIZA APARECIDA CAON	5,25	5,25
26º	713	RENATA CRISTINA DA SILVA FAVARÃO	5,25	5,25

27º	524	JOSEANE KRUCHINSCHID DO CARMO	5,25	5,25
28º	403	PRISCILA LUVISON	5,00	5,00
29º	471	MIRIANE BRIGIDA ZAGO PAZINI	5,00	5,00
30º	160	WANEISSA ANTUNES	5,00	5,00
31º	781	FERNANDA MOROSO	5,00	5,00
	280	DECLASSIFICADO	4,75	4,75
	478	DECLASSIFICADO	4,50	4,50
	458	DECLASSIFICADO	4,50	4,50
	564	DECLASSIFICADO	4,25	4,25
	586	DECLASSIFICADO	4,00	4,00
	636	DECLASSIFICADO	4,00	4,00
	616	DECLASSIFICADO	4,00	4,00
	317	DECLASSIFICADO	3,75	3,75
	532	DECLASSIFICADO	3,75	3,75
	608	DECLASSIFICADO	3,75	3,75
	349	DECLASSIFICADO	3,25	3,25
	485	FALTOU		0,00
	218	FALTOU		0,00
	34	FALTOU		0,00
	582	FALTOU		0,00
	651	FALTOU		0,00
	599	FALTOU		0,00
	534	FALTOU		0,00
	581	FALTOU		0,00

CARGO: SOLDADOR (MECÂNICO)

			NOTAS DAS PROVAS				MÉDIA FINAL
	Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO (A)	OBJETIVA	X 0,4	PRÁTICA	X 0,6	M.F.
1º	421	ROMEU POMMERING JUNIOR	8,000	3,200	10,000	6,000	9,200
2º	6	ERNESTO PASQUALON	7,500	3,000	10,000	6,000	9,000
3º	182	UBIRATAM PEREIRA	8,000	3,200	9,375	5,625	8,825

4º	301	VALCIR ANTUNES DE LIMA	6,500	2,600	9,375	5,625	8,225
5º	668	LEANDRO BRESCIANI	6,500	2,600	8,750	5,250	7,850
6º	370	IDENEI BATISTA	6,000	2,400	8,125	4,875	7,275
7º	730	RICARDO JOEL ROBERTI	8,500	3,400	6,250	3,750	7,150
8º	609	FELIPE BEMS	9,000	3,600	5,625	3,375	6,975
9º	18	LEOCIR ANTONIO MOREIRA	8,000	3,200	5,000	3,000	6,200
10º	679	ARI PEREIRA	7,000	2,800	5,000	3,000	5,800
11º	195	GILMAR NARLOK JUNIOR	6,000	2,400	5,625	3,375	5,775
12º	567	MÁRCIO DA SILVA	6,000	2,400	5,000	3,000	5,400
	777	DESCLASSIFICADO	7,500	3,000		0,000	3,000
	675	DESCLASSIFICADO	7,000	2,800	0,000	0,000	2,800
	454	DESCLASSIFICADO	5,000	2,000	0,000	0,000	2,000
	709	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	736	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	24	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	108	FALTOU		0,000		0,000	0,000
	798	FALTOU		0,000		0,000	0,000

Videira, 15 de março de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 22/2013

Ata de Registro de Preços nº: 22/2013

Data de Assinatura: 04/03/2013

Fornecedor : VIDEMANG COMÉRCIO DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA

Valor: R\$ 2.864,00 (dois mil e oitocentos e sessenta e quatro reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 15/2013

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E FERRAMENTAS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE VIDEIRA.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 23/2013

Ata de Registro de Preços nº: 23/2013

Data de Assinatura: 04/03/2013

Fornecedor : MANENTI TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA

Valor: R\$ 30.290,00 (trinta mil e duzentos e noventa reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 04/2013-FMAS

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DOS INTEGRANTES DO GRUPO DE IDOSOS.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 24/2013

Ata de Registro de Preços nº: 24/2013

Data de Assinatura: 08/03/2013

Fornecedor : FM PNEUS LTDA - FILIAL

Valor: R\$ 299.864,00 (duzentos e noventa e nove mil e oitocentos e sessenta e quatro reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 21/2013

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, CONSERTO INTERNO E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS DOS CAMINHÕES E MÁQUINAS DAS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 25/2013

Ata de Registro de Preços nº: 25/2013

Data de Assinatura: 08/03/2013

Fornecedor : RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA

Valor: R\$ 188.600,00 (cento e oitenta e oito mil e seiscentos reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 21/2013

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, CONSERTO INTERNO E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS DOS CAMINHÕES E MÁQUINAS DAS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 26/2013

Ata de Registro de Preços nº: 26/2013

Data de Assinatura: 13/03/2013

Fornecedor : AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

Valor: R\$ 158.916,00 (cento e cinquenta e oito mil e novecentos e dezesseis reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 06/2013-FMAS

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE CESTAS BÁSICAS PARA O DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL E PARA O PROGRAMA DA TERCEIRA IDADE.

Xavantina

PREFEITURA

Decreto 051/2013

DECRETO Nº 051/2013

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 101 VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

Considerando o requerimento apresentado pela servidora Tamara Carina Olkowski, solicitando sua exoneração;



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Srta. TAMARA CARINA OLKOWSKI, ocupante do cargo comissionado de Diretor, a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), 08 de março de 2013.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

ARLINE CAON

Atendente Administrativo

Extrato da Ata de Registro de Preços 01-2013 Pmxv

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

Extrato da Ata de Registro de Preços 01-2013 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 56/2012 PMXV

Empresa: Nitrosemem Produtos Agropecuários LTDA

Objeto: Possível aquisição de material genético e materiais diversos para inseminação artificial em bovinos.

Data de assinatura: 02 de janeiro de 2013.

Vigência: 12 meses da data de assinatura.

A Ata está disponível na íntegra na home page: www.xavantina.sc.gov.br, link licitações.

Extrato da Ata de Registro de Preços 02-2013 Pmxv

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

Extrato da Ata de Registro de Preços 02-2013 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 56/2012 PMXV

Empresa: Clínica Veterinária Campestre LTDA

Objeto: Possível aquisição de material genético e materiais diversos para inseminação artificial em bovinos.

Data de assinatura: 02 de janeiro de 2013.

Vigência: 12 meses da data de assinatura.

A Ata está disponível na íntegra na home page: www.xavantina.sc.gov.br, link licitações.

Extrato da Ata de Registro de Preços 03-2013 Pmxv

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

Extrato da Ata de Registro de Preços 03-2013 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 56/2012 PMXV

Empresa: Semex do Brasil Comércio Importação e Exportação LTDA

Objeto: Possível aquisição de material genético e materiais diversos para inseminação artificial em bovinos.

Data de assinatura: 02 de janeiro de 2013.

Vigência: 12 meses da data de assinatura.

A Ata está disponível na íntegra na home page: www.xavantina.sc.gov.br, link licitações.

Extrato da Ata de Registro de Preços 04-2013 Pmxv

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

Extrato da Ata de Registro de Preços 04-2013 PMXV

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 01/2013 PMXV

Empresa: Pégasus Atacadista LTDA

Objeto: Possível aquisição de materiais de expediente e materiais escolares.

Data de assinatura: 13 de fevereiro de 2013.

Vigência: 12 meses da data de assinatura.

A Ata está disponível na íntegra na home page: www.xavantina.sc.gov.br, link licitações.

Extrato da Ata de Registro de Preços 05-2013 Pmxv

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

Extrato da Ata de Registro de Preços 05-2013 PMXV

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 01/2013 PMXV

Empresa: Vancin Informática Comércio LTDA EPP

Objeto: Possível aquisição de materiais de expediente e materiais escolares.

Data de assinatura: 13 de fevereiro de 2013.

Vigência: 12 meses da data de assinatura.

A Ata está disponível na íntegra na home page: www.xavantina.sc.gov.br, link licitações.

Extrato da Ata de Registro de Preços 06-2013 Pmxv

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

Extrato da Ata de Registro de Preços 06-2013 PMXV

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 01/2013 PMXV

Empresa: N.T. Luize EPP

Objeto: Possível aquisição de materiais de expediente e materiais escolares.

Data de assinatura: 13 de fevereiro de 2013.

Vigência: 12 meses da data de assinatura.

A Ata está disponível na íntegra na home page: www.xavantina.sc.gov.br, link licitações.

Extrato da Ata de Registro de Preços 07-2013 Pmxv

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

Extrato da Ata de Registro de Preços 07-2013 PMXV

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 01/2013 PMXV

Empresa: Objetiva Comércio de Equipamentos LTDA

Objeto: Possível aquisição de materiais de expediente e materiais escolares.

Data de assinatura: 13 de fevereiro de 2013.

Vigência: 12 meses da data de assinatura.

A Ata está disponível na íntegra na home page: www.xavantina.sc.gov.br, link licitações.

Extrato da Ata de Registro de Preços 08-2013 Pmxv

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

Extrato da Ata de Registro de Preços 08-2013 PMXV

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 01/2013 PMXV

Empresa: Jacqueline Aparecida Babinski - MEI

Objeto: Possível aquisição de materiais de expediente e materiais escolares.

Data de assinatura: 13 de fevereiro de 2013.

Vigência: 12 meses da data de assinatura.

A Ata está disponível na íntegra na home page: www.xavantina.sc.gov.br, link licitações.

Extrato da Ata de Registro de Preços 09-2013 Pmxv
MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

Extrato da Ata de Registro de Preços 09-2013 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 03/2013 PMXV

Empresa: J.J Comércio de Materiais para Construção LTDA ME

Objeto: Possível aquisição de tubos de concreto.

Data de assinatura: 18 de fevereiro de 2013.

Vigência: 12 meses da data de assinatura.

A Ata está disponível na íntegra na home page: www.xavantina.sc.gov.br, link licitações.**Extrato da Ata de Registro de Preços 10-2013 Pmxv**
MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

Extrato da Ata de Registro de Preços 10-2013 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 04/2013 PMXV

Empresa: Giaretta Pneus LTDA EPP

Objeto: Possível prestação de serviços de recauchutagem, vulcanização, recapagem e conserto de pneus.

Data de assinatura: 19 de fevereiro de 2013.

Vigência: 6 meses da data de assinatura.

A Ata está disponível na íntegra na home page: www.xavantina.sc.gov.br, link licitações.**Extrato da Ata de Registro de Preços 11-2013 Pmxv**
MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

Extrato da Ata de Registro de Preços 11-2013 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 06/2013 PMXV

Empresa: Lubrichap Lubrificantes Chapecó LTDA

Objeto: Possível aquisição de óleos lubrificantes, graxas e detergentes para uso em máquinas e veículos da frota do Município de Xavantina.

Data de assinatura: 19 de fevereiro de 2013.

Vigência: 12 meses da data de assinatura.

A Ata está disponível na íntegra na home page: www.xavantina.sc.gov.br, link licitações.**Extrato da Ata de Registro de Preços 12-2013 Pmxv**
MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

Extrato da Ata de Registro de Preços 12-2013 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 06/2013 PMXV

Empresa: Posto Pegorini LTDA

Objeto: Possível aquisição de óleos lubrificantes, graxas e detergentes para uso em máquinas e veículos da frota do Município de Xavantina.

Data de assinatura: 19 de fevereiro de 2013.

Vigência: 12 meses da data de assinatura.

A Ata está disponível na íntegra na home page: www.xavantina.sc.gov.br, link licitações.**Extrato da Ata de Registro de Preços 13-2013 Pmxv**
MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

Extrato da Ata de Registro de Preços 13-2013 PMXV

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 03/2013 PMXV

Empresa: Objetiva Comércio de Equipamentos LTDA

Objeto: Possível aquisição de materiais de consumo e limpeza para as unidades administrativas da Prefeitura de Xavantina, Fundo Municipal de Saúde, Centro de Referência de Assistência Social, Polícia Militar e escolas municipais de ensino infantil e fundamental. Data de assinatura: 20 de fevereiro de 2013.

Vigência: 12 meses da data de assinatura.

A Ata está disponível na íntegra na home page: www.xavantina.sc.gov.br, link licitações.**Extrato da Ata de Registro de Preços 14-2013 Pmxv**
MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

Extrato da Ata de Registro de Preços 14-2013 PMXV

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 03/2013 PMXV

Empresa: Alpha Higiene e Limpeza LTDA

Objeto: Possível aquisição de materiais de consumo e limpeza para as unidades administrativas da Prefeitura de Xavantina, Fundo Municipal de Saúde, Centro de Referência de Assistência Social, Polícia Militar e escolas municipais de ensino infantil e fundamental. Data de assinatura: 20 de fevereiro de 2013.

Vigência: 12 meses da data de assinatura.

A Ata está disponível na íntegra na home page: www.xavantina.sc.gov.br, link licitações.**Extrato da Ata de Registro de Preços 15-2013 Pmxv**
MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

Extrato da Ata de Registro de Preços 15-2013 PMXV

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 03/2013 PMXV

Empresa: Jacqueline Aparecida Babinski - MEI

Objeto: Possível aquisição de materiais de consumo e limpeza para as unidades administrativas da Prefeitura de Xavantina, Fundo Municipal de Saúde, Centro de Referência de Assistência Social, Polícia Militar e escolas municipais de ensino infantil e fundamental. Data de assinatura: 20 de fevereiro de 2013.

Vigência: 12 meses da data de assinatura.

A Ata está disponível na íntegra na home page: www.xavantina.sc.gov.br, link licitações.**Extrato da Ata de Registro de Preços 16-2013 Pmxv**
MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

Extrato da Ata de Registro de Preços 16-2013 PMXV

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 03/2013 PMXV

Empresa: Vancin Informática Comércio LTDA EPP

Objeto: Possível aquisição de materiais de consumo e limpeza para as unidades administrativas da Prefeitura de Xavantina, Fundo Municipal de Saúde, Centro de Referência de Assistência Social, Polícia Militar e escolas municipais de ensino infantil e fundamental. Data de assinatura: 20 de fevereiro de 2013.

Vigência: 12 meses da data de assinatura.

A Ata está disponível na íntegra na home page: www.xavantina.sc.gov.br, link licitações.**Extrato da Ata de Registro de Preços 17-2013 Pmxv**
MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

Extrato da Ata de Registro de Preços 17-2013 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2013 PMXV

Empresa: Posto Pegorini LTDA

Objeto: Possível prestação de serviço de lavagem de veículos e máquinas.

Data de assinatura: 14 de março de 2013.
Vigência: 12 meses da data de assinatura.
A Ata está disponível na íntegra na home page: www.xavantina.sc.gov.br, link licitações.

Extrato da Ata de Registro de Preços 18-2013 Pmxv
MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
Extrato da Ata de Registro de Preços 18-2013 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 11/2013 PMXV
Empresa: Posto Sandra LTDA

Objeto: Possível prestação de serviço de lavagem de veículos e máquinas.
Data de assinatura: 14 de março de 2013.
Vigência: 12 meses da data de assinatura.
A Ata está disponível na íntegra na home page: www.xavantina.sc.gov.br, link licitações.

Extrato do Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços 20/2012 Pmxv
MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
Extrato do Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços 20/2012 PMXV

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 03/2012 PMXV
Empresa: Fitforma Indústria e Comércio de Confecções LTDA ME

Objeto: Inclusão de dois cartuchos de tinta à ata inicial, devido a aquisição de nova impressora.
Data de assinatura: 31 de janeiro de 2013.
Vigência: 15 de julho de 2013.
A Ata está disponível na íntegra na home page: www.xavantina.sc.gov.br, link licitações.



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

RREO 1º Bimestre (Anexos 1, 2, 8, 12)

Anexo 1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Anexo 2 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Anexo 8 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Anexo 12 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.562.500,00	14.562.500,00	2.481.319,83	17,04	2.481.319,83	17,04	12.081.180,17
RECEITAS CORRENTES	14.215.000,00	14.215.000,00	2.454.624,83	17,27	2.454.624,83	17,27	11.760.375,17
RECEITA TRIBUTÁRIA	631.000,00	631.000,00	96.766,21	15,34	96.766,21	15,34	534.233,79
IMPOSTOS	567.000,00	567.000,00	62.001,44	10,93	62.001,44	10,93	504.998,56
TAXAS	64.000,00	64.000,00	34.764,77	54,32	34.764,77	54,32	29.235,23
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	59.000,00	59.000,00	9.236,28	15,65	9.236,28	15,65	49.763,72
Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic	59.000,00	59.000,00	9.236,28	15,65	9.236,28	15,65	49.763,72
RECEITA PATRIMONIAL	66.000,00	66.000,00	15.752,01	23,87	15.752,01	23,87	50.247,99
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	56.000,00	56.000,00	14.386,01	25,69	14.386,01	25,69	41.613,99
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	10.000,00	10.000,00	1.366,00	13,66	1.366,00	13,66	8.634,00
RECEITA DE SERVIÇOS	68.000,00	68.000,00	7.572,37	11,14	7.572,37	11,14	60.427,63
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.332.000,00	13.332.000,00	2.310.887,29	17,33	2.310.887,29	17,33	11.021.112,71
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	13.153.000,00	13.153.000,00	2.309.018,80	17,56	2.309.018,80	17,56	10.843.981,20
Transf. de Conv.	179.000,00	179.000,00	1.868,49	1,04	1.868,49	1,04	177.131,51
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	59.000,00	59.000,00	14.410,67	24,42	14.410,67	24,42	44.589,33
Multas e Juros de Mora	4.000,00	4.000,00	876,90	21,92	876,90	21,92	3.123,10
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	552,01	0,00	552,01	0,00	-552,01
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	17.000,00	17.000,00	9.565,47	56,27	9.565,47	56,27	7.434,53
RECEITAS DIVERSAS	38.000,00	38.000,00	3.416,29	8,99	3.416,29	8,99	34.583,71
RECEITAS DE CAPITAL	347.500,00	347.500,00	26.695,00	7,68	26.695,00	7,68	320.805,00
ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00	100.000,00	26.695,00	26,70	26.695,00	26,70	73.305,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100.000,00	100.000,00	26.695,00	26,70	26.695,00	26,70	73.305,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	247.500,00	247.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	247.500,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	247.500,00	247.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	247.500,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.562.500,00	14.562.500,00	2.481.319,83	17,04	2.481.319,83	17,04	12.081.180,17
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.562.500,00	14.562.500,00	2.481.319,83	17,04	2.481.319,83	17,04	12.081.180,17
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.562.500,00	14.562.500,00	2.481.319,83	17,04	2.481.319,83	17,04	12.081.180,17
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	409.582,13	—	—	91.749,64	—	—
Superávit Financeiro	—	409.582,13	—	—	91.749,64	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.562.500,00	409.582,13	14.972.082,13	5.098.359,35	5.098.359,35	1.534.213,67	1.534.213,67	10,25	13.437.868,46
DESPESAS CORRENTES	12.599.200,00	255.536,26	12.854.736,26	4.802.506,34	4.802.506,34	1.513.705,50	1.513.705,50	11,78	11.341.030,76
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.298.820,00	89.968,90	5.388.788,90	869.296,50	869.296,50	730.078,48	730.078,48	13,55	4.658.710,42
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	24.000,00	0,00	24.000,00	20.000,00	20.000,00	2.092,67	2.092,67	8,72	21.907,33
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.276.380,00	165.567,36	7.441.947,36	3.913.209,84	3.913.209,84	781.534,35	781.534,35	10,50	6.660.413,01
DESPESAS DE CAPITAL	1.948.300,00	154.045,87	2.102.345,87	295.853,01	295.853,01	20.508,17	20.508,17	0,98	2.081.837,70
INVESTIMENTOS	1.868.300,00	154.045,87	2.022.345,87	222.519,75	222.519,75	7.174,85	7.174,85	0,35	2.015.171,02
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	80.000,00	0,00	80.000,00	73.333,26	73.333,26	13.333,32	13.333,32	16,67	66.666,68
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	14.562.500,00	409.582,13	14.972.082,13	5.098.359,35	5.098.359,35	1.534.213,67	1.534.213,67	10,25	13.437.868,46
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	14.562.500,00	409.582,13	14.972.082,13	5.098.359,35	5.098.359,35	1.534.213,67	1.534.213,67	10,25	13.437.868,46
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	947.106,16	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	14.562.500,00	409.582,13	14.972.082,13	5.098.359,35	5.098.359,35	1.534.213,67	2.481.319,83	10,25	13.437.868,46

FONTE:

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	572.000,00	572.000,00	63.957,62	11,18
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	98.000,00	98.000,00	3.400,00	3,47
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	228.000,00	228.000,00	38.178,89	16,75
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	141.000,00	141.000,00	20.422,55	14,48
Dívida Ativa dos Impostos	4.000,00	4.000,00	1.750,66	43,77
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	1.000,00	1.000,00	205,52	20,55
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	13.700.000,00	13.700.000,00	2.355.209,50	17,19
Cota-Parte FPM	5.700.000,00	5.700.000,00	1.077.017,96	18,90
Cota-Parte ITR	1.000,00	1.000,00	15,09	1,51
Cota-Parte IPVA	375.000,00	375.000,00	51.492,35	13,73
Cota-Parte ICMS	7.470.000,00	7.470.000,00	1.206.807,44	16,16
Cota-Parte IPI-Exportação	115.000,00	115.000,00	19.876,66	17,28
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	39.000,00	39.000,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	39.000,00	39.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	14.272.000,00	14.272.000,00	2.419.167,12	16,95

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	3.030.500,00	3.030.500,00	533.194,22	17,59
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	3.030.500,00	3.030.500,00	533.194,22	17,59

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.703.000,00	2.843.342,36	1.016.957,59	35,77	364.374,32	12,81
Pessoal e Encargos Sociais	1.492.000,00	1.546.662,98	224.784,34	14,53	211.081,38	13,65
Outras Despesas Correntes	1.211.000,00	1.296.679,38	792.173,25	61,09	153.292,94	11,82
DESPESAS DE CAPITAL	200.000,00	211.779,72	6.874,85	3,25	6.874,85	3,25
Investimentos	200.000,00	211.779,72	6.874,85	3,25	6.874,85	3,25

Continua 1/4

Município de XAVANTINA - SC

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	200.000,00	211.779,72	6.874,85	3,25	6.874,85	3,25
Investimentos	200.000,00	211.779,72	6.874,85	3,25	6.874,85	3,25
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.903.000,00	3.055.122,08	1.023.832,44	33,51	371.249,17	12,15
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVEF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	541.000,00	623.731,26	258.250,40	25,22	129.141,51	34,79
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	541.000,00	623.731,26	258.250,40	25,22	129.141,51	34,79
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	541.000,00	623.731,26	258.250,40	25,22	129.141,51	34,79
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.362.000,00	2.431.390,82	765.582,04	8,29	242.107,66	-22,63
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						31,65
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - 15)/100 x IIIb]						402.791,33

Continua 2/4

Município de XAVANTINA - SC

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2012	22.462,36	0,00	21.196,29	1.266,07	0,00
TOTAL	22.462,36	0,00	21.196,29	1.266,07	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	2.493.000,00	2.595.122,08	623.832,44	60,93	292.149,17	78,69
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	410.000,00	460.000,00	400.000,00	39,07	79.100,00	21,31
TOTAL	2.903.000,00	3.055.122,08	1.023.832,44	100,00	371.249,17	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Continua 3/4

Município de XAVANTINA - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.562.500,00	14.972.082,13	5.098.359,35	5.098.359,35	1.534.213,67	1.534.213,67	100,00	10,25	13.437.868,46
Legislativa	700.000,00	700.000,00	74.788,30	74.788,30	47.393,77	47.393,77	3,09	6,77	652.606,23
Ação Legislativa	700.000,00	700.000,00	74.788,30	74.788,30	47.393,77	47.393,77	3,09	6,77	652.606,23
Administração	1.299.000,00	1.299.000,00	490.957,45	490.957,45	170.846,60	170.846,60	11,14	13,15	1.128.153,40
Administração Geral	1.299.000,00	1.299.000,00	490.957,45	490.957,45	170.846,60	170.846,60	11,14	13,15	1.128.153,40
Assistência Social	366.000,00	387.743,52	71.580,39	71.580,39	20.612,39	20.612,39	1,34	5,32	367.131,13
Assistência ao Idoso	32.000,00	32.000,00	2.936,20	2.936,20	2.551,20	2.551,20	0,17	7,97	29.448,80
Assistência à Criança e ao Adolescente	147.000,00	147.000,00	24.755,20	24.755,20	7.900,81	7.900,81	0,51	5,37	139.099,19
Assistência Comunitária	187.000,00	208.743,52	43.888,99	43.888,99	10.160,38	10.160,38	0,66	4,87	198.583,14
Saúde	3.121.000,00	3.388.973,17	1.065.285,99	1.065.285,99	380.931,49	380.931,49	24,83	11,24	3.008.041,68
Atenção Básica	2.685.000,00	2.892.973,17	641.285,99	641.285,99	297.831,49	297.831,49	19,41	10,29	2.595.141,68
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	427.000,00	487.000,00	424.000,00	424.000,00	83.100,00	83.100,00	5,42	17,06	403.900,00
Vigilância Sanitária	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
Educação	2.831.000,00	2.910.238,45	1.151.272,19	1.151.272,19	180.465,60	180.465,60	11,76	6,20	2.729.772,85
Ensino Fundamental	2.266.000,00	2.345.238,45	967.850,81	967.850,81	161.358,53	161.358,53	10,52	6,88	2.183.879,92
Ensino Médio	124.000,00	124.000,00	88.000,00	88.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124.000,00
Ensino Superior	70.000,00	70.000,00	57.200,00	57.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
Educação Infantil	355.000,00	355.000,00	38.221,38	38.221,38	19.107,07	19.107,07	1,25	5,38	335.892,93
Educação de Jovens e Adultos	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Educação Especial	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Cultura	30.000,00	30.000,00	815,00	815,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Difusão Cultural	30.000,00	30.000,00	815,00	815,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Urbanismo	509.000,00	628.992,23	459.453,82	459.453,82	32.234,75	32.234,75	2,10	5,12	596.757,48
Infra-Estrutura Urbana	100.000,00	218.218,60	118.218,60	118.218,60	0,00	0,00	0,00	0,00	218.218,60
Serviços Urbanos	409.000,00	410.773,63	341.235,22	341.235,22	32.234,75	32.234,75	2,10	7,85	378.538,88
Agricultura	1.983.500,00	1.897.321,28	692.113,38	692.113,38	250.615,68	250.615,68	16,34	13,21	1.646.705,60
Extensão Rural	1.983.500,00	1.897.321,28	692.113,38	692.113,38	250.615,68	250.615,68	16,34	13,21	1.646.705,60
Indústria	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
Promoção Industrial	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
Transporte	2.896.000,00	2.902.813,48	770.868,58	770.868,58	271.601,48	271.601,48	17,70	9,36	2.631.212,00
Transporte Rodoviário	2.896.000,00	2.902.813,48	770.868,58	770.868,58	271.601,48	271.601,48	17,70	9,36	2.631.212,00

Continua 1/2

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.562.500,00	14.972.082,13	5.098.359,35	5.098.359,35	1.534.213,67	1.534.213,67	100,00	10,25	13.437.868,46
Desporto e Lazer	254.000,00	254.000,00	27.914,95	27.914,95	10.211,99	10.211,99	0,67	4,02	243.788,01
Desporto Comunitário	204.000,00	204.000,00	27.914,95	27.914,95	10.211,99	10.211,99	0,67	5,01	193.788,01
Lazer	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Encargos Especiais	453.000,00	453.000,00	293.309,30	293.309,30	169.299,92	169.299,92	11,03	37,37	283.700,08
Serviço da Dívida Interna	104.000,00	104.000,00	93.333,26	93.333,26	15.425,99	15.425,99	1,01	14,83	88.574,01
Outros Encargos Especiais	349.000,00	349.000,00	199.976,04	199.976,04	153.873,93	153.873,93	10,03	44,09	195.126,07
TOTAL (III) = (I + II)	14.562.500,00	14.972.082,13	5.098.359,35	5.098.359,35	1.534.213,67	1.534.213,67	100,00	10,25	13.437.868,46

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	572.000,00	572.000,00	63.957,62	63.957,62	11,18
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	105.000,00	105.000,00	1.956,18	1.956,18	1,86
1.1.1- IPTU	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	4.000,00	4.000,00	1.750,66	1.750,66	43,77
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.000,00	1.000,00	205,52	205,52	20,55
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	98.000,00	98.000,00	3.400,00	3.400,00	3,47
1.2.1- ITBI	98.000,00	98.000,00	3.400,00	3.400,00	3,47
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	228.000,00	228.000,00	38.178,89	38.178,89	16,75
1.3.1- ISS	228.000,00	228.000,00	38.178,89	38.178,89	16,75
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	141.000,00	141.000,00	20.422,55	20.422,55	14,48
1.4.1- IRRF	141.000,00	141.000,00	20.422,55	20.422,55	14,48
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	13.700.000,00	13.700.000,00	2.355.209,50	2.355.209,50	17,19
2.1- Cota-Parte FPM	5.700.000,00	5.700.000,00	1.077.017,96	1.077.017,96	18,90
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.700.000,00	5.700.000,00	1.077.017,96	1.077.017,96	18,90
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.470.000,00	7.470.000,00	1.206.807,44	1.206.807,44	16,16
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	39.000,00	39.000,00	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	115.000,00	115.000,00	19.876,66	19.876,66	17,28
2.5- Cota-Parte ITR	1.000,00	1.000,00	15,09	15,09	1,51
2.6- Cota-Parte IPVA	375.000,00	375.000,00	51.492,35	51.492,35	13,73
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	14.272.000,00	14.272.000,00	2.419.167,12	2.419.167,12	16,95
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	—	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.740.000,00	2.740.000,00	471.041,51	471.041,51	17,19
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.140.000,00	1.140.000,00	215.403,53	215.403,53	18,90
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.494.000,00	1.494.000,00	241.361,32	241.361,32	16,16
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	7.800,00	7.800,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	23.000,00	23.000,00	3.975,34	3.975,34	17,28
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	200,00	200,00	3,01	3,01	1,51
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	75.000,00	75.000,00	10.298,31	10.298,31	13,73
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.107.000,00	1.107.000,00	179.272,75	179.272,75	16,19
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.107.000,00	1.107.000,00	178.426,48	178.426,48	16,12
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	846,27	846,27	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.633.000,00	-1.633.000,00	-292.615,03	-292.615,03	17,92

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	686.000,00	686.000,00	51.041,32	51.041,32	7,44
13.1- Com Educação Infantil	82.000,00	82.000,00	7.805,80	7.805,80	9,52
13.2- Com Ensino Fundamental	604.000,00	604.000,00	43.235,52	43.235,52	7,16
14- OUTRAS DESPESAS	421.000,00	427.269,19	378,94	378,94	0,09
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	421.000,00	427.269,19	378,94	378,94	0,09
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.107.000,00	1.113.269,19	51.420,26	51.420,26	4,62
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					28,47
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				6.269,19	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	3.568.000,00	3.568.000,00	604.791,78	604.791,78	16,95
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	82.000,00	82.000,00	7.805,80	7.805,80	9,52
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	82.000,00	82.000,00	7.805,80	7.805,80	9,52
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.364.000,00	2.370.269,19	138.173,13	138.173,13	5,83
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.025.000,00	1.031.269,19	43.614,46	43.614,46	4,23
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.339.000,00	1.339.000,00	94.558,67	94.558,67	7,06
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.446.000,00	2.452.269,19	145.978,93	145.978,93	5,95
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-292.615,03
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					846,27
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-291.768,76
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					437.747,69
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					18,09

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	57.000,00	65.791,78	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	327.000,00	391.177,48	34.486,67	34.486,67	8,82
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	384.000,00	456.969,26	34.486,67	34.486,67	7,55
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.830.000,00	2.909.238,45	180.465,60	180.465,60	6,20
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	1.834,70		0,00		

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	6.269,19	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	178.426,48	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	42.213,58	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	846,27	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	143.328,36	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 6.269,19, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Consórcios

ARIS

Aviso de Publicação de Errata do Edital de Licitação 11/2013

TERMO DE PUBLICAÇÃO DE ERRATA

Processo Licitatório nº. 11/2013

Convite nº. 01/2013

Objeto: Contratação de sociedade de advogados devidamente inscrita junto a Ordem dos Advogados do Brasil para prestação de serviços de Assessoria Jurídica à ARIS.

Justificativa: Foram verificadas falhas que poderiam gerar dúvidas e incorretas interpretações acerca das regras do edital, por este motivo, resolveu-se publicar errata corrigindo as falhas, bem como republicar o edital de licitação.

Florianópolis, 14 de março de 2012.

ADIR FACCIO

Diretor Geral da ARIS

Errata - Edital de Licitação 11/2013

ERRATA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 11/2013.

CONVITE Nº. 01/2013

Considerando, a verificação de falhas que podem causar interpretações equivocadas de alguns termos do Edital de Convite 01/2013;

Considerando, a intenção desta Agência em tornar o certame o mais claro possível aos participantes;

Considerando, a possibilidade da Administração em rever seus próprios atos, nos termos da Súmula 473 do STF;

A Comissão Permanente de Licitação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento torna público que fica retificado o edital de Processo Licitatório nº 11/2013, Convite 01/2013, nos seguintes termos:

1) Onde lê-se:

6.5

b) certidão de registro profissional junto à OAB comprovando pelo menos 10 (dez) anos de atividade profissional, em nome do advogado licitante (em caso de pessoa física) ou em nome de algum advogado sócio (em caso de pessoa jurídica).

Leia-se:

6.5

b) certidão de registro profissional junto à OAB comprovando pelo menos 10 (dez) anos de atividade profissional em nome de algum advogado sócio.

2) Onde lê-se:

6.7

a) em nome da licitante, com o número do CNPJ e o endereço respectivo, exceto os Atestados de Capacidade Técnica;

Leia-se:

6.7

a) em nome da licitante, com o número do CNPJ e o endereço

respectivo;

Incluir:

15.4 A Contratante declara, desde já, que a contratação objetiva suprir a carência de profissional habilitado nos quadros técnicos da ARIS, de modo que esta contratação dar-se-á pelo período mínimo necessário até a existência de estrutura interna apta ao exercício desta atividade objeto desta licitação.

2) Onde lê-se:

15.4 A CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o Contrato, na forma da lei.

Leia-se:

15.4- A) A CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o Contrato, na forma da lei.

2) Onde lê-se:

1. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

f) Atuação nas diversas áreas que se fizerem necessárias aos interesses da ARIS, com especial ênfase no Direito Administrativo;

Leia-se:

f-1) Atuação nas diversas áreas que se fizerem necessárias aos interesses da ARIS, com especial ênfase no Direito Administrativo;

Incluir:

ANEXO I

CARTA CONVITE Nº 01/2013

TERMO DE REFERÊNCIA DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

1- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A sociedade de advogados contratada obrigar-se-á a:

a) Proceder à análise, estudo da viabilidade e definição da tese jurídica que será empregada nas ações em que a ARIS seja parte ou interessada, desde o início da demanda até o trânsito em julgado.

a.1) A CONTRATADA se reportará exclusivamente à Diretoria Geral da ARIS, salvo autorização expressa do fiscal do contrato.

a.2) As orientações jurídicas serão requeridas pela CONTRATADA à Diretoria Geral, apenas em casos excepcionais (questões controvertidas e complexas).

a.3) As diretrizes técnicas eventualmente repassadas pela ARIS, serão complementares às teses desenvolvidas pela CONTRATADA, que em nenhuma hipótese exclui a obrigação inserta no item "a". Caso a CONTRATADA não concorde com a diretriz técnica repassada, deverá manifestar-se por escrito.

b) solicitar, com a antecedência de cinco (05) dias, ressalvados os casos especiais, os pedidos de recursos financeiros para o pagamento de despesas judiciais ou extrajudiciais, depósitos recursais, preparos, custas e emolumentos relativos aos processos por ela acompanhados. Nesse caso, deverá ser preenchido corretamente o formulário próprio para esta finalidade, em especial o campo onde se requer a elaboração de parecer circunstanciado sobre a tramitação processual, bem como instruído com as principais peças embasadoras e/ou esclarecedoras do pedido, para que a ARIS efetue a disponibilização dos recursos financeiros e respectiva autenticação das guias de depósito;

b.1) Não havendo solicitação no prazo determinado no caput deste item (b) ou se não houver liberação em prazo hábil pela CONTRATANTE do valor requerido, a CONTRATADA deverá providenciar às suas expensas o pagamento das despesas judiciais ou extrajudiciais, depósitos recursais, preparos, custas e emolumentos relativos aos processos acompanhados pela CONTRATADA, que serão reembolsados oportunamente pela ARIS, mediante a apresentação do comprovante de pagamento devidamente quitado/autenticado e assinado pelo advogado responsável pela sociedade de advogados, mediante contra recebido e, quando for o caso, juntamente com a peça do recurso interposto.

c) prestar contas dos recursos financeiros recebidos para o

pagamento de despesas judiciais, mediante a apresentação das respectivas notas fiscais ou dos comprovantes de pagamento devidamente quitados, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da sua efetiva realização;

d) requerer, em tempo hábil, pedidos de informações e de cumprimento de ordens judiciais, observando os formulários próprios, que deverão ser preenchidos corretamente e instruídos com as principais peças embasadoras e/ou esclarecedoras do pedido;

e) acompanhar por custo próprio as publicações e as audiências, devendo ser criada pauta para controle dos prazos judiciais;

f) utilizar pessoal próprio para carga, extração de cópias ou demais atividades forenses;

g) manter a ARIS informada a respeito do objeto, do valor e do trâmite processual das causas sob o seu patrocínio, elaborando relatórios mensais ou específicos, estes quando solicitados expressa e extraordinariamente pela ARIS, com informações atualizadas sobre todas as demandas sob o seu patrocínio, entregando-os, mediante contra-recibo, ao administrador/gestor do contrato;

h) não formalizar qualquer acordo sem a expressa autorização do órgão competente da ARIS, em estrita obediência ao disposto na Lei nº 9.469/97;

i) comparecer em reuniões internas da ARIS, para tratativas acerca das defesas da Agência, instrução de prepostos e acompanhamento de testemunhas;

j) não se pronunciar à imprensa em geral acerca de quaisquer assuntos relativos às atividades da ARIS e da sua atividade profissional contratada;

l) ser o fiel depositário de toda a documentação que lhe for entregue pela ARIS, mediante recibo, até a sua total devolução, que também deverá ser feita mediante recibo;

m) disponibilizar à ARIS, semanalmente, eletronicamente e por meio impresso, as cópias assinadas e protocolizadas das peças elaboradas para o cumprimento do contrato, inclusive despachos, sentenças e acórdãos que não estejam disponíveis em inteiro teor no site do respectivo Tribunal, com o objetivo de formar um banco de informações judiciais de defesa mínima da Agência;

n) requerer, tempestiva e justificadamente, mediante parecer circunstanciado, a autorização para não apresentar recurso judicial, face ao disposto na Lei nº 9.469/97;

o) quando da rescisão contratual, apresentar relatório dos processos judiciais da ARIS, desde o início do contrato, das respostas aos encaminhamentos administrativos, e entregar todas as peças produzidas e a sua respectiva documentação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias do termo final;

p) após a assinatura do contrato, a critério da ARIS, a Contratada deverá juntar procurações em todos os processos judiciais em que a ARIS é parte, para que seja regularizada a representação processual e sejam feitas as anotações respectivas. A ARIS fornecerá relatório com os dados das ações judiciais;

q) após a assinatura do contrato, fica vedada à sociedade vencedora do certame, atuação advocatícia no setor de saneamento básico, público ou privado, a fim de evitar o conflito de interesses.

2) Onde lê-se:

ANEXO III

CLÁUSULA SEGUNDA: Do Objeto

f) Atuação nas diversas áreas que se fizerem necessárias aos interesses da ARIS, com especial ênfase no Direito Administrativo; Leia-se:

f -1) Atuação nas diversas áreas que se fizerem necessárias aos interesses da ARIS, com especial ênfase no Direito Administrativo;

Incluir:

ANEXO III

CARTA CONVITE Nº 01/2013

MINUTA DE CONTRATO

5.10- A Contratante declara, desde já, que a contratação objetiva suprir a carência de profissional habilitado nos quadros técnicos da ARIS, de modo que esta contratação dar-se-á pelo período mínimo

necessário até a existência de estrutura interna apta ao exercício desta atividade objeto desta licitação.

Florianópolis, 14 de março de 2013.

ERNANI ROGÉRIO SEIFFERT DE MATOS

Presidente da CPL

Republicação do Edital 11/2013

Aviso de Licitação

Convite nº 01/2013

Processo Licitatório nº 11/2013

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, Sr, Adir Faccio, torna público que fará realizar no dia 25 de março de 2013, recebimento dos envelopes para licitação na modalidade CONVITE, com a finalidade de contratação de sociedade de advogados, devidamente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil para prestação dos serviços de Assessoria Jurídica à ARIS, compreendendo as atividades descritas no Anexo I (Especificação do Objeto) e as condições constantes do Anexo III (Minuta de Contrato).

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

- DATA: 25 de março de 2013

- HORA: das 08h30m às 09h30m.

- LOCAL: Sede ARIS - Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, Florianópolis, Santa Catarina

Poderão participar da licitação interessados que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes neste edital.

As dúvidas poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

- Telefone/fax: (48) 3248.0263

- E-mail: compras@aris.sc.gov.br

- Site: www.aris.sc.gov.br

- Endereço: Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-101

Florianópolis, 14/03/2013.

ADIR FACCIO

Diretor Geral da ARIS

PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



www.ciga.sc.gov.br

CIM-AMAVI

Divulgação Gabarito Definitivo Prova Escrita
Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2013

CIM-AMAVI
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2013

GABARITO DEFINITIVO
COORDENADOR

1ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	11ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
2ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	12ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
3ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	13ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
4ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	14ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
5ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	15ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
6ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	16ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
7ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	17ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
8ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	18ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
9ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	19ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
10ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	20ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								

Rio do Sul, 18 de março de 2013.

Agostinho Senem

Presidente da Comissão Coordenadora do Processo Seletivo

CIM-AMAVI
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2013

GABARITO DEFINITIVO
ASSISTENTE SOCIAL

1ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	11ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
2ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	12ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
3ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	13ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
4ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	14ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
5ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	15ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
6ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	16ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
7ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	17ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
8ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	18ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
9ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	19ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
10ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	20ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								

Rio do Sul, 18 de março de 2013.

Agostinho Senem

Presidente da Comissão Coordenadora do Processo Seletivo

CIM-AMAVI
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2013

GABARITO DEFINITIVO
PSICÓLOGO

1ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	11ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
2ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	12ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
3ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	13ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
4ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	14ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
5ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	15ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
6ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	16ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
7ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	17ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
8ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	18ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
9ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	19ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
10ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	20ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								

Rio do Sul, 18 de março de 2013.

Agostinho Senem
Presidente da Comissão Coordenadora do Processo Seletivo

CIM-AMAVI
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2013

GABARITO DEFINITIVO
CUIDADOR

1ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	11ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
2ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	12ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
3ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	13ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
4ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	14ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
5ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	15ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
6ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	16ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
7ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	17ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
8ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	18ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
9ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	19ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
10ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	20ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								

Rio do Sul, 18 de março de 2013.

Agostinho Senem
Presidente da Comissão Coordenadora do Processo Seletivo

CIM-AMAVI
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2013

GABARITO DEFINITIVO
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

1ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	11ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
2ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	12ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
3ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	13ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
4ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	14ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
5ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	15ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
6ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	16ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
7ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	17ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
8ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	18ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
9ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	19ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								
10ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D	20ª	<table><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D								
A	B	C	D								

Rio do Sul, 18 de março de 2013.

Agostinho Senem
Presidente da Comissão Coordenadora do Processo Seletivo

CINCO**Extrato das Atas de Registro de Preços PP 0001/2013 - Móveis**

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PP 0001/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de móveis diversos para escritório, para uso dos Órgãos Participantes: Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, Caçador, Fraiburgo, Lebon Régis e Videira, durante o período de 15 de março a 31 de agosto de 2013.

FORNECEDORES:

SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME - Ata nº AT13CINCO0233;
SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME - Ata nº AT13CINCO0234;
SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME - Ata nº AT13CINCO0235;
SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME - Ata nº AT13CINCO0236;
SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME - Ata nº AT13CINCO0237;
IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA - ME - Ata nº AT13CINCO0238;
IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA - ME - Ata nº AT13CINCO0239;
IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA - ME - Ata nº AT13CINCO0240.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010, Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 15.03.2013 a 31.08.2013. PAL nº: 0002/2013 - CINCO. Pregão Presencial nº: 0001. Registro de Preços nº: 0002.

Fraiburgo (SC), 14 de março de 2013.
ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo do CINCO

CIS/AMARP**Resolução Nº 08/2013**

Resolução nº 08/2013

Euzébio Calisto Viecei, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam Incluídos na tabela CIS-AMARP, em conformidade com a necessidade dos municípios consorciados, os procedimentos a seguir:

FISIOTERAPIA	CÓD. SUS	CIS
Atendimento fisioterapêutico em paciente com transtorno cardiovascular	0.30.20.40.03-0	4,67
Atendimento fisioterapêutico em paciente com transtorno clínico cardiovascular	0.30.20.40.04-8	6,35

Atendimento fisioterapêutico nas disfunções vasculares periféricas	0.30.20.40.05-6	4,67
--	-----------------	------

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 14 de março de 2013.
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Presidente CIS-AMARP

CIS/AMUREL**Retificação do Edital 01/2013**

CISAMUREL
PREGÃO Nº 01/2013
RETIFICAÇÃO DO EDITAL

"Em razão de verificação nos arquivos disponibilizados no site da AMUREL, constatou-se haver erro material no edital, o que gerou conflito entre as regras do instrumento convocatório. Em razão disto, fica excluído o item 6.1.6 (exigência de apresentação do registro do medicamento juntamente com a proposta financeira), contido na redação disponibilizada originalmente".

Tubarão (SC), 14 de março de 2013.
JORGE LEONARDO NESI
Presidente do CISAMUREL

Extrato de Contrato 03/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CT nº. 03/2013
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da AMUREL
Contratada: Inovadora Sistema de Gestão Ltda.

Objeto: Contrato para prestação de serviços a Contratante e aos Municípios Consorciados de fornecimento de software para funcionamento das atividades do Consórcio.
Amparo Legal: Lei nº. 8.666/93

Data da Assinatura: 02/01/2013.

Assinantes: Antônio Felipe Sobrinho pelo contratante e, Celso Antonio Bevilaqua pela contratada.

Extrato de Contrato de Credenciamento 09/2013

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 09/2013.
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratado: CLINEMEDI - CLÍNICA MÉDICA DE CAPIVARI DE BAIXO S/S.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames clínico de ultrassonografia.
Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 002/2009).

Data da Assinatura: 10/01/2013.

Assinantes: Antônio Felipe Sobrinho pelo Contratante e, Zelir Fermino Fidelis pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 10/2013
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 10/2013.
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratado: CLINI X - CLÍNICA RADIOLÓGICA LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames clínicos de Ultrassonografia e Tomografia.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009 e 002/2009).

Data da Assinatura: 11/01/2013.
Assinantes: Antônio Felipe Sobrinho pelo Contratante e, Cláudio Burigo de Carvalho pelo Contratado

Extrato de Contrato de Credenciamento -30/2013
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 30/2013.
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratado: CARDIOLÓGICA CLÍNICA MÉDICA S/C LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, consulta especializada de cardiologia.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2012).

Data da Assinatura: 14/02/2013.
Assinantes: Antônio Felipe Sobrinho pelo Contratante e, Rafael Lichtenfels Schmitz pelo Contratado

Extrato de Contrato de Credenciamento 01/2013
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 01/2013.
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratado: CLÍNICA MÉDICA SANTA CLARA LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames clínico e consulta especializada de oftalmologia.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009 e 001/2012).

Data da Assinatura: 02/01/2013.
Assinantes: Antônio Felipe Sobrinho pelo Contratante e, Leonardo Delpizzo pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 04/2013
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 04/2013.
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratado: HOSPITAL SANTA TERESINHA - Braço do Norte SC

Objeto: O Credenciado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de endoscopia digestiva alta.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2012).

Data da Assinatura: 02/01/2013.
Assinantes: Antônio Felipe Sobrinho pelo Contratante e Arley José Felipe pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 05/2013
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 05/2013.
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratado: HOSPITAL SANTA TERESINHA - Braço do Norte SC

Objeto: O Credenciado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitados, exames de Ultrassonografia, consultas especializadas, tomografia e coleta de material (biópsia de pele).

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009, 002/2009 e 001/2012).

Data da Assinatura: 02/01/2013.
Assinantes: Antônio Felipe Sobrinho pelo Contratante e Arley José Felipe pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 06/2013
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 06/2013.
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratado: LABORATÓRIO PREVITAL LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de laboratório.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).

Data da Assinatura: 02/01/2013.
Assinantes: Antônio Felipe Sobrinho pelo Contratante e, Graziela Ricken pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 07/2013
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 07/2013.
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratado: HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de Tomografia, Mamografia e Ressonância Magnética.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).

Data da Assinatura: 04/01/2013.
Assinantes: Antônio Felipe Sobrinho pelo Contratante e, Jacira Maria dos Santos (Irmã) pelo Contratado

Extrato de Contrato de Credenciamento 08/2013
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 08/2013.
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratado: HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de Ultrassonografia.
Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 002/2009).

Data da Assinatura: 04/01/2013.
Assinantes: Antônio Felipe Sobrinho pelo Contratante e, Jacira Maria dos Santos (Irmã) pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 12/2013
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 12/2013.
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratado: CLH - CLÍNICA DO APARELHO DIGESTIVO LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames clínicos de Endoscopia Digestiva e Colonoscopia.
Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 002/2010).

Data da Assinatura: 15/01/2013.
Assinantes: Antônio Felipe Sobrinho pelo Contratante e, Cláudio Luiz Hoffmann Junior pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 13/2013
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 13/2013.
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratado: LABORATÓRIO CAPIVARI LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de laboratório.
Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).

Data da Assinatura: 17/01/2013.
Assinantes: Antônio Felipe Sobrinho pelo Contratante e, Ramon Correa Garcia pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 14/2013
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 14/2013.
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratado: LABORATÓRIO PRÓ EXAME LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de laboratório.
Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).

Data da Assinatura: 22/01/2013.
Assinantes: Antônio Felipe Sobrinho pelo Contratante e, Gelson Agnaldo Loss pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 15/2013
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 15/2013.
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratada: CLÍNICA DE IMAGEM E DIAGNÓSTICO DO VALE LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames clínicos de Raios-X, Mamografia, Densitometria Óssea, Tomografia, Ressonância Magnética e Ultrassonografia.
Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009 e 002/2009).

Data da Assinatura: 24/01/2013.
Assinantes: Antônio Felipe Sobrinho pelo Contratante e, Claudio Búrigo de Carvalho Filho pela Contratada.

Extrato de Contrato de Credenciamento 17/2013
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 17/2013.
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratado: ORTOIMAGEM - Clínica Ortopédica Tubarão Ltda.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de Densitometria Óssea, Ressonância Magnética, Tomografia e Ultrassonografia.
Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009 e 002/2009).

Data da Assinatura: 24/01/2013.
Assinantes: Antônio Felipe Sobrinho pelo Contratante e, José Adonis Ribeiro pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 18/2013
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 18/2013.
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratado: LABORATÓRIO PREVMAR LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de laboratório.
Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).

Data da Assinatura: 25/01/2013.
Assinantes: Antônio Felipe Sobrinho pelo Contratante e, Jaqueline Melo Costa pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 19/2013
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 19/2013.
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratado: LABORATÓRIO MICHELS LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de laboratório.
Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).

Data da Assinatura: 25/01/2013.
Assinantes: Antônio Felipe Sobrinho pelo Contratante e, Iva Michels Bechtold e Glaucy Michels Bechtold pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 20/2013
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 20/2013.
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratado: LABORATÓRIO WESTRUPP LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de laboratório.
Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).

Data da Assinatura: 25/01/2013.
Assinantes: Antônio Felipe Sobrinho pelo Contratante e, José Juvenal Westrupp pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 21/2013
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 21/2013.
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratado: LABORATÓRIO ROBERTO SILVA LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de laboratório.
Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).

Data da Assinatura: 30/01/2013.
Assinantes: Antônio Felipe Sobrinho pelo Contratante e, Roberto Ramildo da Silva pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 25/2013
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 25/2013.
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratado: LABORATÓRIO SANTA CATARINA LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de laboratório.
Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).

Data da Assinatura: 30/01/2013.
Assinantes: Antônio Felipe Sobrinho pelo Contratante e, José Carlos Mamprim pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 28/2013
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 28/2013.
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratado: LABORATÓRIO OLIANA COMELI LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de laboratório.
Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).

Data da Assinatura: 07/02/2013.
Assinantes: Antônio Felipe Sobrinho pelo Contratante e, Oliana Comeli pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 29/2013
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 29/2013.
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratado: LABORATÓRIO SANTE LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de laboratório.
Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).

Data da Assinatura: 07/02/2013.
Assinantes: Antônio Felipe Sobrinho pelo Contratante e, Priscila Tournier Cardoso pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 31/2013
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 31/2013.
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratado: CENTRO CLÍNICO CATARINENSE LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames clínicos de Ultrassonografia.
Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 002/2009).

Data da Assinatura: 07/03/2013.
Assinantes: Jorge Leonardo Nesi pelo Contratante e, Viviani Feuser Loffi Wawrzeniak pelo Contratado.

CISAMA**Edital de Convocação Assembléia CISAMA**

Of. Circ. nº 08/2013. Lages, 13 de março de 2013.

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - CISAMA

Senhor (a) Prefeito (a),

Com nossas saudações vimos através deste, convocar Vossa Excelência para a Assembléia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense - CISAMA a ser realizada no dia 22 de março de 2013, sexta-feira com início às 14:00 horas na Sede da AMURES, sito à rua Otacílio Vieira da Costa, 112 - Centro - Município de Lages tendo a seguinte pauta:

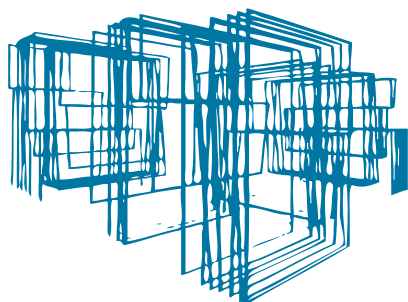
1. Leitura, discussão e aprovação da ata de 10 de janeiro de 2013;
2. Elaboração do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
 - a. Apresentação da metodologia de elaboração do Plano;
 - b. Aprovação do Plano de Trabalho e Mobilização Social;
3. Discussão e aprovação da prestação de contas do CISAMA e FUNSERRA, após a análise e parecer do Conselho Fiscal;
4. Assuntos Gerais;

Atenciosamente

ADEMAR DE BONA SARTOR

Presidente do CISAMA

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



www.ciga.sc.gov.br

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE